

o tempo da transformação

ESTRUTURA E DINÂMICA NA FORMAÇÃO ECONÔMICA DE GOIÁS

Luis Antonio Estevam

Tese de Doutorado
apresentada ao Instituto de
Economia da Universidade
Estadual de Campinas sob
orientação do Prof. Dr.
WILSON CANO †

CAMPINAS, 1997

*Este exemplar
corresponde ao original da tese
deprovida por Luis Antonio Estevam
em 15/08/97 e assinada
Prof. Dr. Wilson Cano.
CPG/IE, 15/08/97*

971577

UNIDADE	78C
N.º CHAMADA:	T/Unicamp
Es85t	
V.	Es
I	35/31710
PRC	281/97
C	☐
D	☒
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	18/09/97
N.º CPD	

CM-00101234-5

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA**

Es85t Estevam, Luis Antonio
 O tempo da transformação : estrutura e dinâmica na formação
 econômica de Goiás / Luis Antonio Estevam. – Campina, SP :
 [s.n.], 1997.

Orientador : Wilson Cano
 Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas.
 Instituto de Economia.

1. Economia regional - Goiás (Estado). 2. Goiás (Estado) -
 Condições econômicas. I. Cano, Wilson. II. Universidade Esta-
 dual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Le temps,
c'est le temps du changement.

LEFEBVRE

Apresentação

A decisão de cursar o doutorado no Instituto de Economia da UNICAMP esteve estreitamente ligada à criação de um centro econômico de pesquisas na Universidade Católica de Goiás (UCG). A instituição carece de estudos sistematizados principalmente com relação à formação econômica do estado.

O presente trabalho decorreu de tais necessidades. A intenção inicial era a de concentrar na abordagem das transformações ocorridas em Goiás com a recente modernização da agricultura. Entretanto, ao tratar resumidamente sua formação econômica anterior esbarrei em dificuldades, tais como, insuficiência de pesquisas econômicas na historiografia goiana e - apesar de relevantes esforços por parte de historiadores regionais - a existência de lacunas interpretativas na história econômica do estado.

O objeto da tese acabou sendo alterado. À medida em que refletia sobre a problemática fui me dando conta que era mais importante e premente tentar fazer um trabalho de ordem geral, abordando as grandes linhas de transformação regional, mesmo ciente de que correria o risco de não poder debruçar-me sobre determinadas questões específicas a reclamar aprofundamento. Assim, desviado da intenção inicial abordei não propriamente as transformações econômicas recentes em Goiás e sim o *longo tempo* de modificações estruturais na região. O almejado estudo da economia contemporânea regional cedeu lugar a essa tentativa de sintetizar pesquisas setoriais e localizadas existentes, buscando desenvolver uma linha estrutural para a sócio-economia goiana. Objetivamente voltado para a criação do centro econômico de pesquisas acabei elaborando um estudo “panorâmico” de utilidade prática, na verdade, um desenho de futuras pesquisas e referencial para discussões regionais.

As primeiras partes do trabalho levantam problemas e tecem hipóteses que demandam averiguação historiográfica; a última, que por ora ficou prejudicada, investiga mudanças na sócio-economia contemporânea regional e aproxima-se do objeto mais em forma de constatação do que propriamente de rígidas conclusões. A tese adquiriu assim um caráter pragmático e almeja alcançar o nível e a qualidade necessários para conclusão do curso, na intenção de retomar a problemática através do centro de pesquisas do Departamento de Economia da UCG.

Reitero finalmente que o resultado não teria sido possível sem o apoio das instituições envolvidas, a rigorosa formação acadêmica do IE/UNICAMP e a privilegiada orientação de Wilson Cano.

Mapas, Quadros e Tabelas

Mapa 01 - Capitania de Goiaz (1750).....	p. 14A
Tabela 01 - Produção de Ouro na Colônia Brasileira	p. 16
Quadro 01 - Goiás: População e Quinto (Evolução provável de 1726 a 1822).....	p. 17A
Quadro 02 - Produtividade nas Minas de Goiás	p. 22A
Quadro 03 - População de Goiás -1804 (composição).....	p. 29A
Tabela 02 - População de Goiás 1804-1890 (anos pesquisados).....	p. 35
Mapa 02 - Localidades Surgidas na Ocupação Pecuaria (1822-1890).....	p. 36A
Mapa 03 - Marcha do Povoamento do Triângulo e do Sul de Mato Grosso	p. 54A
Tabela 03 - Goiás: Exportação de Gado e Impostos Arrecadados (1900-1930).....	p. 56
Mapa 04 - Caminhos da Exportação de Gado (segundo Hugo C. Ramos)	p. 57A
Tabela 04 - Receita Arrecadada por Goiás e Triângulo (1908, 1910, 1912)	p. 58
Tabela 05 - Compra e Venda de Imóveis Rurais: Goiás, Rio Verde, Morrinhos	p. 60
Mapa 05 - Sistema de Transporte Rodo-Ferrovário (1920-1922)	p. 63A
Tabela 06 - Goiás: Produção Agrícola das Principais Culturas nas Áreas Adjacentes da Estrada de Ferro - 1919	p. 64
Tabela 07 - Goiás: Principais Produtos Exportados pela Estrada de Ferro	p. 66
Tabela 08 - Goiás: Imposto sobre Exportação 1915-1920	p. 67
Tabela 09 - Goiás: Índices do Valor Oficial das Exportações 1928-1932	p. 77
Tabela 10 - Goiás: Produção de Arroz 1930-1939	p. 78
Tabela 11 - Goiás: Índices do Valor das Exportações 1928-1939	p. 78
Mapa 06 - População de Goiás de 1920 a 1940	p. 85A
Tabela 12 - Goiás: Rodovias 1930, 1937, 1939, 1943	p. 85
Tabela 13 - Distribuição dos Migrantes para Goiás pelos Estados de Origem 1940 e 1950	p. 90
Mapa 07 - Localização da CANG na Zona “Mato Grosso de Goiás” e no Estado de Goiás	p. 90A
Tabela 14 - Goiás: População em 1940, 1950 e 1960	p. 94

Tabela 15 - Goiás: Extensão da Rede Rodoviária 1952, 1955, 1960	p. 96
Mapa 08 - Estradas de Rodagem de Goiás (1965)	p. 98A
Tabela 16 - Goiás: Valor do Comércio por Vias Internas 1942-1948	p. 102
Tabela 17 - Goiás: Transações Inter-Regionais na Formação do Produto Interno 1949-1958	p. 103
Tabela 18 - Goiás e São Paulo: Giro Comercial.....	p. 104
Tabela 19 - Volume de Capital Aplicado no Comércio Varejista e Atacadista 1940, 1950, 1960	p. 105
Tabela 20 - Comércio Varejista e Atacadista em Cidades de Goiás e do Triângulo Mineiro	p. 106
Tabela 21 - População da Zona Mato Grosso de Goiás e do Estado de Goiás em 1920, 1940, 1950, 1960	p. 108
Tabela 22 - Produção Agrícola da Zona Mato Grosso de Goiás em 1939, 1949, 1959	p. 109
Tabela 23 - Goiás: Produção de Arroz 1930-1961	p. 110
Mapa 09 - Roteiro da Comercialização de Gado	p. 112A
Tabela 24 - Goiás: População bovina (anos pesquisados)	p. 113
Tabela 25 - Goiás: Repartição de Terras 1940, 1950, 1960 (estabelecimentos)	p. 114
Tabela 26 - Goiás: Repartição de Terras 1940, 1950, 1960 (área)	p. 115
Tabela 27 - Estrutura Fundiária em Goiás acima e abaixo do Paralelo 15 1950 e 1960	p. 116
Tabela 28 - Goiás: Indústria de Transformação 1940-1960	p. 117
Tabela 29 - População de Goiânia e Anápolis em 1940, 1950 e 1960	p. 118
Tabela 30 - Goiás: Taxa geométrica de Crescimento da População 1940-1960	p. 119
Tabela 31 - Distribuição da População Urbana e Rural 1940, 1950, 1960	p. 120
Tabela 32 - Goiás: Crescimento das Principais Cidades de 1950 a 1960	p. 120
Tabela 33 - Goiás: Composição da Renda Interna	p. 121
Mapa 10 - Região Geo-Econômica de Brasília	p. 136A
Tabela 34 - Brasil: Índices de evolução do crédito rural	p. 134
Tabela 35 - Goiás: Participação no crédito rural...;	p. 137

Tabela 36 - Goiás: Utilização de tratores 1950-1985 ;	p. 139
Tabela 37 - Goiás: Utilização de tratores por macro-regiões	p. 140
Tabela 38 - Goiás: Área colhida e produção das principais culturas	p.141
Tabela 39 - Índice de produção de álcool anidro e hidratado	p. 142
Tabela 40 - Evolução das áreas de pastagem e lavoura	p. 144
Tabela 41 - Goiás: Efetivo bovino	p. 144
Tabela 42 - Fluxos migratórios acumulados no Centro-Oeste	p. 155
Tabela 43 - PIB por setor de atividade de Goiás, CO e Brasil	p. 156
Tabela 44 - PIB or unidades da federação (MT, MS, GO, DF, TO)	p. 157
Tabela 45 - População de GO, DF, TO	p.158
Tabela 46 - Taxa Média Geométrica da população	p. 159
Tabela 47 - Participação da população goiana no contingente nacional	p.159
Tabela 48 - Evolução da população de Goiânia e Brasília	p.160
Tabela 49 - Goiás: Composição da renda interna	p.161
Tabela 50 - Goiás: Ocupação da PEA	p.163
Tabela 51 - Goiás: Evolução da estrutura produtiva industrial	p.164
Tabela 52 - Goiás: Participação na indústria nacional de produtos alimentares	p.165

Luis Antonio Estevam

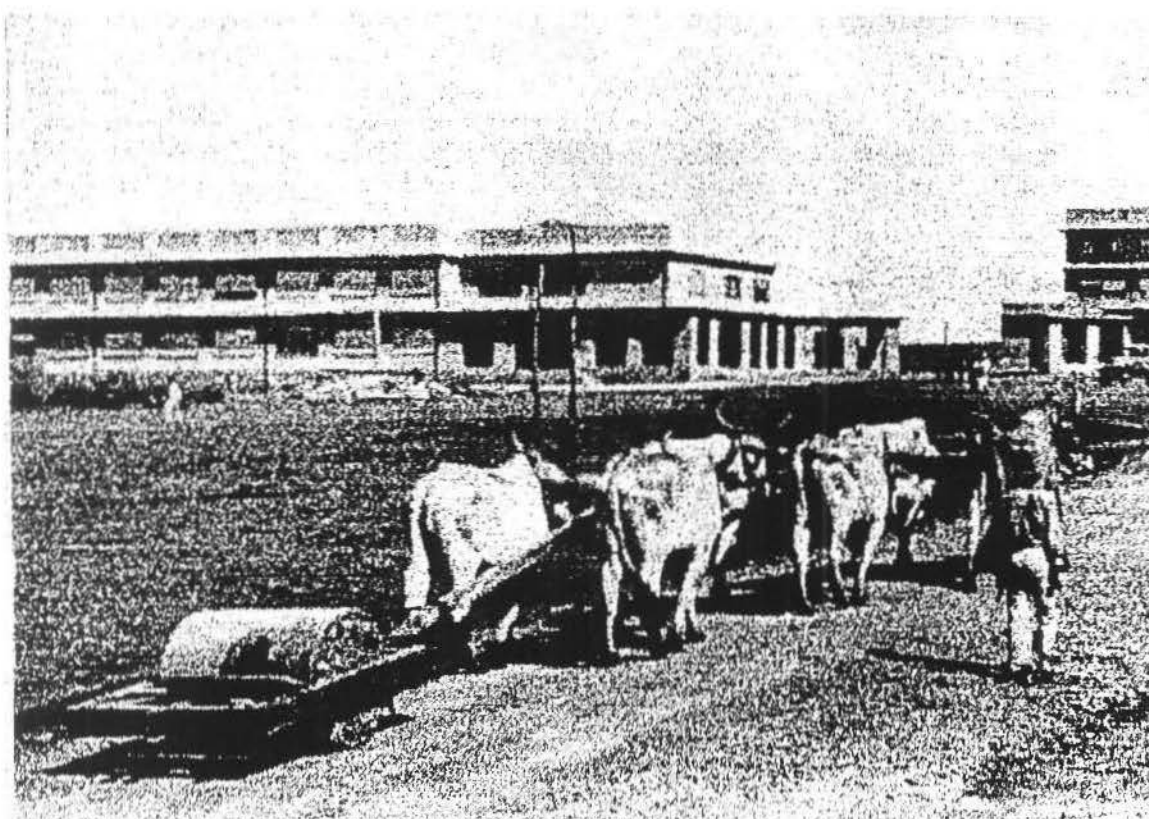


Foto da construção de Goiânia. Arquivo Histórico do jornal O POPULAR

o tempo da transformação
ESTRUTURA E DINÂMICA NA FORMAÇÃO ECONÔMICA DE GOIAS

Sumário

Introdução	p. 01
------------------	-------

I - Mineração, Agropecuária e Articulação Inter-Regional (1722-1929)

1. Apogeu e decadência da mineração em Goiás	p. 11
2. Reacomodação da agropecuária regional	p. 33
3. Articulação com a cafeicultura paulista	p. 54

II - Goiás no Processo de Integração Nacional (1930-1960)

1. Os anos trinta e a edificação de Goiânia	p. 77
2. A colonização e a infra-estrutura dos transportes	p. 89
3. A natureza da integração e as modificações regionais	p. 101

III - A Nova Configuração Regional (1960-1995)

1. Planificação e modernização agrícola.....	p. 130
2. Estrutura produtiva e urbanização.....	p. 155

Conclusões	p. 168
------------------	--------

Referências Bibliográficas.....	p. 172
---------------------------------	--------

Introdução

A configuração heterogênea do espaço sócio-econômico brasileiro é resultante da forma como o país foi se incorporando à divisão internacional e inter-regional do trabalho. Em um primeiro momento, a articulação da colônia brasileira com a Metrópole condicionou o surgimento de diferentes nucleamentos no território: o “complexo açucareiro” nordestino e a economia aurífera em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Em momento posterior, na segunda metade do século XIX, o amadurecimento da economia cafeeira engendrou alguma articulação inter-regional e a gênese de um núcleo econômico em São Paulo e, a partir da crise de 1929, com o processo de integração do mercado nacional, as articulações inter-regionais se modificaram no país. Foi no bojo deste desenrolar histórico que o processo de formação econômica brasileira originou e consolidou distintas *economias regionais* no território.

De modo geral, a dinâmica das economias regionais encontra-se entrelaçada com a evolução sócio-econômica do país; significa dizer que existe um “movimento maior” que condiciona o nível de desenvolvimento de cada uma e também que as transformações de uma dada região, em última instância, dependem da forma e do grau de inserção do país no comércio internacional. De modo específico, as economias regionais também estão condicionadas aos próprios fatores internos, o que significa dizer que as relações de produção, o nível de tecnologia, o regime de apropriação fundiária, a natureza da produção, os recursos naturais, a localização e a ocupação demográfica constituem variáveis que podem retardar, promover ou incentivar mudanças na ordem sócio-econômica regional.

As regiões fazem parte integrante da dinâmica geral do processo capitalista brasileiro; todavia, os germes de transformação - em cada fração do território - tomaram forma diferenciada em função de peculiaridades temporais, espaciais e institucionais. Neste caso, a dinâmica regional não pode ser apreendida somente no movimento dos eventos nacionais e sim pela interação do mesmo com a realidade particular de cada região.

Esta estreita relação entre o processo de desenvolvimento capitalista do país e a dinâmica regional inspirou diversas pesquisas. No terreno econômico, os trabalhos discutem, com maior frequência, a trajetória dos estados mais proeminentes em termos

de formação da renda nacional, levando em conta sua relevância em determinados momentos históricos. Tornou-se consenso o fato de que as transformações em São Paulo foram bem mais rápidas e ali o processo esteve repleto de elementos dinâmicos tratando-se de um caso primordial no quadro brasileiro. Em algumas regiões periféricas, porém, constata-se a presença de uma realidade mais antiga e com estruturas bastante peculiares. O tempo de transformações no Brasil foi uno e, ao mesmo tempo, plural. Em função das desigualdades regionais, de raças, classes e culturas, frações do território assumiram ordenamento particular calcado em dinamismo, valores e símbolos próprios.

Com base nestes princípios, a questão geral que move o trabalho é elementar, simples e objetiva: como se deu a configuração da estrutura sócio-econômica de Goiás e de que modo a mesma foi se modificando no tempo? A hipótese elementar, que norteia o trabalho, repousa no desenrolar histórico: a estrutura sócio-econômica de Goiás somente pode ser compreendida, na sua inteireza, levando-se em conta o movimento de sua transformação resultante da interpenetração dos condicionantes nacionais e regionais. A reflexão, de um lado, leva em conta que Goiás é resultado histórico particular do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, que não se trata de um espaço isolado e sim de fração integrante e interdependente da sociedade nacional. De outro, que Goiás constitui um "mundo à parte", que tem o espaço, o movimento e o ritmo de tempo próprios, balizados por progressos, retrocessos, diversidades, heterogeneidade e contradições específicos.

A bibliografia regional que aborda questões historiográficas de Goiás, apesar de limitada, serviu de esteio e foi valiosa para o escopo do trabalho. Pode-se perceber na referida coletânea algumas características básicas. Os textos - aqui utilizados - abordaram assuntos sob diferentes ângulos (econômico, social ou político) e, na sua maioria, estão fundamentados em minuciosas pesquisas históricas. Não obstante, nas interpretações historiográficas regionais percebe-se clara tendência de se identificar "obstáculos" ao "desenvolvimento" de Goiás. Argumentos de ordem espacial apontaram para o isolamento geográfico do estado, para sua insuficiência populacional e para a carência de vias de comunicações inter-regionais. Na dimensão econômica, o latifúndio, a pecuária extensiva e a débil produção agrícola comercial foram identificados enquanto entraves ao dinamismo da região. No aspecto político algumas pesquisas constataram - em determinados eventos históricos - "descaso" de autoridades governamentais para com o progresso da região. Mesmo no aspecto sócio-cultural

pesquisadores realçaram certo “desapego” ao trabalho, lamúria e preferência pela ociosidade por parte do homem goiano, desalentado e distanciado do progresso. No todo, estes seriam fatores históricos que retardaram ou mesmo impediram o desenvolvimento econômico da região.

O presente trabalho, além de buscar apreender no tempo as linhas mestras da formação econômica goiana, almejou traduzir o processo sob prisma diferenciado onde a argumentação de “obstáculos” ou limites ao desenvolvimento regional não está presente. O enfoque utilizado buscou captar a interação entre o processo de formação nacional e a dinâmica sócio-econômica de Goiás que foi assumindo gradativamente feições particulares. A abordagem desenvolvida em dois planos - nacional e regional - objetivou identificar condicionantes ao processo local. A justificativa se deve ao fato de que os trabalhos clássicos sobre a formação econômica brasileira - aqui retomados - não dão conta de certas particularidades regionais. Por outro lado, as pesquisas historiográficas de Goiás tendem a não levar em conta - na devida importância - que a região constitui parte integrante de um todo nacional em formação e, neste aspecto, o papel exercido pela sua articulação com o centro dinâmico paulista é de sobremaneira importância para entendimento de sua conformação estrutural. Neste sentido, o autor espera que o estudo seja útil, se não pelas soluções que aponta, ao menos pelos questionamentos levantados.

A pretensão de percorrer o longo tempo de modificações regionais constituiu, sem dúvida, tarefa ambiciosa. Assim sendo, para que fosse exequível averiguar um percurso tão demorado alguns procedimentos facilitaram a abordagem. Primeiro não se questionou interpretações do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro: as abordagens de Fernando Novais, João Manuel Cardoso de Melo, Wilson Cano e Graziano da Silva foram tomadas como ossatura fundamental do trabalho. Também não se pretendeu acrescentar nesta elaboração qualquer “achado historiográfico”, apesar de valer-se, além da bibliografia corrente, de algumas fontes documentais; o objetivo maior foi o de revisitar as pesquisas regionais - colocadas ao longo do texto - a partir do prisma de análise adotado.

A periodização assumida no trabalho aproxima-se da periodização do desenvolvimento econômico nacional por conceber que Goiás foi parte integrante do espaço dinâmico do país; mesmo situando-se em condição “periférica” ou estando mais distanciado da hegemonia paulista, a região fez parte, ainda que de forma

retardatária e específica, dos percalços da economia brasileira sob a égide de São Paulo.

A preocupação maior foi não perder de vista o tempo, o espaço e o quadro institucional nos quais a região se constituiu. Na primeira parte do trabalho abordou-se a herança colonial, as implicações da atividade mineratória e do escravismo, assim como o regime fundiário, o povoamento, a agropecuária e a articulação inter-regional com a cafeicultura paulista; na segunda parte, as repercussões da crise de 1929, os anos trinta, a marcha para o oeste, a colonização federal e a formação dos centros urbanos regionais no bojo do processo de integração do comércio nacional; na última, as políticas engendradas pelo governo federal em prol da modernização agrícola, as transformações alavancadas pelo progresso técnico e mudança nas relações de trabalho, assim como a reestruturação da renda interna, a urbanização e o emprego da população regional.

I - Mineração, Agropecuária e Articulação Inter-Regional
(1722-1929)

A formação e a transformação da colônia brasileira estiveram inseridas no mundo das relações coloniais e somente podem ser compreendidas pelo estudo dos mecanismos de acumulação primitiva do Antigo Regime.¹ A dominação política, o exclusivo metropolitano e o trabalho compulsório, enquanto características fundamentais da gênese histórica moderna, constituíram os elementos essenciais da articulação colonial.

As linhas estruturais da colônia brasileira estiveram atadas, em primeira instância, a tais determinantes. A forma de ocupação, a exploração de terras em grandes unidades agrícolas e a extração de matérias-primas tornaram-na parte integrante da economia reprodutiva do Antigo Regime. Por um lado, conforme assinalou PRADO JÚNIOR, o sentido da colonização nos trópicos tomou o aspecto de uma “vasta empresa comercial” em proveito do comércio europeu.² Por outro, no bojo destas relações, não somente a colônia mas também Portugal encontrava-se preso, de forma subordinada, na rede mercantilista. Esta subordinação foi tamanha que ingleses do século XVIII assim se referiram ao comércio português: “at the present the most advantageous that we drove anywhere”; ainda, “the very best branch of all our European commerce”.³

Neste ambiente mercantil, a **economia do ouro**, na colônia brasileira, constituiu-se integrada ao entreposto lusitano como apêndice benéfico à acumulação do sistema. As exportações auríferas foram substanciais e garantiram que a acelerada expansão da economia de mercado europeia não se travasse por escassez de numerário. A oferta do metal, além de dotar a Inglaterra de “uma grande flexibilidade à sua capacidade de importar, permitiu uma concentração de reservas que fizeram do sistema bancário inglês o principal centro financeiro da Europa”.⁴ Ademais, por se tratar o ouro de mercadoria-moeda utilizada como equivalente geral para as trocas, a sua demanda não conhecia limites. A dinâmica se dava pela oferta, ou seja, pelo limite físico de sua extração.

A economia aurífera alterou profundamente a estrutura da colônia. Ao contrário dos engenhos de açúcar, a mineração desnudou o interior do território abrangendo vasta

¹ A lógica da estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial encontra-se em NOVAIS, F.A., *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*, 5a. ed., São Paulo, Hucitec, 1989.

² PRADO JÚNIOR, C., *Formação do Brasil Contemporâneo*, 8a. ed., São Paulo, Brasiliense, 1965., p. 25.

³ Citado por Alan K. Manchester in “British Preeminence in Brazil”, North Caroline, 1933, p. 9. A referência foi colhida em FURTADO, C., *Formação Econômica do Brasil*, 22a. ed., São Paulo, 1987, p. 35.

⁴ Id. Ibid., p. 78. Nos cálculos do autor, as exportações de ouro da colônia brasileira atingiram a cifra máxima de 2,5 milhões de libras em 1760.

região, desde a serra da Mantiqueira até o extremo oeste da colônia. Também ao contrário dos engenhos de açúcar - que somente tinham sentido para homens de posse e dispostos a financiar um grande empreendimento - a economia mineratória ofereceu oportunidades para o homem destituído de recursos. De um lado esteve o minerador, patriarca e empreendedor no comando da massa de escravos, e de outro, pretos forros, mulatos e brancos gravitando em volta das minas e dos negócios que proporcionavam. ANTONIL testemunhou que o fluxo anual de pessoas em direção às minas foi alarmante e multirracial; referendou que “a mistura é de toda a condição de pessoas: homens e mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares e clérigos, e religiosos de diversos institutos muitos dos quais não têm no Brasil convento nem casa”.⁵

A exploração mineratória exigiu alta mobilidade da empresa devido à exaustão dos aluviões e especialização graças à liquidez do negócio. Em decorrência, a concentração de recursos nos trabalhos conduzia a grandes dificuldades de abastecimento. Face à oportunidade de vendas de carne para as minas, a atividade pecuária, que servia de suporte para subsistência da população e incipiente exportação de couros, obteve alento. Esta crucial dependência de gêneros, por parte dos mineradores, levou o sistema de transportes a desempenhar um papel fundamental, surgindo, em decorrência, mercado para animais de carga na colônia.

Na metade do século XVIII, grande parte da população colonial despendia inacreditável esforço na extração do ouro. A organização da atividade fomentou a urbanização no interior e as instituições de controle administrativo, bem como as funções de abastecimento, animaram a vida social. Se é verdade que a mineração aurífera teve fases determinadas, a colônia, na época, experimentava um período de apogeu.⁶

No final do século XVIII, a tradicional unidade entre capitalismo mercantil e economia colonial deixa de existir. Esta, que representava um estímulo à acumulação comercial, perde a função e o sentido. No bojo da Revolução Industrial, o nascimento de um modo de produção especificamente capitalista dispensou apoios externos e, mais ainda, exigiu a liquidação das economias coloniais. Na percepção de CARDOSO DE

⁵ ANTONIL, A.J., *Cultura e Opulência do Brasil*, Col. Estudos Brasileiros, Salvador, Liv. Progresso, 1955., ps. 185-186.

⁶ “Suas fases são quase fatais: descobrimento, um período de expansão febril, caracterizado pela pressa e semi-anarquia; depois, um breve, mas brilhante, período de apogeu e, imediatamente, quase sem transição, a súbita decadência, prolongada, às vezes, como uma lenta agonia. Tal é o ciclo do ouro”. PALACIN, L., *O século do ouro em Goiás*, Goiânia, Oriente/INL, 1979., p. 11.

MELLO⁷, o que era solidariedade transformou-se em oposição e o que era estímulo converteu-se em empecilho. Desde então, economia colonial e capitalismo passaram a guardar, entre si, relações contraditórias. Houve contradição entre capitalismo industrial e trabalho compulsório em face da exigência de generalização do assalariamento e da busca de amplos mercados. Houve contradição entre capitalismo industrial e monopólio colonial porque a remoção do último, além de eliminar o lucro comercial, permitia a apropriação direta dos mercados. Por fim, houve contradição entre capital industrial e exclusivo metropolitano porque somente a liquidação deste garantiria a produção e o comércio livres de restrições e preços fixados monopolisticamente.

O arcabouço do mercantilismo foi gradativamente desmontado no território da colônia brasileira. Primeiro, a Abertura dos Portos extinguiu o mecanismo do exclusivo metropolitano; segundo, a formação do Estado nacional impôs o fim da condição de dominação política e, no final do século XIX, a Abolição eliminou a forma de trabalho compulsório.

O século XIX compartimentou um rico momento de transição entre o arcaísmo colonial e as transformações modernas. Na história política brasileira, dois acontecimentos foram decisivamente marcantes: a Independência - seguida do processo de formação, consolidação e crise do Estado Imperial - e a Proclamação da República. No âmbito econômico, a abertura dos portos, as crises financeiras do Estado, o surgimento da economia cafeeira de exportação e o surto industrial emergente marcaram o período. E, no último quartel, a abolição da escravidão e a imigração estrangeira imprimiram nova face na organização sócio-econômica da nação.

A economia cafeeira foi responsável pela gênese industrial no país e pelo surgimento de uma redivisão inter-regional do trabalho. Não obstante o plantio de café haver sido efetivado também no Rio de Janeiro, no Espírito Santo e em Minas Gerais, o êxito maior da atividade aconteceu em São Paulo por motivos suficientemente esclarecidos na literatura econômica.⁸ As condições históricas favoreceram a economia cafeeira paulista e uma série de fatores foi responsável pelo seu dinamismo.

A partir da década de 1870 a economia cafeeira mercantil escravista viu acelerada sua crise. A mesma havia se expandido, em larga escala, usufruindo terras

⁷ CARDOSO DE MELLO, J.M., *O capitalismo tardio*, São Paulo, Brasiliense, 1982.

⁸ Trabalho específico neste sentido é o de CANO, W., "Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras (1850-1930)", in *Economia Brasileira na Primeira República*, São Paulo, Estudos Econômicos, vol. 15, n. 2, Publicações FIPE, 1985, ps.291-306.

próximas aos locais de embarque, valendo-se de custos suportáveis de transportes e de um plantel de escravos sem grandes problemas de suprimento. A partir da segunda metade do século, entretanto, o fim do tráfico negreiro, o conseqüente encarecimento dos escravos e a exploração de terras mais distantes do litoral comprometeram a acumulação de capitais.

Na análise de CARDOSO DE MELLO⁹ a economia mercantil escravista havia esbarrado, de forma crucial, na questão do recrutamento da força de trabalho: “havia homens mas o mercado de trabalho estava vazio”, pois nada “colocava em xeque” a população livre e pobre do país. No movimento de expansão da cafeicultura, os homens livres e pobres deslocavam-se para o interior ou acomodavam-se nas faixas inapropriadas para a lavoura de exportação e mesmo nas épocas de crise nada os afetava pois bastavam-se na produção de subsistência. Face a isto, a solução encontrada foi a imigração estrangeira que proporcionou a emergência do regime de trabalho livre no país.

Com esta nova dinâmica nas relações de produção, a economia mercantil exportadora ganhou fôlego para continuidade de sua expansão. CANO evidenciou que o potencial de acumulação da cafeicultura paulista ampliou-se consideravelmente com a introdução da rede ferroviária, do trabalho livre e das máquinas de beneficiamento do produto.¹⁰ Como resultante, o capital cafeeiro diversificou-se principalmente nas aplicações em estradas de ferro, bancos, comércio, eletricidade, agricultura de outros produtos e indústrias; desde então, a economia de São Paulo reteve condições para seu desenvolvimento.

No bojo do processo, o surto ferroviário foi fundamental. A expansão das lavouras paulistas tomou a direção “oeste” alcançando reservas de terras apropriadas e os transportes exerceram papel fundamental no deslocamento geográfico, tendo São Paulo “tido a sorte” de engendrar um sistema regionalmente integrado. De acordo com LOVE, “as ferrovias seguiam o café; a população e a prosperidade seguiam as ferrovias”. Para o autor, “provavelmente não se trata de coincidência o fato de que a imagem favorita que os paulistas têm de seu estado em relação aos demais é o de uma locomotiva puxando carros vazios”.¹¹

⁹ CARDOSO DE MELLO, J.M.C., op. cit., ps. 72-78.

¹⁰ CANO, W., *Raízes da concentração industrial em São Paulo*, 3a. ed., Série Estudos Históricos, n. 17, São Paulo, Hucitec, 1990.

¹¹ LOVE, J. *A Locomotiva - São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982., ps. 23-24 (grifo nosso).

De fato, o que elevou o dinamismo e a chegada do progresso, no bojo das transformações em São Paulo, foi a estrada de ferro inserida numa área capitalista de produção que avançou incorporando territórios limítrofes, levando progresso e proporcionando lucros. O sistema ferroviário paulista permitiu o rebaixamento dos custos da produção cafeeira, viabilizou acumulação pela apropriação de novas terras e atuou como desbravador da fronteira agrícola tornando economicamente viáveis áreas mais distanciadas, não somente buscando alimentos e matérias primas mas conduzindo produtos manufaturados de São Paulo.

Investigando os fundamentos da concentração industrial em São Paulo, CANO elucidou que a mesma foi decorrente de dinamismo daquela economia e não da apropriação de recursos subtraídos à “periferia nacional”.¹² As regiões brasileiras, ao contrário de São Paulo, ostentavam débil integração (ou mesmo nenhuma) com o comércio internacional, além do que não desenvolveram relações capitalistas avançadas e tampouco diversificaram suficientemente suas estruturas econômicas. Como resultante, em 1929 São Paulo já detinha 37,5% de toda a transformação industrial do país. Existiam incipientes indústrias na maioria das regiões; entretanto, o compartimento industrial paulista era eficientemente estruturado, ostentava maior produtividade e, portanto, melhores condições de competitividade. O potencial de acumulação de São Paulo era invejável e as atividades voltadas para o café, transportes, comércio e finanças estiveram umbilicalmente integradas naquele estado. Na verdade, ali se desenvolveram, simultaneamente, um conglomerado industrial e uma agricultura mercantil voltados para os mercados interno e externo.

A crise de 1929 forçou o engendramento de uma nova forma de crescimento industrial, proporcionando a São Paulo - compartimento de transformação mais avançado do país - a vantagem potencial de conquistar novos mercados. A partir de então, obrigatoriamente, a indústria “periférica” ficou condicionada em sua capacidade de expansão: poderia crescer desde que fosse competitiva ou vinculada à complementação industrial de São Paulo, e/ou cumprir o papel de abastecimento - alimentos e matérias primas - da economia paulista.

Investigar a conformação das estruturas sócio-econômicas de Goiás no bojo deste longo processo - do surto mineratório à crise de 1929 - constitui o objetivo da primeira parte do trabalho.

¹² CANO, W., *Raízes da concentração industrial em São Paulo*, op. cit., p. 259.

1. Apogeu e decadência da mineração em Goiás

A descoberta do ouro em Goiás (1722) introduziu no cenário colonial um terceiro “eldorado” depois de Minas Gerais (1696) e Mato Grosso (1719). O território, até então ocupado unicamente por indígenas (*goyases*) e quase desconhecido, entrou para a história como as *Minas dos Goyases*. Motivos diversos levaram ao início da exploração daquelas minas já nas primeiras décadas do século XVIII. Inicialmente importa saber quem promoveu e quem realizou a ocupação e sob que condições se deu o povoamento da região.

PALACIN enumera três razões imediatas que levaram ao descobrimento de tais jazidas. Primeiro, a busca de um caminho por terra “para substituir a longa e difícil via fluvial para Cuiabá”, o que era de interesse “vital” para as autoridades lusitanas; segundo, o “momento psicológico” era adequado para a preparação de uma bandeira exploradora em vista das descobertas em Mato Grosso e dos rumores da existência de ouro no coração da colônia, e, por último, o “momento político” também era bastante favorável devido ao desdobramento do território das Minas Gerais. Neste sentido, “a criação de um novo eixo mineiro seria a melhor resposta”, vindo de encontro aos interesses da Coroa e dos mineradores afastados das Minas Gerais.¹³

A averiguação mais detalhada destes aspectos fornece indicação da origem dos primeiros povoadores de Goiás e do caráter da atuação do Estado português no arbítrio dos conflitos coloniais da época. Provável que a causa geradora para o descobrimento de ouro em Goiás tenha sido decorrente da Guerra dos Emboabas nas Minas Gerais. O violento conflito acarretou significativas consequências: por um lado, inspirou a procura de novos assentamentos por parte dos sobreviventes derrotados, que consideraram injusta a invasão de suas minas pelos reinóis (*emboabas*); por outro, Portugal foi obrigado a intervir promovendo alterações político-administrativas e buscando nova acomodação para os mineradores expulsos. A insubordinação e a irreverência dos mineradores nas Minas Gerais, refletidas nos “choques dos primeiros descobridores com o elemento reinol adventício, atuaram no sentido de tornar indispensável a presença da força coercitiva ordenadora do Estado”.¹⁴ A guerra intestina, caracterizada pela violência das facções desejosas de supremacia, obrigou as

¹³ Palacin L., *O século do ouro em Goiás*, op. cit. ps. 12-14.

¹⁴ LUNA, F.V. e NERO DA COSTA, I., *Minas Colonial: Economia e Sociedade*, São Paulo, FIPE/Pionira, 1982., p. 9.

autoridades a colocar término na desordem e, somente mudanças na ordem político-administrativa teve fim a sangrenta luta emboaba. Diante do recrudescimento das paixões e da gravidade das revoltas, a solução encontrada foi a criação de uma nova capitania no centro, emancipando Minas de São Paulo.

Neste ambiente, insuflados pela Coroa, os habitantes de Piratininga inclinaram-se à procura de novas minas. As lendas com respeito ao “eldorado” no território central dos *goyases* estavam aguçadas no espírito aventureiro dos paulistas e na crença metropolitana. Todavia, possibilidades de ganhos reais explicam melhor o deslocamento bandeirante para o interior do que a existência de um espírito aventureiro ou sonho de riquezas quiméricas. Para reinóis e coloniais, as atividades mineratórias em Minas Gerais e Mato Grosso já haviam comprovado rentabilidade concreta e as chances econômicas oferecidas pelo empreendimento. Para o Estado português, o empenho em obter novas jazidas encontra explicação na tendência deficitária da Balança Comercial da Metrópole compensada pela extração do ouro colonial.

Estes eventos históricos tiveram grande importância na ocupação do território goiano. Antes do descobrimento do ouro em Goiás inexistia modalidade produtiva no território que não fosse a dos silvícolas nativos. Mesmo as pequenas pastagens extensivas de gado surgiram com a mineração nos primeiros núcleos de assentamento; em 1732 - surpreendendo as autoridades por não se utilizarem de rota oficial - “as primeiras boiadas para Goiás vieram dos currais do São Francisco”.¹⁵ Apesar de a região haver sido anteriormente vasculhada por caçadores de índios continuava até então isenta da presença do elemento branco. Os pioneiros foram coloniais oriundos de São Paulo, servidos de escravaria, que adentraram o território depois de expelidos das Minas Gerais pelos reinóis. Como pano de fundo destacou-se a presença do Estado português que, no interesse de angariar novos “descobertos”, incentivou a procura de ouro no planalto central engendrando a ocupação e o povoamento de Goiás.

Tais foram, em suma, os fatores históricos condicionantes da pioneira ocupação regional.

O povoamento de Goiás, em função da sua enorme extensão territorial, deu-se de forma vagarosa e diversificada. Logo de início, com a proliferação de descobertas auríferas ao longo de uma ampla superfície, a Coroa sentiu necessidade de aproximar-se com seu aparato administrativo. As *Minas dos Goyases*, que até 1749 haviam

¹⁵ FERREIRA DE SALLES, G.V., *Economia e Escravidão em Goiás Colonial*, Col. Teses Univ., n. 28, Goiânia, Ed. UFG, 1983., p. 98.

pertencido à capitania de São Paulo, obtiveram autonomia em meados do ano seguinte e uma das primeiras providências foi a delimitação oficial do território; com a intenção explícita de “pôr ordem em Goiás, tumultuado com os descobrimentos das aluviões auríferas (jazidas) da região, foi mandado... que certamente terá cuidado no delineamento de mapas”.¹⁶

Os limites da capitania de Goiás eram bastante vagos no século XVIII e a lógica de suas fronteiras esteve vinculada à necessidade de se resguardar as jazidas descobertas. Como as formações auríferas estivessem disseminadas - distanciadas entre si - os limites foram demarcados pelos grandes rios efetivando-se o represamento político de uma enorme superfície territorial. Basicamente o espaço compreendia ao norte as bacias do Tocantins/Araguaia e ao sul as bacias do Paranaíba/Grande e esteve caracterizado pela imensidão de terras de planalto e pela condição de fronteira aberta à penetração face ausência de obstáculos naturais.

As divisas “naturais” da capitania - os rios - menos que marcos de divisão, constituíram pontos de atração entre as populações ribeirinhas. Paulatinamente Goiás tornou-se *locus* de entrelaçamento e convivência de comunidades fronteiriças principalmente da Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará e Minas Gerais. O território foi se transformando em amostra das fronteiras internas da colônia, evidenciando diversidade de populações e acarretando divergências nos interesses sub-regionais. Uma das mais significativas dificuldades da coroa lusitana foi o controle das saídas e entradas naquelas minas. Em vista disto, suas vias de escoamento - mesmo antes da separação da capitania de São Paulo - foram restritas a um único caminho: a antiga rota das bandeiras de São Paulo posteriormente consagrada como a “picada de Goiás”. Esta rota vinha de São Paulo, seguia pela Vila de Jundiá, Jaguary e Mogy do Campo até atingir o sul de Goiás. Até mesmo a utilização dos “caminhos fluviais” ao norte da capitania foi objeto de proibição régia. A decisão favoreceu o comércio exclusivo de Goiás com São Paulo, pois, oficialmente só poder-se-ia atingir a Bahia, Cuiabá e Minas Gerais através de um longo percurso até o Registro de Jaguary. Dado que a exportação do ouro goiano e a importação de produtos pela capitania realizavam-se sob estrito controle fiscal, os carregamentos eram bastante onerados nesta rota oficial. Todavia, em função da dimensão gigantesca da superfície goiana e do espaçamento das jazidas, o contrabando tornou-se atividade costumeira. FERREIRA DE SALLES resgatou

¹⁶ “A influência do ciclo do ouro na cartografia colonial” in *Estudos das Cartas Históricas da Mapoteca da DSG*, Diretoria do Serviço Geográfico, EME, Rio de Janeiro, 1959., p. 40.

episódios de entrada de boiadas, fazendas secas e escravos, vindos da Bahia e Minas Gerais através de caminhos proibidos, onde os responsáveis foram “exemplarmente punidos”.¹⁷ Assim, em decorrência de sua geografia, Goiás possibilitou, desde os primórdios, a emergência de conflitantes interesses. A enorme superfície territorial - encurralada entre rios - acarretou dificuldades para a administração principalmente em função do distanciamento entre suas formações minerais.

Os primeiros arraiais do ouro foram erigidos no centro-sul da capitania tendo sido descobertos entre 1725 e 1731. A partir de então surgiram minas ladeando o rio Tocantins e a sucessão de descobertas ao norte prosseguiu até a metade do século quando mineradores da Bahia, Pará, Maranhão e Piauí estabeleceram-se na região.

A localização dos arraiais em Goiás, na metade do século XVIII, estendia-se por quase todo o território (mapa 01). Oficialmente foram delimitados e nomeados, ao norte os julgados de São João da Palma, Arraiais, Natividade, Traíras e Cavalcante; ao sul os de Vila Boa (capital), Meia Ponte, Santa Cruz, Santa Luzia, Pilar e Crixás. Os últimos constituíram o pólo hegemônico da capitania: estiveram mais próximos das decisões administrativas, comportaram atividades urbanas mais intensas e se aproximaram mais de um “conglomerado” devido ao menor distanciamento das jazidas e a maior densidade populacional. Na extremidade sul, bem na confluência das capitanias de Mato Grosso e Minas Gerais, situavam-se as minas do Desemboque. Por este local, aparentemente apartado da própria capitania e situado entre o vale do Paranaíba e as barrancas do rio Grande, cruzava a “picada de Goiás” ligando a capitania goiana a São Paulo. Servindo de ponto de passagem e estadia para mineradores, Desemboque, apesar de pertencer a Goiás, veio a florescer nesta condição de fronteira entre as três capitanias.¹⁸

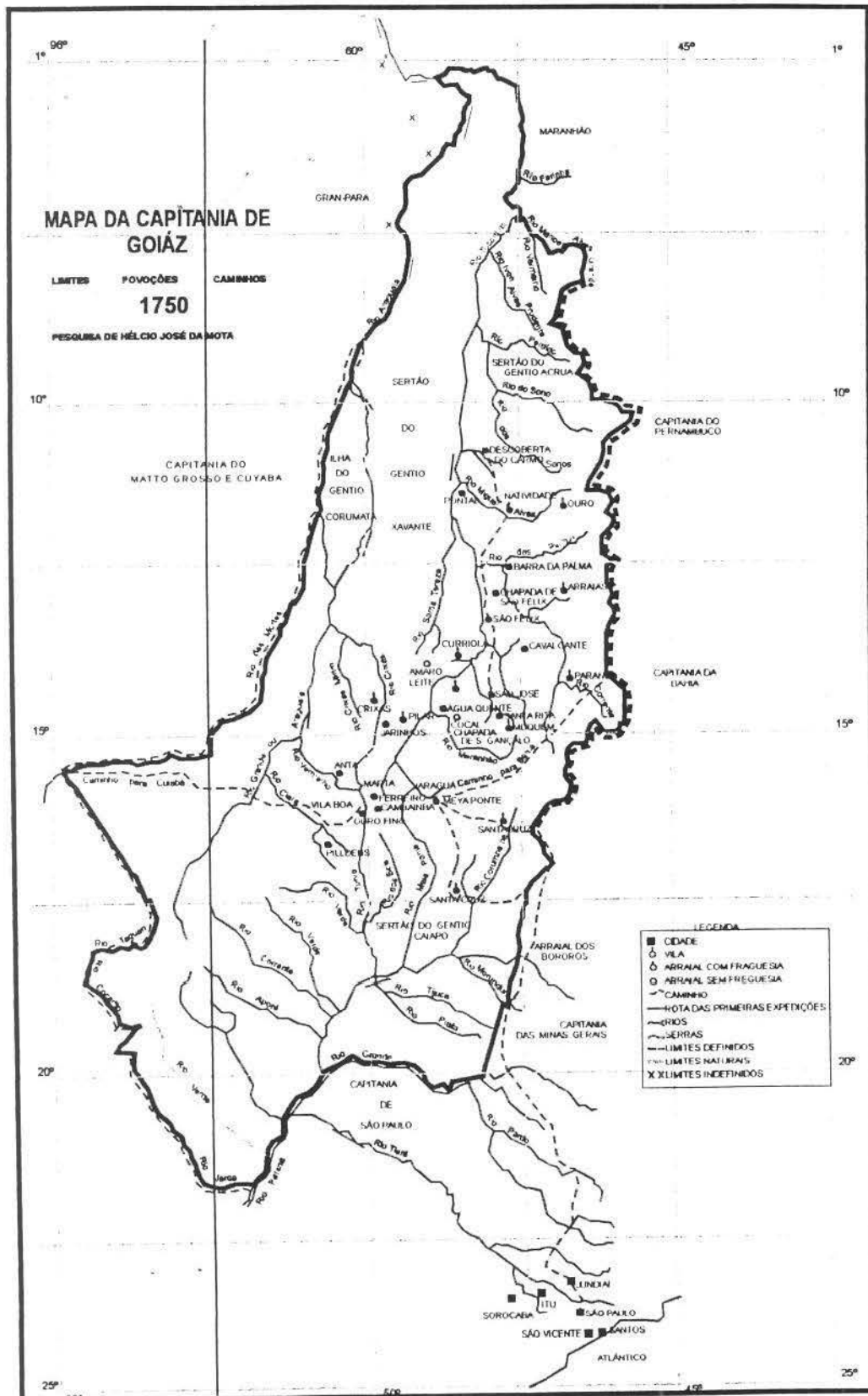
A população colonial na época, por contingência da atividade, tendia a ser nômade. Todavia, na metade do século XVIII os arraiais em Goiás apresentavam-se em consolidação e encontravam-se na abrangência das respectivas jazidas. Ao todo, o contingente demográfico da capitania representava no máximo 35.000 pessoas, das quais 16.800 escravos se contados através do censo de capitação.¹⁹ Evidentemente tal população tendia a não se apresentar estável. Contudo, depois de mais de trinta anos de seguida extração, os mineradores pareciam aquietar-se razoavelmente em função da

¹⁷ FERREIRA DE SALLES, G.V., op. cit., ps. 145-150.

¹⁸ O julgado do Desemboque foi a matriz de onde foram desmembrados os municípios que hoje formam o Triângulo Mineiro.

¹⁹ O cálculo é de PALACIN, L., op. cit., ps. 77-81.

CAPITANIA DE GOIÁZ (1750)



Fonte: Reproduzido de FERREIRA de Salles, "Economia e Escravidão em Goiás Colonial"
op. cit., p. 155

inexistência de “novos descobertos” como sugere o assentamento dos diversos arraiais. Pode-se captar uma certa vida urbana através das sólidas construções públicas erigidas na capital (Vila Boa) e em alguns aglomerados. Embora as cifras sejam imprecisas, houve considerável crescimento demográfico em Goiás a partir da segunda metade do século. A população atingiu cerca de 60.000 pessoas na década de 1780 indicando que o território, apesar de raramente ocupado, consolidara sua primeira etapa de assentamento definitivo.

Com relação à produção de ouro, comparando com o rendimento físico de Minas Gerais, a capitania goiana não foi expressiva. O ano de 1753 marcou o auge das extrações consubstanciando-se, daí por diante, gradual queda no rendimento (tabela 01). Nos dados da produção de ouro na colônia, Goiás contribuiu com menos de um quarto do volume encontrado em Minas Gerais que, mesmo em plena decadência sustentava níveis relativamente altos de extração. Interessante observar que houve sincronia no auge da exploração e no movimento descendente de produção das três capitanias do ouro. Certamente em função do esgotamento dos aluviões e do caráter da organização produtiva escravista utilizada na exploração geral de todas as jazidas.

Se a curva da extração de ouro, a partir da metade do século XVIII, teve tendência negativa, obviamente o comportamento da arrecadação dos impostos sobre o produto obedeceu a mesma configuração. A propósito, em Goiás, apesar de diversas tentativas, não se estabeleceu uma cota anual para o *quinto*, que seria em torno de 16 arrobas conforme frustrada intenção das autoridades.

TABELA 01
Produção de ouro na colônia brasileira
(em quilogramas)

Quinquênios	Minas Gerais	Goiás	Mato Grosso	Média Anual
1700-1705	1.470			1.470
1706-1710	4.410			4.410
1711-1715	6.580			6.580
1716-1720	6.580			6.580
1721-1725	7.000		600	7.600
1726-1729	7.500		1.000	8.500
1730-1734	7.500	1.000	500	9.000
1735-1739	10.637	2.000	1.500	14.137
1745-1749	9.712	4.000	1.100	14.812
1750-1754	8.780	5.880	1.100	15.560
1755-1759	8.016	3.500	1.100	12.616
1760-1764	7.399	2.500	600	10.499
1765-1769	6.659	2.500	600	9.759
1770-1774	6.179	2.000	600	8.779
1775-1779	5.518	2.000	600	8.118
1780-1784	4.884	1.000	400	6.284
1785-1789	3.511	1.000	400	4.911
1790-1794	3.360	750	400	4.510
1795-1799	3.249	750	400	4.399

Fonte: PINTO, V.N., *O ouro brasileiro e o comércio português*, São Paulo, CEN/MEC, 1979, Tabela 5, p. 114.

NB. A questão do **quantum** aurífero extraído na Colônia é matéria de controvérsia entre historiadores. Reproduzimos a tabela acima para servir de mera comparação relativa entre as produções das capitânicas do ouro.

A maior concentração aurífera esteve localizada em torno dos Pirineus e da serra Dourada, bem na área central do território goiano onde foram erguidos os povoados mais consistentes. As jazidas, descobertas ao acaso, foram exploradas por processos elementares e rudes. É fato consagrado na historiografia colonial que as autoridades não se preocupavam com a técnica de produção, mas tão somente com o fruto das arrecadações de impostos. Em Goiás, praticou-se a mineração de cascalho - mais facilitada que abertura de talhos nos morros ou trituração de rochas - tornando a exploração meramente superficial. A mineração de morro quase não foi praticada na região, o que não ocorreu em Minas Gerais. Os sítios auríferos foram trabalhados apenas na superfície e as rochas continuaram praticamente intactas em Goiás. Dizia-se na época que “o mineiro mais ignorante de Minas sabia mais de mineração que o mais sábio de Goiás, e o mais ignorante de Goiás conhecia melhor seu ofício que o primeiro de Mato Grosso”.²⁰

A economia aurífera goiana foi bastante modesta com relação à de Minas Gerais não somente com referência ao rendimento físico mas também em termos

²⁰ José Manuel de Siqueira, Memórias, apud Sergio Buarque de Holanda, “Metais e Pedras Preciosas”, in História Geral da Civilização Brasileira, I, Vol. 2, p. 287. Citação colhida in Id. *Ibid.*, p. 64.

demográficos, de prospeção do metal e de adensamento das jazidas, Todavia guardou particularidades que serão evidenciadas a seguir.

As atividades produtivas em Goiás, apesar da “especialização” do empreendimento mineratório, não se restringiram à extração do metal. O grande distanciamento e a decorrente dificuldade de abastecimento fizeram com que lavoura e pecuária coexistissem com a extração metalífera servindo de amortecedores para as crises. No início dos trabalhos inexistia preocupação imediata com a lavoura e mesmo que existisse a produção agrícola não se daria de imediato. Conforme testemunhou ANTONIL, a fome grassava em torno dos empreendimentos mineratórios.²¹ Como a esperança dos pioneiros era o rápido enriquecimento e o breve retorno ao litoral, pagavam alto preço pelos gêneros alimentícios. Com o tempo, entretanto, foram sendo implantados sítios de lavoura ao redor das formações auríferas. Em Goiás, de acordo com documento de 1756, havia, na época, “uma média de 500 *rosseiros* (sic) no território”.²² A criação de gado, por sua vez, aparentemente não constituía interesse primordial dos mineradores e o plantel ficou espalhado pelos campos - distanciado das jazidas - predominantemente ao norte da capitania.

Lavoura e pecuária não representavam grande significado econômico em termos de complemento de renda para a população goiana. Os empreendimentos agropecuários de maior escala eram gerenciados pelos próprios mineradores que deslocavam parte de sua escravaria para tais atividades. Porém, lavoura e pecuária já faziam parte de um amplo esquema que possibilitava a subsistência dos moradores. Conforme mencionado anteriormente, a população cresceu a partir da metade do século evoluindo de cerca de 35.000 para 60.000 em 1783. Neste mesmo período, contraditoriamente, a extração aurífera estava em franca decadência. Embora o rendimento-homem e a produção diminuíssem constantemente, a imigração assumia sentido inverso (quadro 01). Certamente a relativa decadência mineira explica esta tendência, ou seja, a imigração originou-se substancialmente de Minas Gerais. ZEMELLA corroborou que, com a decadência da produção aurífera em Minas, “muitos preferiram emigrar para outras capitanias”.²³ Porém, o negócio aurífero em crise e a população crescendo apontam que lavoura e pecuária forneciam possibilidade de exploração não somente complementar mas de pura sobrevivência em Goiás. Tanto que o período de mais

²¹ ANTONIL, A.J., op. cit., p. 189.

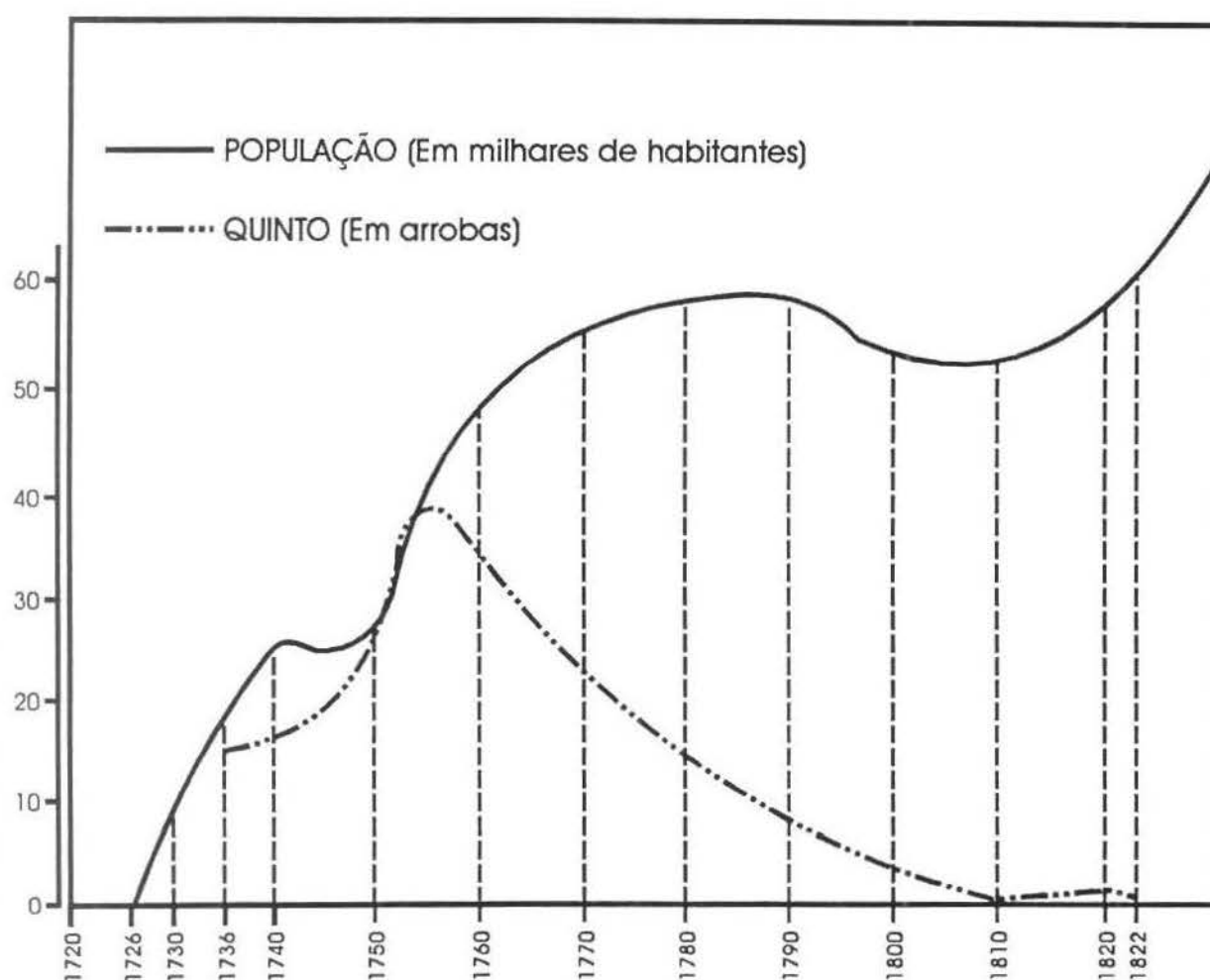
²² FERREIRA DE SALLES, G.V., op. cit., p. 92.

²³ ZEMELLA, M.P., *O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII*, São Paulo, Ed. USP, 1951., p. 262.

QUADRO
01

POPULAÇÃO E QUINTO

(Evolução provável de 1726 a 1822)



Fonte: PALACIN, L., "O século do ouro em Goiás" op. cit., p. 78

intensa produção agropastoril acontece entre 1763 e 1785 de acordo com o rendimento dos Dízimos e Entradas da capitania.²⁴ Dentro do período citado, nos anos de 1771 a 1773, Goiás atinge 40% da produção agropastoril de Minas Gerais, com a produção total de 249:133\$330. Neste triênio, “Minas Gerais decresce de seu nível habitual, rendendo a sua produção 629:640\$000 numa defasagem iniciada em 1769”.²⁵ Tais evidências sugerem que o aumento da população em Goiás, em plena diminuição da atividade aurífera, obteve na exploração agropecuária uma atividade de sustentação. A propósito, o depoimento de Alencastre no tempo de Luis da Cunha Menezes (1778-1783) foi bastante significativo: “as tendências todas da população se iam dirigindo para a lavoura, e para a indústria pastoril ... os quais procuravam cômodas localidades para fundarem estabelecimentos de lavoura e criação.”²⁶ Tanto que os preços dos produtos básicos alimentares sofreram queda paulatina na região como será visto adiante. Antes, porém, levando-se em conta o “período de apogeu” do ouro em Goiás, cabem algumas considerações quanto às possibilidades de acumulação mercantil regional.

De modo geral, o mecanismo do exclusivo metropolitano nega, em tese, qualquer oportunidade de substancial acumulação na colônia. Se a própria metrópole portuguesa estava presa a acordos bilaterais de comércio com a Inglaterra - que tolhiam sua autonomia - a colônia encontrava-se em piores condições. De modo específico, porém, a mineração, ao engendrar um circuito inter-regional de comércio no seio do próprio território, inaugurou possibilidades de negociações internas. Inclusive, tais negociações foram, para alguns, “incentivadas” pela própria metrópole e favoreceram a gênese de um capital mercantil no interior colonial. O exclusivo metropolitano “não conseguirá barrar o surgimento de circuitos internos de mercadorias, e *até mesmo os incentivará* na medida que aumentam a extração do produto áureo e representam novas fontes de taxaço”.²⁷

Se a acumulação maior dava-se via entreposto lusitano - mercadorias e ouro - a oferta de alguns gêneros alimentícios básicos para a população mineradora - servindo de suporte à atividade principal - não impedia tal processo, pelo contrário,

²⁴ “Mapa de Rendimentos da Real Fazenda da Capitania de Goiaz de 1762 a 1807” apud FERREIRA DE SALLES, op. cit., p. 372.

²⁵ Id. Ibid., p. 372.

²⁶ Alencastre, J.P.M., “Anais da Província de Goiás”, SUDECO/Gov. Goiás, Goiânia, 1979. Citação colhida em PALACIN, L., op. cit., p. 147.

²⁷ Esta tese, analisando a economia colonial em Minas Gerais, é de SANTOS, R.M., *O rascunho da nação: formação, auge e ruptura da economia colonial*. Tese de Doutorado, Campinas, IE-UNICAMP, 1985., p. 94 (grifo nosso) (mimeo).

proporcionava sua continuidade. Contudo, em termos de acumulação interna, as possibilidades devem ser relativizadas em alguns aspectos.

De um lado, Portugal dependia da extração aurífera em suas relações internacionais. Todavia, interessava ao reino não unicamente o ouro mas o máximo possível de vantagens que pudesse angariar. Neste sentido, a Coroa desenvolvera mecanismos que levaram ao limite a exploração colonial: além de impostos diretos cobrados pela utilização do solo - quinto e capitação - servira-se do sistema monetário, criando uma *moeda colonial*. “As moedas coloniais tinham os mesmos valores nominais das chamadas peças nacionais ou metropolitanas, mas continham 10% a menos de ouro ou de prata e por vezes a própria Casa da Moeda falsificava-as, diminuindo-lhes ainda mais o peso”.²⁸ Através do artifício a metrópole angariava uma remessa adicional disfarçada de mais de 10% de ouro sob a forma monetária. No engenhoso sistema de troca apropriava-se de outra parcela do excedente da economia mineratória e, por que não dizer, de parte dos ganhos das negociações internas.

De outro lado, o processo de mercantilização interna deve ser ainda relativizado - em termos regionais - por dois motivos. Primeiro, porque o comércio de muares esteve centralizado em praças maiores - como São Paulo - privilegiando as negociações nas mesmas. Minas Gerais teve sua criação própria dispensando importações e inclusive exportando muares para a Bahia.²⁹ Em Goiás, ao contrário, era difícil encontrar animais de carga fora do tempo da seca, época em que chegavam de São Paulo ou se encontravam de passagem para Mato Grosso.³⁰ Segundo, porque nas minas mais distanciadas - face ao custo elevado de transporte - lavoura e pecuária foram exploradas como atividades complementares obrigando mineradores ao deslocamento de parte da força de trabalho para rodízio no setor.³¹ Sendo assim, apesar dos efeitos positivos do comércio interno na colônia, a retenção de excedentes nas próprias regiões deve ser averiguada caso a caso.

²⁸ Cf. Buarque de Holanda, S. e Campos, P.M., “História Geral da Civilização Brasileira”, 2a. ed., São Paulo, DIFEL, 1968, apud CANO, W., *Economia do ouro em Minas Gerais (sec. XVIII)* publicada in Contexto n. 3., São Paulo, 1977, ps. 31-32 (mimeo).

²⁹ ZEMELLA, M.P., op. cit., ps. 251 e 262.

³⁰ Testemunho do viajante POHL, J.E., *Viagem no Interior do Brasil*, Rio de Janeiro, INL, 1951., p. 29.

³¹ Na segunda metade do século, “cerca de 30,0% dos escravos ocupava-se no serviço complementar à mineração. (...) Em Meia Ponte é possível que a grande maioria distribuisse pelos engenhos e roças, em precisão exata pela falta de dados na documentação de 1783”. E, nos julgados do norte, “a escravaria não declinava mas ainda é da vida rural que a maior parte se ocupa”. FERREIRA DE SALLES, G.V., op. cit., ps. 335-338.

Com relação a Goiás os indícios apontam que o minerador esteve fortemente voltado também para o cultivo agropecuário, tratando-se de importante especificidade regional no bojo da economia mineratória.

A qualidade das terras goianas, em sua quase totalidade, possibilitam seu aproveitamento agropecuário sem maiores restrições, pois apenas 14,5% do território não tem aptidão natural para o cultivo. Principalmente a área sul da superfície goiana ostenta potencial altamente produtivo, pois as melhores terras do país encontram-se na faixa transversal que parte do litoral abrangendo São Paulo, Paraná e avançando no sentido noroeste pelo Triângulo, sul de Goiás e Mato Grosso.³² Neste sentido, a aptidão e a qualidade da terra podem ter sido fortes condicionantes na dinâmica da produção agrícola ainda na economia mineratória. Por outro lado, o grande distanciamento das minas e as decorrentes dificuldades de abastecimento, certamente incentivaram a exploração agropecuária desde os primórdios. A febre dos preços alimentícios na colônia - com a mineração - havia sido impressionante: o feijão subira 220%, o açúcar 300%, o milho 1.300% e a farinha aumentara cinco vezes o preço do alqueire. O preço da carne bovina quase triplicara e o toucinho subira 500% a arroba.³³ Outros indícios de que o minerador em Goiás aproximou-se de agente produtor de alimentos serão alinhados no decorrer do texto. Antes, porém, deve-se prosseguir com a averiguação das possibilidades de acumulação mercantil na região.

O comércio acompanhava de perto os empreendimentos mineratórios. O nível da vitalidade mercantil media-se na razão direta da produção do ouro e do ajuntamento demográfico proporcionado pela atividade. Dado que em Goiás, tanto a extração do metal como o contingente populacional foram modestos com relação a Minas Gerais assim também se comportaram as negociações mercantis. No interior do território o comércio era feito através de lojas e de vendas - secos e molhados - e sua expansão se dava em função da vitalidade dos arraiais e do montante de ouro em circulação. O número de casas comerciais no século XVIII foi aumentando sensivelmente. Em 1783 a capitania contava com 74 lojas de fazendas secas, 33 vendas de molhados e 300 tabernas. Nestas últimas negociava-se bebidas e utilidades mais elementares como carne e grãos de cultivo local. A característica deste número relativamente expressivo de "taberneiros" foi a dificuldade de obter maiores rendimentos; serviam - no cotidiano - a população mineradora sobrevivendo de vendas a crédito e aguardo de colheitas para

³² DINIZ, C.C., *Capitalismo, Recursos Naturais e Espaço*, Tese de Doutorado, IE/UNICAMP, Campinas, 1987., ps. 53-58 (mimeo).

³³ SIMONSEN, R.C., *História Econômica do Brasil (1500-1820)*, 4a. ed., São Paulo, Cia Ed. Nacional, p. 301.

recebimento. O montante girado pelos mesmos era modesto e não dispunham do capital necessário.³⁴ Além do mais, os preços dos alimentos básicos baixaram sensivelmente em Goiás após a metade do século, embora oscilassem temporariamente em função de colheitas e entressafras. O boi, o feijão e o milho caíram constantemente de preços no período de 1736 a 1786.³⁵ Na suposição de que os escravos produziam para sua própria subsistência - mesmo que não o suficiente - tais pequenos comerciantes estiveram sujeitos ao rendimento das catas de “faiscadores”, ou seja, dependentes de uma população ambulante e sem produção estável. Portanto, a possibilidade de acumulação mercantil deve ter sido incipiente no âmbito deste circuito comercial.

A outra modalidade de comércio interno era feita através das lojas. A existência de 74 lojas de fazendas secas e apenas 33 de molhados sugere que objetos importados faziam parte da vida normal da população. Entretanto, os comerciantes preferiam inscrever seu estabelecimento na categoria de loja e não na de venda, como será adiante mencionado. Além do mais, as lojas podiam negociar também comestíveis - até uma quarta parte do valor total - tornando a distinção entre loja e venda obscura e dando lugar a uma mera casuística. Mesmo considerando que o grosso do giro de tais lojas fosse de manufaturas importadas, os preços, dada a distância, eram bastante majorados na etapa final.³⁶ Como se tratava de gêneros importados, os ganhos substanciais - na intermediação - ficavam com os comerciantes da metrópole ou do litoral. Desta forma, ao comerciante lojista goiano parecia também não existir folga o bastante para propiciar acumulação mercantil. Em suma, na atividade comercial interna pouco ou quase nada restava de excedente no território das minas goianas. Grande parte do comércio era feita em consignação por carência de capital sólido que amparasse os negócios. Mesmo nas Minas Gerais quase tudo era vendido “fiado”, reduzindo o capital de giro dos estabelecimentos a termos de falência - “fim comum a todos os comerciantes de Minas”.³⁷

³⁴ “Vendia-se a crédito, pago após a colheita. Valeu também o ouro de faiscagem, minguido, despretencioso, porém, constante”. FERREIRA DE SALLES, G.V., op. cit., p. 161. O ouro em pó, apesar dos inconvenientes de sua utilização, sempre foi utilizado nas transações internas em Goiás, sendo abolido somente após a Independência. Ver a propósito, PALACIN, L., op. cit., ps. 150-152.

³⁵ A afirmação foi baseada em pesquisa de FERREIRA DE SALLES, G.V., *Ibid.*, p. 170. A autora, no seu levantamento constatou que a oscilação de preços dos gêneros alimentícios em Goiás, dava-se em grande parte em função de semeaduras, colheitas e estoques disponíveis. Ver também, op. cit., p. 178.

³⁶ “Na comarca do sul de Goiás, em 1804, (importavam-se) as mercadorias do Rio de Janeiro, com os preços majorados em 60% em relação ao custo nos portos do mar. Na comarca do norte, as maiores compras eram feitas na Bahia, 80% mais altos os preços se comparados ao litoral”. *Id. Ibid.*, p. 171.

³⁷ “Roteiro do Maranhão a Goiaz”, anônimo, R.I.H.G.B., vol. 99, p. 60, apud ZEMELLA, M.P., op. cit., p. 166.

Com relação às *lavras*, por sua vez, a situação não foi diferente. Os empreendimentos mineradores caracterizaram-se pela alta utilização de mão de obra escrava; comparando-se o escravo - na atividade mercantil - a um “bem de capital” as *lavras* apresentaram alta relação “capital-produto”.³⁸ Neste sentido, a produção por escravo teria de manter-se a níveis suportáveis para garantia da rentabilidade e mesmo sobrevivência do empreendimento. Não obstante, a produtividade do cativo foi baixa e a produção modesta em Goiás. Em termos quantitativos, a produtividade esteve aquém da média das 200 gramas aventada por Roberto Simonsen para o minerador em toda a colônia (quadro 02). Nos primeiros vinte e cinco anos de mineração esteve acima da média; nos setenta anos restantes, a produção média de ouro por escravo-ano na capitania foi bastante incipiente.

As *lavras* operavam a custos cada vez mais elevados, ainda mais pelo fato de parte da escravaria estar voltada também para atividades complementares. O adiantamento de capital em escravos, a vida curta dos mesmos aliada à baixa produtividade nas minas fatalmente conduziram empreendimentos à insolvência e falência. Se alguns tiveram ganhos substanciais - que permitiram sua sobrevivência durante longo tempo - tiveram custos e gastos consideráveis se se considerar os altos impostos e o dispêndio com mercadorias importadas. Como no caso de Minas Gerais, o ouro beneficiou não o minerador mas o grande comerciante engendrando ilusória prosperidade nas minas. Um grande comerciante (Padre Guilherme Pompeu de Almeida) “enriqueceu extraordinariamente sem jamais ter visitado o território de mineração e limitando-se a ser o fornecedor dos mineradores, a quem expedia tropas sobre tropas, conduzindo víveres, ferragens, panos, armas, pólvora, produtos químicos etc., boiadas sobre varas de porcos etc.”³⁹

Ao lado do alto custo dos escravos, o minerador padecia do preço dos instrumentos de trabalho. O ferro, por exemplo, custava 3\$800 em Portugal, em Minas subia a 19\$200 e em Goiás alcançava 28\$800 o quintal. Na verdade, em toda a colônia houve brutal encarecimento da vida. ANTONIL constatou a tendência altista dos preços nas minas, inclusive percebendo que os mesmos subiram exorbitantemente em toda a colônia em decorrência da febre mineratória.⁴⁰ SIMONSEN também retratou o “mal estar econômico” que se estendia a toda a colônia com o encarecimento da vida.

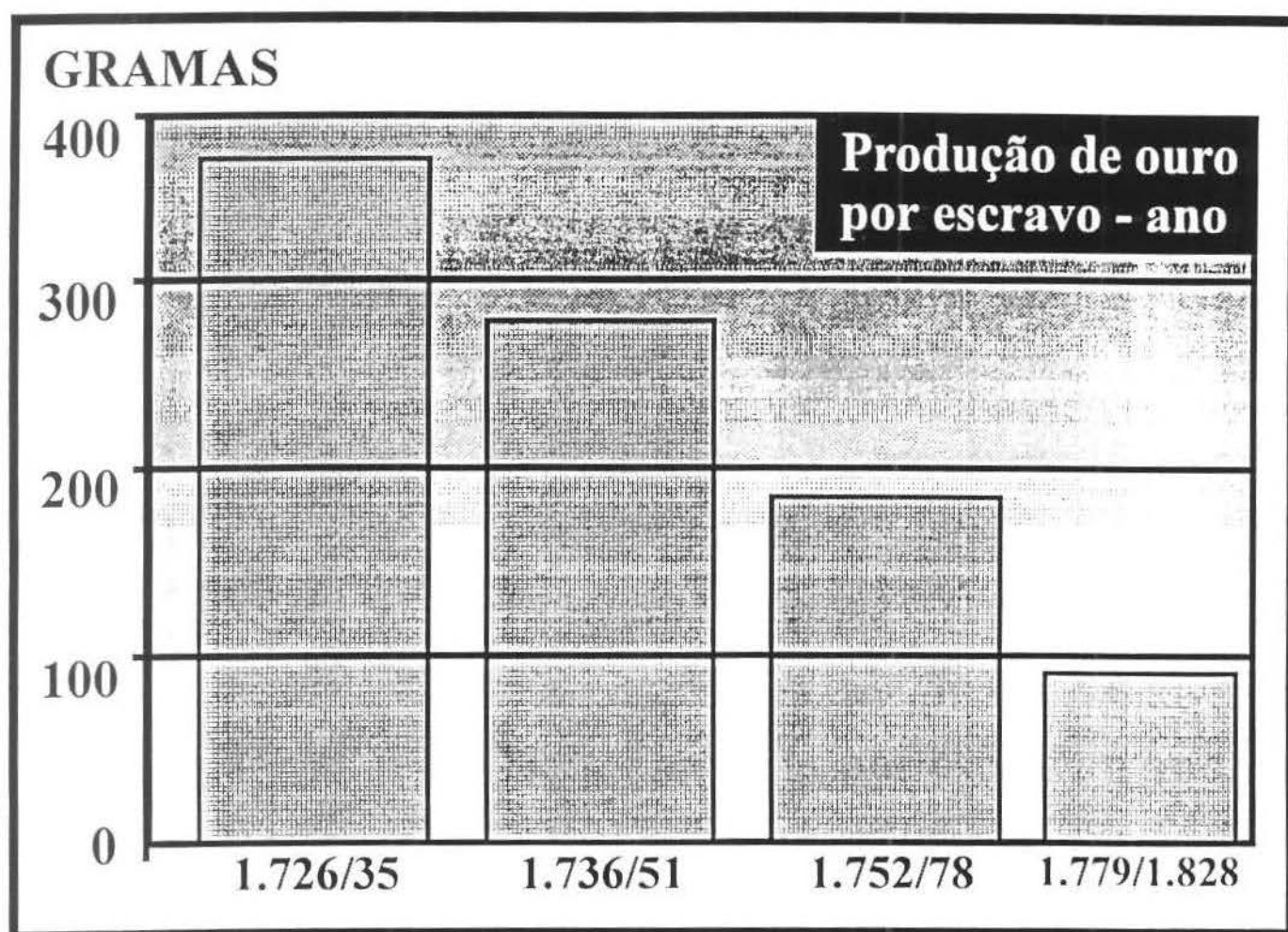
³⁸ Esta afirmação baseia-se na análise, para Minas Gerais, feita por CANO, W., op. cit., p. 26.

³⁹ Ellis Jr., A., “História de São Paulo”, cap. XIII, in Boletim Estadual de Estatística, São Paulo, n.9, 1940, p. 19, apud CANO, W., Id. Ibid., ps. 30-31.

⁴⁰ ANTONIL, A.J., op. cit., ps. 188-192.

QUADRO
02

PRODUTIVIDADE NAS MINAS DE GOIÁS



Fonte: Cartografia: Antônio T. Neto, apud, Palacin, L., "O século do ouro em Goiás" op. cit. p. 71

Baseado em Taunay, registrou “altas enormes” de preços principalmente nos produtos básicos alimentares.⁴¹

A análise de acumulação mercantil no âmbito da colônia, e em Goiás em particular, não poderia ser estendida mais em função do perigo de utilização de categorias anacrônicas externas ao ambiente sócio-econômico da época. Evidentemente os homens do século XVIII não estavam agarrados a uma mentalidade racional contábil. FERREIRA DE SALLES, que sistematizou análise contábil de algumas sociedades de mineração em Goiás, concluiu que “descuidados no planejamento de suas empresas, os resultados dos negócios eram sempre irregulares e os cálculos incorretos. Avessos às inovações técnicas, apegavam-se a um empirismo conservador, talvez o responsável pelos lucros reduzidos”.⁴² Não é demais frisar que conceitos como “lucro”, “prejuízo” e “empresa” devem ser questionados e determinados historicamente e não tomados como regra geral ou dados naturais. Com frequência, a análise histórica tem cometido simplificações tornando o momento colonial “arremedo primário da racionalidade capitalista, traduzida na utilização do rótulo ‘pré-capitalista’ ou então na mentalidade econômica moderna, como equivalente à contemporânea, fazendo do passado mera ficção do presente”.⁴³ HIRSCHMAN, talvez de forma exagerada, também desenvolveu a idéia de que ganhar dinheiro e comerciar, nos séculos XVII e XVIII, não podem ser vistos na concepção moderna posto que mais se aproximaram de “atividades inocentes e *doux*”.⁴⁴

O que impeliu o branco europeu para a atividade mineratória, em um ambiente hostil e desconhecido, foi a procura do ouro, ou seja, da riqueza. Todos eram filhotes do mercantilismo, buscando ganhos no comércio, no comando de escravos, na pilhagem, no contrabando e mesmo na sorte. Porém, tudo indica que esta busca de ganhos reais esteve desprovida do sentido da racionalidade e fundada numa espécie de código de *status* da época. Em Goiás, o *ethos* do minerador e do comerciante esteve mesclado de forte dose desta peculiar mentalidade. Ser minerador não era tão somente uma ocupação, mais que isto, uma constante “aspiração dos habitantes”, na verdade um alto título de honra de que todos se orgulhavam e se esforçavam para ostentar. A tal ânsia de *status* nem os comerciantes escapavam ilesos: preferiam inscrever seu

⁴¹ SIMONSEN, R.C., op. cit., p. 301.

⁴² FERREIRA DE SALLES, G.V., p. 408 (grifos nosso).

⁴³ FERLINI, V.L.A., “Estrutura Agrária e Relações de Poder em Sociedades Escravistas: perspectivas de pesquisas de critérios de organização empresarial e de mentalidade econômicas no período colonial”, in *Revista Brasileira de História*, n. 22, São Paulo, Marco Zero, 1991., p. 36.

⁴⁴ HIRSCHMAN, A.O., *As paixões e os interesses*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

estabelecimento na categoria de loja do que na de venda, “apesar de esta ter menos imposto e gozar do privilégio de uma negra livre de capitação. Explicava maliciosamente o (governador) Conde dos Arcos: preferem ser tidos como *mercadores* que como *vendilhões*, mesmo que fosse à custa da bolsa”.⁴⁵

Esta peculiar mentalidade esteve presente em todas as instâncias da vida sócio-econômica regional. Se, de um lado, mineradores e comerciantes foram astros na façanha do ouro, de outro, o aparelhamento administrativo deu sentido e lógica ao ambiente, pois tudo ocorria sob os olhos controladores da coroa lusitana. No território goiano, distanciado léguas e léguas do litoral, o punho do soberano português mostrava-se presente e eficaz. Mesmo em se tratando de amenidades cotidianas, o poder de decisão era extremamente centralizado e executado - inacreditavelmente - pelo próprio Rei de Portugal. Os governadores e demais autoridades não passavam de meros executores da vontade régia.⁴⁶ Contudo, a vida social escapava pelos poros da organização: uma massa flutuante de pessoas, sem ocupação definida, gravitava pelos caminhos e arraiais sobrevivendo de migalhas que as minas proporcionavam; um sem número de moradores em sítios e roças, com seus poucos escravos, espalharam-se irregularmente pela extensa área territorial e, na sua condição de alavanca do processo, o elemento negro desempenhou importante papel sendo, neste período da mineração, tratado com a costumeira brutalidade.⁴⁷ Os indígenas, que não haviam sido ainda dizimados ou escravizados, eram capturados e “administrados” em aldeias implantadas pelas autoridades. A mineração foi aberta à participação de homens destituídos de maiores recursos, mas impossibilitava grandes oportunidades de ascensão social para os mesmos.

Levando-se em conta a organização e as peculiaridades da economia aurífera em Goiás, que futuro poder-se-ia antever para a região? Conforme mencionado, grande

⁴⁵ PALACIN, op. cit., p. 86 (grifos nosso).

⁴⁶ “Uma das coisas que mais surpreendem, de início, ao investigador dos tempos coloniais é a extrema minuciosidade das atenções de Lisboa com respeito aos locais da colônia. A milhares de quilômetros de distância, e com um tempo de comunicações que, no caso de Goiás, oscilava num mínimo de um-dois anos entre a informação e a resposta, o governo central descia à microprovíncia de enviar uma repressão-castigo a um tesoureiro por suas intrigas no deserto registro de Duro, ou era solicitado a decidir qual seria o meio eficaz para assegurar que os fiéis da paróquia de Pilar pagassem os direitos de estola a seu vigário”. (*Duro e Pilar* eram isolados arraiais da Capitania de Goiás). De resto, nem o próprio governador escapava da vigilância do soberano: “Nem ele, nem autoridade alguma podia realizar qualquer despesa fora do estabelecido, sem expressa licença”. PALACIN, L., *Subversão e Corrupção: um estudo da administração pombalina em Goiás*, Goiânia, Ed. UFG, 1983, p. 45.

⁴⁷ Sugado até o limite de suas forças “o escravo tinha uma vida muito breve: dez anos em média, segundo os camaristas de Vila do Carmo. (...) A brutalidade desta vida cerrada por todos os lados é que empurrou o escravo a fugir para os quilombos... não há (em Goiás) praticamente arraial sem a sombra de seu quilombo”. Id. Ibid., p. 90.

parte da população estava voltada para a subsistência na agropecuária. Sendo assim, tudo indica que, mesmo que não se esgotassem as jazidas e a produção continuasse na média - dada a mesma técnica de extração e as relações de trabalho - o plantel de escravos, em vista da ausência de novas descobertas, seria renovado concomitantemente com o desgaste dos instrumentos de trabalho e a população aumentaria em função de seu crescimento vegetativo e/ou de imigrações. O aumento gradual da população redundaria em exploração agropecuária de subsistência - face a carência de novos estímulos - e o circuito inter-regional de mercadorias conservar-se-ia no patamar costumeiro. O grande problema do minerador seria a aquisição de novos escravos e a reposição do desgaste dos instrumentos de trabalho. Dado o baixo rendimento homem-produto, evidente que o empreendimento só poderia prosperar se a jazida fosse crescentemente abundante e de fácil extração. No caso, se a produção estancasse na média - mesmo sem o esgotamento dos aluviões - sua derrocada seria questão de tempo. Não é por outra razão que a corrida atrás de novos "descobertos" foi uma constante, assim como o abandono de minas de parco rendimento. Por outro lado, pode-se antever que, com esgotamento dos aluviões a economia de subsistência seria acelerada. Temporariamente haveria um fluxo maior de compra e venda de escravos entre as minas e consequentemente certa transumância humana. Porém, o grosso da população que não conhecia outro *modus vivendi*, mormente depois de quase um século na atividade, encontrava-se mal ou bem instalado nos esparsos núcleos do interior. Por conseguinte, não teria para onde ir, tendo que socorrer-se da agropecuária de subsistência e, neste caso, o circuito inter-regional de mercadorias estaria fatalmente condenado.

Em nenhuma das hipóteses o futuro prometia ser brilhante para a capitania em termos de desenvolvimento mercantil. Na verdade, o entrave crucial da economia aurífera não estava no esgotamento das minas. Encontrava-se no *escravismo*. A estrutura escravista impediu diversificação econômica fornecendo resposta a diversas questões. Por primeiro, o regime escravista bloqueou possibilidades de inversões tecnológicas e conduziu a uma economia de baixos rendimentos e caráter eminentemente predatório. O crescimento da atividade se deu em função da agregação de fatores, de forma extensiva e através da dilapidação da natureza. Em segundo lugar, as relações escravistas, além de implicar em limitação do mercado interno, cercearam o surgimento de tensões sociais que pudessem conduzir a transformações sócio-econômicas. No caso de ruína de um empreendimento baseado no trabalho cativo

perdem aqueles que têm maiores capitais investidos em escravos: liberta-se parte dos mesmos devido ao alto custo de manutenção e utiliza-se parte em atividades complementares e mesmo suntuosidade. O sistema pode perder sua vitalidade que a tendência será a de conservar sua estrutura. O escravismo sobrevive e passa a exibir mais importância como base de uma organização de poder do que realmente como forma de organização produtiva.

No último quartel do século XVIII, tanto a mineração em Goiás como nas demais regiões auríferas da colônia brasileira estavam em franca decadência. Conforme reiterou PRADO JÚNIOR, “a mineração sofre o seu colapso final” pois tinham-se “esgotado praticamente todos os depósitos auríferos superficiais em toda a vasta área em que ocorreram”.⁴⁸ Como resultante, à medida em que o sistema atrofiava, perdendo vitalidade, a população tendia a desagregar-se em economia de subsistência. FURTADO afirmou que “em nenhuma parte do continente americano houve um caso de involução tão rápida e tão completa de um sistema econômico constituído por população principalmente de origem européia”.⁴⁹

Evidente que os autores acima estavam pensando no grande empreendimento aurífero das Minas Gerais. Em Goiás, o “colapso final” da mineração não foi inesperado - pois já se anunciara a partir da metade do século XVIII - tampouco súbito pois perdurou por mais de meio século. Também não se poderia garantir que a população goiana fosse “principalmente de origem européia” como será evidenciado através da composição demográfica regional.

A queda do rendimento nas minas goianas prolongou-se de forma vagarosa mas constante. A partir de 1778 a baixa na produção foi alarmante, embora a diminuição do rendimento-homem já se insinuasse desde décadas anteriores. Em 1779, pela primeira vez o quinto não alcançou as quinze arrobas e daí por diante foi decaindo irreversivelmente. No final do século, o quinto oscilava em torno de 6 arrobas quando uma falsa euforia alimentou, mais uma vez, o sonho dos mineradores em Goiás: em plena decadência, a partir de 1809, explorou-se febrilmente minas em Anicuns, localidade bem próxima da capital. As mais animadoras esperanças foram depositadas no empreendimento. Contudo, foram tão rapidamente desfeitas que, em 1820 a mineração em Anicuns consistia apenas vaga lembrança e o quinto não atingiu sequer uma arroba na capitania. A possibilidade de extração de ouro continuou a existir em

⁴⁸ PRADO JÚNIOR, C., *História Econômica do Brasil*, 32a. ed., São Paulo, Brasiliense, 1985., p. 86.

⁴⁹ FURTADO, C., op. cit., p. 86.

Goiás e esporadicamente cobriu todo o século XIX, no entanto, como atividade relevante a labareda aurífera havia se extinguido.

Importa que a capitania foi palco de uma lenta transmutação produtiva onde o extrativismo foi sendo vagarosamente substituído pela lavoura e pecuária de subsistência, tendência que vinha se anunciando mesmo antes do esgotamento das minas. Mineração-lavoura-pecuária constituiu, desde o início, um “complexo” interdependente. Tais atividades foram complementares e a produção de gêneros alimentícios indispensável para continuidade da extração e abastecimento dos arraiais. Com o gradativo esgotamento das jazidas houve significativo aumento de explorações rurais evidenciando mudança no caráter de exploração destas atividades e produzindo-se, desta feita, quase que unicamente para a própria subsistência.

A maioria dos habitantes plantava para o auto consumo e pouquíssimos produtos eram enviados para fora da região. Em 1804, no Mapa da Produção de Goiás constaram algodão, açúcar, fumo, couros, café, trigo, aguardente, reses, marmeladas, porcos, arroz e feijão como produtos originários da atividade rural. Alguns deles, embora em pequena escala, eram colocados no comércio inter-regional. FERREIRA DE SALLES citou a passagem de 1074 arrobas de açúcar e 1552 medidas de aguardente pelo Registro de Mogi das Cruzes em 1801 procedentes de Goiás.⁵⁰ O viajante SAINT HILAIRE, em 1819, visitou uma fazenda no sul de Goiás que vendia açúcar e aguardente em mercados locais “reservando” o algodão para venda no Rio de Janeiro. Porém, como reconheceu o viajante, tratava-se de uma fazenda que constituía exceção no território de Goiás.⁵¹ Nas primeiras décadas do século XIX, consta que Goiás exportou açúcar, aguardente e outros gêneros para Mato Grosso, entretanto, os dados precários não permitem avaliação real do vulto da produção e do comércio goianos no limiar do século XIX.

A transição entre as atividades mineratória e agropecuária pode ser captada pelo aumento do número de estabelecimentos rurais na região. Em 1756 haviam, em Goiás, 500 sítios de lavoura: em 1796, os sítios com roças estabelecidas somavam 1.647 e, em 1828, foram detectados 2.380 aproximadamente. Neste período de 32 anos houve um crescimento de 733 núcleos de lavoura, correspondendo a quase 70% de aumento.⁵² O número de engenhocas e engenhos também foi crescente no período e a pecuária

⁵⁰ FERREIRA DE SALLES, op. cit., p. 377.

⁵¹ SAINT HILAIRE, A., *Viagem à Província de Goiás*, São Paulo, Edit. USP, 1975., p. 99.

⁵² Os dados são resultantes de pesquisa da historiadora FERREIRA DE SALLES, G.V., op. cit., ps. 358 a 362.

extensiva ganhou maior vulto na decadência das jazidas: em 1796 haviam 522 fazendas de gado na região e, em 1828 atingiu 702 estabelecimentos.

O norte de Goiás destoava do sul com relação à modalidade produtiva. Nos julgados do sul, em 1796, haviam 1.189 sítios de lavoura e nos julgados do norte apenas 458. Já em 1828, o sul apresentava 1.476 sítios e o norte 910 totalizando as mencionadas 2.380 roças. Com relação à pecuária a situação foi oposta: nos julgados do sul haviam em 1796, apenas 121 fazendas de gado contra 401 fazendas no norte. Em 1828, no sul, haviam 156 fazendas e, no norte, 546 estabelecimentos. Sendo as jazidas auríferas do norte menos expressivas, o declínio se dera mais rapidamente naquela fração setentrional e a pecuária extensiva fôra precocemente fomentada naqueles recantos. O ouro do norte da capitania nunca fora abundante: desde 1754 a produção goiana nortista não mais excedera sequer a metade da extração aurífera do centro-sul. Por esta razão, o pastoreio foi mais característico do norte de Goiás e as fazendas do sul, na época, produziam pouco gado.

O próprio governo, com o desaparecimento do ouro, incentivou a atividade agropecuária com isenção de dízimos, suspensão de medidas que proibiam a navegação fluvial e revogação do alvará que não permitia a instalação de manufaturas na capitania. Entretanto, Goiás experimentou, nos primeiros anos do século XIX, uma etapa decadente em termos de comércio. “Em 1823, as importações goianas representavam menos do que 50% do seu valor em 1806”.⁵³

No bojo do processo de decadência, detectou-se certa transumância interna da população de Goiás. Testemunhou Saint Hilaire que, com a ruína da mineração, os moradores foram abandonando os “núcleos urbanos” em direção ao campo, ruralizando a vida social na maior parte do território. Com a população enfronhada nos campos, na primeira metade do século XIX encontrou-se ruínas de antigas povoações, casas abandonadas e igrejas “caindo aos pedaços”. Neste estado de regressão, as relações monetárias involuíram drasticamente: sem condições de pagar os impostos, escrevia Saint Hilaire na época de sua viagem, “os colonos abandonavam suas habitações, retiravam-se para os desertos, e aí perdiam até os elementos de civilização, as idéias religiosas, o hábito das uniões legítimas, o conhecimento da moeda, e o uso do sal”.⁵⁴

⁵³ BERTRAN, P., *Uma Introdução à História Econômica do Centro Oeste do Brasil*, Brasília, CEDEPLAN/UCG, 1988., p. 29.

⁵⁴ Saint Hilaire, A., “Viagens às nascentes do rio São Francisco”, I, p. 286. apud PALACIN, L., *O século do ouro em Goiás*, op. cit., p. 157.

Todavia, mesmo no quadro decadente da mineração, a transumância demográfica para fora de Goiás não foi relevante, confirmando a hipótese de que, depois de décadas no interior, as gerações perderam os vínculos e atrativos com o litoral da colônia. Em 1783 calculava-se em Goiás cerca de 60.000 habitantes. Se antes, em 1750, haviam cerca de 35.000 moradores, a população havia crescido significativamente. Entretanto, o censo de 1804 delegou para a capitania apenas 50.365 habitantes evidenciando diminuição de cerca de 20% do contingente. Apesar desta involução, o grosso da população não tinha para onde ir, mormente depois de longo tempo na mesma atividade e lugar. Tanto que, em 1804 quase a metade dos habitantes continuava concentrada em Vila Boa, Meia Ponte e Traíras, os três julgados maiores da região. No sul de Goiás, a vida urbana, em pelo menos dois aglomerados, não foi arruinada com a ruralização demográfica. Vila Boa, na condição de centro administrativo e sede do funcionalismo reteve grande parte de seus cidadãos e sustentou algumas atividades comerciais locais. Meia Ponte, por sua vez, gozava de posição privilegiada no entroncamento das vias de comunicação inter-regionais. Conforme registrou CAPISTRANO DE ABREU, Meia Ponte, além de ponto de intersecção da rota São Paulo-Goiás, tinha acesso aos caminhos, ao leste, para Minas Gerais via Santa Luzia e Paracatu; para Pernambuco, via norte de Goiás e também para o extremo oeste em direção a Cuiabá.⁵⁵ Com efeito, Meia Ponte, apesar da decadência da mineração, conservou fisionomia urbana, tanto que, em 1830 foi sede do primeiro jornal publicado com regularidade durante vários anos em Goiás.

A composição da população, no início do século XIX, evidenciava que a sociedade goiana atingiu um significativo grau de mestiçagem. “Pretos e pardos” somavam quase a totalidade do contingente (85,95%) e os “brancos” minoria (14,05%). Neste quadro fica patente a forte dose de contribuição do sangue africano e indígena na amostra demográfica. Na condição de “livres”, por sua vez, estavam 62,26% dos habitantes e, na de “escravos”, 37, 74% do total (quadro 03).

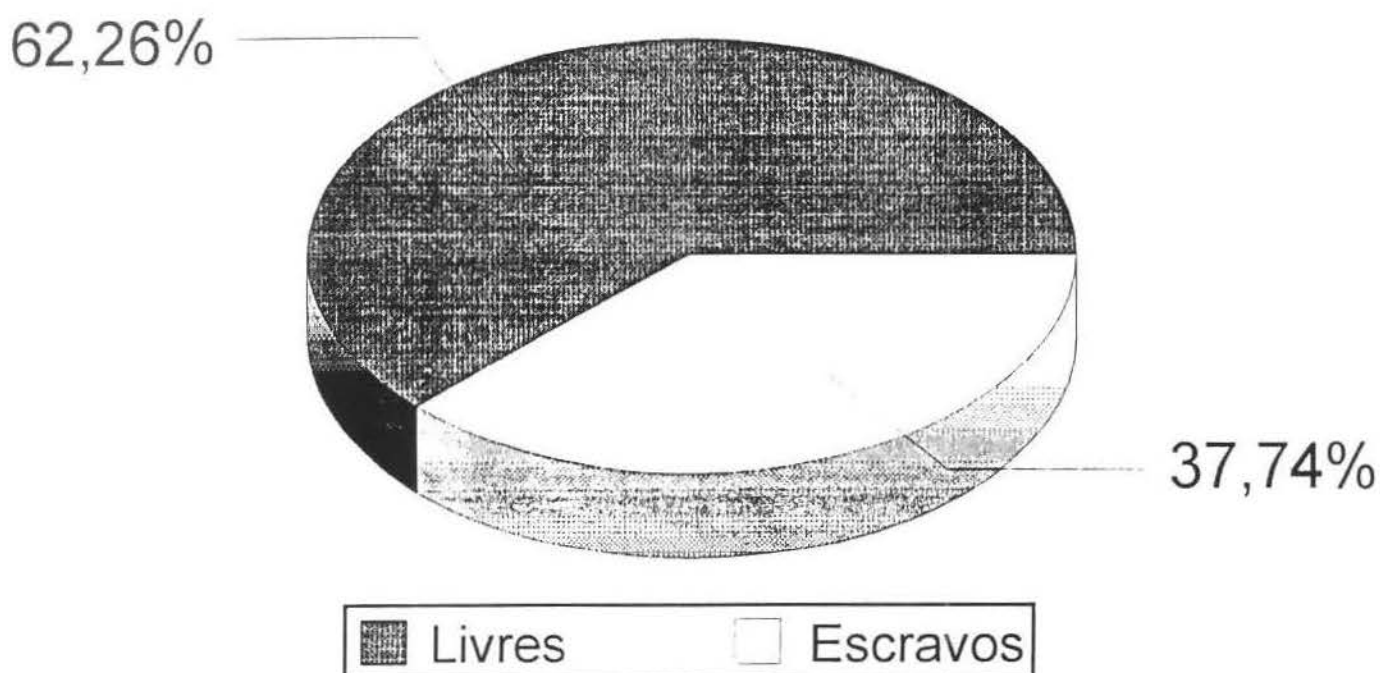
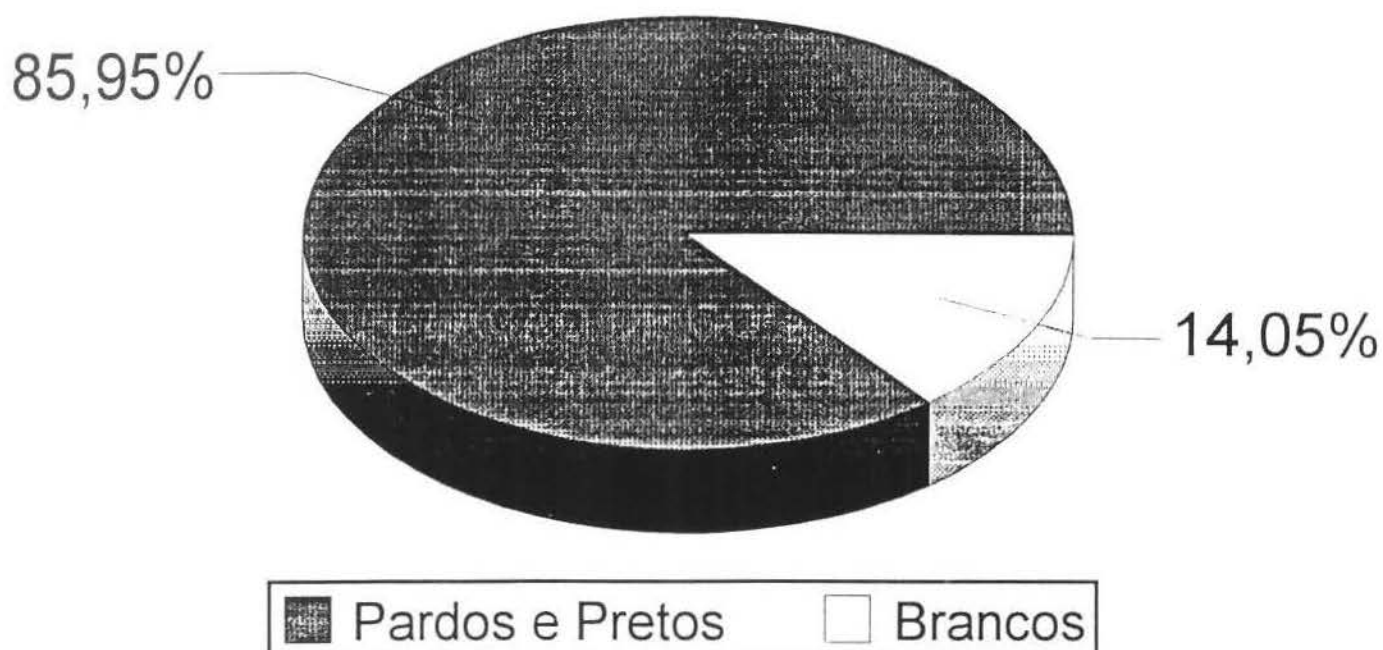
Tudo indica que, no vagaroso esgotamento da mineração grande número de escravos teve sua liberdade “consentida”. CANO percebeu, analisando o caso de Minas Gerais, que a libertação do escravo era consentida (e não conseguida) porque o mesmo passava a constituir oneroso encargo na decadência da mineração. Em suas palavras, “sucateava-se compulsoriamente a ‘máquina’”.⁵⁶ Em Goiás, PALACIN referenda

⁵⁵ CAPISTRANO DE ABREU, J., *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, Rio de Janeiro, Sociedade “Capistrano de Abreu”, 1960, p. 84.

⁵⁶ CANO, W., op. cit., p. 35.

QUADRO
03

POPULAÇÃO DE GOIÁS - 1804 (composição)
Branco 7.131, Pardos 16.531, Pretos 7.943, Escravos 19.159



quadro similar registrando que “na capitação de 1745, os negros forros, que pagaram capitação, foram 120, quando o número de escravos chegava a 11.000, ou seja, pouco mais de 1,0%. No recenseamento de 1804, os negros livres eram em número de 7.936, ou 28,0% do total de pretos”.⁵⁷ A progressão de mulatos também foi bastante substancial e a ausência de mulheres brancas proporcionou mestiçagem em grande escala. Em 1804, os mulatos em Goiás somavam 15.452, ou seja, mais de 50,0% da população livre. Por seu lado, pretos livres e mulatos constituíam 77,0% da população livre. As poucas famílias brancas - de posse - que sobreviveram à ruína econômica concentravam-se nos núcleos mais adiantados da capitania e no norte “havia lugares em que não se encontrava um só branco”. Ao elemento negro restou, dentro de suas limitadas oportunidades, poucas formas de organização, reunindo-se regularmente em confrarias e fundando igrejas em quase todos os arraiais e vilas.⁵⁸ O arrefecimento da atividade mercantil em Goiás amenizou o tratamento ao escravo. Tornou-se necessário poupar-lhe a vida - pois a aquisição de novos cativos tornava-se difícil - e a rigidez costumeira nos tratos foi afrouxada. De qualquer forma, o contingente de escravos em Goiás foi bastante modesto em relação a Minas Gerais: mesmo na época de auge da mineração, como será abordado, não atingiu sequer 20.000 elementos.

Depois de esgotada a febre da extração aurífera em Goiás, o alvorecer do século XIX evidenciou o resultado de um longo período colonial para a região. Uma das heranças mais significativas foi a delimitação do território aglomerando politicamente uma superfície imensa, alongada de sul a norte, sem dificuldades de penetração. A capitania assemelhou-se a um mosaico desarticulado, voltado para fora de si mesmo, em decorrência de sua peculiar posição geográfica e da diversidade de “ilhas” de populações em seu território. Os caminhos abertos na era colonial - mesmo que desativados ou raramente utilizados - constituíram um rascunho para vias potenciais. Na parte sul, o julgado de Meia Ponte encontrou-se privilegiado neste sentido pois nascera no entroncamento das estradas que davam ao norte da capitania e na rota que ligava a São Paulo e ao Rio de Janeiro. Ao norte, restou a possibilidade de navegação pela bacia do Tocantins e Araguaia e a nordeste alguns caminhos entrosavam populações da Bahia, Piauí e Maranhão com a de Goiás.

Outro legado colonial foi a estrutura fundiária que se conformou em Goiás através da posse. Se mesmo nas áreas da colônia ligadas à grande lavoura a posse era

⁵⁷ PALACIN, L. e MORAES, M.A., *História de Goiás*, 6a. ed., Goiânia, Ed. UCG, 1994., p. 33.

⁵⁸ Levantamento de BAIOCHI, M., *Negros de Cedro - estudo antropológico de um bairro rural de negros em Goiás*, Col. Ensaios, n. 97., São Paulo, Ed. Ática, 1983., p. 29.

comum, nas demais regiões havia a possibilidade de ocupação independentemente de qualquer formalidade. Diante da imensidão do território de Goiás não tinha a Coroa quaisquer condições de exercer um controle efetivo sobre a apropriação do solo. “Assim, chegou-se ao fim do período colonial com dois traços fundamentalmente marcantes na estrutura agrária: o latifúndio e a posse, não raramente interligados. Para o interior a posse era uma realidade irrefutável”.⁵⁹ Em Goiás, conforme apontam documentos, as fazendas de criação estiveram assentadas em sesmarias de uma légua por três em quadra. A ocupação das terras de lavoura e criação se fazia por concessão de sesmarias mas o lavrador independente, sem preocupação com títulos de propriedade, apoderava-se delas à margem da lei.

Em termos demográficos restou o povoamento de Goiás. Apesar de ralo - cerca de 50.000 pessoas no território - constituiu impulso de expansão demográfica que se antecipou quase dois séculos ao processo nacional de penetração para o interior. O ouro proporcionou esta antecipação histórica permitindo a implantação de estruturas na região em termos de população, pequenos aglomerados urbanos e concentrações rurais.

O processo de ruralização e isolamento na decadência da mineração, de acordo com viajantes, instigou um sentimento de “derrotismo moral” inebriando os habitantes. A transmutação de irrequieten aventureiros das minas em desolados matutos do interior levou tempo e acarretou profundas conseqüências psicológicas; o sentimento de fracasso resultou numa apatia e tristeza aparentemente sem qualquer esforço de superação, interpretação que será adiante abordada. Chamava a atenção na época o fato de que, contentamento e disposição jamais se vêem nos tristes goianos.⁶⁰

Estas interpretações de mentalidade do homem goiano serão retomadas na próxima seção. Por ora, importa reter que o escravismo - responsável por uma não diversificação da economia mineratória - impediu o surgimento de tensões sociais que pudessem levar a transformações. A economia do ouro poderia ter sido dinâmica e criativa se fosse efetivada sobre outra base de relações produtivas e as reações seguramente teriam sido diversas: “na Austrália, três quartos de século depois, o desemprego causado pelo colapso da produção de ouro constituiu o ponto de partida da política protecionista que tornou possível a precoce industrialização daquele país”.⁶¹

⁵⁹ ALENCAR, M.A.G., *Estrutura fundiária em Goiás*, Série Teses Universitárias, n. 2, Goiânia. Ed. UCG, 1993., p. 25.

⁶⁰ Diagnóstico de Saint Hilaire apud PALACIN, L., *O século do ouro em Goiás*, op. cit., p. 158.

⁶¹ FURTADO, C., op. cit., p. 84.

De qualquer forma, do comedido esplendor da mineração em Goiás pouco restava no século XIX. “As igrejas ofereciam um aspecto desolador. Os arraiais mostravam decadência. As relações comerciais, na base da produção mineira, estavam quase extintas. Vivia-se já a experiência agrária e o surto criador”.⁶²

⁶² REIS, A.C.F., *Épocas e visões regionais do Brasil*, Manaus, Ed. Governo do Amazonas, Série Alberto Torres, n. VI, 1966., p. 292.

2. Reacomodação da agropecuária regional

Apesar dos relevantes esforços de alguns pesquisadores regionais, alinhados no decorrer do texto, a historiografia econômica goiana que trata do século XIX ostenta deplorável lacuna. As abordagens historiográficas limitam-se quase que somente a caracterizar o período como uma “etapa de transição” entre mineração e pecuária em face da inexistência de informações e dados sistematizados. Goiás carece de pesquisas com respeito aos anos oitocentos, eminentemente no âmbito econômico. Considerando que o século XIX, a nível nacional, constituiu um rico período de transformações sócio-econômicas, o brilho dos acontecimentos pode ter desviado interesses de pesquisa ou, no caso particular de Goiás, incentivado a idéia de “atraso”, tendo sempre implícitas as ocorrências particulares da economia paulista. Trabalhos de enfoque econômico regional chegaram a admitir que o século XIX em Goiás constituiu um período sem história; BERTRAN frisou que o longo século que vai da Independência a chegada da estrada de ferro foi uma “etapa” sem conflitos econômicos explícitos e, portanto, “sem história”.⁶³ Também LEMOS BRITO, que resenhou um balanço das atividades econômicas no início do século XIX e mensurou a produção em todo o território nacional, no atinente a Goiás limitou-se a dizer que a região “não tem nada o que mostrar”. Como rápida justificativa, o pesquisador alegou que o problema advinha das “incursões” indígenas e da “renda baixíssima” recolhida pelos cofres públicos goianos.⁶⁴ Todavia, o desconhecimento da realidade oitocentista não constitui particularidade ou lacuna somente de Goiás. Estudiosos, como SLENES, reclamaram do “parco conhecimento” em aspectos importantes de Minas Gerais, “mormente no que diz respeito à sua vida produtiva e relações de trabalho no século XIX”.⁶⁵

Deste modo, a tentativa de interpretação da conformação sócio-econômica de Goiás no século XIX constitui tarefa interessante, porém, sem maiores pesquisas, será de resultados insuficientes. Interessante porque trata-se, por excelência, de uma fase de transição e, por isto mesmo, de um momento privilegiado para a historiografia regional.

⁶³ BERTRAN, P., *Formação Econômica de Goiás*, op. cit., p. 68.

⁶⁴ LEMOS BRITO, J.G., *Pontos de partida para a História Econômica do Brasil*, 3a. ed., Col. Brasileira, vol. 155, São Paulo, 1980, p. 288.

⁶⁵ SLENES, R.W., *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX*, Campinas, Cadernos IFCH, n. 17, UNICAMP, 1985., p. 62.

De resultados insuficientes em vista da extrema carência de dados capazes de traduzir, com propriedade, a vida material e sócio-cultural dos goianos oitocentistas.⁶⁶

Levando em conta tais limitações, o presente trabalho almeja somente discernir, em linhas mestras, a dinâmica sócio-econômica de Goiás nos anos oitocentos. Em fragmentos de dados buscar-se-á compreender a conformação demográfica em decorrência do movimento migratório; a conformação econômica, vislumbrada no incipiente comércio inter e intra-regional, bem como no caráter da produção agropecuária; a conformação política, captada no alheamento da população com relação aos acontecimentos nacionais e, por fim, a conformação sócio-cultural verificada na peculiar organização que condicionou a vida cotidiana de seus moradores.

A população em Goiás, ao longo do século XIX, foi aumentando de forma aparentemente substancial. Quando anteriormente se evidenciara a decadência da mineração, o número de habitantes havia decrescido momentaneamente em cerca de 20,0% conforme mencionado. Todavia, a partir de 1830 o contingente demográfico aumentou continuamente, não só em função do crescimento vegetativo mas também devido a correntes migratórias de regiões mais próximas. Em 1824, Goiás contava com 62.518 habitantes e, em 1890, atingia 227.572 indicando que seus moradores quase quadruplicaram.

Existem divergências com relação ao número de habitantes de Goiás no século XIX em função da utilização de variadas fontes e mesmo da precariedade de estimativas. Saint Hilaire, por exemplo, incluiu a população indígena em seus cálculos estimando, para o início do século, um contingente de 80.000 almas das quais 45.000 silvícolas. O presente trabalho baseia a população de Goiás do século XIX de acordo com o "Resumo Histórico dos Inquéritos Censitários Realizados no Brasil".⁶⁷ Fundamentado em diversas fontes primárias a pesquisa sugere que a evolução demográfica de Goiás, em grande parte do século XIX, obedeceu o seguinte comportamento (tabela 02).

⁶⁶ A carência de estudos sobre o século XIX, momento de "fundamental importância" para Goiás, também foi reclamada por FUNES, E.A., *Goiás: 1800-1850 - um período de transição da mineração à agropecuária*, Diss. de Mestrado, Niterói, UFF, 1983 (mimeo), ps. 13-14.

⁶⁷ NORBERTO DE SOUZA E SILVA, J., *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje*, São Paulo, IPE, 1986, ps. 147-213.

TABELA 2
População de Goiás: 1804-1890 (anos pesquisados)

Anos	Livres	Escravos	Total
1804	30.659	19.880	50.539
1809	30.338	20.057	50.395
1819	36.368	26.800	63.168
1824	49.143	13.275	62.518
1856	106.998	12.054	118.052
1857	109.659	12.934	122.593
1862	121.000	14.000	135.000
1868	145.000	15.000	160.000
1872	149.743	10.652	160.395
1890			227.572

Fonte: NORBERTO DE SOUZA E SILVA, op. cit., ps. 153 e 213

O contingente demográfico goiano foi modesto em relação a províncias de dimensão territorial similar. A Bahia, por exemplo, em 1872 abrigava 1.379.616 pessoas e Minas Gerais 2.039.735. Se comparado ao montante nacional, Goiás em 1872 tinha 1,6% da população brasileira e, em 1890 apenas 1,5% da mesma. Por um lado, o crescimento demográfico em Goiás foi comedido levando-se em conta sua grande superfície geográfica e a província continuou a ostentar um território praticamente deserto. Por outro, sua ocupação e povoamento se deu de forma bastante heterogênea e espaçada; dada sua configuração geográfica de “espinha dorsal” do território brasileiro, a região foi palco de uma ocupação esparsa e diferenciada ao longo dos anos oitocentos.

No interior do território goiano, nos anos oitocentos, aconteceu lenta e silenciosa acomodação. Pelos rincões do norte, cearenses, maranhenses, baianos, piauienses e paraenses foram se apoderando de espaços vazios revertendo frações da superfície goiana em prolongamento de suas províncias. O fluxo maranhense orientou-se para o médio e baixo Tocantins, o paraense para a confluência fluvial no extremo norte e o baiano de encontro aos contrafortes da Serra Geral de Goiás. Em função da exploração do babaçu, do incipiente comércio de sal e, principalmente do afastamento dos indígenas, novas localidades foram surgindo na área setentrional. A construção de “presídios” e “missões” para os silvícolas facilitou o povoamento. Confirmava o Visconde de Taunay em 1875 que, “no vácuo da retração dos indígenas, milhares de mineiros, paulistas e cearenses, vieram e vêm sucessivamente povoar os sertões de Goiás”.⁶⁸

⁶⁸ Registro colhido em BERTRAN, P., *Uma Introdução à História Econômica do Centro-Oeste do Brasil*, op. cit., p. 54.

Ao sul o território goiano foi sendo ocupado por mineiros e paulistas, sendo que o primeiro impulso notável datou de 1830 com o esgotamento das terras disponíveis em Araxá e Desemboque (Triângulo Mineiro) obrigando o governo provincial a regular futuras concessões de suas terras meridionais. Aquela área - disputada por Minas Gerais - chegou a ser no início do século incorporada ao território de Minas (1816), sendo retomada por Goiás, até que, em definitivo, foi anexada (1833) na jurisdição mineira. Por detrás destas divergências e reivindicações pairava a questão dos impostos: em 1816 Goiás havia criado um imposto de seiscentos réis sobre cabeça de gado vacum exportado para fora da capitania; os moradores de Araxá e Desemboque - grandes criadores - protestaram contra essa exigência do fisco e solicitaram sua anexação à capitania de Minas Gerais. Goiás, porém, teimava em manter sua jurisdição sobre o território, até que, em 1833, autoridades centrais ordenaram que fosse entregue a Minas Gerais a arrecadação das rendas de Araxá e Desemboque.⁶⁹ Desde então, os limites meridionais de Goiás não se deram mais com São Paulo e sim com o Triângulo Mineiro. A partir de 1870 uma nova corrente demográfica de Minas irradiou-se pelo território, inaugurando novas povoações no sudeste, sudoeste e ocupando também antigas áreas de mineração da província de Goiás (mapa 02).

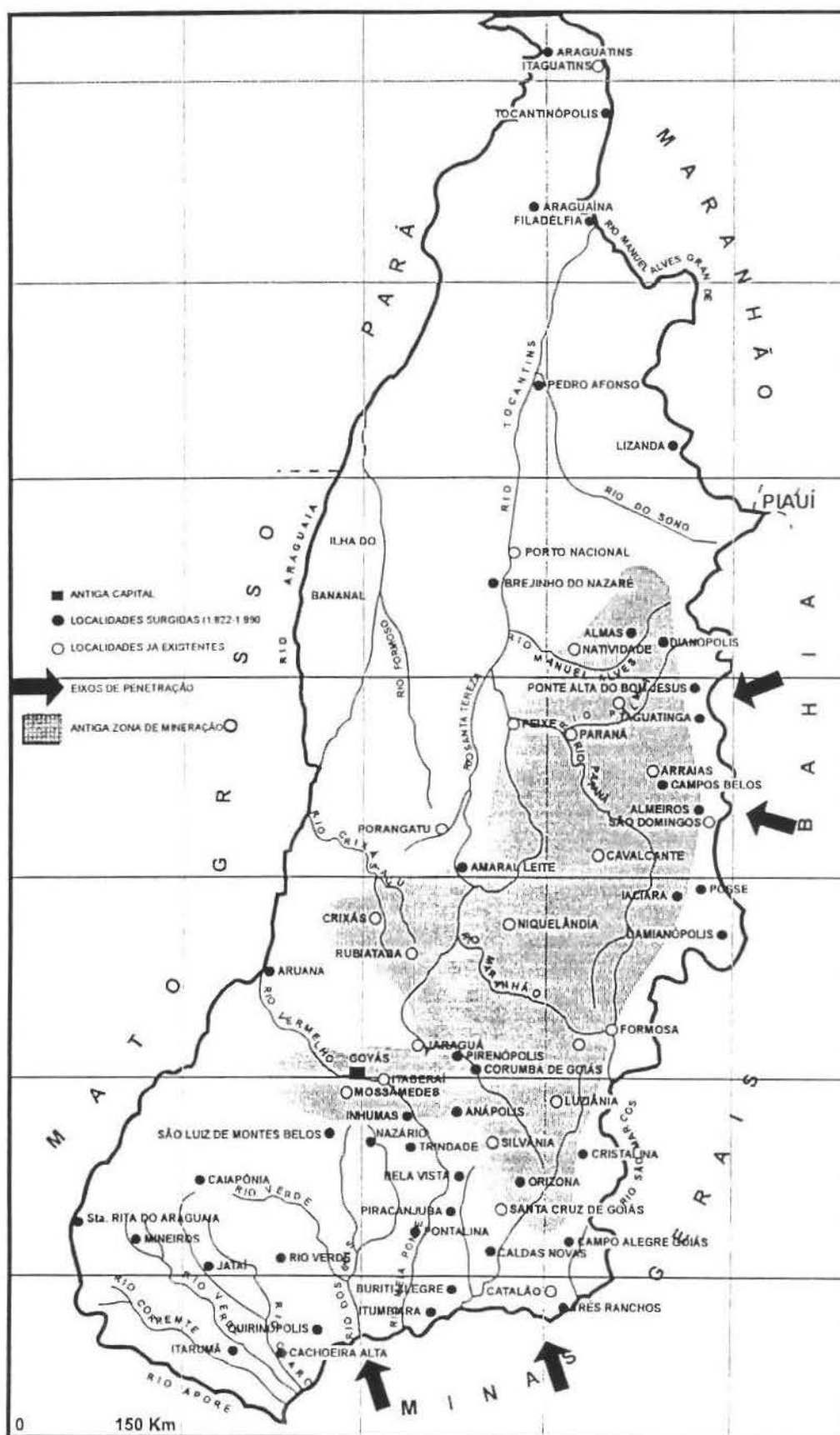
Aconteceram dois fluxos diferenciados de povoamento em Goiás no século XIX. Um, oriundo dos sertões nordestinos e das matas paraenses ocupou o vale do Tocantins; o outro, de mineiros e paulistas ocupou o sul e o sudoeste da província. A lenta e silenciosa acomodação demográfica perdurou ao longo de todo o século. Em 1889, um viajante pelo sul de Goiás referendava espantado: “Eis-me pois dentro do Estado de Goyaz, mas não ainda no meio de verdadeiros goyanos, porque com pequenas excepções quasi todas as pessoas mais bem collocadas alli, são de outras províncias”.⁷⁰ Na zona sudoeste de Goiás, na primeira metade do século, haviam paulistas estabelecidos em grandes fazendas que inclusive chamaram atenção das autoridades goianas; lamentou o então presidente da província que, “estes homens vieram ali estabelecer-se, no que, depois, têm sido imitados por homens de Minas Gerais, e nenhum destes tem aberto relações com esta capital, em cujo município residem”.⁷¹

⁶⁹ AMERICANO DO BRASIL, A., *Pela História de Goiás*, Col. Doc. Goianos, n. 6., Goiânia. Ed. UFG, 1980, p. 88.

⁷⁰ LEAL, O., *Viagem às Terras Goyanas*, Col. Doc. Goianos, n. 4., Goiânia, Ed. UFG, 1980., p. 27.

⁷¹ Relatório do Presidente da Província de Goiás Camargo Fleury, apud FUNES, E.A., op. cit., p. 93.

LOCALIDADES SURGIDAS DURANTE A OCUPAÇÃO PECUARISTA (1.822-1.890)



Fonte: CHAUL, NASR N. Fayad, "A Construção de Goiânia e a Transferência da Capital", Goiânia, UFG, 1988. p. 23

Importante reter que o povoamento de Goiás deu-se predominantemente em função de migrações nacionais. A imigração estrangeira - apesar de “estimulada” - não se fez presente no território. “Em 1871, o governo central, impulsionando a entrada de colonos europeus, fez chegar a Goiás o eco de sua política. Mas não logrou despertar o interesse dos goianos, apesar de a operação não lhes acarretar ônus”.⁷² De fato, bem depois (1890), de acordo com o *Annuaire Estatistique du Brésil*, existiam em Goiás apenas 62 indivíduos estrangeiros. Ao contrário de São Paulo, não havia necessidade de imigrantes na organização produtiva goiana, pois, o caráter da economia bovinocultora - atividade dominante - dispensava maior utilização de trabalhadores. O gado criado solto em invernadas ocupa pouca mão de obra sendo que um vaqueiro pode “tomar conta” de dezenas e dezenas de cabeças.

No final do século XIX, Goiás configurava um mosaico de diferenciadas “ilhas” de moradores no alongado território. A vasta superfície, ao garantir um espaço de fronteiras abertas voltado para a periferia de outras províncias foi absorvendo, de cada uma delas, o entrelaçamento e a convivência. O interessante é que, em função da amplitude geográfica da província não havia praticamente relacionamento interno norte-sul em Goiás. Existiam relações inter-regionais com as comunidades mais próximas mas não intra-regional sendo que os precários caminhos dificultavam e mesmo impediam comunicação das localidades nortistas com as sulistas. Para se ter uma idéia do distanciamento, uma correspondência da capital goiana regularmente demorava mais de um mês - ou poderia demorar até três meses - para chegar ao extremo norte da província. As rústicas vias internas de acesso eram evitadas por viajantes e mesmo por autoridades, tanto que muitos nortenses preferiam alcançar o sul de Goiás - inacreditavelmente - via Rio de Janeiro, do que ingressar pelas desconhecidas picadas no interior do próprio território.⁷³ Do Rio de Janeiro a Goiás, uma tropa gastava em média oito meses, quase o mesmo tempo que levava para completar o percurso de Belém do Pará à capital de Goiás em função da alongada superfície geográfica da província.

⁷² PALACIN, L. e MORAES, M.A., op. cit., p. 51.

⁷³ “Em 1909 o padre João Lima de Boa Vista (no norte) foi eleito deputado para a assembléia. Devendo viajar para a capital, decidiu que o caminho mais curto era o mais longo: de bote pelo Tocantins até Belém, depois embarcado até o Rio de Janeiro e, do Rio pela estrada de ferro até Uberlândia e daí a lombo de burro até Goiás (capital). Foi o mesmo percurso que utilizou no ano seguinte para a volta. Dez anos mais tarde, e desde uma cidade muito mais próxima - 900 km - este mesmo percurso foi seguido pelo Dr. Francisco Ayres, eleito deputado por Porto, para tomar posse de sua cadeira”. PALACIN, L., *O coronelismo no extremo norte de Goiás*, São Paulo, Ed. Loyola, 1990., p. 15.

Se não havia comunicação tampouco existia unidade de interesses entre os moradores das extremidades goianas e a “artificialidade” da delimitação de Goiás (mais de 2.000 quilômetros de extensão norte-sul) anunciou-se desde os primórdios. Esta é uma das razões porque “norte” em Goiás deixou de ser um denotativo meramente geográfico para constituir-se enquanto parcela territorial quase autônoma do centro-sul. Neste divórcio norte-sul, a “costura” política se deu pela força em diversos momentos da história e a unidade político-administrativa constituiu incontornável desafio para governantes. Dada a ausência de articulações intra-regionais estabeleceu-se um diálogo de surdo-mudo no seio da própria província: “O norte acusava o governo do sul de completo abandono e o governo acusava o norte de não cobrir sequer os gastos com o funcionalismo”.⁷⁴

Mas, do ponto de vista econômico inexistia marcante diferenciação entre as parcelas do território goiano. Tanto o sul como o norte haviam sido palco de atividades mineratórias na etapa colonial e desde então seus habitantes gravitavam em torno de fazendas de gado assimilando traços sócio-econômicos de natureza similar. Se havia diferenciação, a mesma se dava tão somente no grau de intensidade dos fenômenos já que as expressões da decadência da mineração haviam afetado mais profundamente o norte. A extensa área setentrional - considerada acima do paralelo 13 - ostentou, até início do século atual, taxas de densidade demográfica inferiores a 0,2 habitante por quilômetro quadrado. Apesar do constante aporte de imigrantes de províncias limítrofes, o norte constituiu um território praticamente deserto. Em termos de arrecadação, “basta saber-se que, sendo de mais de mil contos a receita de Goiás, o norte concorre apenas com quarenta e tantos contos”.⁷⁵ Evidente que tal fato se deu em decorrência do comércio - quase sem controle fiscal - que os nortenses mantinham com as províncias limítrofes.

De fato, as fronteiras não eram respeitadas. No extremo norte goiano, o “governo do Pará” chegou a abrir uma estrada em 1873 “para fazer descer boiadas do Maranhão e Goiás”.⁷⁶ A falta de controle da produção nortista - por parte das autoridades goianas - era tamanha que desconhece-se dados precisos da participação goiana no *boom* da extração gumífera. O extrativismo do látex amazônico estendeu-se - via confluência paraense - ao norte de Goiás. “A certeza do caucho atraiu multidões de

⁷⁴ Id. Ibid., p. 13.

⁷⁵ Revista “Leitura Para Todos”, Rio de Janeiro, 1908., apud Id. Ibid., p. 12.

⁷⁶ VELHO, O.G., *Frentes de expansão e estrutura agrária*, Rio de Janeiro, Zahar, 1972., p. 40.

muitas partes especialmente do Maranhão e do Norte de Goiás”.⁷⁷ No auge da economia gumífera o fluxo populacional e a mobilidade demográfica foram significativos no extremo norte havendo constante emigração do Maranhão para aquela fronteira. As levas maranhenses chegaram a representar sete oitavos do total de habitantes na área. Mesmo depois, em 1920, o saldo demográfico naquela extremidade era de “sete décimos maranhenses, dois décimos nordestinos (advindos de outras Regiões do Nordeste do país) e um só décimo goiano”.⁷⁸

Em síntese, no final do século XIX sedimentou-se no imenso espaço de Goiás um caleidoscópio de populações e um intrincado mosaico de relações inter-regionais. Enquanto, pouco a pouco, o centro-sul entrelaçava-se com Minas Gerais e São Paulo, o norte mantinha-se alheio em suas convivências particulares.

Ainda em termos de população, Goiás evidenciou algumas particularidades. O número de escravos na província, ao longo do século, foi decaindo em relação ao total demográfico (tabela anterior). Neste sentido, cabem algumas considerações sobre a evolução da escravatura em Goiás. Antes de tudo, observe-se que, em termos absolutos e relativos, o plantel de escravos em Goiás foi quase insignificante com relação ao de Minas Gerais. Em 1872, o número de cativos no território (10.652) correspondeu a 6,6% da população, cifra bem modesta pois em Minas Gerais na mesma época o contingente ainda representava 18,0% ou, em termos absolutos, 370.455 cativos.

Entre 1819 e 1824 houve um decréscimo relativamente substancial no contingente de escravos em Goiás que passou de 26.800 para 13.375. Evidente que neste período a extração do ouro não representava mais garantia de sustentação e rentabilidade que justificasse a conservação do plantel. Prova é que, o preço do escravo em Goiás manteve-se na média de 120 mil réis no período, sofrendo alterações para cima somente com a aproximação da metade do século.⁷⁹ Tudo indica que a província descartou cativos no comércio interprovincial em função da ruína econômica da mineração e finalizou suas importações de escravos. O General Cunha Matos registrou (1825) que não ingressavam mais cativos na província por falta de condições de aquisição por parte dos goianos; de acordo com o presidente provincial, nenhum negociante arriscar-se-ia a comprar escravos na Bahia ou Rio de Janeiro para revendê-los a crédito de longo prazo para Goiás: “se por acaso chegaram à Província alguns

⁷⁷ Id. *Ibid.*, p. 41.

⁷⁸ PALACIN, L., *O coronelismo no extremo norte de Goiás*, op. cit., p. 21.

⁷⁹ Preços de escravos em Goiás levantados por FUNES, E.A., op. cit., ps. 116-119.

negros da Costa da África, eram indivíduos isolados, comprados por quem houvesse ido ao Rio de Janeiro tratar de seus negócios”.⁸⁰

Caso as estimativas estejam corretas, a diminuição do plantel de escravos em Goiás, a partir de 1868 (tabela anterior), decorreu de tráfico interprovincial e ao costume da alforria consentida. No momento anterior, porém, tudo indica que o leve aumento da população cativa deveu-se meramente ao crescimento vegetativo. Numa economia agrícola pouco mercantilizada as taxas de sobrevivência do escravo tornavam-se mais elevadas e certamente possibilitavam maior reprodução. A mudança da economia aurífera para a produção agropecuária aliviou o *modus vivendi* dos cativos facilitando sua proliferação. LUNA e CANO, ao levantar hipótese sobre o substancial crescimento do plantel de escravos em Minas Gerais no século XIX, argumentaram que a reprodução natural dos mesmos deve ter sido bastante elevada pois o pequeno grau de mercantilização da economia mineira não teria permitido a geração de recursos suficientes para importação maciça de escravos.⁸¹ Em Goiás, a maioria dos escravos, no último quartel do século, estava em alguns núcleos populacionais e alojada em fazendas na zona rural. Os cativos encontravam-se praticamente desonerados das lides da mineração. Prova é que, as matrículas de escravos a partir de 1879 mostram que a grande maioria deles exercia funções de “lavradores, pedreiros, sapateiros, alfaiates, ferreiros, tecelões, fiandeiros e profissões não declaradas, ou seja, aqueles que faziam de tudo um pouco”.⁸²

O fato explica porque a Abolição não trouxe maiores tensões nas relações sócio-produtivas em Goiás. De um lado, o número da escravaria era insignificante em relação ao montante populacional e, na metade do século 86,0% da população total era já livre. De outro, o escravo nas internadas da pecuária vivia mais livre e distante do senhor e a relação possibilitou um conagraamento mútuo. Neste ambiente, o escravo não era mais o responsável pela riqueza obtida e tampouco era capaz de aumentá-la mesmo com quantidade extra de trabalho: “o gado cresce em seu próprio ritmo e os afazeres restantes da fazenda não demandam nem a urgência e nem a sequência da produção do ouro nas lavras”.⁸³

⁸⁰ NORBERTO DE SOUZA E SILVA, J., op. cit., p. 148.

⁸¹ LUNA, F.V. e CANO, W., “A reprodução natural de escravos em Minas Gerais (século XIX) - uma hipótese” in *Economia Escravista em Minas Gerais*, Campinas, Cadernos IFCH -UNICAMP, n. 10, 1983., ps. 1-14.

⁸² PALACIN, L. e MORAES, M.A., op. cit., p. 53.

⁸³ BRANDÃO, C.R., *Peões, Pretos e Congos: trabalho e identidade étnica em Goiás*, Brasília, Ed. UNB., 1977., p. 63.

O caráter do trabalho nas fazendas de gado - organização particular em que o trabalho era compartilhado na unidade familiar - acabou irmanando as camadas e a hierarquia foi atenuada. Neste contexto, a libertação dos escravos pouco significou em Goiás: em 1887 restavam apenas 4.549 escravos para uma população de 255.284 habitantes e, em 1888, cerca de 4.000 cativos.⁸⁴ O número reduzido de escravos, além de corroborar que o trabalho era compartilhado pela população, aponta que a mesma não dependia unicamente do suor dos cativos.

Em vista de tais relações de produção e particularidades de organização produtiva, qual o grau de mercantilização da economia goiana no século XIX? Para o caso de Minas Gerais, apesar de controvérsias historiográficas, pode-se afirmar que aquela economia ostentou certa vitalidade mercantil mesmo no início dos anos oitocentos. Como evidência aponte-se que 23,0% da produção de suínos e 47,0% da produção de gado *vacum*, em 1819, foram exportados. Em 1840, as cifras diminuíram (17,0% e 34,0% respectivamente) mas retiveram, sem dúvida, certo fôlego.⁸⁵ SLENES defendeu que a economia de Minas Gerais obteve alento, ao longo do século, em vista dos efeitos multiplicadores do setor exportador (café) sobre o setor interno. A produção de Minas, não somente de café, mas também de gado *vacum* e suínos, assim como panos de algodão, toucinho, queijo e tabaco, “gerava uma renda monetária significativa” influenciando sobre a procura de escravos e sobre atividades complementares.⁸⁶ Sendo assim, apesar da decadência da mineração, a economia mineira não caracterizou autarcia ou organização voltada unicamente para si mesma. Embora de modo algum possa ser considerada como profundamente ligada a atividades de exportação, demonstrou algum grau de mercantilização em setores não cafeeiros.

No caso de Minas Gerais, a proximidade com o Rio de Janeiro e São Paulo possibilitava a sustentação de um certo vigor econômico. No tocante a Goiás, entretanto, o distanciamento e mesmo a concorrência dos mineiros na produção agropecuária dificultaram a mercantilização e colocaram a província em desvantagem comercial. Nas grandes distâncias, dada a condição dos meios de transporte na época, os gêneros alimentícios, além de sujeitos ao perecimento, tendiam a exceder o seu valor devido ao frete. A precariedade dos caminhos e a enorme distância a ser vencida até o Rio de Janeiro - cerca de 150 léguas em lombo de burro - justificam a afirmação.

⁸⁴ Gilka V.F. de Salles, “O trabalho escravista na última fase do cativeiro em Goiás e os lances finais de sua abolição”, in *Estudos*, Revista da UCG, v. 15, n. 1/2, Goiânia, Ed. UCG, 1988, ps. 7-13.

⁸⁵ SLENES, R.W., op. cit., p. 55.

⁸⁶ Id. Ibid., p. 53.

Em vista de tais dificuldades, algumas tentativas foram feitas - por parte de autoridades goianas - objetivando incentivar a navegação mercantil pelo rio Tocantins em direção ao Pará a partir da primeira metade do século XIX. Algumas “Sociedades Mercantis” foram fundadas, contudo a navegação comercial, na época, não obteve êxito. Em vários despachos de cargas, grande parte das mercadorias deteriorou e a longa demora levou as Sociedades a desistirem da empreitada, sendo que nenhuma delas ousou perpretar mais do que uma viagem.⁸⁷ Os goianos, apesar da distância, continuaram a manter relacionamento mercantil - embora muito limitado - com o Rio de Janeiro e São Paulo, de onde importavam cerca de 80,0% dos poucos gêneros indispensáveis.

A atividade mercantil em Goiás era modesta tanto em termos absolutos como relativos. A exportação de produtos agropecuários e de panos de algodão era muito reduzida. Mesmo incluindo nas exportações o minguado ouro, em termos de valor as mesmas giravam, em 1819, em torno do “índice de 24, comparado ao de 86 para Minas”.⁸⁸ Nas importações para Goiás - levando-se em conta o Relatório Provincial de 1825 - os principais produtos foram o ferro, a pólvora, o chumbo e sobretudo sal para o gado.

O comércio incipiente de Goiás fazia com que sua economia mais se aproximasse da autarcia. Entretanto, a produção agropecuária não se reduzia à subsistência. O distanciamento dos mercados e a descapitalização dificultavam rotineiro entrelaçamento mercantil da província com os centros maiores, mas o pequeno comércio intra-regional consolidou-se e a exportação de excedente bovino fez parte das negociações dos fazendeiros goianos. Em 1806 as exportações de produtos de origem animal quase superavam em dobro as de origem agrícola e, em 1828 tornaram-se relativamente mais significantes.⁸⁹ Baseado em estatísticas do governo provincial, BERTRAN mencionou exportação de algodão, de fumo, marmelada e açúcar, nos anos de 1861 e 1875, porém, em escala reduzida. BAIACHI, por sua vez, viu “pujança” na bovinocultura de Goiás do período alegando que, somente no norte, em 1850, o comércio já atingia aproximadamente 20.000 couros anuais, “total este que aumentaria em muito caso fosse computado o contrabando”.⁹⁰ Contudo, os fragmentos de dados

⁸⁷ FUNES, E.A., op. cit., ps. 36-53.

⁸⁸ A estimativa, embora baseada em dados precários, conforme reconheceu o próprio autor, está em SLENES, R.W., op. cit., p. 59.

⁸⁹ BERTRAN, P., *Formação Econômica de Goiás*, op. cit., p. 65.

⁹⁰ A autora não citou a fonte para sua afirmativa. BAIACHI, M., op. cit., p. 38.

comerciais alinhados não permitem rigorosa percepção da realidade econômica goiana oitocentista.

A fonte substancial de arrecadação da província era o imposto de exportação de gado *vacum* e sua receita pode ser avaliada nos constantes déficits comerciais - “assustadores e crônicos” - durante todo o século XIX. FUNES reiterou que o gado exportado por Goiás - cujo valor superava o dos gêneros agrícolas - não foi suficiente para equilibrar a balança comercial que sempre esteve inclinada em favor das importações. “Por exemplo, apenas o sal e as fazendas secas bastavam para superar o montante da venda do gado *vacum*”.⁹¹ A situação desvantajosa perdurou tanto no início quanto no final do século. No Quadro Demonstrativo do Estado Financeiro das Províncias em 1823, por exemplo, Goiás já retinha uma dívida (ativa e passiva) superior a quatro vezes sua receita, sendo a única província a ostentar relativamente tamanho endividamento junto ao governo central.⁹² O depoimento de um ex-presidente da província, em 1889, evidenciou a precária condição do comércio goiano. De acordo com ele a produção em Goiás “não vai geralmente além do consumo local”, mesmo no caso do açúcar, da aguardente, do café e do algodão.⁹³ Em tal situação deficitária, as contas da província certamente dependiam de constantes aportes financeiros do governo central.

Neste quadro, que tipo de organização produtiva, sem comércio de sustentação, emergia e se consolidava em Goiás?

Pode-se pensar, a princípio, que a pecuária emergiu enquanto atividade principal em Goiás em função da carência de estradas e comunicações. Dado o isolamento, a pecuária seria atividade econômica possível pois o “gado anda com suas próprias pernas”, ou seja, se auto-transporta, ao contrário do produto agrícola. Trata-se de meia verdade e, neste caso, a tendência interpretativa seria a de se considerar pecuária e agricultura como atividades estanques, separadas ou como se fossem setores produtivos em franca contraposição.

A agricultura guarda realmente algumas importantes especificidades com relação à pecuária. Por um lado, existem descontinuidades no período de produção agrícola. O processo de trabalho, dentro do próprio período de produção, necessita de interrupção e espera em função dos determinantes naturais da sazonalidade. Ainda, existe descontinuidade também entre períodos de produção agrícola devido à necessidade de

⁹¹ FUNES, E.A., op. cit., p. 56.

⁹² SIMONSEN, R.C., op. cit., p. 424.

⁹³ Depoimento transcrito e corroborado pelo viajante LEAL, O., op. cit., p. 90.

preparo da terra e replantio. Finalmente, a agricultura não apresenta, durante o processo produtivo, mercadorias que possam ser negociadas antes da colheita. Ou seja, a agricultura, pela sua própria natureza, não possibilita estoque de mercadorias semi-elaboradas de utilização intermediária, evidenciando o caráter ilíquido do capital investido até o final do período.⁹⁴ Algumas condições não ocorrem com a atividade pecuária que permite a negociação de animais, em qualquer momento do período produtivo, desde que se faça premente a necessidade de realização do capital. “A situação da pecuária é distinta, pela simples razão de que há mercados intermediários e mesmo finais para negociação de animais de diferentes portes e idades, conferindo a esta atividade um caráter inteiramente diverso quanto às necessidades de capital e trabalho”.⁹⁵ Sendo assim, o que justifica a iminência da exploração pecuária enquanto atividade principal são as condições de produção, tendo em vista as especificidades da agricultura, a inexistência de capitais suficientes em Goiás e o baixo nível de exigência de mão de obra na bovinocultura extensiva. Ainda, a criação de gado em Goiás constituiu notável fator de ocupação territorial, a exemplo de outras regiões brasileiras.

Agricultura e pecuária em Goiás não podem ser vistas, no contexto do século XIX, como atividades estanques ou separadas. A agricultura explorada no território era a agricultura “camponesa” caracterizada pela fraca utilização de insumos e pela predominância do trabalho familiar. Este tipo de organização assemelha-se a uma economia mercantil simples e é balizada pelo intercâmbio *mercadoria-dinheiro-mercadoria*.⁹⁶ Neste tipo de atividade a produção de excedentes é quase que involuntária e ingressa no mercado apenas circunstancialmente.

As famílias de agricultores, por razões que serão averiguadas adiante, foram acomodando-se, nos anos oitocentos, em terras de fronteira e/ou pertencentes a grandes fazendas. Da mesma forma que em outras regiões do país, a fazenda goiana era auto-suficiente em termos de alimentos e vestuário artesanal. A unidade básica - fazenda de gado - lidava tanto com a pecuária extensiva quanto com a agricultura de subsistência, atividades que constituíram um genuíno complexo produtivo. Pecuária extensiva - agricultura de subsistência significou um processo único, uma totalidade e não dois segmentos produtivos separados. A criação de gado, tanto no norte como no sul da

⁹⁴ Esta análise encontra-se em DELGADO, G., *Capital Financeiro e Desenvolvimento Recente da Agricultura no Brasil*, Tese de Doutorado, Campinas, IE-UNICAMP, 1984 (mimeo), ps. 120-121.

⁹⁵ Id. *Ibid.*, p. 121.

⁹⁶ A agricultura capitalista ostenta forte economia monetária e é guiada pelo intercâmbio *dinheiro-mercadoria-dinheiro*.

província, exigia a produção de alimentos e esta, por sua vez, na incapacidade de desenvolver-se enquanto atividade autônoma, refugiou-se na organização produtiva criatória.

Nestas circunstâncias, a população goiana, durante o século XIX, esteve em processo de reacomodação e a característica básica foi a ruralização. Tanto que os acontecimentos políticos que tanto marcaram o século pouco ou quase nada repercutiram em Goiás. O Estado Imperial nomeou livremente todos os governantes que passaram pela província e seus moradores permaneceram alheios aos movimentos e crises gerados no processo de Independência do país. Os reflexos foram sentidos apenas por algumas famílias mais poderosas e por membros do clero insatisfeitos com a administração portuguesa.⁹⁷ A propósito, no processo de Independência desnudou-se, pela primeira vez, o fato de Goiás não constituir um território homogêneo em termos de populações e articulações intra-regionais. Dada a divergência de interesses entre o sul e o norte da província a ocasião foi aproveitada para uma tentativa de separação nortista; a comarca setentrional declarou-se independente do sul aproveitando-se da crise nacional. Os sediciosos, no entanto, não tiveram fôlego e a província foi novamente unificada pela junta governativa sulista. Na Proclamação da República, por sua vez, as manifestações em Goiás foram débeis, tardias e inexpressivas.⁹⁸ As repercussões se deram em questões meramente administrativas, as elites políticas continuaram as mesmas assim como a tradicional ordem sócio-econômica. Poucos entenderam o que significava o Movimento Republicano posto que a população de Goiás se encontrava “embalada por todas as libações do gozo sertanejo”.⁹⁹ Assim, a província esteve durante quase todo o século XIX voltada para si mesma, aparentemente alheia às transformações em curso. Goiás apresentava-se como um mundo diferente se levada em consideração a realidade sócio-econômica no sudeste do país. Apesar de ser parte integrante do processo, não se encontrava ainda palpavelmente articulada ao mesmo.

Para melhor entendimento do “mundo” goiano, no século XIX, torna-se necessário observar a unidade básica da sua organização sócio-produtiva, ou seja, a fazenda.

⁹⁷ Um apanhado da documentação do processo de Independência e suas repercussões em Goiás foi feito por LACERDA, R., *A independência em Goiás*, Goiânia, Gráfica do Livro Goiano, 1970.

⁹⁸ “Como Goiás não tinha telégrafo, a notícia da Proclamação da República aqui chegou através de uma carta, vinda de Franca, no dia 28 de novembro, colhendo de surpresa todos os políticos da província. O povaréu não participava da vida política, portanto o 15 de novembro nada representou para ele”. PALACIN, L. e MORAES, M.A., op. cit., p. 82.

⁹⁹ A expressão foi do viajante Oscar Leal que esteve em Goiás exatamente no período da Proclamação da República e deixou um interessante documento do que viu e ouviu na província. LEAL, O., op. cit., p. XI.

A apropriação pioneira do espaço goiano foi executada sem maiores ordenações ou formalidades. A interiorização do povoamento se deu com base na posse e possibilitou para alguns a ocupação de grandes áreas. “A legalização destas propriedades fez-se, posteriormente, através de ‘brechas’ na legislação: os cartórios locais aceitavam, por exemplo, os contratos de compra e venda dessas terras, que se tornavam, desta forma, legalizadas”.¹⁰⁰ Por sua vez, a própria burocracia - exigida para a confirmação da doação - colaborou para restringir a concessão de sesmarias a poucos homens. Apenas os mais afeitos aos mecanismos políticos obtiveram grandes glebas; a exigência de medição e demarcação dificultou a apropriação da terra por todos os interessados. A maioria estabeleceu-se dentro do latifúndio como morador, trabalhando como artesão ou cultivando para a própria subsistência; alguns tornaram-se sitiantes, contribuindo para o abastecimento das fazendas e funcionando como reserva de mão de obra para qualquer serviço e, no todo, representaram uma espécie de “clientela” dos grandes fazendeiros.

A Lei de Terras esbarrou na realidade sócio-econômica de Goiás. Dedicados à pecuária extensiva, os fazendeiros goianos não tinham estímulo para legalizar suas terras. “Além de ser um processo caro (por causa das despesas com medição e demarcação) e difícil, especialmente nas zonas mais afastadas, melhor seria para eles manter a situação irregular que possibilitava a incorporação de novas terras sempre que isto se fizesse necessário”.¹⁰¹ Deste modo, a estrutura agrária em Goiás foi se solidificando de maneira concentrada, com poucas famílias assegurando o controle das terras, mesmo levando-se em conta a existência de vastas extensões desocupadas. O surgimento do “agregado” - morador de favor - esteve relacionado com o processo de ocupação da terra em Goiás. Um dos requisitos para concessão de sesmaria eliminava do processo os menos favorecidos que obviamente não se enquadravam na condição de “homens de bens”. Restou ao despossuído da terra a possibilidade de avanço pelo sertão adentro na busca de estabelecer sua posse ou agregar-se a uma propriedade. Esta categoria de agregados, de acordo com Saint Hilaire, foi constituída por “indivíduos que nada possuem de seu, e que se estabelecem em terrenos de outrem, vivendo em estado precário, mal vestidos, indolentes e embrutecidos”.¹⁰²

A fazenda de gado foi a organização produtiva básica que surgiu no bojo do processo de ocupação. Não teve limites definidos e em geral o fazendeiro não possuía

¹⁰⁰ ALENCAR, M.A.G., op. cit., p. 25.

¹⁰¹ Id. Ibid., p. 36.

¹⁰² SAINT HILAIRE, op. cit., p. 64.

título legal de propriedade. No interior do estabelecimento ocorreu um processo de agregação de sujeitos produtivos onde o trabalhador imigrante converteu-se em pequeno fornecedor de alimentos para consumo na própria fazenda, engendrando um peculiar complexo produtivo. A criação de gado necessitou da produção de alimentos e esta, incapaz de desenvolver-se como atividade autônoma, refugiou-se na produção de gado que ampliou-se ao contar com meios de subsistência e força de trabalho. Não se trata meramente de afirmar que uma produção existiu em função da outra e sim que uma não poderia existir sem a outra. Agricultura e pecuária, no interior da fazenda goiana, não constituíram segmentos produtivos passíveis de ser analisados ou vistos separadamente. A organização sertaneja, que surgiu e se consolidou em Goiás no século XIX, baseou-se em um único processo de trabalho: pecuária extensiva-agricultura de subsistência.

Na unidade básica - fazenda de gado - o fazendeiro juntamente com aqueles que cultivavam a terra teceram formas recíprocas de intercâmbio e convivência. Os agregados produtores de alimentos alojaram-se em grandes fazendas por ser a melhor - quem sabe a única - opção. Vincularam-se a um fazendeiro, mesmo porque seus produtos não conseguiam atingir mercados distantes, impossibilitando a exploração da atividade enquanto geradora de renda. “Em condições de abundância de terras, dependência do mercado como fonte de meios de subsistência e de produção e ausência de mercados locais regulares, é a renda monetária escassa e não fatores institucionais que explica o cativo da pequena produção”.¹⁰³ Por seu lado, diante da necessidade de suprir a fazenda de meios de subsistência e de trabalho, o fazendeiro irmanou-se em acordo de ajuda mútua e convivência com seus agregados. Tratava-se de uma economia de excedentes e, embora os agentes cuidassem primeiramente da própria subsistência, alguns produtos, mesmo que esporadicamente, eram enviados ao mercado. Por outro lado, a fazenda goiana apresentava ainda outras características peculiares; não se utilizava predominantemente do trabalho servil e a escravatura, conforme mencionado, esteve precocemente fadada ao desaparecimento em Goiás. A organização não apresentava características básicas de formação de classes e não promovera, até então, divórcio entre os meios de produção e a força de trabalho.

Com estes elementos característicos, a fazenda tradicional de Goiás contrastava com a fazenda cafeeira, unidade básica da economia mercantil exportadora. Também

¹⁰³ Suárez, M., “Everlasting Golden Sertões”, Tese de Doutorado, Cornell University, USA, p. 11. apud SANTOS, M.V.M., *O tempo da transformação: a fazenda tradicional do centro-oeste*, Diss. de Mestrado, Brasília, UNB, 1981 (mimeo), p. 28.

diferentemente da fazenda açucareira - de rígida hierarquia social - as fazendas tradicionais goianas organizaram-se de maneira peculiar, engendrando uma ordem social bastante singular. Obviamente são nítidas as diferenças entre a fazenda agrícola exportadora paulista e a fazenda criatória de Goiás, principalmente em termos de organização sócio-econômica. Neste caso, torna-se mais interessante comparar a unidade básica de criação goiana com a fazenda criatória do Nordeste do país.

O Nordeste pode ser dividido geograficamente em três “regiões”: a *Mata*, o *Agreste* e o *Sertão* sendo que, em todas, a maioria da população esteve voltada para atividades agrárias.¹⁰⁴ Entretanto, estas regiões ostentaram aguda diferenciação entre si tanto no caráter da produção como na organização de suas respectivas fazendas. Na “Mata” predominou como unidade básica a fazenda açucareira, de rígida e tradicional hierarquia; no “Agreste”, a agricultura mercantil principalmente do algodão conviveu com a pecuária em pequenas, médias e grandes propriedades; e, no “Sertão” a criação extensiva de gado em grandes propriedades tornou-se dominante. Aparentemente este último tipo de fazenda guardou similaridades com a fazenda de gado em Goiás: ambas as regiões estiveram geograficamente distanciadas de mercados obrigando o gado a percorrer grandes distâncias para atingir centros consumidores; ambas caracterizaram-se pelo critério extensivo de criação bovina em latifúndios e, ainda, ambas exploraram a agricultura, não como atividade principal, mas como necessidade de apoio à produção bovina.

Ainda assim, a fazenda sertaneja nordestina diferenciou-se largamente da fazenda de gado goiana. Naquela, ao contrário de Goiás, o fazendeiro esteve ausente e o trabalho era executado por uma espécie de vaqueiro-administrador. CORREIA DE ANDRADE ressaltou que este tipo de pecuária não dá grandes rendimentos nem também grandes despesas, tanto que o “fazendeiro vive nas cidades” e a fazenda é “administrada pelo vaqueiro”.¹⁰⁵ Por outro lado, o trabalho na fazenda nordestina requereu maior esforço e continuidade - em função da característica do solo - exigindo constante migração do gado em busca de pastagens e condições de sobrevivência. À primeira vista, o gado criado solto à “lei da natureza” pareceu permitir ao vaqueiro uma vida de pouco trabalho; entretanto, o esforço exigido foi “árido e contínuo”, tanto que, “condições de trabalho tão pesadas fazem (fizeram) com que grande parte dos

¹⁰⁴ A divisão foi defendida por CORREIA DE ANDRADE, M., *A Terra e o Homem no Nordeste*, 2a. ed., São Paulo, Ed. Brasiliense, 1964., ps. 4-37.

¹⁰⁵ Id. *Ibid.*, p. 194.

sertanejos desta área procure (procurassem) migrar”.¹⁰⁶ Ainda, a qualidade inferior dos solos sertanejos nordestinos obrigou os moradores a um tipo de agricultura de subsistência quase-nômade, explorando pequenos roçados de ciclo vegetativo curto (feijão, fava, milho) e buscando no próprio boi a maior parte de suas necessidades de subsistência, o que forjou, na consagrada expressão de Capistrano de Abreu, uma genuína “civilização do couro”. Em tais condições, a figura do agregado-agricultor não encontrou respaldo e nem mesmo atingiu a importância que teve no contexto da organização produtiva de Goiás. A carência de terras férteis no sertão nordestino e a fertilidade natural dos solos goianos explicam o fenômeno. Por fim, existiu forte hierarquia no sertão nordestino acentuada pelo fato de o fazendeiro não residir na propriedade rural, o que não ocorria em Goiás.

No interior da fazenda goiana aparentemente não havia qualquer distinção entre fazendeiro e agregados. A comida e a rotina do trabalho homogeneizava a todos, encurtando o distanciamento social e a hierarquia. Seria errado supor que o fazendeiro e sua família fossem ociosos; tanto ele quanto os agregados participavam ativamente do processo de trabalho. O fazendeiro era, ao mesmo tempo, dono de parte dos recursos produtivos (terra) e constituía parte da força de trabalho, inexistindo rígida definição de funções. Aliás, ser “fazendeiro” era estar “sempre fazendo”; inclusive nos trajes havia homogeneidade entre patrão e empregados. Saint-Hilaire, no percurso de Goiás, registrou que os fazendeiros, “como todos os lavradores pouco abastados da região, vestiam apenas calções de algodão e uma camisa cujas fraldas esvoaçavam ao vento. Traziam as pernas e os pés nus, e um chapéu redondo de abas largas protegendo a cabeça”.¹⁰⁷

Este tipo de fazendeiro “tradicional” geralmente escapa aos esquemas que tentam capturá-lo na sua inteireza por se tratar de personagem “não-linear”. Apesar de parecer irracional e avesso a relações comerciais conservava ligações com o mercado. Na verdade, foram agentes “dotados de uma racionalidade singular, ditada pela especificidade dos seus sistemas de produção, pela combinação possível de recursos, pela experiência histórica de produção e pela cultura desenvolvida e adaptada à região”.¹⁰⁸ Evidente que os fazendeiros tradicionais não eram movidos por práticas de

¹⁰⁶ Id. Ibid., p. 204.

¹⁰⁷ Saint Hilaire, A., “Viagem às nascentes do São Francisco” apud SANTOS, M.V., Ibid., p. 27.

¹⁰⁸ RIBEIRO, A.E.M., *Os fazendeiros da cultura - estudo sobre a fazenda tradicional e a modernização agrícola na região mineira dos cerrados*, Diss. de Mestrado, Campinas. IFCH/UNICAMP, 1986. (mimeo). p. 02.

controle de custos ou de planejamento. As contas da família e da fazenda eram misturadas sem qualquer distinção. Porém, “todo o esforço produtivo foi orientado para a acumulação do patrimônio”.¹⁰⁹ No contexto da fazenda, não somente a casa e o curral eram misturados, mas também a família e os negócios: fazenda sertaneja em Goiás era o lugar de morar, criar gado, plantar roça e sociabilizar-se, ou seja, viver e produzir.

Com tais feições de organização sócio-produtiva, a vida social goiana expressou modalidades próprias nas manifestações cotidianas e na mentalidade dos indivíduos. A primeira característica dominante adveio do isolamento dos habitantes. Desde o findar da mineração, o predomínio da ruralização impôs um peculiar tipo de vida nos rincões sertanejos da província. Os antigos costumes foram enrijecendo e o contato com o litoral praticamente desapareceu. Na impossibilidade de importar, como antes, as mercadorias do litoral, o homem encontrou no boi e na agricultura familiar a sua subsistência. Ao longo do século XIX, o legendário tropeiro foi sendo alijado pelo vaqueiro e o caboclo emergiu no antigo lugar do faiscador das minas. A pecuária passou a forjar, então, a essência de uma “civilização cabocla”¹¹⁰ em Goiás.

Compreensivelmente o espírito racional - peculiar ao capitalismo moderno - não fazia parte do mundo goiano. A contabilidade de custos não era utilizada no seio das grandes fazendas e tampouco nos negócios comerciais. O testemunho de LEAL, referindo-se a um dos centros mais adiantados de Goiás (Meia Ponte) no final do século, foi altamente significativo. O viajante tentou inutilmente incutir um espírito racional nos lojistas goianos ressaltando suas perdas comerciais exorbitantes. Na sua relação de preços - colhida no Rio de Janeiro e em Goiás - ficou patente a falta de conhecimentos contábeis e um profundo estrangulamento no preço de venda a varejo nos estabelecimentos goianos: inacreditavelmente mercadorias eram vendidas a preço menor que o custo. Algumas, apesar do frete altíssimo, eram vendidas “a preço menor que o de qualquer venda no Rio de Janeiro”.¹¹¹

No atinente à mentalidade, a literatura aponta frequentemente para a “preguiça” do homem do sertão. Viajantes do século XIX chegaram a alarmar-se com a apatia

¹⁰⁹ Id. Ibid., p. 03.

¹¹⁰ A expressão “civilização cabocla” almeja traduzir as modalidades étnicas e culturais dos goianos na organização produtiva e social, bem como a rústica mentalidade dos mesmos. “No caso brasileiro, ‘rústico’ se traduz praticamente por ‘caboclo’ no uso dos estudiosos, tendo sido provavelmente Emilio Willems o primeiro a utilizar de modo coerente a expressão ‘cultura cabocla’; e com efeito aquele termo exprime as modalidades étnicas e culturais do referido contacto do português com o novo meio”. CANDIDO, A.O., *Os parceiros do rio bonito*, 5a. ed., São Paulo, Duas Cidades, 1979., p. 22.

¹¹¹ LEAL, O., op. cit., ps. 83-85.

goiana e o marasmo do caboclo. O general Cunha Matos registrou, para o início do século, que “das 60.000 almas que povoam esta província 54.000 vivem em completa ociosidade”.¹¹² O militar testemunhou ainda uma “incalculável quantidade de vadios” circulando pelas fazendas, todos armados de “violinha ou espingarda”. Por um lado, evidente que esta imagem não significa obrigatoriamente uma verdadeira reprodução da realidade goiana, pois envolve a concepção de mundo do sujeito que a elaborou.¹¹³ Por outro, “o desamor ao trabalho estava ligado à desnecessidade de trabalhar, condicionada pela falta de estímulos prementes, a técnica sumária e, em muitos casos, a espoliação eventual da terra obtida por posse ou concessão”.¹¹⁴ Neste contexto nasceu o “preguiçoso” caipira, colocado na “feliz contingência” de uma quase “desnecessidade” de trabalhar. Apesar de a organização social e a cultura garantir-lhe uma larga margem de lazer, “sofreu, simultaneamente, a miserável situação de poder produzir apenas o estritamente necessário para garantir uma sobrevivência pautada em mínimos vitais”.¹¹⁵

No caso goiano, a “feliz contingência” e a “desnecessidade de trabalhar” estava no caráter da exploração pecuária extensiva. Cunha Matos, ao referir-se a esta atividade econômica em Goiás, foi impiedoso se bem que inteiramente correto: “a criação de gado *vacum* leva todos os cuidados dos habitantes; quando digo cuidados não se deve entender que os homens façam benefícios ao gado, é a natureza que o produz, que o cria e o protege; os homens nada mais fazem do que remarcá-lo, castrá-lo, vendê-lo e comê-lo”.¹¹⁶ Ressalte-se ainda que esta “desnecessidade de trabalhar” foi muito relativa e situada em um contexto bastante peculiar. Desde o início do século XIX, a expansão das relações de produção em Goiás esteve baseada na unidade familiar. Sem condições de aquisição de novos escravos, os produtores rurais passaram - eles mesmos - a trabalharem lavouras e a cuidarem de criações empregando força de trabalho de sua família. Ao contrário de outras regiões, gradativamente o trabalho livre foi se estabelecendo em detrimento da diminuição da força de trabalho escrava.

A pecha de caipira “preguiçoso” não foi bem aceita na literatura regional. Há quem defenda que tais interpretações exprimem falta de visão e entendimento social. Para BERTRAN, por exemplo, a despreocupação e a folgança do povo goiano, que chegou a irritar viajantes, partiu de “observadores vindos da apertada e difícil Europa -

¹¹² AMERICANO DO BRASIL, op. cit., p. 201.

¹¹³ Discussão neste sentido encontra-se em “O estrangeiro” de Noé Freire Sandes e José Eustáquio Ribeiro in *Cadernos de Pesquisa do ICHL*, n. 03, Goiânia, Ed. UFG, 1991., ps. 14-24.

¹¹⁴ CANDIDO, A.O., p. 86.

¹¹⁵ FRANCO, M.S. de C., *Homens livres na ordem escravocrata*, 3a. ed., São Paulo, Ed. Kairós, 1983., p. 33.

¹¹⁶ Citação extraída de PALACIN, L., *O coronelismo no extremo norte de Goiás*, op. cit., p. 12.

um Phol, um Saint Hilaire, um Cunha Matos - condenação esta não destituída de um talvez inconsciente fundo de inveja pelo pobre, sensual e *non-chalant* paraíso caboclo de Goiás nos anos 1800".¹¹⁷ Não se deve concluir, entretanto, que o "paraíso caboclo" goiano fosse de condição harmoniosa. O contrato entre o fazendeiro e o agregado era verbal e sempre rompido quando o primeiro necessitasse da área ocupada pelo último. "A permanência por um prolongado tempo, do agregado em determinada propriedade, acabava por gerar desavenças e que culminavam em conflitos e demandas judiciais".¹¹⁸ Os conflitos no interior das fazendas, não obstante, foram incapazes de transformar a realidade estrutural. As pressões aconteciam via conturbações de nível pessoal ou subjetiva. Neste sentido, o estabelecimento de moradores em latifúndios não impedia a mobilidade dos mesmos. Qualquer desavença com o patrão, desgosto com o trabalho ou a vizinhança, resolvia-se na transferência para outra fazenda. Na dificuldade de mobilidade social - a terra em poucas mãos - a mobilidade espacial remediava a condição: "a marginalização sofrida por esses homens fez do trânsito o seu estado natural, conservando-os efetivamente como andarilhos".¹¹⁹ Em Goiás, "um sentimento de honra encobria as relações de exploração, e a consciência era marcada por um misto de passividade e de revolta", sendo que a única porta de saída era a "migração" do trabalhador.¹²⁰ Por fim, todo esse tradicional modo de vida encontrou-se balizado por um código de honra que caracterizou a mentalidade do indivíduo sertanejo. A indiferenciação na escala social também resolvia-se na dimensão subjetiva de cada um. Vigorava um "acerto de contas", ditado nos parâmetros da sensibilidade aguçada, quase sempre violento, mesmo entre parentes, amigos, compadres ou vizinhos. A maioria das desavenças era resolvida com agressões físicas pessoais e a violência esteve, de certa forma, institucionalizada nos recantos apartados do sertão.¹²¹

Em resumo, o século XIX amadureceu uma civilização sertaneja em Goiás apartada das rápidas transformações capitalistas em curso no sudeste do país. A província era parte e articulava-se com o restante; desde o início do século registraram-

¹¹⁷ BERTRAN, P., *Formação Econômica de Goiás*, op. cit., p. 68. Ainda, um apanhado resumido das impressões dos viajantes do século XIX no planalto central de Goiás pode ser visto em BERTRAN, P., *História da Terra e do Homem no Planalto Central*, Brasília, Solo Editores, 1994.

¹¹⁸ FUNES, E.A., op. cit., p. 133.

¹¹⁹ FRANCO, M.S. de C., op. cit., p. 32.

¹²⁰ França, M.S., "A sociedade agrária em Goiás na literatura de Hugo de Carvalho Ramos", p. 121., apud Noé Freire Sandes e José Eustáquio Ribeiro, resenha in *Cadernos de Pesquisa do ICHL*, n. 03, Goiânia, Ed. UFG, 1991., p. 53.

¹²¹ Sobre o 'código do sertão' referido, ver a primeira parte do trabalho de FRANCO, M.S. de C., *Ibid.*, ps. 20-47. Sobre o homem que age de acordo com as suas emoções (coração), enquanto característica do homem brasileiro, ver BUARQUE DE HOLANDA, S., *Raízes do Brasil*, 13a. ed., Rio de Janeiro, José olympio, 1979., ps. 101-112.

se algumas exportações de gado goiano sobretudo via Triângulo Mineiro. Entretanto, tal comercialização foi incipiente não podendo ser vista efetivamente enquanto negócios no sentido moderno do termo; além de raras, sazonais, as trocas eram efetivadas “terra a terra”, “sem surpresas”, “olhos nos olhos, mão na mão”, inteiramente diversas das trocas “superiores, sofisticadas e dominantes”.¹²² Logicamente a província de Goiás esteve fracamente inserida e articulada ao contexto capitalista do país desde os primórdios. Contudo, ostentou um ritmo de tempo particular no processo, mormente no século XIX. SAINT HILAIRE, que tanto descreveu os velhos currais de Goiás, percebeu profeticamente esta questão: “as belas regiões desérticas contêm os germes de uma grande prosperidade. Tempo virá em que cidades florescentes substituirão as miseráveis choupanas que mal me serviam de abrigo”.¹²³

O tempo da transformação não havia despontado para Goiás. O processo na província ainda caracterizava-se pela demorada acomodação demográfica ao longo do século XIX. Enquanto isto, os anos oitocentos foram significativos para a renovação da vida nacional; imprimiram mudanças de hábitos, comportamento e mentalidade, engendrando novo *ethos* nas relações sociais, principalmente nas áreas urbanas do país. Consubstanciaram uma época de transformações balizada por frequentes progressos, retrocessos e permeada por marcantes diversidades e contradições. Em função das desigualdades regionais, de raças, classes e culturas, o referido tempo de transformações no Brasil foi uno e, ao mesmo tempo, plural. Diversas frações do território nacional, inseridas nesta dinâmica, assumiram um ordenamento sócio-cultural particular, calcadas em valores e símbolos próprios, nem “absurdos” e nem “bizarros”, apenas diferentes. FREYRE¹²⁴ detectou no movimento de transformações do Brasil, uma multiplicidade de tempos, indicando que somente podem ser captados, na inteireza, através de “suas interpenetrações; e isto através do que neles é menos perecível, isto é, suas formas e seus processos”.

¹²² As expressões foram colhidas no capítulo “Os jogos da troca” de BRAUDEL, F., *A dinâmica do capitalismo*, 2a. ed., Lisboa, Editorial Teorema, 1986., ps. 45-80. Para o referido autor, “não são os mesmos mecanismos, nem os mesmos agentes, que regem estes dois tipos de atividades, e, aliás, não é o primeiro que constitui a esfera do capitalismo”. Ibid., p. 67.

¹²³ SAINT HILAIRE, A., op. cit., p. 14.

¹²⁴ FREYRE, G., *Ordem e Progresso*, 2 vols., Rio de Janeiro, José Olympio, 1959., p. XXIV. Sobre as transformações do séc. XIX e o desenvolvimento da sociedade patriarcal, ver “Tentativa de Síntese. Id. Ibid., ps. CXIX e CLXIX.

3. Articulação com a cafeicultura paulista

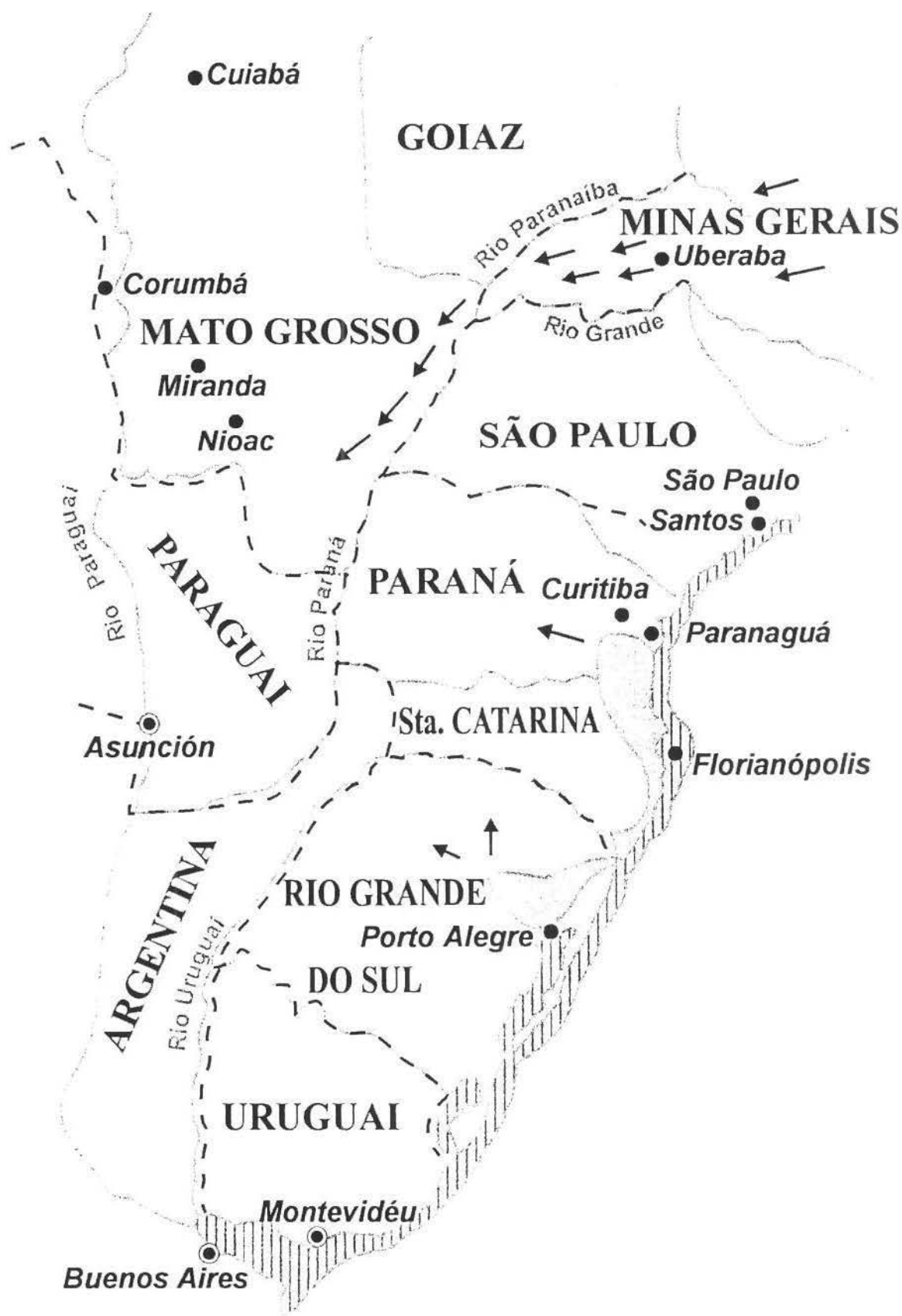
O tempo das transformações em Goiás começou a despontar no último quartel do século XIX quando a economia paulista incorporou áreas limítrofes ao seu processo de acumulação. Um dos veículos foi a Mogiana que ingressou em territórios fora da região paulista transportando produtos manufaturados, alimentos e matérias primas. Esta ferrovia atingiu o Triângulo Mineiro - Uberaba (1889), Uberlândia (1895) e Araguari (1896) - e acarretou modificações para o sul de Goiás.

As terras do Triângulo haviam pertencido a Goiás na época da mineração - antigas minas do Desemboque - sendo posteriormente anexadas à província de Minas Gerais conforme mencionado. Sua ocupação - ao longo do século XIX - foi efetivada por mineradores em função da decadência da atividade; a marcha de povoamento, oriunda da própria Minas Gerais, atingiu vagarosamente o Triângulo e o sul de Mato Grosso (mapa 03). Antes da extensão dos trilhos até o Triângulo esta "região" era deserta, de atividade agropastoril, e importava alguns bens elementares como sal, querosene e ferramentas, inclusive para distribuição em áreas vizinhas. Sua urbanização era débil e sua fisionomia, como de resto em todas as adjacências, caracterizava-se pela grande propriedade rural auto-suficiente. Contudo, desde cedo, aquela fração territorial triangular evidenciara peculiaridades. Primeiro devido à sua privilegiada posição geográfica de entroncamento com Mato Grosso, Goiás e São Paulo; segundo, por constituir território quase "autônomo" com relação a Minas Gerais, destoando de sua própria província por ostentar uma superfície fértil, sem acidentes e distanciada do centro administrativo mineiro.

No mínimo três razões justificam a emergência do Triângulo Mineiro como centro mercantil regional. O primeiro e fundamental fator - que favoreceu a articulação da economia triangulina ao mercado - foi sua posição estratégica com relação a São Paulo; o segundo foi sua privilegiada base de recursos naturais e o terceiro elemento foi a ausência de "resistências culturais" que pudessem obstar a expansão de relações comerciais. Inexistiam "indícios de relações escravistas de monta na região, talvez a única área de Minas (Gerais) em que este fato ocorreu".¹²⁵ De fato, a organização para extração de ouro nas antigas minas do Desemboque havia sido modesta e não marcou quase nada na sócio-economia triangulina.

¹²⁵ BRANDÃO, C. A., *Triângulo: Capital Comercial, Geopolítica e Agroindústria*, Diss. Mestrado, Belo Horizonte, UFMG, 1989., ps. 68-69.

**MARCHA DO POVOAMENTO DO TRIÂNGULO
E DO SUL DE MATO GROSSO**



Mapa do Brasil meridional, indicando as regiões coloniais (sombreado), bem como a marcha do povoamento que partindo de Minas Gerais, ocupou o Triângulo Mineiro e o sul de Mato Grosso.

Fonte: PRADO JR., Caio, (História Econômica do Brasil), op. cit., p. 202

Aparentemente havia similaridade entre os moradores da área sul de Goiás e os “triangulinos” em termos produtivos, sociais e culturais: desfrutavam de margens do mesmo rio, eram resultantes da mesma origem, retinham os mesmos costumes, viviam em um meio sócio-geográfico idêntico e estavam voltados, no final do século XIX, para o exercício da atividade agropastoril. Entretanto, desde os primórdios, o Triângulo caracterizou-se como entreposto e a zona sul de Goiás mantivera relações comerciais via Triângulo Mineiro desde a época da mineração. Nos anos oitocentos tratava-se de um comércio fortuito, limitado a espaçadas partidas de gado e compra de sal e utensílios básicos. Na verdade, negociava-se os excedentes goianos produzidos no seio das fazendas auto-suficientes. Com a proximidade dos trilhos, possibilidades de relações mercantis duradouras surgiram para a população sulina de Goiás. A inauguração de estações ferroviárias no Triângulo permitiu a irradiação de um espírito mercantil, o estabelecimento de maior frequência nos negócios - dada a facilidade e rapidez nos transportes - e o surgimento de financiadores da produção agropecuária na área de influência da ferrovia. Goiás não tinha recursos suficientes e tampouco organização produtiva capaz de suprir a crescente demanda de alimentos no circuito mercantil. A carência levou fazendeiros, principalmente do sudeste e sudoeste goianos, a recorrer a empréstimos nos centros urbanos triangulinos. Na virada do século, “dois homens (do Triângulo) dominaram o mercado de dinheiro de Goiás, trazendo presa às suas burras de agiotas, quase toda a força produtiva do estado. Fizeram fortuna à custa do laborioso goiano do sul do estado”.¹²⁶

Não se pode compreender a economia de Goiás - a partir da década de 1890 - sem levar em conta o domínio comercial do Triângulo Mineiro face aos impulsos dinâmicos emitidos pela cafeicultura paulista; enquanto o sul goiano não recebera influências de São Paulo permanecia em condição introvertida e apenas fortuitamente negociava o excedente do autoconsumo. A partir do momento em que a produção do sul de Goiás e a importação de artigos passaram a se realizar rotineiramente pela “estação” ferroviária triangulina, a região esteve sujeita a esta intermediação comercial, naturalmente permeada pela especulação mercantil.

O Triângulo passou a exercer amplo domínio sobre o sul do território goiano e produtos agrícolas - como o arroz - passaram a ser beneficiados em Minas Gerais “possibilitando a montagem de um esquema especulativo calcado nos estoques de produtos goianos e mato-grossenses, controlados econômica e geograficamente pelo

¹²⁶ Id. *Ibid.*, p. 84.

gargalo do Triângulo Mineiro”.¹²⁷ Inclusive no âmbito político, tais negociações foram lamentadas na época; o discurso de parlamentares goianos contra o domínio triangulino revelou tal estado de espírito sendo que, em diversas ocasiões, foi “denunciada a venda de sacos de arroz, depois de beneficiados no Triângulo, por quarenta vezes mais caro do que o preço pago aos produtores goianos”.¹²⁸ Contudo, a agricultura ainda era débil em Goiás. O principal produto de exportação regional era o gado em pé (tabela 3).

TABELA 03
Goiás: Exportação de Gado e Impostos Arrecadados (1900-1930)

ANOS	Cabeças	Tx. Boi	Taxa Vaca	Imp. Arrecadado	Receita Global	Relação
1900	50.597	4\$500	-	250:457\$460	757:987\$551	33,03%
1901	64.170	4\$500	-	317:644\$522	870:043\$139	36,50%
1902	68.882	4\$500	-	340:967\$330	858:183\$246	39,73%
1903	36.654	4\$500	-	181:437\$883	633:948\$996	28,62%
1904	55.060	4\$500	-	272:538\$145	710:259\$499	38,37%
1905	66.164	4\$500	-	327:843\$014	740:015\$357	44,30%
1906	82.196	4\$500	-	406:870\$574	1.023:045\$665	39,77%
1907	64.936	4\$500	-	321:437\$751	914:239\$087	35,15%
1908	83.560	4\$500	-	413:625\$300	977:701\$744	42,30%
1909	39.716	4\$500	-	196:598\$994	972:647\$806	20,21%
1910	69.609	4\$500	-	304:966\$200	1.315:422\$060	23,10%
1911	77.103	4\$500	10\$000	381:659\$278	1.000:204\$565	36,15%
1912	80.476	4\$500	10\$000	398:345\$341	1.084:392\$955	36,73%
1913	102.945	4\$500	8\$000	509:579\$028	1.340:116\$760	38,02%
1914	52.961	5\$000	8\$000	291:284\$100	1.142:967\$666	25,48%
1915	55.784	7\$000	20\$000	390:491\$469	1.244:638\$720	31,21%
1916	102.528	6\$000	15\$000	676:688\$100	2.203:195\$384	28,15%
1917	118.404	6\$000	15\$000	781:470\$023	1.981:375\$309	39,44%
1918	88.082	6\$000	20\$000	660:676\$125	2.335:913\$136	22,24%
1919	121.119	7\$500	20\$000	1.065:849\$580	2.969:337\$262	35,89%
1920	90.895	8\$000	20\$000	799:881\$877	2.729:794\$802	29,30%
1921	77.833	9\$000	20\$000	770:552\$816	2.880:236\$256	26,75%
1922	65.760	9\$000	20\$000	650:926\$070	3.097:510\$895	21,01%
1923	150.434	7\$000	10\$000	1.489:302\$199	3.862:434\$159	38,55%
1924	102.648	8\$000	15\$000	1.220:499\$907	4.479:581\$558	27,24%
1925	113.492	10\$000	15\$000	1.295:504\$496	5.129:480\$065	25,25%
1926	75.549	10\$000	15\$000	831:036\$286	3.863:237\$519	21,51%
1927	148.207	10\$000	15\$000	1.698:064\$500	5.141:323\$917	33,02%
1928	154.249	10\$000	-	1.961:004\$650	5.971:052\$977	32,84%
1929	87.030	10\$000	50\$000	1.113:917\$200	5.450:754\$802	20,43%
1930	82.371	12\$000	50\$000	1.047:689\$500	4.961:020\$241	21,11%

Fonte: Dados contidos no Relatório apresentado ao Governo Provisório pelo Interventor Federal em Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, 1930-1933, p. 168

A porcentagem dos impostos arrecadados nas negociações de bovinos sobre a Receita Global do Estado evidencia a importância dos mesmos no montante da arrecadação pública.

¹²⁷ BERTRAN, P., *Formação Econômica de Goiás*, op. cit., p. 59.

¹²⁸ BRANDÃO, C.A., op. cit., p. 88.

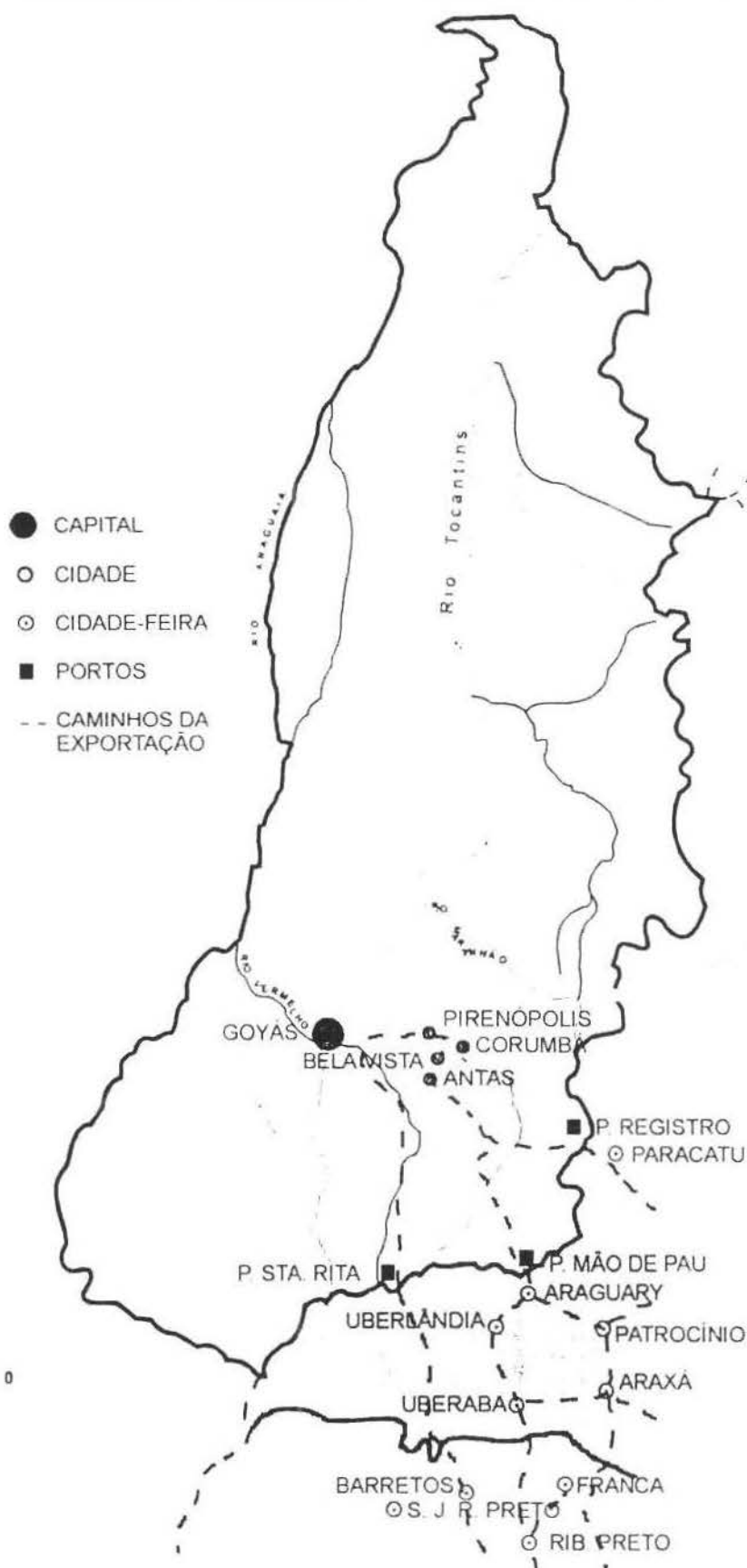
Ainda que o resultado da arrecadação fiscal não possa ser tomado como efetivamente correspondente ao total de vendas - devido a sonegações - observe-se que os recursos advindos das exportações goianas de gado representaram parte substancial da Receita Global do estado; nenhum outro produto se equiparou ao gado na composição da renda interna estadual. O fato dificilmente poderia ser plenamente comprovado pois as estatísticas não traduziam, nem de longe, a realidade das relações mercantis de Goiás. Conforme referendou o CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL (1908), Goiás era o único estado que não tinha alfândegas e tampouco “mesas de rendas federais”, o que impossibilitava a realização de sua Estatística Comercial, ou seja, a quantificação de suas importações e exportações para o resto do país. “Goiás limita-se com sete Estados, tendo para todos eles fronteiras abertas...uma estatística mais ou menos exata na sua exportação bovina, por exemplo, foi sempre coisa humanamente impossível”. As cifras comerciais do estado, de acordo com o documento, foram “sempre reduzidas, talvez à metade”.¹²⁹

De qualquer modo, parte substancial dos recursos regionais advinha das exportações de gado e mesmo que não houvesse sonegação a situação da bovinocultura goiana não era promissora, pois, de Goiás até o centro consumidor em São Paulo várias funções eram desempenhadas na cria, engorda e abate dos bovinos, perfazendo amplo e prolongado esquema nas fases de comercialização dos rebanhos (mapa 04). Situado na primeira etapa, a província goiana incumbia-se da reprodução das reses; o frigorífico ANGLO de Barretos, na última fase, cuidava do abatimento. Os ganhos substanciais, neste esquema, dividiam-se entre intermediários-invernistas, centro de abate e comércio final. Neste esquema tradicional de comercialização, os goianos vendiam bezerros - produzidos em caráter extensivo - que eram engordados principalmente pelos invernistas do Triângulo e, somente depois, negociados nos centros consumidores. Na divisão regional do trabalho, a primeira fase era desenvolvida nas regiões de Goiás e Mato Grosso; na segunda fase “os invernistas triangulinos compravam o rebanho jovem nestas regiões e cuidavam da tarefa de recria, quando então o revendiam para o sul de Minas e Barretos principalmente”.¹³⁰ Evidente que apenas os criadores do centro-sul goiano estiveram inseridos neste sistema comercial do “ciclo do gado” pois, no norte os

¹²⁹ CENTRO INDUSTRIAL DO BRASIL. “O Brasil: Suas Riquezas Naturais, Suas Indústrias”. Vol. II. Indústria Agrícola. Rio de Janeiro, Ed. M. Orosco, 1908, p. 458.

¹³⁰ GUIMARÃES, E.N., *infra-estrutura Pública e Movimento de Capitais: a inserção do Triângulo Mineiro na divisão inter-regional do trabalho*, Diss. de Mestrado. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1990, (mimeo), p. 34.

CAMINHOS DA EXPORTAÇÃO DE GADO (SEGUNDO HUGO C. RAMOS)



Fonte: França e Souza, M.S., "A Sociedade Agrária em Goiás na Literatura de Hugo de Carvalho Ramos (1912-1921)", Diss. Mestrado, Goiânia, UFG, 1978, p. 93

rebanhos acompanhavam o eixo Araguaia-Tocantins e dispersavam-se pelo Pará e Maranhão, aparentemente sem esquema inter-regional definido de cria e abate.

Em função do referido ciclo do gado, Goiás estivera ligado à intermediação do Triângulo mesmo antes da chegada da ferrovia. Com a Mogiana - nas estações de Uberaba, Uberlândia e Araguari - a subordinação se aprofundou dado que também a produção agrícola do sul goiano passou a ser financiada, beneficiada e embarcada pelos comerciantes triangulinos. Neste contexto de intermediação mercantil, o produto de arrecadação do Triângulo Mineiro excedeu em muito ao de Goiás e mesmo ao de vários outros estados. Em 1912, por exemplo, a receita do Triângulo foi superior a de oito estados brasileiros e quase duas vezes a de Goiás (tabela 04).

TABELA 04
Receita arrecadada por Goiás e Triângulo Mineiro (1908, 1910 e 1912)

Anos	Goiás	Triângulo Mineiro
1908	269.665\$509	372.755\$204
1910	274.528\$371	553.974\$395
1912	367.570\$759	777.279\$095

Fonte: Dados compilados em *Sinopse do Diagnóstico Socio-Econômico do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba*, op. cit., p. 34

A receita do Triângulo mais que dobrou no quinquênio (1908-1912) e a de Goiás aumentou apenas um terço evidenciando modesto ritmo de crescimento. O Triângulo consolidou-se enquanto grande comprador e grande vendedor inter-regional; na época o capital comercial ostentava tamanho vigor que, nas três cidades principais triangulinas - Uberaba, Uberlândia e Araguari - havia a média de um estabelecimento comercial para cada grupo de 134 habitantes.¹³¹

O avançado grau de mercantilização proporcionou o surgimento de uma burguesia comercial de espírito corporativo e ufanista na região do Triângulo. Mesmo simples corretores de firmas atacadistas e empreendedores de atividades menores - subordinadas ao comércio - “colaboraram para a consolidação de uma estrutura social bastante peculiar, em que estes *trabalhadores autônomos* estabeleceram alianças relativamente duradouras com a burguesia, até porque se julgavam pertencentes a esta”.¹³² Em decorrência desta intensificação da atividade comercial, o sistema financeiro, desde o início do século, evoluiu consideravelmente no Triângulo: o

¹³¹ A arrecadação do Triângulo, em 1912, foi maior do que a da Paraíba, Sergipe, Piauí, Goiás, Rio Grande do Norte, Alagoas, Ceará e Maranhão considerados separadamente. Ainda, uma relação proporcional entre a população do Triângulo e os seus estabelecimentos comerciais, no início do século XX, encontra-se em *Sinopse do Diagnóstico socio-econômico do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba*, Uberlândia, UFU, 1985, ps. 26 e 38.

¹³² BRANDÃO, C. A., op. cit., p. 116 (grifo do autor).

primeiro banco a se instalar na região foi o Banco de Crédito Real de Minas Gerais em Uberaba (1908), dezessete anos depois de sua fundação. Desde então, a acumulação comercial deu origem a diversas casas bancárias e inclusive à criação do Banco do Triângulo Mineiro (1935).¹³³

Movidos pelo dinamismo da expansão cafeeira paulista, os trilhos da Mogiana incentivaram a exploração agrícola nas cercanias e a burguesia comercial triangulina foi expandindo seus negócios e abrindo canais mercantis pela extremidade sul do território goiano. Em uma direção - zona sudeste - valeu-se da área circunvizinha da ferrovia para onde despachou especuladores e negociantes (de Araguari) para além-rio, financiando e organizando a produção. Na direção oposta utilizou de estradas, valendo-se da construção da Ponte Afonso Pena sobre o rio Paranaíba, que possibilitou o tráfego de carros de boi com produtos agrícolas da zona sudoeste de Goiás. Desta forma, o sul de Goiás como um bloco foi aprofundando seu intercâmbio mercantil com a “estação” triangulina, viabilizando a retenção de substanciais excedentes naquela fração territorial e engajando-se ao ambiente comercial do Triângulo Mineiro. O intercâmbio mais estreito acontecia nas duas frentes mencionadas: o sudoeste de Goiás com o centro urbano mais próximo (Uberlândia) e o sudeste com a estação final na Mogiana (Araguari). Interessa verificar até que ponto estas áreas, em decorrência de influências e do dinamismo absorvidos dos aglomerados triangulinos, passaram a destoar do restante do território goiano.

No contexto de Goiás, a zona do sudeste era relativamente mais populosa e consistia - na virada do século - na principal via de comunicações com Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Por ali cruzavam boiadas que demandavam as zonas cafeeiras assim como produtos importados de outras regiões. Com essa expansão mercantil, os moradores da zona sudeste ensaiaram certa vida urbana sendo que o movimento de compra e venda de terras na área foi crescente no período. Os fazendeiros, em consequência do crescimento mercantil, desde cedo passaram a conceber a terra em função do comércio; o solo, apesar de destinar-se quase unicamente para a criação de gado, possibilitou - relativamente com muita rapidez - auferir lucro e renda.¹³⁴ A zona sudeste passou a evidenciar uma estrutura agrária mais

¹³³ Sobre os bancos em Minas Gerais ver NOGUEIRA DA COSTA, F., *Bancos em Minas Gerais (1889-1964)*, Diss. de Mestrado, IFCH/UNICAMP, 1978, (mimeo).

¹³⁴ Um estudo comparativo da estrutura fundiária em três municípios do centro, sul e sudeste de Goiás - de 1850 a 1910 - foi elaborado por ALENCAR, M.A.G., op. cit., ps. 69-86.

disciplinada e dotada de caráter mercantil a partir do final do século XIX (em termos do número de transmissões de propriedades e não de parcelamento de terras).

A zona sudoeste também passou a ostentar considerável grau de mercantilização da terra, tanto que o “fechamento da fronteira” foi ocorrendo precocemente naquela área. Em função do regime de apossamento puro e simples - de caráter latifundiário - no sudoeste de Goiás não restaram, desde o início do século, grandes parcelas de terras devolutas. Na verdade, a terra ocupada no sudoeste goiano teve dois tipos de uso: serviu como reserva de valor para capitais que ali eram investidos mesmo sem caráter produtivo e à exploração da pecuária extensiva. Em decorrência, “o fechamento destas fronteiras deu-se em curto espaço de tempo”.¹³⁵

Na parte central de Goiás, área de ocupação mais antiga e mais afastada do extremo sul, pouco dinamismo se fazia sentir. Na condição de área pouco integrada às novas frentes econômicas, ali a propriedade da terra ostentou débil significado mercantil. O mesmo aconteceu com o restante do estado, ou seja, a área central e o norte continuaram imunes a modificações nas formas sociais de propriedade fundiária. Os estabelecimentos se fracionavam basicamente por herança, sendo relativamente reduzido o movimento especulativo e de transmissões fundiárias na área setentrional de Goiás (tabela 05).

TABELA 05
Compra e Venda de Imóveis Rurais: municípios de Goiás, Rio Verde e Morrinhos (1891-1910)

Municípios	N.º Transações	Valor Transações
Goiás (zona central)	42	60:983\$000
Rio Verde (zona sudoeste)	84	328:498\$000
Morrinhos (zona sudeste)	135	122:847\$000

Fonte: Dados compilados na pesquisa de ALFENCAR, M.A.G., *Estrutura Fundiária em Goiás*, op. cit., p. 88.

Ao longo de duas décadas, na virada do século, as zonas sudeste e sudoeste lideraram o número de transações de imóveis rurais, inclusive sobrepujando a área da capital do estado. Deste modo, a proximidade do mercado trouxe conseqüências ao nível de transmissões especulativas na parte meridional e pouco no restante do território.

No âmbito desta diferenciação estrutural, divergências e conflitos passaram a ocorrer entre as zonas. Dada a ausência de genuínas reivindicações de base, as manifestações de contrariedade se deram a nível político.

¹³⁵ Id. Ibid., p. 102.

Na virada do século, na área meridional de Goiás, os proprietários de terras tanto exploravam suas fazendas como tendiam a controlar os setores comercial e financeiro nas adjacências; tornavam-se simultaneamente proprietários de terras e “capitalistas”, fazendo desaparecer “a barreira que a propriedade da terra ergue diante do capital quando estas duas funções não estão reunidas na mesma pessoa”.¹³⁶ Em consequência, os sulinos lograram incutir novos princípios e concepções na ordem político-administrativa do estado. Na primeira década do século - em função destes “novos princípios” - Goiás foi palco de uma singular rebelião de elites propulsionada por políticos que despontaram na zona sudeste do território. O líder sulista (Xavier de Almeida) tão logo conseguiu assumir o governo ousou desafiar os tradicionais grupos da capital exibindo uma agenda que alterava profundamente o estilo tradicional de administração. Sua pauta de governo - bem como a do seu sucessor - impôs severa vigilância na arrecadação e no dispêndio dos recursos públicos. Ao assumir, havia de forma explícita argumentado que as mais sérias dificuldades para sua gestão estavam nas desmedidas fronteiras do estado, na falta de estrada de ferro e, principalmente, na “antiga prática de condescendência a que se habituaram exatores e contribuintes”.¹³⁷ Como resultante, no governo do sulista Xavier de Almeida, “o balanço do exercício foi surpreendente, superando até mesmo as expectativas e previsões dos orçamentos feitos pelo próprio grupo: em vez de *déficits*, obtiveram-se *superávits*.”¹³⁸ De fato, durante o domínio político-administrativo das elites do sudeste (1901-1909) houve substancial aumento da receita em Goiás. Em 1901, a participação da pecuária na receita total era de 24,5% e, em 1909 atingiu 38,7%. Não obstante, o fenômeno ocorreu justamente em um período de recuperação da economia nacional e o aumento da receita na região não pode ser credenciado unicamente ao maior rigor na cobrança dos impostos. Certamente parte do dinamismo originou-se de um aumento na demanda de alimentos e matérias primas advinda principalmente da expansão da economia paulista.

De qualquer modo, o cálculo e o espírito racional foram incorporados como importantes elementos nos trâmites político-administrativos do governo de Goiás. As reações, porém, não tardaram e as elites tradicionais descontentes com as medidas articularam um movimento sedicioso para retomada do poder. A ação administrativa - pautada na implementação de políticas impessoais e indiscriminadas - de maneira

¹³⁶ Id. *Ibid.*, p. 103.

¹³⁷ “Mensagem ao Congresso Estadual - 1902”, p. 40, apud CAMPOS, I.F., *Coronelismo em Goiás*, Goiânia, UFG, 1983, p. 72.

¹³⁸ ROSA, M.L.A., *Dos Bulhões aos Caiados*, Goiânia, UCG, 1984, p. 98.

alguma agradou aos tradicionais coronéis das zonas centro e norte goianas. A reorganização e a severa fiscalização efetivada nos postos de arrecadação - impedindo a costumeira condescendência - resultaram em insatisfação entre os proprietários mais prejudicados com as alterações no tradicional sistema de cobrança. Insatisfação esta que foi “canalizada na mobilização dos coronéis que resultou na *Revolução de 1909* e no fim político de Xavier de Almeida”.¹³⁹

As mudanças na condução político-administrativa perpetradas pelas regiões mais dinâmicas de Goiás - face às influências das relações comerciais com o Triângulo Mineiro - não encontraram eco no ambiente da velha capital e muito menos nos rincões nortistas. A “revolução” goiana de 1909, ao apelar do poder as forças mercantis, por um lado teve, na verdade, o caráter de uma “contra-revolução” ao dar sobrevida a práticas anteriores; por outro, a reação demonstrou que, para grande parte da região não interessava elementos de transformação da ordem tradicional. De qualquer modo, a relativa autonomia do extremo sul goiano, alicerçada no poderio econômico conquistado, representava ameaça às tradicionais agremiações partidárias. A realidade sócio-econômica, agora flagrantemente heterogênea, exigiu mudanças na conduta político-administrativa governamental. Para estabilidade dos conservadores no poder concessões tiveram de ser feitas e o empenho pelo prolongamento da estrada de ferro em território goiano foi, por excelência, a principal delas.

As oligarquias tradicionais, até então, pouco ou quase nada haviam feito de concreto no sentido de prolongar a ferrovia até Goiás. A ala conservadora “não queria” a ferrovia pois esta representaria uma nova força de transformação que poderia ameaçar o poder constituído. “O próprio Leopoldo de Bulhões (representante de Goiás no Legislativo Federal) de início não acreditava na viabilidade econômica da linha e teve de ser convencido do papel econômico que representaria a via férrea para o Estado”.¹⁴⁰ A ferrovia em Goiás resultou do empenho de frações dirigentes que mantinham relações econômicas com o Triângulo Mineiro e São Paulo e que estavam interessadas no aprimoramento dos meios de transporte e de comunicação. De um lado, por servir aos interesses da economia mercantil sulina, o projeto ferroviário não obteve imediato apoio dos “revolucionários” de 1909. De outro, o prolongamento dos trilhos da Mogiana também vinha contra interesses de grupos econômicos do Triângulo Mineiro

¹³⁹ Id. *Ibid.*, ps. 72-73.

¹⁴⁰ BORGES, B.G., *O despertar dos dormientes - estudo sobre a Estrada de Ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1909-1922*, Goiânia, CEGRAF/UFG, 1990., p.55.

dado que arrancaria daqueles comerciantes o controle sobre boa parte do território goiano. Contudo, em função do antigo projeto de extensão da Mogiana, do empenho das forças econômicas sulistas e das concessões feitas pelo governo estadual, os trilhos, em 1913, ingressaram no extremo sul de Goiás.

A estrada de ferro no Triângulo Mineiro, conforme visto, havia sido mola propulsora para o desenvolvimento do capital comercial naquela área, tornando-a vigoroso entreposto nas relações de mercado com São Paulo. As relações do sul de Goiás com o Triângulo foram positivas no sentido de ter provocado valorização de terras, mas foram pautadas por um intercâmbio “desigual” onde parte significativa dos excedentes ficou na intermediação mercantil triangulina. Com o ingresso dos trilhos no território goiano (1913), cabe averiguar as modificações que o contato com centros consumidores - agora direto - ocasionou em sua organização sócio-econômica. Ou seja, se a Mogiana, no seu percurso mineiro, havia proporcionado avanços no desenvolvimento econômico do Triângulo, pelo menos em tese tal fenômeno deveria ocorrer em Goiás.

A implantação da estrada de ferro em Goiás deu-se por etapas. Na primeira - até 1914 - os trilhos avançaram 233 quilômetros partindo de Araguari-MG até Roncador-GO, trecho construído em um período relativamente curto (mapa 05). Os trilhos ficaram paralisados em Roncador até 1922 - para construção de uma ponte sobre o rio Corumbá - quando foi iniciada a segunda etapa, desta feita, de forma demorada e irregular. No seu prolongamento, a ferrovia atingiu Anápolis (1935) completando 387 quilômetros de extensão. Somente em 1950 inaugurou-se um ramal ligando Leopoldo de Bulhões a Goiânia.

Na sua primeira etapa em Goiás (1913-1922) a ferrovia acarretou modificações na área sul, principalmente em termos de produção agrícola, valorização fundiária, contingente demográfico e urbanização.

As exportações de gado em Goiás apresentaram significativas oscilações nas três primeiras décadas do século. Em termos de quantidade de cabeças exportadas, a partir de 1913 houve substancial aumento. Certamente a influência maior para o fenômeno foi o fato de São Paulo haver rapidamente implantado modernos frigoríficos no período da Primeira Guerra Mundial aumentando a demanda criatória para exportação de carne industrializada. O crescimento das exportações de gado, a partir da segunda década do século, foi relativamente considerável. BERTRAN defendeu que, no período

SISTEMA DE TRANSPORTE RODO-FERROVIÁRIO (1.920-1.922)



Fonte: Relatórios Anuais do M.V.O.P. (1920-1922), apud, BORGES, G.B. "O despertar dos dormentes", op. cit., p. 111

da Primeira Guerra (1914-1917) a economia goiana deu um “salto vigoroso”. Baseado no *Jornal do Comércio* alinhou que o conflito estimulou a exportação de produtos que não constavam na pauta e passaram a constar (banha derretida, café e carne salgada). Frisou que a exportação de arroz saltou de 548 mil kg em 1912, para 7.144 mil kg em 1919. A de gado evoluiu de 57.000 cabeças (1910), 117.000 (1919) e 79.000 (1920).¹⁴¹ Entretanto, os dados colhidos não correspondem, pelo menos em relação às exportações bovinas, com o relatório oficial apresentado posteriormente pelo governo de Goiás (tabela 3). De qualquer forma, o momento da Primeira Guerra e as consequências do ingresso dos trilhos em Goiás carecem de maior investigação, como será feito a seguir.

Em termos de agricultura, o final da estrada de ferro em Roncador exerceu influência em ampla área e, de acordo com o Censo de 1920, evidenciou significativa concentração agrícola nas adjacências. A produção agrícola na área de influência da ferrovia chegou a atingir a metade do total de arroz, milho e feijão produzido em todo o estado (tabela 06). A velha organização do complexo agricultura de subsistência-pecuária extensiva foi se rompendo com a emergência do mercado, embora conservasse as antigas relações de produção no seio das grandes fazendas.

TABELA 06

Goiás: Produção Agrícola das Principais Culturas nas Áreas Adjacentes* da Estrada de Ferro - 1919

Produtos	Produção (toneladas)	Porcentagem em relação ao Estado
arroz	20.784	56,0
milho	76.455	57,0
mandioca	13.525	42,0
feijão	6.452	59,0

Fonte: Recenseamento do Brasil 1920 - IBGE.

* A área de influência da ferrovia nesta etapa, para efeito de quantificação produtiva, foi delimitada levando-se em consideração os municípios contíguos ao seu percurso até a ponta dos trilhos em Roncador, basicamente o sudeste e parte do centro-sul.

Os efeitos sobre a produção agrícola foram relevantes na área de abrangência da ferrovia. Esta, ao proporcionar negociação direta com mercados consumidores, eliminou parte do comércio intermediário e a agricultura obteve incremento através dos seus produtos mais relevantes, o arroz e o milho. Por sinal, o arroz passou a ocupar - depois do gado - o segundo lugar na pauta de exportação regional. Em função da ferrovia, nesta sua primeira etapa, Goiás atingiu em 1920 a quarta posição na produção de arroz em casca no país, se bem que o montante de produção (37.427 toneladas) ainda fosse irrisório com relação a São Paulo (348.019 toneladas), Minas Gerais

¹⁴¹ O autor cita como fonte apenas “Jornal do Comércio - Retrospecto Comercial 1900-1928” in BERTRAN, P., *Formação Econômica de Goiás*, op. cit. p. 98.

(173.123) e Rio Grande do Sul (112.727). Todavia, no âmbito interno, entre os produtos exportados pela estrada de ferro, o arroz figurou em primeiro lugar (tabela 07). Na segunda fase de expansão da ferrovia - na década de 1930 - a produção de arroz foi bastante incrementada como se verá na próxima seção. Ressalte-se que a ferrovia também constituiu veículo de importação de manufaturados para a região. Em 1920, do total de mercadorias transportadas pela Estrada de Ferro Goiaz cerca de 60,0% correspondeu à categoria de “diversos” (o que impede especificação) e 40,0% referiu-se a cereais, couros, charque, café, sal e fumo.¹⁴²

Com relação ao gado, as exportações pela estrada de ferro foram bastante irregulares, a não ser no ano de 1918 quando grande parte do efetivo exportado (caso os dados estejam corretos) foi encaminhada pela ferrovia, sem dúvida, condicionada pela demanda dos frigoríficos implantados em São Paulo. A partir da Primeira Guerra, a implantação dos quatro frigoríficos paulistas estabeleceu um canal de exportação de carne para o mercado internacional que expandiu-se principalmente a partir de 1920. O acompanhamento a médio prazo das exportações goianas de gado indicam que o estado beneficiou-se com a medida. A estrada de ferro em Goiás também beneficiou a bovinocultura ao possibilitar o abate de rebanhos no próprio território: a implantação de algumas charqueadas e matadouros em cidades servidas pela ferrovia promoveu a produção de charque e produtos semi-industrializados do boi que passaram a constar na pauta de exportações,¹⁴³ principalmente charque, couros e sebo (tabela 07).

¹⁴² Ministério de Viação e Obras Públicas. apud BORGES, B.G.. *O despertar dos dormentes*, op. cit., p. 118.

¹⁴³ Na década de trinta Goiás contava com sete charqueadas distribuídas por cidades ao longo da estrada de ferro, precisamente em Goiandira, Catalão, Ipameri, Pires do Rio e Anápolis.

TABELA 07
Goiás: Principais Produtos Goianos Exportados pela Estrada de Ferro de Goiás

Produtos	Unidade	1915	1916	1917	1918	1919	1920
Arroz	Kg	3.218.417	5.907.378	757.896	6.724.750	6.486.727	2.158.392
Cafê	Kg	-	-	-	-	257.759	220.509
Charque	Kg	-	247.871	18.331	724.854	697.952	825.211
Couro	Kg	110.762	213.616	6.066	1.555	28.466	211.442
Toucinho	Kg	92.703	130.061	20.820	243.644	74.706	12.329
Fumo	Kg	133.130	209.984	60.290	196.728	133.379	114.449
Feijão	Kg	-	62.526	221.730	1.524.902	99.398	-
Milho	Kg	32.960	170.015	3.485	3.536	5.817	8.570
Banha	Kg	-	27.551	-	228.788	94.751	-
Açúcar	Kg	-	13.852	1.848	88.427	53.980	27.893
Manteiga	Kg	4.688	4.900	495	3.158	5.217	18.155
Borracha	Kg	8.704	18.403	14.295	2.525	3.435	2.361
Marmelada	Kg	4.688	-	-	4.694	-	-
Peles Diversas	Kg	-	5.435	1.484	47.275	33.221	29.242
Cristal	Kg	-	5.882	58	2.722	5.712	8.926
Sebo	Kg	-	-	6.446	97.917	116.114	98.480
Bois	Cabeças	-	7.021	694	83.598	13.247	-
Suínos	Kg	4.176	7.197	295	15.513	11.308	2.397

Fonte: A. Informação Goiana, apud BORGES, B. G., *O Despertar dos dormientes*, op. cit., pag. 117.

Os rebanhos bovinos goianos continuaram não sendo transportados regularmente pela ferrovia e sim pelas tradicionais “estradas boiadeiras”. Algumas considerações hipotéticas podem ser feitas a respeito. Por um lado, considerando que parte substancial das exportações era composta de bezerros para engorda posterior - ciclo do gado - a jornada por terra até os locais de engorda não teria tanta importância, apesar da perda de peso, pois o “garrotes” normalmente eram negociados por cabeça e/ou porte e não por peso. Ainda porque, no demorado percurso do comboio ferroviário até Minas e São Paulo - incluindo estações intermediárias de embarque e espera - o gado poderia sucumbir de sede nos vagões da estrada de ferro. O mais certo, entretanto, é que as tarifas cobradas pela ferrovia poderiam inviabilizar o transporte de gado. A estrada de ferro em Goiás cobrava altas tarifas para o transporte de cargas. O preço do frete exigido para o transporte de uma mercadoria da estação de Roncador-GO até Araguari-MG era superior ao exigido pela Mogiana para transportar a mesma mercadoria de Araguari à cidade de São Paulo numa distância três vezes superior.¹⁴⁴ Neste contexto, apenas em períodos excepcionais - em que o preço do gado compensasse o seu transporte pela ferrovia - os pecuaristas tendiam a utilizá-la. Alie-se a isto, a quantidade de cabeças exportadas por ano, quando a ferrovia não dispunha regularmente de vagões “gaiolas” suficientes; em algumas ocasiões, “a obtenção de um

¹⁴⁴ Pesquisa de BORGES, B. G., *Goiás: 'Modernização' e Crise (1920-1960)*, Tese Doutorado, São Paulo, USP, 1994., ps. 82-83 (mimeo).

simples *especial* para embarque de gado na ferrovia passou a ser privilégio de poucos”.¹⁴⁵

Por fim, o governo de Goiás carecia de aparato e organização administrativa para controle fiscal nas fronteiras do território e a ferrovia, centralizando a demanda de transportes na sua área de abrangência, proporcionou nova composição nos recursos fiscais do estado. Em 1915, a percentagem arrecadada pela estrada de ferro sobre a arrecadação total era de 13,0% e, em 1920 o índice alcançou 40,0% evidenciando substancial crescimento no quinquênio. Os impostos sobre exportações de mercadorias por via férrea paulatinamente passaram a constituir importante fonte de recursos públicos. Observe-se que o ano de 1918 foi significativo em termos de arrecadação alcançando o índice de 48,0% da arrecadação total, sem dúvida, em função do volumoso transporte de gado pela ferrovia naquele ano (tabela 08).

TABELA 08
Goiás: Imposto sobre exportação 1915-1920 (em réis)

Ano	Arrecadação Total do Estado	Arrecadação pela E. Ferro de Goiás	Porcentagem arrecadada pela E. Ferro
1915	707.000\$000	05.749\$711	13%
1916	814.381\$150	241.045\$795	29%
1917	964.479\$040	312.277\$111	32%
1918	1.182.051\$889	485.156\$576	48%
1919	1.342.766\$720	479.697\$000	36%
1920	1.012.310\$342	400.337\$425	40%

Fonte: “A Informação Goyana”, 6(11), jun. 1921 e Correio Oficial do Estado, 24 de maio de 1919, apud BORGES, B.G., *O despertar dos dormientes*, op. cit., p. 85.

A concessão para extensão dos trilhos em Goiás - em conexão com os trilhos da Mogiana - primeiramente fora dada à Cia. Estrada de Ferro de Goiaz. Em 1920 a empresa foi encampada pelo governo federal subordinando-se à Inspetoria das Estradas de Ferro da União e, depois de estatizada, passou a denominar-se “Estrada de Ferro Goiaz”.¹⁴⁶ Em termos de extensão, ela não atingia sequer 10% do percurso da Central do Brasil e apenas “arranhava” o sul do imenso território goiano. Entretanto, o fato de estar ligada à Mogiana paulista e singrar pelas áreas relativamente mais dinâmicas de Goiás apresentou saldo positivo - de acordo com *A informação goyana* - nesta sua primeira etapa.¹⁴⁷ O transporte de mercadorias era a principal fonte de receita da

¹⁴⁵ Id. Ibid., ps. 97-98. Em 1920, no material rodante da ferrovia goiana, haviam apenas 11 vagões para animais de um total de 54 para mercadorias e passageiros. Dados de BORGES, B.G., *O despertar...*, op. cit., p. 74.

¹⁴⁶ Uma cronologia dos principais eventos relativos aos prolongamentos e à história ferroviária de Goiás encontra-se em Délio Moreira de Araújo, “Mais Planos que Realizações: a Estrada de Ferro no Estado de Goiás”, in *Estudos Goianenses*, Ano II, n. 2, Goiânia, UCG, 1974., ps. 85-98.

¹⁴⁷ “A informação goyana”, 8 (8):62, março de 1925 apud BORGES, B.G., *O despertar dos dormientes*, op. cit., p. 84.

Estrada de Ferro Goiás, sendo inclusive responsável por mais de 50% da sua renda e, em segundo lugar, estava o transporte de passageiros. O percurso da ferrovia goiana era pequeno, mas justificava-se economicamente, não somente em função de cortar as áreas de maior potencial produtivo de Goiás ou em decorrência de cobrar altas tarifas para o transporte de cargas. Ao contrário de outras ferrovias da União, a de Goiás, por estar articulada à acumulação paulista, tendeu a ser lucrativa. Por outro lado, as tarifas elevadas colaboraram para a saúde financeira da empresa, porém, oneravam bastante o custo dos bens exportados, tanto que foram paulatinamente atenuadas depois dos anos trinta, no bojo do processo de integração do comércio nacional. De qualquer forma, a conexão da Estrada de Ferro Goiás com a Mogiana dava-lhe grande importância no suprimento do mercado interno e nas relações inter-regionais.

Teoricamente, a ferrovia, por si só, é extremamente importante, pois carrega consigo o germe de uma nova sociedade: impessoaliza as relações trabalhistas no âmbito da empresa, desvincula o homem da alternativa de tornar-se agregado de fazendas, “impõe” o pagamento monetário e, juntamente com ele, socializa a noção de custo e de cálculo. A ferrovia ainda promove valorização das terras em municípios servidos pelos trilhos ou localizados próximos a eles. Em Anápolis - cidade situada, no início do século, bem além do término dos trilhos - o preço do *alqueire de campo* elevou-se de 2\$500 para 15\$000 e o preço da *terra de mato* sofreu incremento de 10\$000 para 30\$000 o alqueire. Em Ipameri, mais próxima dos trilhos na época, a valorização foi ainda mais forte: em 1915 vendeu-se o alqueire de mata a 50\$000. Com a passagem dos trilhos elevou-se em 1921 a 300\$000. Por fim, a ferrovia incrementa o processo de urbanização: em Goiás, algumas cidades servidas pela linha de ferro chegaram a ensaiar vida característica de cidade. Ao receber água encanada, energia elétrica, cinema, telégrafo, telefone e agência do Banco do Brasil (Ipameri) passaram a distinguir-se do restante dos aglomerados urbanos. Vagarosamente seus moradores também foram assimilando postura mais urbana evidenciando modificações na mentalidade, idéias e valores sociais.

Contudo, os possíveis efeitos transformadores da ferrovia esbarraram em alguns entraves básicos: por um lado, a alteração nas relações de trabalho no campo em Goiás foram débeis e, por outro, a estrada de ferro desnudou a carência de capitais no âmbito da produção agrícola regional. Não restam dúvidas de que a ferrovia e a emergência de relações mercantis mais sólidas no sul de Goiás renunciaram mudanças significativas. Mas, ainda assim, vigorava a carência de capitais no âmbito regional. Em geral, o

agricultor goiano era financiado pelos intermediários que emprestavam dinheiro para manutenção do processo produtivo e a eles era garantida antecipadamente a venda de toda a colheita que, depois de armazenada, era negociada em período de alta de preços. Este tipo de relação financeira - entre agricultores e cerealistas - demonstra a nítida desvantagem dos primeiros no processo de apropriação de excedentes. Como agravante, as relações de trabalho no âmbito da fazenda continuaram inalteradas: a agricultura, apesar de crescentemente assumir caráter mercantil, não exigiu - ou até mesmo bloqueou em função dos custos - mudanças no conjunto das relações trabalhistas. Mecanismos tradicionais de *parceria* e *camaradagem* continuaram predominantes no território goiano. As relações sócio-econômicas em Goiás, durante as primeiras décadas do século, prolongavam-se nos trâmites usuais. Nos grandes estabelecimentos rurais a relação entre o proprietário e seus dependentes continuou não se expressando em termos econômicos ou estilo de vida e sim de acordo com a antiga conformação caracterizada no capítulo anterior. Na ausência de pagamento monetário, trabalhar para alguém significava estabelecer laços pessoais de confiança que impediam tensões ou modificações na estrutura produtiva. Foi somente neste sentido que o balanço das transformações em Goiás - mesmo com a emergência da estrada de ferro - não foi mais relevante, embora a penetração dos trilhos tenha avançado no caminho da integração com o centro dinâmico do país.

Em termos de população, Goiás era relativamente um território deserto. Sua densidade demográfica em 1920 (0,79) contrastava vivamente com a de outros estados (Bahia, 6,17; São Paulo, 11,9 e Minas Gerais, 7,80). Em 1900 tinha população de 255.284 e em 1920 de 511.919 habitantes. A se julgar pelos números censitários o crescimento demográfico entre 1900 e 1920 acusou aumento superior ao da média nacional.¹⁴⁸ Não há dúvidas de que o ingresso dos trilhos em território goiano ensejou imigrações para a área meridional do estado. As imigrações, oriundas de Minas e São Paulo, aliadas a altas taxas de natalidade, certamente explicam grande parte do crescimento demográfico do estado no início do século.

As migrações nacionais foram responsáveis pelo ritmo de povoamento em Goiás, pois o surto de imigração estrangeira, conforme mencionado anteriormente, não encontrara pretendentes no território. No alvorecer do século haviam somente 1.328

¹⁴⁸ A população de Goiás, segundo as estatísticas, teve o seguinte comportamento: 1872 (160.395 hab.), 1890 (227.572 hab.), 1900 (255.284 hab.) e 1920 (511.919 hab.)

estrangeiros no estado cuja maioria absoluta estava na extremidade meridional do sudeste.¹⁴⁹

A falta de comunicação no interior do território, por seu lado, fazia com que a população em geral se distribuisse por esparsas áreas preferindo localização mais próxima de outros estados limítrofes. Tanto que as maiores concentrações, no período de 1872 a 1920, localizavam-se justamente nos extremos do sul e do norte de Goiás; ao sul, o município de Catalão com 38.574 moradores era o mais populoso e, em segundo, localizado na extremidade norte, estava Boa Vista do Tocantins com 25.786 habitantes.¹⁵⁰

O norte de Goiás, apartado das influências mercantis emanadas por São Paulo e Triângulo Mineiro, sustentava vida própria valendo-se do fator de integração econômica proporcionado pelo rio Tocantins. Embora a maioria absoluta dos maiores municípios do estado estivesse localizada no centro-sul, os habitantes estavam voltados para o mundo rural e acomodados em sítios e fazendas. A vida urbana era ainda incipiente e nem mesmo a capital sobressaía. A área urbana da própria capital (Goiás) chegou a ter no máximo cerca de 8.000 habitantes na primeira metade do século atual. O censo de 1920 não fez distinção entre população rural e urbana, entretanto, tudo indica que “nenhuma das outras cidades mais populosas se aproximava sequer de 4.000 habitantes e possivelmente não chegava a 3.000” o número de moradores de suas áreas urbanas.¹⁵¹

A terra, por sua vez, pouco valia nas áreas “periféricas” do próprio estado e seu rendimento era pequeno em termos comerciais, embora no sul goiano a terra evidentemente valesse mais. De resto, persistia o domínio da grande propriedade rural em poucas mãos e uma nítida separação campo-cidade onde os proprietários residiam nas próprias fazendas, rejeitando o absenteísmo: apenas cerca de 2,0% dos estabelecimentos agropecuários de todo o estado eram conduzidos por administradores ou arrendatários. A estrutura fundiária, por seu lado, dava mostras de concentração: 15,0% dos 16.634 estabelecimentos agropecuários media até 40 ha, porém cobria apenas 0,15% da área total; 28,0% dos estabelecimentos media de 40 a 200 ha, cobrindo uma área de 2,03% da superfície e 57,0% dos estabelecimentos media acima

¹⁴⁹ *Annuaire Estatistique du Brésil* (1908-1912). Vol. I., p. 310.

¹⁵⁰ Os dez maiores municípios goianos por população em 1920 eram: Catalão (38.574), Boa Vista do Tocantins (25.786), Morrinhos (24.502), Goiás (21.223), Ipameri (19.227), Pedro Afonso (18.971), Anápolis (16.037), Formosa (15.872), Corumbá (14.636) e Porto Nacional (14.120).

¹⁵¹ Palacin, L., “Linhas Estruturais da História de Goiás no século XX” in *Estudos Goianienses* (1), Goiânia, Revista da UCG, Ano II, n. 2, 1974., p.48.

de 200 ha cobrindo área equivalente a 97,8% do território considerado. Neste último grupo, tomado separadamente, 9,9% dos estabelecimentos media de 2.000 a 5.000 ha; 9,2% tinha de 1.000 a 2.000 ha e 17,0% de 500 a 1.000 ha. Em outros termos, do total dos estabelecimentos recenseados, a extensão média da área das propriedades rurais superava o tamanho de 1.300 ha em Goiás.

Nesta sua primeira etapa, a ferrovia ainda não atingira as áreas de maior potencial agricultável de Goiás. Portanto, o censo de 1920 não poderia captar grandes modificações pois a estrada de ferro apenas continuou seu prolongamento posteriormente na década de 1930.

Em resumo, o ingresso dos trilhos da Mogiana no Triângulo Mineiro, impulsionados pelo dinamismo paulista, irradiou germes de transformação pela área do extremo sul goiano, tanto em aspectos sócio-produtivos como de estruturação agrária. Nas zonas sudeste e sudoeste de Goiás a terra passou a assimilar caráter mercantil, a produção de alimentos foi incentivada pelo surgimento do transporte e de intermediários financiadores e explodiram reivindicações de mudanças na conduta político-administrativa do estado, sendo que a principal delas foi o acirramento da luta pela extensão da ferrovia até o território goiano. O Triângulo Mineiro, por sua vez, consolidou-se como centro de intermediação comercial-financeira entre o sul de Goiás e São Paulo, angariando um montante de arrecadação relativamente invejável para a época. O prolongamento dos trilhos até Goiás revigorou o processo de transmissão mercantil de propriedades na área meridional, atraiu imigrantes de Minas Gerais e São Paulo, instigou o surgimento de pequenos centros urbanos ao redor das estações ferroviárias e possibilitou o incremento da produção de alimentos, principalmente do arroz que tornou-se - depois do gado - importante produto na pauta de exportação do estado.

A ferrovia permitiu a retenção de excedentes produtivos no próprio seio do território goiano; entretanto, a carência de capitais no âmbito da produção e a rigidez nas relações de trabalho obstaculizaram maiores alterações na ordem sócio-econômica tradicional. Goiás continuou a ostentar um ritmo de tempo próprio e particular na dinâmica do desenvolvimento econômico brasileiro. As transformações se dão de forma lenta e a ferrovia não ostenta, por si só, poder transformador. No caso específico de São Paulo, as ferrovias abriram terras para o café - produto rentável - germinando alto potencial de acumulação embora mesmo ali a extensão dos trilhos tenha demorado duas décadas para atingir as zonas mais nobres da região. O território

de Goiás situou-se em terceiro plano com relação ao dinamismo irradiado pela cafeicultura paulista. Esteve atrás do Triângulo Mineiro - grande produtor agropecuário - e da própria região paulista, diversificada na sua produção com notável exploração agropecuária. Neste quadro, obrigatoriamente restava a Goiás o “compasso de espera” para que também pudesse usufruir do dinamismo em curso.

II - Goiás no Processo de Integração Nacional (1930-1960)

A passagem dos anos trinta representou um marco no desenvolvimento econômico brasileiro. Foi o momento em que o padrão de acumulação nacional se alterou em favor da indústria provocando “deslocamento do centro dinâmico”¹ da economia. Até então, o eixo propulsor de acumulação no país estivera dependente de atividades primário-exportadoras. No período de 1930 a 1960, com a paulatina eliminação de barreiras ao comércio interno e aumento da interdependência das diversas regiões com o centro dinâmico do país, ocorreu a integração do mercado nacional.² No padrão de acumulação definido pelo capital industrial, evidente que São Paulo conduziria o mercado nacional desde que eliminadas barreiras alfandegárias, de comunicações e de transportes. Em algumas regiões a política econômica do Estado brasileiro, refletida em investimentos públicos, possibilitaram remoção dos entraves à integração do comércio de mercadorias e o resultado foi um vigoroso incremento nas relações mercantis inter-regionais sob a égide de São Paulo.

A referida integração, reconheceu CANO, acarretou efeitos estimuladores, efeitos inibidores e até mesmo efeitos destruidores para algumas economias regionais. No caso específico da agropecuária - interesse maior deste trabalho - os paulistas sustentaram a dianteira também nesta modalidade produtiva. São Paulo consolidou-se efetivamente como um dos maiores produtores de alimentos no país: de 1919 a 1959 foi o primeiro - em termos de agropecuária - na produção de algodão, arroz, banana, abate de bovinos e evidentemente café; ainda, ostentou segundo e terceiro lugares na produção de batata, cana de açúcar, milho, feijão, criação e abate de bovinos, suínos e aves, bem como na produção de leite.³ Mesmo assim surgiram oportunidades para a produção de alimentos básicos - arroz, milho e feijão - em áreas de expansão da fronteira agrícola nacional. Não se tratou propriamente de “transferência de funções produtivas” porque, com a diminuição do plantio cafeeiro desacelerou-se também a produção de alimentos consorciados ao café. “Para continuar a expandi-la, no espaço econômico de uma agricultura capitalizada e de terras férteis, feijão e milho necessitariam de profunda transformação técnica e econômica... e de melhor rentabilidade”.⁴ Nas áreas de fronteira, a predominância de estabelecimentos de

¹ Expressão de FURTADO, C., op. cit., cap. XXXII, ps. 195-203.

² O estudo clássico a respeito é de CANO, W., *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil (1930-1970)*, Campinas, Global Editora, 1985.

³ Dados colhidos em Id. Ibid., p. 222.

⁴ Id. Ibid., ps. 225-226.

pequeno e médio portes possibilitava a produção de alimentos a custos relativamente mais baixos porque, na região mais capitalizada o cultivo de determinadas culturas não oferecia resultado promissor para grandes fazendeiros. Em decorrência, as regiões mais próximas de São Paulo foram "capturadas" pela dinâmica paulista modificando suas respectivas relações mercantis de produção.

O processo de integração do mercado nacional sob a égide de São Paulo, por outro lado, esteve fortemente condicionado pelas políticas públicas efetivadas no período de 1930 a 1960. A preocupação com os espaços vazios do território nacional e a contrastante densidade populacional do país tomou maior vulto durante a II Guerra Mundial passando a fazer parte de projetos governamentais. Em decorrência, a Marcha para o Oeste - lema inaugurado nos anos trinta - ganhou sobrevida e reforço nos pronunciamentos oficiais. Por um lado, não se tratava simplesmente de uma vaga idéia de marcha para o oeste e sim da concreta ocupação do Planalto Central e, a partir deste, do desbravamento da Amazônia. A preocupação com os vazios demográficos aprofundou-se e já em 1940 o Departamento Nacional de Imigração encaminhara "cerca de 8.000 trabalhadores nordestinos para os seringais do Alto Amazonas e do território do Acre".⁵ É evidente que a questão econômica esteve explicitamente incorporada na integração nacional; conforme enfatizou Getúlio Vargas, o objetivo maior era o de "suprimir as barreiras que separam zonas e isolam regiões, de sorte que o **corpo econômico nacional** possa evoluir homogeneamente".⁶ Em outras palavras, buscava-se ocupar as áreas vazias do território e, ao mesmo tempo, articular meios de transporte visando a abertura de "escoadouros" para a produção nacional.

Certamente a economia de guerra condicionou a ingerência governamental na perseguição destes objetivos: maior produção agrícola e povoamento do interior. O esforço nacional estava canalizado para a industrialização do país; entretanto, as condições fizeram com que algumas diretrizes relativas à produção agrícola fossem idealizadas - ainda nos anos 1940 - proporcionando incentivos à pequena propriedade e ao produtor rural. No processo foram desenvolvidos projetos oficiais de colonização - administrados pelo governo federal - culminando com a implantação de colônias agrícolas em alguns pontos do território brasileiro.

⁵ Pêricles M. Carvalho, "A concretização da Marcha para o Oeste", in *Cultura Política*, Rio de Janeiro. Ano I, n.08, outubro de 1941., p. 20.

⁶ Discurso proferido no Palácio da Guanabara em 31.12.1937, in "A Nova Política do Brasil", Vol. V, Rio de Janeiro, José Olympio, 1938, apud NEIVA, I.C., *O outro lado da colônia: contradições e forma de resistência popular na Colônia Agrícola de Goiás*, Diss. Mestrado, Brasília, UNB, 1984., p. 52 (mimeo).

No bojo do processo, Goiás constituía área de fronteira relativamente próxima a São Paulo e caracterizava-se, juntamente com Mato Grosso, enquanto o "segundo grande vazio nacional" depois da Amazônia. No período de 1930 a 1960 importantes elementos de transformação foram introduzidos no território goiano e o processo de germinação de novas estruturas, principalmente no centro-sul do estado, esteve balizado em dois acontecimentos: a nível externo, a integração nacional do comércio de mercadorias comandado por São Paulo e, a nível interno, o surgimento de centros urbanos comerciais no interior da região. Tais fenômenos, concomitantes ao programa Marcha para o Oeste, definiram novos rumos para Goiás em função da urbanização e da articulação mercantil inter-regional. Para compreender a evolução das modificações estruturais no estado torna-se fundamental a pesquisa de algumas temáticas: de um lado, a edificação de Goiânia, a imigração e a concentração econômica na parte centro-sul do estado e, de outro, a evolução dos meios de transportes, o surgimento de centros comerciais e a acelerada urbanização regional.

Conforme foi abordado - na primeira parte - Goiás mantinha articulações comerciais com São Paulo principalmente a partir do final do século XIX. O entrelaçamento mercantil acelerou-se e intensificou-se com o processo nacional de integração e Goiás obteve significativos benefícios em função das políticas governamentais principalmente de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Averiguar o grau e a natureza da integração de Goiás ao processo, bem como a modificação nas estruturas regionais constituem os objetivos básicos desta etapa do trabalho.

1. Os anos trinta e a edificação de Goiânia

Pode-se pensar, a princípio, que a crise de 1929 não afetou a economia goiana.⁷ As relações comerciais eram incipientes no âmbito geral do estado, a circulação monetária débil e a população quase inteiramente rural. Neste quadro, mesmo com a emergência de uma conturbação, o comportamento da estrutura sócio-econômica goiana dificilmente sofreria abalo. Não obstante, em termos conjunturais, a economia do estado parece ter sido afetada. As exportações de gado - principal fonte da receita estadual - sofreram oscilações nominais na virada dos anos trinta. No período 1928-1932 o valor das exportações bovinas caiu 68,0% sendo que, a partir de 1929 esteve abruptamente reduzido à metade (tabela 09).

TABELA 09
Goiás: Valor oficial das exportações 1928-1932 (índices)

Produtos	1928	1929	1930	1931	1932
Gado	100	57	54	50	32
Arroz	100	126	102	109	44
Restante*	100	75	76	139	125

Fonte: Cálculos a partir do Relatório do Interventor Pedro Ludovico Teixeira 1930-1933, op. cit., p. 161. * O "restante" refere-se, pela ordem de importância, a café, charque, porcos, couros salgados e fumo.

Conforme mencionado, Goiás encontrava-se articulado - via Triângulo Mineiro - à economia de São Paulo. Nesta condição, a crise vinha se manifestando e logicamente o fenômeno, por ter sido aqui traduzido em termos nominais representa apenas uma aproximação da realidade. De um lado, porque o montante da receita arrecadada sobre o gado flutuava em função das taxas cobradas sobre o boi e a vaca exportados e, no período 1928-1930 a taxa cobrada sobre a exportação da vaca subiu de 15\$000 para 50\$000 e a do boi de 10\$000 para 12\$000 podendo ter refletido no montante das exportações. De outro lado, o comportamento nominal das exportações no período não retrata a situação real porque os preços nacionais variaram muito em função da desvalorização cambial. Enquanto alguns preços subiram outros caíram a partir da crise de 1929 acarretando complicadores para efeito de análises puramente nominais. Deste modo, o movimento oscilatório das exportações de Goiás, na virada dos anos trinta, somente pode ser devidamente apreendido e avaliado em decorrência de pesquisas específicas que avaliem o comportamento das importações nacionais, o preço dos

⁷ Para o historiador Palacin, as oscilações nas arrecadações de impostos e nas exportações goianas na virada dos anos trinta foram mais de origem "estacional" do que realmente expressão de uma crise. Ver Palacin, L., "Linhas Estruturais da História de Goiás (II)", in *Estudos Goianenses*, Ano II, n. 3., 1974., p. 18.

gêneros alimentícios nas praças consumidoras, o volume real do comércio inter-regional por vias internas, etc.

Não obstante, em termos gerais, o comportamento nominal das exportações goianas - na virada dos anos trinta - deu mostras de integração com São Paulo, comprovando a articulação de Goiás com o centro dinâmico do país. Tanto o momento de queda como o de recuperação do valor das exportações goianas refletiram a crise e a retomada da economia paulista. Com o aprofundamento da depressão o consumo encolheu duramente em São Paulo - em termos de bens supérfluos e nobres - retomando paulatinamente seu nível somente a partir do final de 1933. No tocante a Goiás, a carne, enquanto produto mais nobre sofreu abrupta inflexão e o arroz, produto básico, estacionou suas vendas no patamar costumeiro - tabela anterior - sofrendo dura queda nas vendas somente no ano de 1932. Provável que esta inflexão na produção de arroz deveu-se mais a condicionantes da produção do que a outros fatores, caindo de 81.449 para 49.200 toneladas (tabela 10).

TABELA 10
Goiás: Produção de arroz 1930-1939

Anos	Produção (ton)	Anos	Produção (ton)
1930*	56.889	1935	90.720
1931	81.449	1936	88.790
1932	49.200	1937	90.003
1933	87.480	1938	89.982
1934	89.982	1939	89.400

Fonte: IBGE: Anuários Estatísticos do Brasil. * A produção de 1930 apresentada corresponde à média 1926-1930.

O essencial é que, mesmo em termos nominais, a trajetória de crise e de recuperação comercial de Goiás foi similar ao comportamento da economia paulista: o montante advindo das exportações de 1928 somente teve seu nível restituído a partir de 1933 quando retomou o sentido ascendente, ou seja, acompanhando a revitalização da economia de São Paulo (tabela 11).

TABELA 11
Goiás: Valor das exportações totais 1928-1939 (índices)

1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939
100	73	68	82	57	122	160	163	152	219	176	186

Fonte: Cálculos a partir do Relatório do Interventor 1930-1933, op. cit. P. 161.

O ponto mais baixo da depressão em São Paulo e o início da recuperação aconteceu em 1933. Já nesse período, entretanto, os laços de integração nacional estiveram fortalecidos porque, em 1930-1932, quando atingiu-se o “fundo do poço” da crise - em termos de importações - a economia paulista “acionou” a produção em áreas periféricas (em virtude da dificuldade de importações) estimulando a produção de alguns gêneros alimentícios e matérias-primas.

Em suma, é bastante provável que a crise de 1929 afetou temporariamente o andamento da economia goiana. O decréscimo nominal nas exportações e a recuperação em sintonia com a economia paulista comprovam articulação de Goiás com o centro dinâmico do país. Neste caso, a queda nas exportações não foi resultante de alterações meramente cíclicas ou “estacionais”, porém, expressão viva da crise nacional.

A Revolução de 1930, por seu lado, não provocou mudanças imediatas na ordem sócio-econômica de Goiás. As estruturas - vida social e material, refletidas na organização produtiva, nas relações de trabalho, na arrecadação tributária e despesas administrativas do governo, bem como no cotidiano da população - persistiram similares ao passado. Em termos políticos, todavia, a Revolução de 30 em Goiás apontou para significativas modificações. Desde o início do século, conforme mencionado, era grande o descontentamento das elites econômicas sulistas com relação ao estilo de governo perpetrado pelas oligarquias tradicionais. Com o tempo, o movimento oposicionista ganhara fôlego e a Revolução de 30 apresentou uma oportunidade ímpar para os descontentes. Os líderes do sul goiano, em conluio com políticos do Triângulo Mineiro, instigaram um levante, culminando por instalar um governo provisório em Goiás e, desde então as novas oligarquias, de forma constitucional e extra-constitucional, perduraram no poder - sem interrupção - por quase duas décadas.

As políticas engendradas pelos “revolucionários de trinta” em Goiás merecem referências mais demoradas em função dos germes de transformação que semearam no centro-sul do estado. Suas ações podem ser avaliadas a nível do discurso, a nível do projeto “desenvolvimentista”, bem como de suas consequências sócio-econômicas.

A mudança política de 1930 em Goiás não significou somente substituição de oligarquias no contexto de um estado eminentemente rural. A princípio, a alternância no poder foi mais visível na aparência de comando do que nas atitudes tomadas pelo governo estadual; todavia, o novo dirigente propalava - como objetivo primeiro de sua

gestão - a solução global dos problemas regionais e almejava inaugurar uma era de *desenvolvimento* para Goiás. Lemas como “novo tempo” e “modernismo” foram freqüentemente arrolados nos documentos oficiais dos anos trinta e a construção de uma nova capital representava o empreendimento sintetizador do afã de *desenvolver* o estado. Esteve bastante presente e divulgada a crença de que, onde se estabelece uma cidade moderna e bem aparelhada surge a “trindade econômica sobre que se baseia a atividade material, que é, ao mesmo tempo, industrial, bancária e comercial”.⁸

De um lado, o que estava por detrás do discurso era a viabilização de um projeto que proporcionasse maiores possibilidades de acumulação já que o novo governo representava aspirações econômicas dos grupos sulinos. De outro, por detrás do promissor lema “desenvolvimentista” - embasado na idéia da construção de uma nova capital - pairava um pesado jogo político. As antigas oligarquias conservavam-se ativas no ambiente da velha capital e exerciam influência sobre líderes e prefeitos do interior tendo, portanto, de ser politicamente anuladas. O sul buscava sua estrutura de poder; mascarados pela ideologia do progresso e pelo desejo de construção de uma nova capital estavam os anseios particulares dos novos líderes do executivo estadual. “Mais do que numa capital para o Estado, pensava-se numa capital para o Sul e o Sudoeste, isto é, para o centro econômico de Goiás”.⁹

No âmbito político nacional as condições eram favoráveis. No discurso de GETÚLIO VARGAS tornava-se “imperioso localizar no centro geográfico do país poderosas forças capazes de irradiar e garantir a nossa expansão futura”.¹⁰ A implantação de uma nova cidade no planalto traduzia o desejo do presidente e alimentava a “expansão capitalista” em seu processo de incorporação de novas frações do território nacional, representando ainda um símbolo do Estado Novo e constituindo marco significativo na política de interiorização. No âmbito interno de Goiás, porém, as dificuldades eram imensas, tanto em termos políticos como nas condições materiais para concretização do projeto.

Como a disputa pelo poder não se encerrara em Goiás com a Revolução de 30, a pregação política dos sulinos atraiu, ao mesmo tempo, amor e ódio na proposta de edificação de uma nova capital. Os argumentos estiveram fundados em lógica

⁸ Relatório do Eng. Armando de Godoi ao Interventor em 24 de abril de 1933, in TEIXEIRA, P.L., *Memórias*, 2a. ed., Goiânia, Cultura Goiana, p. 80.

⁹ LUCIA DA SILVA, A., *A Revolução de 30 em Goiás*, Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 1982, p. 184 (mimeo).

¹⁰ Citação colhida em Id. *Ibid.*, p. 189.

discursiva: dado que o “atraso” de Goiás decorria da inércia da velha capital, a implantação de uma nova capital era o primeiro e essencial passo para a arrancada do “desenvolvimento”. Passaram a ser bastante comuns - nos pronunciamentos governistas - ataques ferrenhos contra a centenária sede do governo, ressaltando-se evidentemente suas deficiências e marasmos. Lógico que não “simbolizavam apenas ataques à cidade decadente, mas sim ao centro de poder da oligarquia que se desejava apelar, de uma vez por todas, da liderança política do Estado”.¹¹ Elementos como terreno acidentado, insalubridade e decadência urbana da velha capital eram corriqueiramente arrolados. No fundo buscava-se firmemente desbancar o núcleo tradicional de poder da Primeira República, tanto que o próprio Interventor reconheceu isto, mais tarde, revelando: “Confesso, fazendo justiça à velha Goiás (antiga capital), que não foram motivos de ordem sanitária que pesaram no meu espírito para retirar-lhe a primazia de ser a metrópole goiana. (...) Causas de origem econômica, política e social influíram poderosamente para que lhe cerceassem o privilégio de que usufruía”.¹²

Contornados os entraves políticos, restaram as dificuldades econômicas e técnicas para edificação da nova cidade. A escolha do local foi fácil e imediata porque “a necessidade da mudança era tão imperiosa que o problema não se apresentava propriamente em localizar a capital neste ou naquele ponto, mas sim de sair de onde estava”.¹³ A área de implantação da capital - centro geográfico do estado - situou-se na parte mais povoada e caracterizou-se pela existência de terras férteis e planas, além de uma topografia apropriada para edificações. Os recursos passaram a fluir de duas fontes básicas: empréstimos do governo federal e comercialização de terras na abrangência do novo município. Os primeiros empréstimos, totalizando cerca de 15.000 contos, foram conseguidos no primeiro quinquênio dos anos trinta e o parcelamento das terras - obtidas por compra, doação e permuta - gerou explosão especulativa na área. Assim, em conjunto, as dívidas contraídas e as verbas advindas da negociação das terras serviram para financiamento dos edifícios públicos na nova capital.

Outra grande dificuldade enfrentada pelos construtores esbarrou no setor de recursos humanos. A carência de operários era crucial - mesmo sem especialização - para andamento das construções. Trabalhadores especializados, então, eram completamente inexistentes no âmbito do estado. O próprio Interventor relembra suas

¹¹ CHAUL, N.N.F., *A Construção de Goiânia e a Transferência da Capital*. Goiânia, CEGRAF/UFG, 1988., p. 77.

¹² TEIXEIRA, P.L., op. cit., p. 192.

¹³ Depoimento do arquiteto Lima Corrêa in IBGE, *Goiânia*, Rio de Janeiro, 1942., p. 97.

dificuldades frisando que técnicos especializados não foram encontrados na região: “tivemos que contratá-los em São Paulo e Rio, mas sempre tendo em vista a insignificância de nossas rendas”.¹⁴ Neste quadro, a saída foi a promoção de intensa campanha - através de órgãos de comunicação - visando arregimentar operários suficientes para a empreitada e, de sua parte, o governo federal passou a aliciar continuamente migrantes para Goiás. Os verdadeiros construtores de Goiânia foram mais de 4.000 trabalhadores que, “alojados em ranchos de capim e em casinhas de madeira, recebendo *vales* no fim do mês, trabalharam duramente e construíram uma cidade que passou a ser o símbolo do dinamismo de um Estado que até então se duvidava existir”.¹⁵ O grande contingente de operários da construção civil inaugurou no âmbito da nova capital relações assalariadas tipicamente capitalistas e, como não poderia deixar de ocorrer mesmo que de forma incipiente, emergiram tensões típicas de disputa entre capital e trabalho. “A situação de extrema penúria ou excessiva miséria levou, ao que nos consta, a agitação e greves operárias por volta de 1935 e 1936 (em Goiânia)”.¹⁶

O implante de Goiânia, mesmo contando com firme disposição dos governos estadual e federal, deu-se demoradamente e por etapas. Em 1933 aconteceu a tomada de decisão: escolheu-se o lugar e lançou-se uma pedra fundamental. Em 1935 consumou-se a mudança provisória de órgãos do governo para Goiânia. Finalmente, em 1942, com o “batismo cultural”, a cidade foi oficialmente inaugurada e seu índice progressista dado como vertiginoso. Na virada da década de quarenta “Goiânia construiu mais de cem prédios ou quase quatro prédios por dia. Não é um crescimento: é quase uma explosão se lembrarmos o marasmo goiano em época que não vai longe”.¹⁷ Goiânia foi vista também como “o cumprimento de mais uma etapa da Marcha para o Oeste, dentro do processo de acumulação capitalista... (proporcionando) maior inserção de Goiás na economia de mercado; era o nosso centro político capaz de dinamizar a economia do Sul e Sudoeste (do estado)”.¹⁸ A articulação da nova capital com o centro dinâmico do país efetivou-se desde os primórdios. Monbeig testemunhou que, “desde logo convém notar que a nova cidade só vive de São Paulo: os materiais de construção, os gêneros alimentícios, as fazendas (tecidos), as ferramentas para o

¹⁴ TEIXEIRA, P.L., op. cit., p. 78.

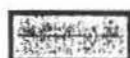
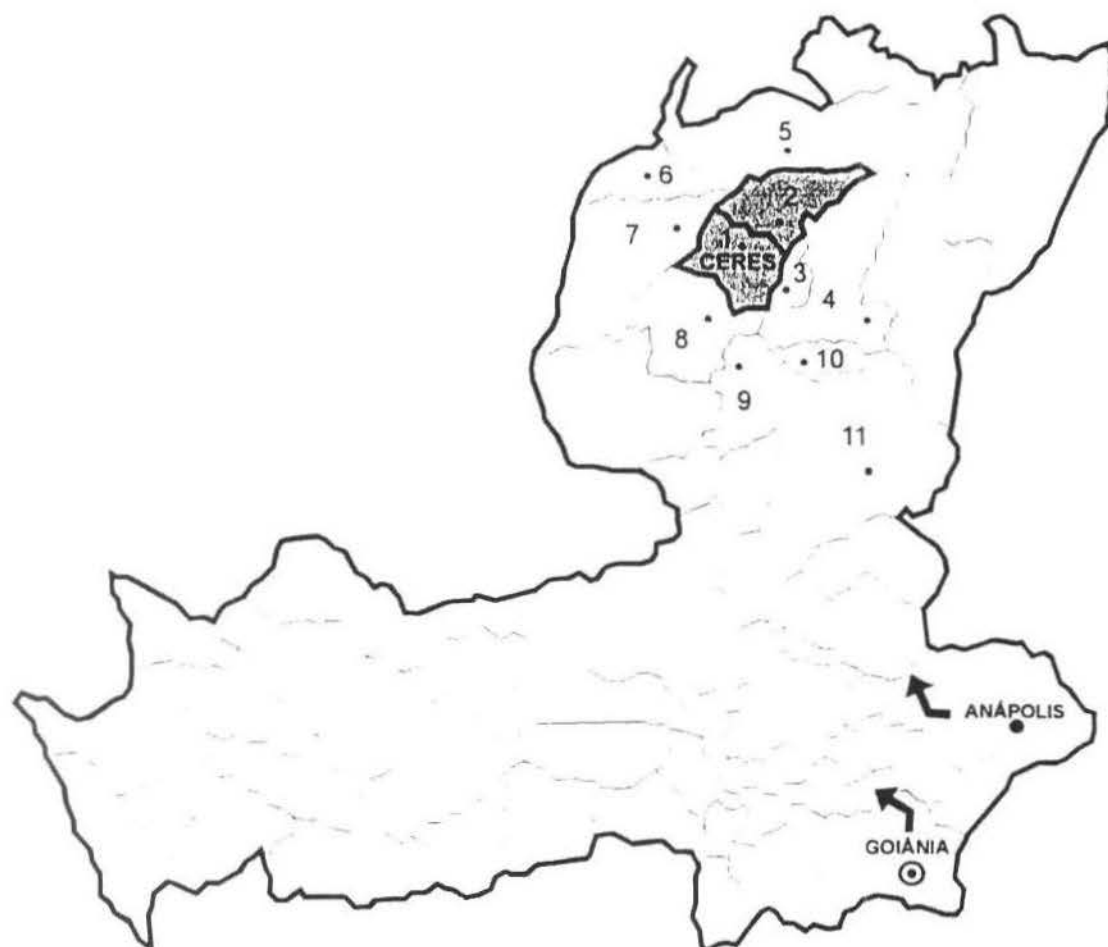
¹⁵ CHAUL, N.N.F., op. cit., p. 109-110.

¹⁶ Id. Ibid., p. 166.

¹⁷ Oto Prazeres in IBGE, *Goiânia*, op. cit., p. 74.

¹⁸ CHAUL, N.N.F., op. cit., p. 144.

LOCALIZAÇÃO DA **CANG** NA ZONA "MATO GROSSO DE GOIÁS" E NO ESTADO DE GOIÁS



ÁREA DA CANG

- 1 - CERES
- 2 - NOVA GLÓRIA
- 3 - RIALMA
- 4 - SANTA ISABEL
- 5 - ITAPACI
- 6 - NOVA AMÉRICA
- 7 - RUBIATABA
- 8 - CARMO DO RIO VERDE
- 9 - URUANA
- 10 - RIANÁPOLIS
- 11 - JARAGUÁ



ZONA MATO GROSSO DE GOIÁS

Fonte: NEIVA, I. C., "O outro lado da colônia: contradições e formas de resistência popular na Colônia Agrícola de Goiás", op. cit., p. 181

POPULAÇÃO EM GOIÁS DE 1920 A 1940

POPULAÇÃO EM GOIÁS

Comparação entre os recenseamentos
de
1920-1940

I.B.G.E.
CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA
SERVIÇOS DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA
DIVISÃO DE GEOGRAFIA
1948
SECÇÃO DE ILUSTRAÇÕES E CÁLCULOS

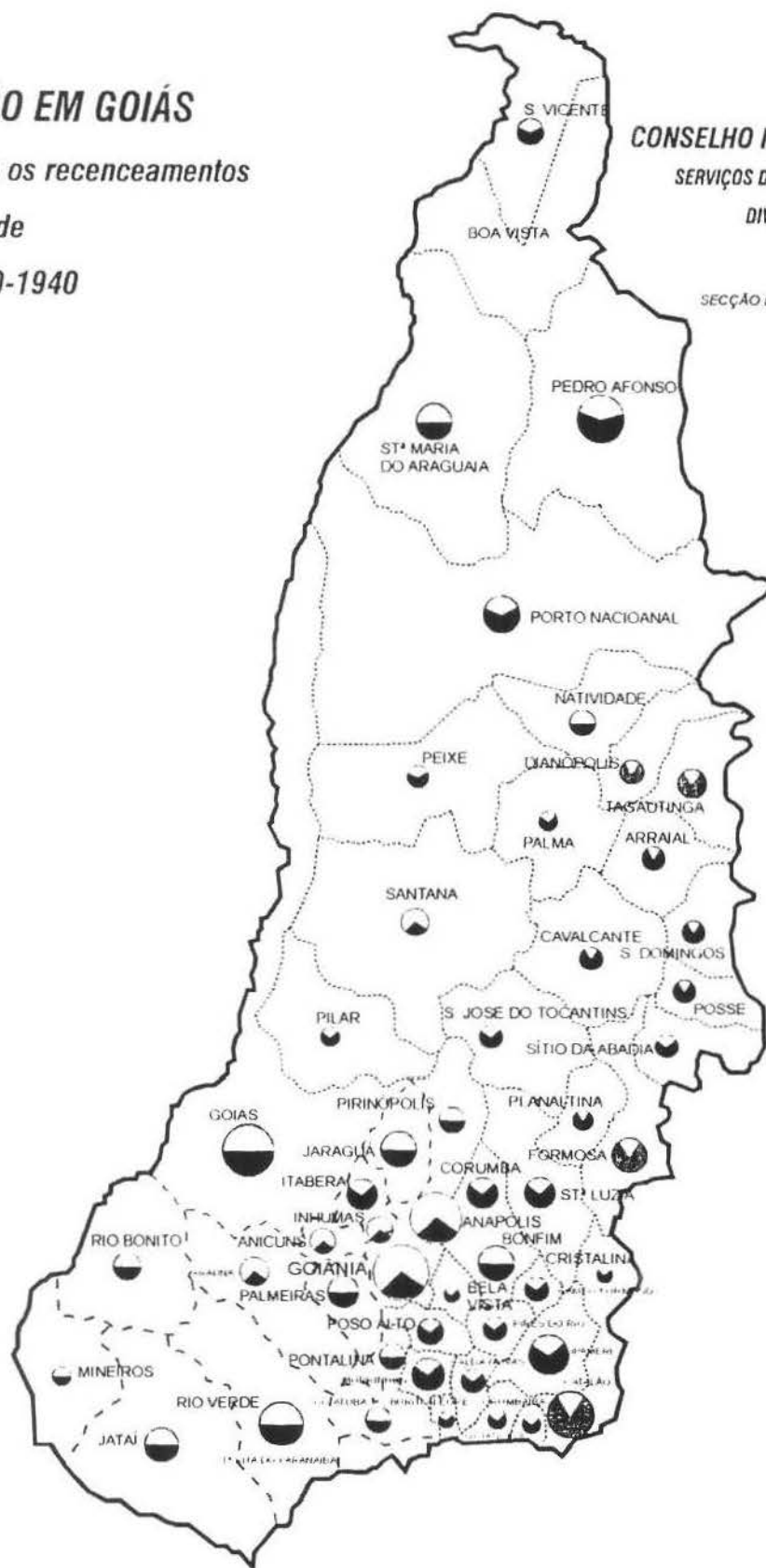
CONVENÇÕES

NUMERO DE HABITANTES

48 100 Hab
30 000 Hab
10 000 Hab
5 000 Hab

1920-1940
1940-1950

1920-1940
1940-1950



Mapa do crescimento da população de Goiás entre os recenseamentos de 1920 e 1940; note-se o tremendo desenvolvimento do sul de Goiás, especialmente dos municípios do "Mato Grosso de Goiás"; deve-se acrescentar que o crescimento da população desta região foi maior depois de 1940 que entre 1920 e 1940. O movimento pioneiro que deu margem a este crescimento teve o seu "clímax" muitos anos depois de 1940.

trabalho, tudo que é necessário à vida cotidiana procede de São Paulo”.¹⁹ A campanha deflagrada a nível nacional para atração de capitais para Goiânia expandiu as relações mercantis inter-regionais e as finanças estaduais receberam certo alívio em função da recuperação das exportações no período do Estado Novo. A crescente valorização das terras goianas atraíram investidores de outros centros a ponto de o crescimento econômico do município ser bastante evidenciado pelo seu primeiro prefeito: “a nossa estatística acusava, em 1938, 24.000 cabeças de bovinos, enquanto em 1939 já essas cifras se elevavam a 56.000. Explica-se esse aumento pelo número de fazendeiros que se transferiram para o município”.²⁰

No aspecto sócio-cultural, todavia, houve quem não compartilhasse do otimismo reinante. LEVI-STRAUSS, por exemplo, em notório estilo depreciativo, denunciou uma profunda artificialidade no projeto. “Visitei Goiânia em 1937. Uma planície sem fim, que tinha algo de terreno baldio e campo de batalha... de boa vontade lhe chamariamos *bastião* da civilização... não num sentido figurativo mas direto, que adquiria assim um valor singularmente irônico. Pois nada podia ser tão bárbaro, tão desumano, como essa iniciativa no deserto”.²¹ Neste aspecto, o testemunho de Broca foi interessante pois, ao visitar Goiânia em 1942, teceu uma espécie de defesa, alegando que “Goiânia não é para ser vista, mas para ser compreendida”. A firme iniciativa, embora possa ter parecido esdrúxula para alguns, segundo ele, traduzia um incontido, plausível e justificado “anseio de progresso!”²² A nova capital de Goiás, “cantada e decantada, serviu para muitas certezas e previsões. De todas elas, uma é única: extrapolou todas as previsões feitas na época, estando até hoje em construção, como a sua história, como a própria história”.²³

Em síntese, a construção de Goiânia e a transferência da capital foram arrojadas apostas no “desenvolvimento” do estado. Contudo, o processo demonstrou ser mais complexo e de mais lenta solução. Em 1942, com efeito, Goiânia era uma cidade perfeitamente estabelecida, porém, o desenvolvimento do estado estava longe de ser satisfatório. “A revolução de 30 e sua principal obra em Goiás, a construção de Goiânia, podem ser consideradas começo de uma nova etapa pelos rumos que

¹⁹ Pierre Monbeig in IBGE, *Goiânia*, op. cit., p. 78.

²⁰ Venerando de Freitas Borges, IBGE, *Goiânia*, Ibid., p. 60.

²¹ LEVI-STRAUSS, C., *Tristes Trópicos*, São Paulo, Edições 70, 1986, p. 119 (grifo nosso).

²² Brito Broca, “Visão de Goiânia” in *Cultura Política*, Ano II, n. 20, Rio de Janeiro, Outubro de 1942., ps. 168-172.

²³ CHAUL, N N F., op. cit., p. 167.

marcaram mais que pelas realizações imediatas".²⁴ Embora não tenha cumprido a ambiciosa tarefa de "chave de desenvolvimento geral do estado", a nova capital, ao significar "renovação", incutiu "mudança na mentalidade" e "confiança no futuro", sendo ainda responsável pelo surgimento de um certo "ufanismo goiano" e de "afirmação de fé nos destinos de Goiás".²⁵ Acreditou-se ainda, conforme mencionado, que a nova capital seria um pólo de desenvolvimento industrial, papel que não se consumou, apesar de ter sido demarcada extensa área para instalação de indústrias no município.

Goiânia, ao representar uma "possibilidade geográfica" no interior do país, foi palco de elevada imigração desde seus primeiros anos de existência. O atrativo real para o surto imigratório foi a existência de largas faixas de terras férteis e matas - até então inexploradas - na área de abrangência da nova capital. A zona, de rico potencial agrícola - conhecida como "Mato Grosso de Goiás" - começou a ser penetrada em função da construção de Goiânia e será objeto de estudo específico neste trabalho. Os migrantes oriundos de Minas Gerais - que constituíam cerca de 60,0% do contingente - ao serem questionados por que razão foram para Goiás de imediato respondiam: "porque não há mais florestas em Minas".²⁶ A construção da nova capital, deste modo, ao ensejar correntes imigratórias, foi responsável pelo lançamento de germes de transformação nas estruturas sócio-econômicas do centro-sul do estado. Suas terras foram paulatinamente sendo conhecidas tornando-se cativante opção para assentamento dos imigrantes rurais que passaram a se movimentar pelo campo brasileiro. A propaganda oficial nos anos trinta - ressaltando a nível nacional as possibilidades econômicas de Goiás - colaborou para que imigrantes de outros estados, principalmente a partir de 1935, ocupassem as adjacências da nova capital e adentrassem as florestas virgens da zona "Mato Grosso de Goiás". O desbravamento desta área, situada no centro-sul do estado, foi tamanho que, "entre 1920-1940, 34,0% do estoque de matas do Estado foi destruído".²⁷ O município de Goiânia atingiu 48.165 habitantes em 1940. Na área em que foi edificada a cidade existiam, em 1920, apenas dois pequenos municípios (Campinas e Trindade) cuja população somava no máximo 10.000 moradores; o projeto de implantação da nova capital proporcionou, no curto período de

²⁴ Palacin in *Estudos Goiamenses (II)*, op. cit., p. 15 (grifo nosso).

²⁵ Expressões colhidas em PALACIN, L., *Fundação de Goiânia e Desenvolvimento de Goiás*, Goiânia, Oriente, 1976., ps. 93-95.

²⁶ Leo Waibel, "Uma viagem de reconhecimento ao sul de Goiás", in *Revista Brasileira de Geografia*, Ano IX, n. 03, Rio de Janeiro, 1947., p. 335.

²⁷ LUCIA DA SILVA, A, op. cit., p. 195.

1935 a 1940, multiplicação substancial de povoamento na área. O maior adensamento demográfico aconteceu no centro-sul do estado (mapa 06). Observe-se que alguns municípios na abrangência da estrada de ferro, outrora relativamente populosos (Catalão, por exemplo) apresentaram decréscimo de moradores no período, assunto que será adiante abordado. A zona centro-sul, por sua vez, foi tomando o aspecto de um conglomerado populacional em função do menor distanciamento entre seus núcleos urbanos e da abertura de estradas vicinais. Houve considerável surto de abertura de estradas a partir dos anos trinta em Goiás. Em função da construção de Goiânia alguns municípios vizinhos se desdobraram, principalmente no centro-sul, provocando a necessidade de expansão da rede de estradas de rodagem e o total de quilômetros abertos no período de 1930-1943 foi relativamente considerável (tabela 12).

TABELA 12
Goiás: Rodovias - 1930, 1937, 1939 e 1943

Anos	Total de km	Índice
1930	4.421	100
1937	8.623	195
1939	15.801	357
1943	20.585	456

Fonte: Martin T. Katzman, "The Impact of 'Growth Poles' And 'Growth Corridors' On the Settlement of the State of Goiás, Brazil, s.d. (mimeo), tabela 2, apud AVELINO DE ARAÚJO, E. A., op. cit., p. 79.

Em um período de 13 anos a malha rodoviária mais que quadruplicou em Goiás, porém, as estradas eram ainda muito rústicas. Fonseca, empreendendo *Uma Viagem ao Brasil Central* em 1944, ao ingressar no estado vindo de Minas Gerais, registrou enfaticamente que "menos de duas léguas são percorridas e a gente tem a impressão de que o motorista se enganou, pois, os caminhos - não se pode chamar estradas às picadas feitas a pneumáticos que existiam - só eram praticáveis na estiagem. Nos longos períodos das chuvas, extensões enormes se transformavam em traiçoeiros e intransponíveis atoleiros, onde ficavam agarrados por semanas inteiras os caminhões carregados".²⁸

A valorização das terras na área abrangente de Goiânia foi significativa. Antes do projeto da nova capital o preço não alcançava sequer Cr\$100,00 o alqueire; com o andamento das obras o alqueire chegou a ser negociado ao preço de Cr\$15.000 nas cercanias. Por sinal, o cercamento de terras com arame farpado teve início em Goiás na década instigando manifestações adversas por parte de agricultores interessados no

²⁸ Silvio Fonseca, "Uma Viagem ao Brasil Central", Revista *Cultura Política*, n. 42, ANO IV, Rio de Janeiro, 1944, p. 11.

apossamento informal de terras.²⁹ Importa que aconteceu relevante fracionamento de terras no período: o número de transmissões de propriedades rurais cresceu, principalmente em função das obras de edificação de Goiânia, totalizando 102.858 negociações conforme levantamento no período de quatro anos. Em 1935 ocorreram 9.108 transmissões de propriedades e em 1938, em escala ascendente, o número atingiu a 51.429 negociações.³⁰ Relativamente, o maior número de transmissões de propriedades rurais aconteceu em Anápolis e não em Goiânia. A explicação está no fato de que Anápolis - desde 1935 - tornara-se estação final da ferrovia e iniciava fortemente sua arrancada de crescimento econômico tornando-se ponto de convergência mercantil para as áreas vizinhas do norte goiano, ao passo que Goiânia ainda se encontrava em etapa de implantação.

Em função da construção de Goiânia e da extensão da ferrovia até Anápolis, algumas modificações ocorreram no estado. Em termos de estrutura agrária, as pequenas propriedades, que ocupavam área correspondente a 0,15% do total do estado em 1920, evidenciando situação de concentração fundiária, em 1940 abrangiam 1,63% da mesma comprovando um processo de fracionamento no período passando de 38.370 ha para 319.895 ha de ocupação. Também as médias propriedades aumentaram sua área de ocupação passando de 2,03% do total em 1920, para 7,27% em 1940. O número de pequenos estabelecimentos aumentou nove vezes no período de 1920-1940, o dos médios cerca de três vezes e o dos grandes quase dobrou. Isto, ao se considerar como “pequeno” as propriedades até 40 ha (1920) e até 50 ha (1940); como “média” de 40 a 200 ha (1920) e de 50 ha a 200 ha (1940); e como “grande” todo estabelecimento acima de 200 ha.³¹

Em termos de produção agrícola, em 1920 apenas 0,3% da área total de Goiás - correspondente a 113.562 ha - era cultivada. Em 1940 o índice atingiu 1,8%, subindo portanto a área de cultivo agrícola para 352.667 ha.³² A exploração produtiva maior no estado continuou concentrada na pecuária em 1940, tanto que a quase totalidade da área de estabelecimentos rurais era reservada a pastagens. No período de 1931 a 1940

²⁹ Ver a propósito TEIXEIRA, J.A., *Folclore Goiano*, São Paulo, Ed. Nacional, 1979, ps. 87-89.

³⁰ Departamento Estadual de Estatística e Cartório de registros Gerais de Imóveis de Goiás, citado no *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, 6(72), agosto de 1940, ps. 351-362.

³¹ Uma análise pormenorizada da estrutura agrária em Goiás de 1920 a 1940 encontra-se em AVELINO DE ARAÚJO, E., *Fronteira Agrícola e Formação de Centros comerciais Urbanos em Goiás (1930-1955)*, Diss. Mestrado, Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1980, ps. 86-88.

³² Dados colhidos em FRANCISCO DE CAMARGO, J., *Êxodo Rural no Brasil*, Col. Temas Brasileiros, Rio de Janeiro, Ed. Conquista, 1960, ps. 183-184.

a produção de gado e de arroz (tabela 10) foram as principais atividades em Goiás. A população bovina, de acordo com censos e estimativas oficiais, girou em torno de 6.000.000 cabeças - média de 1920 a 1940 - para um rebanho brasileiro, estimado em 1939, em 40.564.000 bovinos.

A técnica de exploração agropecuária em Goiás era rústica e com débil utilização de tecnologia. Também no Brasil - como um todo - apenas 15,0% dos estabelecimentos rurais possuíam maquinário agrícola em 1920, sendo que 97,8% deles estavam concentrados em São Paulo e Rio Grande do Sul.³³ Em 1940 o índice subiu, em termos nacionais, para 65,8% dos estabelecimentos, porém 86,8% dos estabelecimentos com maquinários continuavam localizados nas regiões Sul e Sudeste. Em Goiás existia apenas um trator em 1920 e em 1940 o número subiu para treze; com respeito a arados, grades, semeadeiras e cultivadores o crescimento foi considerável: em 1920 o estado contava com 32 arados, 13 grades, 6 semeadeiras e 11 cultivadores; em 1940 com 345, 113, 192 e 88 respectivamente.

Apenas uma pequena porcentagem dos estabelecimentos rurais goianos utilizava adubo e maquinário nas plantações; o predomínio continuava sendo a prática de queimadas e o uso da enxada. A Enciclopédia dos Municípios Brasileiros registrou que o sul e o sudoeste de Goiás constituíam as zonas mais habitadas e também as mais conhecidas; “entretanto, com a sua população rural concentrada apenas nas áreas florestais, de solos mais ricos, e a agricultura baseada no machado e na queimada, as perspectivas de melhoria são ainda futuras, somente realizáveis à custa de modificações radicais no atual sistema econômico”.³⁴

No aspecto da transformação industrial, não há muito o que falar de Goiás no período. O setor era constituído de pequenas empresas para atendimento de necessidades mais prementes da população, na sua maioria operando nos ramos alimentício e de transformação mineral não metálica. Os estabelecimentos industriais passaram de 16, em 1920, para 370 em 1940. Predominava a indústria doméstica (artesanato, transformação simples de alimentos básicos, bebidas caseiras, etc.) voltada para si mesma ou servindo a pequenos mercados locais. O setor secundário, em 1939, participava com 5,7% na formação da renda interna estadual enquanto o primário ostentava 70,4% e o terciário 24,0%. A modalidade industrial ou semi-industrial de exportação consistia nas charqueadas e curtumes e a “indústria do charque” em Goiás,

³³ Id. Ibid., ps. 79-80.

³⁴ IBGE - *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, 1957., ps. 249 e 250.

no final dos anos trinta, produzia somente cerca de quarenta toneladas/ano. Ao lado desta pequena produção, a comercialização do charque enfrentava dificuldades que ameaçavam a manutenção da indústria: de um lado, a desproporcional concorrência do Rio Grande do Sul e, de outro, a demanda substancial do produto advinha do Norte e Nordeste do país e normalmente “o charque goiano, para entrar no mercado nortista, tinha que passar pelas casas comerciais das praças de São Paulo e Rio de Janeiro, de onde o produto era reexportado”.³⁵

No atinente às atividades comerciais, a falta de dados em 1920 impede sua avaliação com relação a 1940 quando o comércio varejista se fazia através de 1.629 estabelecimentos que empregavam 2.688 pessoas. De qualquer forma, o crescimento notável do comércio em Goiás aconteceu posteriormente nas décadas de 1940 e 1950 como será adiante tratado.

Em resumo, a passagem dos anos trinta afetou o andamento sócio-econômico regional e promoveu algumas modificações na realidade goiana, principalmente no caminho de sua integração com a dinâmica da economia nacional. A Revolução de 30, ao ensejar alterações na ordem política, apontou novos rumos para a sociedade e os novos dirigentes promoveram uma aposta no “desenvolvimento” do estado com a concretização do antigo sonho da nova capital. A construção de Goiânia incentivou vigoroso parcelamento de terras nas adjacências, exploração de matas férteis na zona “Mato Grosso de Goiás” e acomodou levas de imigrantes que ganharam o planalto central. A construção de Goiânia foi uma arrojada aposta a longo prazo, tornando-se uma “possibilidade geográfica” futura, mas permitindo, de imediato, amplas possibilidades de negócios, investimentos públicos com seus efeitos multiplicadores e acarretando, portanto, elementos potenciais para futura transformação regional.

³⁵ BORGES, B. G., *Goiás: Modernização e Crise*, op. cit., p. 228.

2. A colonização e a infra-estrutura dos transportes

O projeto federal da interiorização - nas décadas de 1940 e 1950 - deixou marcas na estrutura sócio-econômica de Goiás. A construção de Goiânia havia sido parte integrante da marcha para o oeste em sua fase inicial. A partir de 1940 o incremento de imigração para a fronteira goiana influenciou o movimento de transformações na parcela centro-sul da região.

O governo brasileiro exerceu importante papel no movimento de interiorização - marcha para o oeste - principalmente com referência ao estado de Goiás. O surto de imigração para o planalto central, nas décadas de 1940 e 1950, somente foi ultrapassado pelas correntes migratórias em direção ao Paraná. Não obstante, tratou-se de diferenciadas movimentações tanto em termos de atração, como de assentamento e atividade produtiva. A pesquisa de GRAHAM e BUARQUE DE HOLLANDA FILHO ressaltou que a imigração para o Paraná foi coordenada e financiada pelo setor privado; o atrativo paranaense foi sua proximidade com São Paulo e a abundância de terras apropriadas para o café na região. "The profitability of a cash crop like coffee was sufficiently high that private market forces and organization were able to finance and manage sucessfully this migratory movement".³⁶ Em Goiás, pelo contrário, o setor público "promoveu" a abertura e a ocupação da fronteira atraindo maciça imigração e investimentos para a região. Tratou-se de casos diferenciados: no Paraná, a expansão foi de timbre capitalista com atividades agrícolas em terras apropriadas e organização necessária para rentabilidade favorável; em Goiás tratou-se de um contingente de trabalhadores, anteriormente pressionados pela falta de terra ou pelas secas, sem recursos e munidos apenas de rudimentar tecnologia. O primeiro caso constituiu uma espécie de colonização privada e o segundo uma colonização dirigida por incentivos governamentais.

GRAHAM e BUARQUE DE HOLLANDA FILHO apontaram que cerca de 45,0% dos migrantes para Goiás em 1940 eram originários de Minas Gerais e cerca de 48,0% oriundos de estados "nortistas" do país e, na década de 1950, o estado recebeu, no total de imigrantes, cerca de 53,0% de mineiros e 38,0% de nordestinos em seu território (tabela 13).

³⁶ GRAHAM e BUARQUE DE HOLLANDA FILHO, S., *Migration, Regional And Urban Growth And Development In Brazil: A Selective Analysis of the Historical Record: 1872-1970.*, São Paulo, IPE, USP, 1971., p. 98.

TABELA 13
Distribuição dos migrantes para Goiás pelo estados de origem - 1940 e 1950 (%)

Estado de Origem - 1940		Estado de Origem - 1950	
Minas Gerais	44,77	Minas Gerais	53,32
Maranhão	21,30	Maranhão	16,72
Bahia	20,66	Bahia	15,74
Piauí	4,66	São Paulo	5,41
São Paulo	4,63	Piauí	4,31
Outros	3,98	Outros	4,50
	100,00		100,00

Fonte: GRAHAM, D.H. e BUARQUE DE HOLANDA FILHO, S., op.cit., p.94

A ocupação e povoamento do estado estava ainda em franco processo de evolução. CAMPOS reiterou que, em 1940 “apenas 19,2% da população do Estado não nascera em Goiás; em 1950 este contingente cresce para 23,6% e, em 1960, se eleva para 26,6% - mais de um quarto da população nascera fora de Goiás”.³⁷ Inegável que Goiás, juntamente com o Mato Grosso, constituíram os mais fortes centros de imigração no pós-guerra, sendo sobrepujados apenas pelas correntes em direção ao Paraná.

O germe do movimento imigratório surgiu quando alguns projetos governamentais, na década de 1940, promoveram assentamento de colonos na região do planalto central brasileiro. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás - CANG - foi a primeira de uma série de oito colônias criadas pelo governo federal. O projeto contou com o apoio do governo estadual que influenciou decisivamente na escolha do local de sua implantação. O mandatário de Goiás mostrou a Getúlio Vargas, em mapa, “uma zona ótima para tal empreendimento, que ficava muito distante de Goiânia e mais perto de Anápolis, que nesse tempo era a cidade mais populosa e progressista do Estado”.³⁸ A CANG foi implantada em um terreno extremamente fértil, ao norte de Goiânia porém inexplorado - zona “Mato Grosso de Goiás” - onde a densidade populacional já era relativamente elevada em lugares próximos (mapa 07). Esta localização geográfica da CANG acarretou ao projeto algumas conseqüências e condicionou o seu próprio futuro enquanto colônia, pois a zona Mato Grosso de Goiás encontrava-se em febril exploração em função da criação de Goiânia e da chegada da ferrovia em Anápolis. Na verdade era a parcela territorial que mais contribuía para a urbanização do estado. Com a exploração do Mato Grosso de Goiás - parcela do centro-sul do território - áreas

³⁷ CAMPOS, F.L., *Questão Agrária: bases sociais da política goiana (1930-1964)*, Tese Doutorado, São Paulo, USP, 1985, p. 22 (mimeo).

³⁸ TEIXEIRA, P.L., op. cit., p. 116.

decadentes da mineração colonial obtiveram alento e a população da zona aumentou em 150,0% entre os censos de 1920 e 1940.³⁹

Nas décadas de 1940 e 1950 a imigração para Goiás avolumou-se substancialmente e a implantação da CANG foi responsável pelo assentamento de significativa parte dos imigrantes. FAISSOL referiu-se à existência de “mais de 10.000 pessoas” na CANG em 1946 e, de fato, em 1950, a população recenseada em Ceres atingiu 29.522 habitantes, contingente relativamente significativo para menos de uma década de ocupação.⁴⁰

A mola propulsora de atração para Ceres foi a promessa de terra gratuita garantida pelo governo federal. Neste aspecto, a CANG teve o sentido de “terra prometida” para alguns milhares de migrantes que se movimentavam pelo campo brasileiro. Em consequência, até o final da década de 1940, Ceres obteve, em termos percentuais, um incremento populacional relativo superior ao do próprio estado de Goiás. A grande maioria dos imigrantes, conforme testemunhou WAIBEL, era composta de mineiros; o restante de “nortistas” e advindos do próprio interior de Goiás.⁴¹ Na verdade, tratava-se de pessoas sem recursos - na maioria agregados de fazendas, meeiros e arrendatários - que marchavam em busca da terra prometida. A viagem rumo a Ceres, de acordo com testemunhos, nada tinha de alegre: “Homens macilentos, sujos, mulheres nas mesmas condições, e, ainda por cima, carregando crianças (...) percorrem centenas de quilômetros a pé, sob o sol ardente ou a chuva fina, sem ter onde se abrigar”.⁴²

Os lotes de terra foram distribuídos gratuitamente na área da CANG numa superfície de cerca de 106.000 ha. A maioria deles media de 20 a 30 ha, diferença baseada na fertilidade e localização de cada um. Entretanto, até 1950, a maioria das posses ainda não estava definida espacialmente e tampouco legalizada definitivamente com titulação. Por se tratar de florestas virgens e densas - com variada fauna e flora - a maneira de cultivo e a preservação ambiental constavam no projeto original. A idéia era a utilização de rotação de culturas evitando depredação das matas, passando de uma agricultura migratória para uma permanente. Todavia, em função da utilização de métodos tradicionais - como a queimada - a devastação foi intensa e as florestas foram

³⁹ Um apurado estudo da região Mato Grosso de Goiás na década de 1940 está em FAISSOL, S., *O Mato Grosso de Goiás*, Rio de Janeiro, IBGE, 1952.

⁴⁰ “Ceres” foi o nome dado à sede da CANG em alusão à deusa da agricultura, tornando-se posteriormente município em 1954.

⁴¹ WAIBEL, L., op. cit., p. 175.

⁴² Relatório do agrônomo Juvenal Costa in NEIVA, I.C., op. cit., p. 117.

eliminadas em poucos anos, a ponto de o fenômeno ter sido considerado por alguns como “a maior catástrofe ecológica” do estado.⁴³ WAIBEL, por sua vez, comparou o contingente de colonos a uma “frente militar”, testemunhando que o pioneiro agricultor era um “soldado” que combatia a natureza, transfigurando a paisagem natural numa depredativa e catastrófica forma de ocupação.⁴⁴

As principais culturas dos colonos foram respectivamente arroz, milho e feijão, o que transformou Ceres em importante centro fornecedor de alimentos no centro-sul de Goiás. Em 1950, por exemplo, a CANG comercializou o equivalente a 33,0% do arroz produzido na zona Mato Grosso de Goiás que, por sua vez, foi responsável pela produção de 38,0% do total do estado. A CANG, até meados da década de 1950, esteve em plena aceleração da produção e atraiu algumas empresas transformadoras de alimentos para sua área de abrangência.⁴⁵ Todavia, a partir de então, a colônia entrou em sério processo de desarticulação dado que o esquema especulativo de comercialização prejudicava os pequenos proprietários. O capital mercantil forçou os colonos, destituídos de recursos para sustentação do ciclo produtivo, a subordinarem-se aos fornecedores de crédito e comerciantes - principalmente de Anápolis - comprometendo o rendimento excedente das colheitas. Sem dúvida, apenas “duas categorias sociais lucraram de imediato com o crescimento agrícola da CANG: os grandes cerealistas de Anápolis e os comerciantes do ramo que se fixaram em Ceres”.⁴⁶ Os colonos, em contrapartida, tentaram criar algumas formas de reação contra o domínio do capital mercantil mas não obtiveram êxito. Como agravante, a valorização de terras ocupadas deu origem a vários conflitos envolvendo colonos, posseiros, grileiros e fazendeiros na região. O movimento ganhou fôlego espraiando-se por grande parte do território goiano no início da década de 1950 dando lugar a vários confrontos. Alguns ganharam notoriedade nacional, como o de Trombas - no médio-norte goiano - onde embora os posseiros ostentassem títulos fornecidos pelo governo sofreram diversas tentativas de expulsão.

Grande parte dos colonos em Ceres foi obrigada a abandonar a condição de proprietários, negociando ou mesmo renunciando a seus direitos de posse, durante a década de 1950. A partir de então a CANG passou a descaracterizar-se e cedeu espaço

⁴³ Carmo Bernardes, “A maior catástrofe ecológica de Goiás”, in jornal *Diário da Manhã*, Goiânia, 1 de julho de 1983.

⁴⁴ WAIBEL, L., op. cit., p. 316.

⁴⁵ Empresas como a de Geremias Lumardelli e multinacionais como a Anderson Clayton & Company of Texas instalaram-se na região Mato Grosso de Goiás no período. Ver NEIVA, I.C., op. cit., p. 120.

⁴⁶ Id. Ibid., p. 121.

para grandes fazendas circunvizinhas. O capital mercantil, por sua vez, havia ganhado fôlego, permitindo sua expansão por larga parcela do território.

Caso a CANG fosse implantada em área isolada, ou mais distante de centros especulativos comerciais não teria sofrido tamanha “exploração” mercantil, porém, não teria como negociar sua produção agrícola e a colonização acabaria assumindo o caráter da pura subsistência de seus ocupantes principalmente face à carência de financiamentos para a produção. Este tipo de ocupação da fronteira - sob iniciativa e tutela do estado - não chegou a colocar em risco a rigidez tradicional da conformação agrária em Goiás. Entretanto, seus efeitos foram importantes em termos de integração de algumas áreas do território. O governo federal abriu uma rodovia pioneira em direção à CANG inaugurando acesso ao médio-norte goiano, que tornou-se fundamental via para ocupação produtiva de áreas desocupadas no estado. A estrada foi importante porque consubstanciou a ligação de zonas pioneiras com os principais centros urbanos de Goiás. No início dos anos 1950 esta rodovia - futura Belém-Brasília - já havia sido prolongada até o rio Araguaia ampliando o raio de ação dos núcleos comerciais do estado.

A implantação da CANG foi parcialmente bem sucedida posto que o regime de pequena propriedade - mesmo que temporariamente - resistiu e parcela dos imigrantes permaneceu definitivamente na área. A experiência “frustrada” da CANG não decorreu de incapacidade administrativa do governo federal, tampouco de incapacidade do trabalhador pobre em levar adiante um projeto de colonização; decorreu eminentemente da falta de distribuição de crédito aos pequenos produtores, da grande distância dos centros consumidores e da égide do capital mercantil em Goiás propulsionado pela integração do comércio nacional, conforme adiante será tratado.⁴⁷

Além da CANG, outros projetos de colonização surgiram na década de 1940 no território goiano. Nenhum deles, porém, alcançou a significância do assentamento federal em Ceres. O projeto da Fundação Brasil Central, na divisa de Goiás com Mato Grosso (Barra do Garças), articulou sua demanda comercial com o Triângulo Mineiro e não promoveu assentamento considerável de colonos na região. Conforme testemunhou Fonseca, “a terra lá fica passando de mão em mão, sem ser de ninguém e sem ter ninguém que cuide dela um pouco. Os moradores da Barra (do Garças) são passageiros

⁴⁷ Uma avaliação da CANG, enquanto expressão de uma política colonizadora do governo federal vinculada ao processo de expansão do sistema econômico brasileiro, encontra-se em DAYRELL, E.G., *Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de colonização na expansão para o oeste*, Diss. Mestrado, Goiânia, UFG, 1974 (mimeo).

em trânsito".⁴⁸ Algumas iniciativas de colonização estrangeira, principalmente após a II Guerra Mundial, também surgiram em Goiás.⁴⁹ Nenhuma delas, todavia, representou significado regional de monta.

Os projetos colonizadores e a marcha de interiorização foram responsáveis por modificações na área centro-sul do estado - mais especificadamente na zona Mato Grosso de Goiás - e ocasionaram alterações na composição populacional da região. Nas décadas de 1940 e 1950 o estado tornou-se palco de substancial imigração no bojo do processo de marcha para o oeste. Goiás esteve entre os estados que mais receberam migrantes no ano de 1940 e uma das unidades federativas que menos expulsou população, perdendo, naquele ano, apenas para o Amazonas, Mato Grosso e Acre. A partir daí sua população recebeu incremento de cerca de 47,0% na década de 1940 e de 57,0% na década de 1950, ao passo que o Brasil aumentou sua população em 26,0% na década de 1940 e 35,0% na década de 1950. Ainda assim, apesar do grande incremento demográfico, a densidade no território goiano era baixa (tabela 14).

TABELA 14
Goiás - População em 1940, 1950 e 1960

Anos	População	Cresc. Absoluto	Cresc. Relativo	Densidade
1940	826.414	-	-	1,287
1950	1.214.921	388.507	47,0 %	1.892
1960	1.913.289	698.368	57,0 %	2.979

Fonte: Censos Demográficos - IBGE.

Goiás ainda constituía uma área de fronteira "aberta" no final dos anos 1950, momento em que outros estados ostentavam taxas relativamente altas de densidade populacional como, por exemplo, São Paulo (7,486), Minas Gerais (6,253) e Bahia (4,967).

Deste modo, no período posterior à II Guerra Mundial, a preocupação com os "espaços vazios" nacionais ensejou uma série de medidas - por parte do governo Vargas - visando a ocupação do interior do país. A implantação da CANG promoveu assentamento de milhares de colonos, considerável parcelamento de terras e relevante volume de produção agrícola alimentar em Goiás. Todavia, a devastação rápida das matas, o parcial esgotamento dos solos e a intermediação comercial fortemente especulativa ameaçaram decisivamente o futuro da colônia. No bojo deste processo, foi

⁴⁸ Silvio Fonseca in *Revista Cultura Política*, op. cit., p. 16.

⁴⁹ A propósito, ver MAGALINSKI, J., *Deslocados de guerra em Goiás: imigrantes poloneses em Itaberaí*, Col. Doc. Goianos, n. 8, Goiânia, Ed. UFG, 1980.

intensa a imigração para o estado que ostentou relevantes taxas de crescimento demográfico nas décadas de 1940 e 1950.

Ao lado dos projetos de colonização, Goiás foi contemplado com um pacote rodoviário que acelerou a sua integração nacional. Uma série de iniciativas tomadas pelo governo federal - principalmente nas décadas de 1940 e 1950 - modificou a realidade de grande parcela do estado ajudando a redefinir o seu papel na divisão inter-regional do trabalho. Na segunda metade dos anos 1950, em vista das ações e políticas engendradas pelo governo federal, teve continuidade o processo de redefinição estrutural em Goiás. Juscelino Kubitschek articulou alianças políticas e aparato administrativo que respaldaram mecanismos de financiamento a grandes projetos de infra-estrutura e, no final da década, a implantação de Brasília constituiu o ápice desta diretriz interiorizante do seu governo. Juntamente com a intenção de delimitar um novo Distrito Federal para o país - em território quase deserto e não integrado ao centro dinâmico nacional - havia um programa de construção de rodovias capaz de assegurar intercâmbio nacional com Brasília. Assim, a implantação da nova capital veio reorganizar o espaço sócio-econômico do planalto central brasileiro.

Em termos de infra-estrutura, duas ações governamentais ganharam vulto logo na segunda metade da década de 1950 e foram fundamentais para o futuro de Goiás: as medidas incentivadoras no sentido da geração de energia elétrica e o mencionado aprimoramento dos meios de transporte.

Com relação à primeira, uma das decisões fundamentais visando a implantação de Brasília foi a iniciativa de construção de uma hidrelétrica no rio Paranaíba - extremo sul de Goiás - com o objetivo básico de suprir a planejada capital federal. O governo de Goiás, em vista tal decisão, foi incentivado a criar a CELG - Centrais Elétricas de Goiás - que, apesar de instituição pública estadual, obteve praticamente toda a sua estrutura financeira advinda de recursos federais, o que permitiu concretizar a implantação da referida usina.⁵⁰ Em janeiro de 1959, depois de inaugurada a primeira etapa da hidrelétrica, as transmissões de energia dotaram parte do centro-sul de Goiás e a capital federal de eletricidade, embora a geração não fosse ainda suficiente: "na década de 60, a energia disponível era ainda insuficiente e atendia apenas a uma

⁵⁰ Em 1956 o ativo da CELG atingiu 1 bilhão de cruzeiros, todo ele constituído de verbas, financiamentos, empréstimos da União, verbas do Serviço de Valorização da Amazônia, do Fundo Nacional de Eletrificação e vendas de ações ao BNDE. Ver GUIMARÃES, E.N., op. cit., p. 71.

parcela do território estadual, além disso somente o consumo residencial absorvia mais de 60% da energia elétrica oferecida”.⁵¹

Ao lado da política energética, outra importante meta do governo JK foi a implantação e aprimoramento da infra-estrutura dos meios de transportes. É indiscutível a “opção rodoviária” que o governo assumiu no planejamento dos transportes em todo o período; a frota nacional de veículos e o tráfego de cargas - via rodoviária - cresceram a índices bastante elevados, suplantando até mesmo as taxas médias de crescimento anual da renda e da população urbana brasileira.⁵² Em Goiás, até o início da década de 1950, a malha rodoviária havia se expandido consideravelmente no processo de integração do comércio. As vias eram administradas por empresas particulares - Companhias de Auto Viação - que transportavam cargas e passageiros, cobrando pedágios ao longo das mesmas. Na sua maior parte a malha era constituída por estradas “secundárias” que convergiam para os terminais ferroviários e para os novos municípios que surgiram em função da construção de Goiânia. A partir da segunda metade dos anos 1950, o quadro rodoviário de Goiás continuou a sofrer profundas alterações. De 103 km de rodovias federais em 1952, Goiás passou a ostentar, em 1960, 2.782 km dos quais 590 pavimentados. Tanto as rodovias estaduais como as municipais também receberam acréscimo em extensão no período. Os efeitos da construção de Brasília e da implantação das rotas federais exigiram dos governos de Goiás a complementação das estradas estaduais permitindo acesso às rodovias principais (tabela 15).

TABELA 15

Goiás: Extensão em quilômetros da rede rodoviária 1952, 1955, 1960

Anos	Federal		Estadual		Municipal	Total
	Total	Pavimentada	Total	Pavimentada	Total	
1952	103	-	2.263	-	1.550	3.916
1955	489	-	2.038	4	22.376	24.903
1960	2.192	590	5.720	10	28.000	35.912

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1953, 1956 e 1973. CIBPI - Plano de Industrialização Regional, 1964, p. 36., apud BORGES, B. G., *Goiás, “Modernização” e Crise (1920-1960)*, op. cit., p. 139.

No planejamento governamental, o planalto central do país, como um todo, foi contemplado em termos de infra-estrutura de transportes. A região Centro-Oeste, “em virtude de ser a grande fronteira agrícola brasileira em expansão, foi, de longe, a que

⁵¹ CAMPOS, F. I., *A Questão Agrária...*, op. cit., p. 22.

⁵² BARAT, J., *A evolução dos transportes no Brasil*, Rio de Janeiro, IPES/IBGE, 1978, p. 259.

mereceu maior atenção por parte do Governo federal (correspondendo a 37% do incremento da extensão das vias federais no período)".⁵³

No final da década, a abertura de rodovias obteve maior impulso em Goiás. Durante a construção de Brasília foram iniciadas as rodovias BR-010 (rumo ao nordeste goiano), a BR-020 (Brasília-Formosa na direção de Fortaleza), a BR-040 (rumo à região do Sudeste brasileiro), a BR-050 (com a intenção de encurtar a distância Brasília-São Paulo), a BR-060 (em direção ao Mato Grosso e Paraguai), a BR-153 (cortando Goiás no sentido norte-sul buscando Belém do Pará), a BR-452 (em conexão com o sudoeste goiano e Triângulo Mineiro) e a BR-364 (rumo ao Mato Grosso via sudoeste goiano). Estas novas vias proporcionaram a ampliação da fronteira agrícola nacional e facilitaram a integração intra e inter-regional de Goiás.

As rodovias federais implantadas estreitaram as ligações entre o centro dinâmico do país e as mais diversas áreas do território nacional. Neste aspecto, uma das mais importantes para Goiás foi a integração Brasília-São Paulo através da BR-116 (hoje BR-050) que corta o Triângulo Mineiro. A economia paulista, sem dúvida, mantinha interesse e mesmo necessidade de alargar suas vias de acesso em direção às economias complementares; a Goiás também interessava a integração mercantil com São Paulo pois esta possibilitaria a concentração de impulsos dinâmicos em seu próprio território. Enquanto São Paulo buscava alargar o mercado interno - na medida do crescimento de sua indústria - Goiás e Triângulo Mineiro disputavam a polarização da intermediação do mercado interno. Tanto que, durante o planejamento da rodovia Brasília-São Paulo aprofundou-se a rivalidade Uberlândia-Uberaba e o traçado da mesma incrementou forte conflito intra-regional de interesses.⁵⁴ Até então, Uberlândia monopolizava a principal via rodoviária de acesso ao sudoeste goiano, conforme visto anteriormente. Todavia, com a abertura da estrada ligando o sudoeste a Goiânia parte do monopólio foi quebrado. Por sua vez, a ligação Brasília-Anápolis-Goiânia susteve nova demanda de suprimentos para a capital federal, redefinindo o quadro de transportes regional e permitindo a Goiânia e Anápolis fortalecer-se como centros mercantis concorrentes de Uberlândia e Uberaba.

A rodovia que possibilitou integração no seio do próprio estado de Goiás foi a BR-153 - conhecida como Belém-Brasília - que acarretou grandes modificações no

⁵³ NATAL, J. L. A. *Transporte, ocupação do espaço e desenvolvimento capitalista no Brasil*. Tese Doutorado. Campinas, IE-UNICAMP, 1991., p. 160 (mimeo).

⁵⁴ A luta interna no Triângulo Mineiro para sediar as ligações rodoviárias com São Paulo - principalmente por parte de Uberlândia e Uberaba - encontra-se relatada em GUIMARÃES, E.N., op. cit., ps. 90-103.

quadro setentrional do estado (mapa 08). A abertura da Belém-Brasília foi um fenômeno que colaborou para incremento da taxa de urbanização regional engendrando o surgimento de pequenos entrepostos comerciais ao longo da mesma. O norte de Goiás, até então com uma população bastante rarefeita - menos de 1 ha/km² em 1950 - havia sido raramente ocupado por frentes de expansão oriundas do Maranhão, Pará, Bahia e Piauí e praticava uma agricultura de subsistência de baixos rendimentos quantitativos e qualitativos. A partir do final dos anos 1950, a abertura da rodovia provocou alterações na configuração econômica nortense e redefinição no seu secular quadro de assentamento demográfico. A exemplo do que ocorrera nos anos 1920 com a chegada dos trilhos no sul do estado, com a abertura da Belém-Brasília novas cidades foram surgindo no norte (Gurupi, Araguaína, Paraíso do Norte, Colinas) enquanto outras, situadas mais distantes da rodovia, tenderam à estagnação (Porto Nacional, Pedro Afonso), sendo que algumas até desapareceram (Tupirama). Cidades que não estavam localizadas às margens da rodovia perderam importância sofrendo decréscimo populacional ou diminuição na taxa de crescimento. Antes da abertura da BR-153, as mais prósperas cidades do norte goiano situavam-se ao longo do rio Tocantins; com a Belém-Brasília o rio foi perdendo importância como fator de integração do sistema econômico nas adjacências. Os núcleos ribeirinhos localizados à margem direita passaram a ter no próprio rio (na falta de pontes) um obstáculo para se atingir a BR-153. Neste sentido, o impacto da rodovia foi violento: não somente porque trouxe “novas idéias, pessoas, mercadorias, informações, mas pela rapidez com que se fez a penetração da inovação, destoando fortemente do ritmo lento que até então prevalecia na região”.⁵⁵

A abertura e a consolidação da rodovia Belém-Brasília, ao mesmo tempo em que representou a captura do norte de Goiás, parte do sul do Pará e sudoeste do Maranhão à dinâmica capitalista do país, “desencadeou o deslocamento sucessivo de ‘frentes pioneiras’ oriundas (ou expulsas) do centro-sul de Goiás, de Minas e até de outros Estados, onde as terras sofreram aumentos vertiginosos de preços e a penetração do capital no campo se intensificara”.⁵⁶ Em termos mercantis, a rodovia Belém-Brasília constituiu um fenômeno que modificou profundamente a estrutura de produção e o

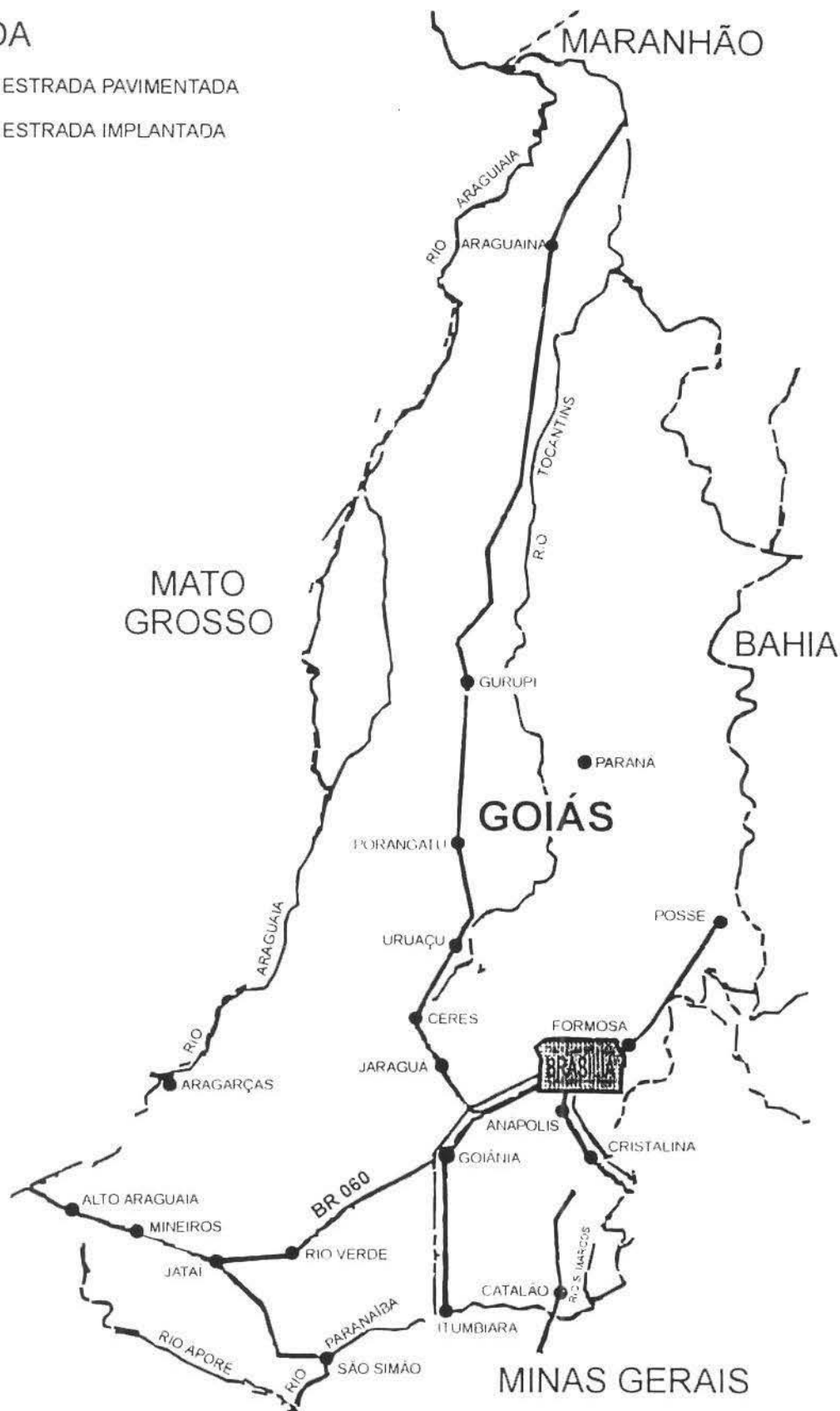
⁵⁵ NUNES, H. P., *A era rodoviária em Goiás: impactos na estrutura rural e urbana (1930-1961)*, Diss. Mestrado, Goiânia, UFG, 1984, p. 167 (mimeo).

⁵⁶ BENVINDO, F.M., *Acumulação Capitalista e Urbanização em Goiás*, Diss. Mestrado, UNB, Brasília, 1984, (mimeo), p. 26.

ESTRADAS DE RODAGEM DE GOIÁS (1965)

LEGENDA

-  ESTRADA PAVIMENTADA
-  ESTRADA IMPLANTADA



Fonte: REZENDE, Elizeu. As rodovias e o desenvolvimento do Brasil.
Trabalho apresentado no VII Congresso Mundial da Federação Rodoviária Internacional, Munique, Outubro/73
Reproduzido de GUIMARÃES, E. N., op cit., p. 93

comércio nortense: alguns produtos que eram comercializados no Pará, Maranhão e Bahia passaram a ser escoados regularmente para o sul de Goiás.

Neste ambiente de “opção rodoviária” algumas consequências negativas podem ser apreendidas. A principal delas foi o fato de que os transportes ferroviários ficaram em segundo plano, pelo menos em Goiás onde a estrada de ferro entrou em decadência. Logicamente que o “colapso” da ferrovia goiana teve estreita ligação com a decadência geral do setor provocada pelas mudanças na estrutura econômica e na política de transportes. Os fatores cruciais foram o decréscimo da importância da economia primário-exportadora e a concorrência do setor rodoviário. Na verdade, “o conceito de ferrovia como meio de ampliação da fronteira agrícola foi substituído pelo de rodovia de penetração”.⁵⁷ De acordo com *Relatório da Estrada de Ferro Goiás*, a capacidade de atendimento da ferrovia não aumentara mesmo diante do maior crescimento da produção agrícola de Goiás. Na praça de Anápolis “faltavam carros para as exportações de mercadorias, principalmente no período da safra de arroz”.⁵⁸ Por seu lado, a precariedade de conservação dos trilhos e dos vagões, aliada à carência de locomotivas, obrigavam os comboios a trafegar em unidades relativamente pequenas. Na falta de vagões fechados suficientes para o transporte de cereais, os alimentos eram embarcados em condições inadequadas e sujeitos à deterioração e perdas. Como prova, o transporte de mercadorias via ferrovia foi declinante em Goiás - tanto em toneladas quanto em volume - a partir da década de 1950. A pouca capacidade de tração e o grande número de vagões em oficinas favoreceu a concorrência do caminhão, “que se tornou mais econômico que o trem, apesar de cobrar fretes mais caros”.⁵⁹ Em decorrência, os resultados financeiros das operações de tráfego da ferrovia goiana evidenciaram crescente déficit mesmo no período em que a demanda por transportes aumentava. No decênio 1948-1958 o déficit da Estrada de Ferro Goiás atingiu quase o dobro da receita do período tendo operado no vermelho durante toda a década.

Com o projeto da construção de Brasília, a Estrada de Ferro Goiás adquiriu maior alento e foi implantado um ramal do sul de Goiás até a capital federal. Não obstante, a “morosidade no reaparelhamento da linha impedia o atendimento da grande demanda de transporte que o empreendimento requeria. A maior parte do transporte do material para a construção da nova capital acabou sendo feita por

⁵⁷ NATAL, J. L. A. op. cit., p. 139.

⁵⁸ As informações, oriundas do “Relatório da Estrada de Ferro Goiás”, foram colhidas em BORGES, B.G., *Goiás: Modernização e Crise*, op. cit., ps. 95-100.

⁵⁹ Id., *Ibid.*, p. 101.

caminhões”.⁶⁰ Mesmo no caso do principal produto agrícola de exportação - o arroz - percebeu-se que, a partir da década de 1950 o transporte rodoviário já tendia a substituir o ferroviário.⁶¹

Desde o final da década de 1930, a maior parte do arroz exportado pelo estado era beneficiado, dispensando intermediários para transformação e tomava - via ferrovia - o destino dos centros consumidores finais. Com a abertura de rodovias, grande parte do mesmo passou a ser conduzido por caminhões.

O pacote rodoviário acelerou a integração de Goiás no comércio nacional e modificou as comunicações intra e inter-regional do estado. No bojo do processo foi intensa a exploração, ocupação e povoamento da zona Mato Grosso de Goiás que tornou-se, economicamente, a zona mais promissora do estado. O adensamento demográfico, o acelerado desdobramento de municípios e a significativa produção agropecuária na sua abrangência possibilitaram a emergência e a consolidação de Anápolis e Goiânia enquanto vigorosos centros urbano-comerciais como será tratado a seguir.

⁶⁰ Id. *Ibid.*, p. 105.

⁶¹ Dados de algumas exportações de arroz pela ferrovia na década de 1950 in AVELINO DE ARAÚJO, *op. cit.*, p. 213.

3. A natureza da integração e as modificações regionais

As mudanças em Goiás, no contexto da marcha para o oeste, concretizaram a integração do estado no comércio nacional de mercadorias. A construção de Goiânia, o projeto de colonização, o surto imigratório, a infra-estrutura dos transportes e a implantação de Brasília fortaleceram o grau de articulação da região com o centro dinâmico do país. Cabe averiguar detidamente a natureza desta integração, o grau de articulação e seus efeitos na estrutura produtiva regional.

Por primeiro, o que facilitou a integração de Goiás no mercado nacional foi a atenuação de barreiras alfandegárias que pudessem obstacularizar a livre comercialização. Em 1932 o governo federal estabeleceu prazo de cinco anos para eliminação dos impostos de exportação e substituição dos mesmos por impostos territoriais. Compreensivelmente surgiram resistências por parte do governo estadual goiano posto que aqueles constituíam a principal fonte da receita pública. A estrutura agrária e a conformação sócio-política regional não permitiam imediata cobrança de imposto territorial em montante que pudesse suprir a extinção do imposto de exportação. Para não contrariar as determinações federais, o interventor estadual reduziu a alíquota do imposto de exportação de alguns produtos como o arroz e o café; o gado exportado vivo, no entanto, não foi contemplado de imediato com tal redução.

Embora o governo de Goiás promovesse paulatinamente reduções nas taxas cobradas sobre exportações, as receitas advindas das mesmas continuaram a representar a principal fonte do tesouro estadual. No final da década de 1950, os Impostos de Vendas e Consignações (em 1966 transformados em ICM) sofreram alterações com a criação do "imposto do produtor" e revigoramento do "imposto de exportação". O procedimento buscou dificultar a saída de produtos *in natura* do estado e atrair empresas transformadoras de alimentos para o território. Algumas filiais do Triângulo Mineiro instalaram-se em Goiás a ponto de surgirem manifestações críticas em Minas Gerais com relação a esta inovação tributária goiana.⁶² Até então, a barreira de impostos - no contexto da integração do mercado nacional de mercadorias - não constituía empecilho pois os entraves alfandegários foram sendo atenuados em Goiás. Os impostos sobre transações comerciais continuaram a suprir parte considerável da receita pública adquirindo maior peso com o aprofundamento da integração do estado

⁶² Uma discussão sobre os efeitos "maléficos" da tributação goiana para o Triângulo Mineiro, no final dos anos 1950 e início de 1960, está em GUIMARÃES, E.N., op. cit., ps. 120-123.

ao comércio nacional. Em 1960, do total de impostos recolhidos pela receita tributária estadual, 70,6% do montante adveio do Imposto de Vendas e Consignações e apenas 3,0% dos recursos teve origem no Imposto Territorial.⁶³

Apesar de o estado de Goiás manter articulação com a praça paulista desde o final do século passado, o grau desta articulação foi aumentando gradativamente a ponto de São Paulo constituir o principal mercado para Goiás tanto em termos de exportações como de importações. As estatísticas do IBGE especificaram o volume e o valor do comércio de Goiás com o resto do país - por vias internas - no período de 1942 a 1948. Nos Anuários Estatísticos do período comprovou-se que Goiás manteve firme entrelaçamento mercantil com a praça paulista (tabela 16).

TABELA 16
Goiás: % valor do comércio por vias internas 1942-1948 segundo principais regiões

Anos	Exportações/Destino			Importações/Procedência		
	São Paulo	Minas Gerais	Rio de Janeiro*	São Paulo	Minas Gerais	Rio de Janeiro*
1942	58,4	11,6	4,4	63,9	28,6	6,7
1943	57,8	16,9	16,6	62,1	30,3	6,5
1944	55,1	27,0	10,4	66,2	22,1	9,4
1945	59,1	18,4	10,7	65,9	21,7	10,1
1946	61,9	19,7	9,2	60,2	25,6	11,9
1948	64,3	18,7	8,5	58,7	22,8	15,3

Fonte: IBGE. Anuários Estatísticos do Brasil. NB. Percentuais calculados pelos autor. * Antigo Distrito Federal e Rio de Janeiro.

Os maiores parceiros comerciais de Goiás foram respectivamente São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, tanto em termos de exportações como de importações estaduais. A maioria absoluta das transações mercantis de Goiás se deu com São Paulo e a balança comercial goiana esteve levemente deficitária com relação ao mesmo adquirindo *superávits* somente no final do período. O comércio goiano continuou atado ao centro dinâmico paulista mesmo depois da implantação de infra-estrutura dos transportes e da implantação de Brasília. Justamente no momento em que São Paulo garantia sua posição estratégica na integração do mercado nacional, a concentração demográfica e de serviços nos centros urbanos de Goiás engendrou um mercado interno relativamente vigoroso para produtos industrializados. Em contrapartida, no início da década de 1960, "São Paulo importava 52,4%, Rio de Janeiro 14,1% e Minas Gerais 30,1% dos principais produtos exportados (por Goiás) englobando 96,6% do total".⁶⁴ Com a construção de Brasília a situação perdurou com algumas pequenas alterações na

⁶³ O total de impostos arrecadados em 1960 somou Cr\$2.952.836 e o Imposto de Vendas e Consignações alcançou Cr\$2.085.066 em Goiás de acordo com o Anuário Estatístico do Brasil no ano., IBGE.

⁶⁴ AVELINO DE ARAÚJO. E., op. cit., p. 263.

primeira metade da década de 1960. Os principais compradores de Goiás em 1965 foram São Paulo (48,0%), Minas Gerais (17,5%), Rio de Janeiro/Guanabara (13,8%) e Brasília (8,6%). Ou seja, o mercado relevante para os excedentes goianos continuava sendo a região Sudeste do país, mas com a construção da nova capital federal, parte considerável das exportações goianas tomaram o rumo de Brasília já nos seus primeiros anos de existência.

Goiás exportava somente para o mercado interno brasileiro mas o peso do comércio na formação de sua renda interna foi relevante. No período de 1949 a 1958 as exportações goianas representaram em média 29,0% na formação do produto interno e as importações cerca de 15,0% (tabela 17).

TABELA 17

Goiás: Transações inter-regionais na formação do produto interno 1949 - 1958 (Cr\$milhões)

Anos	Prod. Interno (1)	Exportação (2)	Importação (3)	Relação	
				(2/1)	(3/1)
1949	2.057,6	692,8	373,3	33,7	18,1
1950	2.801,3	814,5	429,6	29,1	15,3
1951	3.687,1	1.052,9	555,3	29,6	15,1
1952	3.781,8	1.313,1	692,6	34,7	18,3
1953	5.942,6	1.603,2	845,6	27,4	14,5
1954	6.919,0	1.987,0	1.048,0	29,7	15,1
1955	9.445,4	2.407,6	1.269,8	25,5	13,4
1956	11.493,3	2.179,2	1.149,4	19,0	10,0
1957	13.286,6	4.025,4	2.123,1	30,3	16,0
1958	16.164,4	5.812,3	3.065,6	37,0	19,0

Fonte: Dados de acordo com "Goiás: Plano de Desenvolvimento Econômico", Governo Mauro Borges Teixeira, Goiânia, 1961, p. 46.

O comércio e os transportes expandiram-se em duas modalidades: na exportação de alimentos e matérias primas destinados aos principais centros do país e na importação de manufaturas industriais destinadas às populações no interior do estado. A natureza dos produtos estabelecia as relações de troca: enquanto os comerciantes goianos revendiam no interior do próprio estado artigos como vitraux, portas de ferro, tecidos, móveis, vestuário, instrumentos, produtos de serralheria em geral e peças de metal, remetiam para fora do estado óleos animais, vegetais, couros, gorduras, minérios, laticínios, cereais e carnes.

Na década de 1950, o crescimento do comércio goiano foi altamente significativo. Uma comparação entre o giro comercial de Goiás e o de São Paulo comprova que o primeiro desempenhou notável incremento mercantil a ponto de ostentar índice de desempenho similar ao último, embora evidentemente em termos absolutos a discrepância fosse grande (tabela 18).

TABELA 18
Goiás e São Paulo: Giro Comercial (índices*)

Unidades	1953	1955	1956	1957	1958	1959	1960
Goiás	100	147	205	332	322	430	678
São Paulo	100	169	218	261	335	430	612

Fonte: IBGE. Anuários Estatísticos do Brasil. * Cálculo sobre o total de vendas mercantis anuais.

Neste contexto, os dois maiores centros urbanos de Goiás - Anápolis e Goiânia - articularam-se ao processo de integração do comércio nacional na condição de entrepostos mercantis, especializando-se em atividades terciárias principalmente comércio e transporte de mercadorias. A importação, a distribuição de produtos industrializados e a exportação de produtos agropecuários animaram a vida sócio-econômica das duas cidades.

Houve concorrência e, ao mesmo tempo complementaridade entre Goiânia e Anápolis. Concorrência porque Goiânia havia sido implantada para exercer função político-administrativa e função econômica no estado. Na época de sua construção os trilhos da estrada de ferro encontravam-se - distanciados a 95 km - na cidade de Leopoldo de Bulhões. Apesar de ingerências do governo estadual, a estrada de ferro continuou de acordo com o projeto original em direção a Anápolis - onde chegou em 1935 - transformando aquela cidade no maior centro comercial do estado, função que estava planejada para Goiânia. As decisões sobre possíveis traçados da ferrovia, desde 1920, estavam nas mãos do governo federal e a direção comercial impunha-se pois, Anápolis estava em localização estratégica, bem no entroncamento das estradas do centro-sul goiano, enquanto Goiânia constituía somente uma aposta no desenvolvimento da região. Contudo, não foi somente a ferrovia que proporcionou a emergência de Anápolis como centro comercial; além de sediar a estação final da ferrovia, a cidade valeu-se de sua localização de entroncamento rodoviário constituindo centro de ligação com o médio-norte do estado, onde impulsionou rede mercantil. O monopólio anapolino - do transporte ferroviário - foi quebrado em 1951 quando os trilhos chegaram a Goiânia vindos de Leopoldo de Bulhões; entretanto, mesmo perdendo esta exclusividade Anápolis já havia se consolidado como centro comercial. Os cerealistas anapolinos haviam tecido forte malha de relações mercantis com o médio-norte goiano valendo-se da rodovia federal em direção a Ceres, rota prolongada no final da década de 1950 e denominada Belém-Brasília.

Apesar da concorrência, havia complementaridade entre Goiânia e Anápolis no aspecto comercial. Enquanto Anápolis monopolizava o transporte ferroviário e servia-se das relações circunvizinhas, Goiânia valeu-se de ligações rodoviárias com o Sudeste do país e da sua condição de centro administrativo estadual. A produção industrial importada - notadamente de São Paulo - passou a ser transportada para Goiás via frota de caminhões. Neste aspecto, Goiânia esteve privilegiada e representou estratégico eixo de distribuição, pois, mesmo mercadorias importadas de outros estados e encomendadas por Anápolis eram distribuídas a partir da intermediação de Goiânia. No final da década de 1950, a maior ênfase ao transporte rodoviário beneficiou a nova capital do estado em decorrência da infra-estrutura implantada. Houve ainda complementaridade entre os dois centros comerciais, de início, porque Goiânia comandava as maiores transações do comércio varejista e Anápolis as do comércio atacadista. O crescimento de Goiânia estancou a evolução mercantil de Anápolis nas duas modalidades. Nas décadas de 1940 e 1950, o crescimento do comércio varejista de Goiânia foi de 70,0% e o de Anápolis praticamente nulo. No comércio atacadista Goiânia mais que triplicou seu capital aplicado enquanto Anápolis obteve pequeno incremento (tabela 19).

TABELA 19

Volume de capital aplicado* no comércio Varejista e Atacadista, 1940, 1950 e 1960 (Cr\$1.000)

Cidades	Varejista			Atacadista		
	1940	1950	1960	1940	1950	1960
Goiânia	177.312	143.200	304.142	19.867	21.530	84.903
Anápolis	96.342	84.158	96.171	68.413	41.382	75.665

Fonte: Censos Comerciais, apud AVELINO DE ARAÚJO, L., op. cit., p. 232. * O capital aplicado em 1940 se referia a bens imóveis, mercadorias e outros, enquanto para 1950 e 1960 se tratava somente de investimentos (em bens imóveis) como Edifícios, Armazéns, Depósitos, Veículos, Móveis e Utensílios, o que explica a queda nos valores de 1940 para 1950.

No comércio varejista, a aplicação de capitais em Goiânia foi considerável e Anápolis apenas sustentou a atividade. A situação do comércio atacadista foi similar: na década de 1950, com a implantação da infra-estrutura de transportes, o salto de Goiânia na modalidade foi vigoroso, chegando a suplantar Anápolis na aplicação de capitais e liderando nas duas modalidades. O eixo Goiânia-Anápolis representou um genuíno complexo mercantil liderando a aplicação de capitais a nível estadual, chegando a sediar 70,0% das sociedades anônimas do estado em 1960.

A consolidação do eixo comercial Anápolis-Goiânia retirou boa parte da influência mercantil do Triângulo Mineiro sobre o território goiano. Somente "parte"

da influência porque o comércio atacadista concentrado em Goiânia e Anápolis atendia as zonas circunvizinhas mas não abrangia áreas produtoras do extremo sul e sudoeste do estado que continuaram ligadas ao comércio atacadista do Triângulo Mineiro. Nas décadas de 1950 e 1960 o crescimento comercial de Goiânia provocou um deslocamento econômico em favor de Goiás, minimizando influências do Triângulo. Pelo número de pessoas ocupadas no comércio atacadista, bem como pelo número de estabelecimentos - de Goiás e do Triângulo Mineiro - observa-se crescente participação relativa de Anápolis-Goiânia nas décadas de 1940 e 1950. Com base no índice de vendas do comércio atacadista, as duas cidades goianas sediaram um núcleo mais concentrado do que o conjunto das três cidades triangulinas. Desde a década de 1950 Anápolis já superava, em volume de vendas, as cidades de Araguari e Uberaba. Com relação ao número de pessoas ocupadas no comércio atacadista e varejista, o salto de expansão de Goiânia no final da década de 1950 suplantou as cidades mineiras (tabela 20).

TABELA 20
Comércio Atacadista e Varejista em cidades de Goiás e Triângulo Mineiro 1940, 1950, 1960

Município	Atacadista			Varejista		
	N. Estab.	Pess. Oc.	Vendas (Cr\$1000)	N. Estab.	Pess. Oc.	Vendas (Cr\$1000)
1940						
Araguari	20	97	220.595	135	251	141.267
Uberaba	190	461	1.078.728	424	806	529.592
Uberlândia	55	161	459.605	250	546	367.836
Anápolis	22	71	123.693	115	196	118.520
Goiânia	8	27	42.497	183	315	165.718
1950						
Araguari	21	130	421.014	319	646	557.426
Uberaba	28	156	617.954	473	1.029	1.070.897
Uberlândia	64	458	1.770.107	403	1.039	1.191.413
Anápolis	36	114	633.807	239	461	497.265
Goiânia	19	81	297.080	445	943	1.024.234
1960						
Araguari	14	48	179.920	298	807	910.380
Uberaba	31	147	442.298	614	1.334	1.420.418
Uberlândia	105	987	4.563.009	737	1.904	2.528.929
Anápolis	37	175	1.576.934	485	1.138	1.325.159
Goiânia	59	441	1.800.981	799	2.474	3.321.113

Fonte: IBGE. Censos Comerciais. Vendas se referem a 1939, 1949 e 1959. Valores deflacionados apud AVELINO DE ARAÚJO, E., op. cit., ps. 241-250.

Em 1960 Anápolis e Goiânia continuavam abaixo de Uberlândia em volume de vendas, momento em que somente escapava da influência exercida pelo complexo comercial Anápolis-Goiânia as zonas do sudoeste e do extremo norte de Goiás. Na primeira, a cidade de Itumbiara - no sudoeste - comandava as adjacências e distribuía a

produção agrícola diretamente para São Paulo via Triângulo Mineiro (Uberlândia) sequer passando por Goiânia ou Anápolis para ser beneficiada; na segunda, o controle na extremidade norte do estado continuava sendo exercido pela capital paraense. No comércio varejista Goiânia superou em vendas a cidade de Araguari em todo o período e, em 1960, ultrapassou Uberlândia situando-se em primeiro lugar na modalidade. O fenômeno sugere que a fronteira econômica - em termos comerciais - deslocou-se para o território goiano ensejando uma nova divisão no mercado regional de compra e distribuição de produtos.

No âmbito de Goiás, a supremacia mercantil de Anápolis e Goiânia tornou-se incontestável: as duas cidades, depois da metade do século, englobaram as principais atividades financeiras no estado; tanto o mercado de crédito como o comércio de imóveis, valores mobiliários e movimento bancário regional estiveram concentrados nos dois centros. Em 1956 Goiânia e Anápolis detinham a maioria percentual do movimento bancário goiano, ou seja, 62,0 % dos depósitos a vista estaduais, 46,0% dos empréstimos em conta corrente, 54,0% dos títulos descontados e 51,0% dos depósitos a prazo concedidos em todo o estado.⁶⁵ Neste contexto, os comerciantes de Anápolis e Goiânia consolidaram-se enquanto "classe mercantil" atuando principalmente em dois ramos: na agropecuária - no financiamento, compra, armazenagem e beneficiamento do arroz - e na revenda de produtos industrializados, principalmente veículos e auto-peças, modalidade esta que regularmente esteve "na mão dos mesmos comerciantes que exportavam cereais e importavam manufaturados".⁶⁶

Em suma, o processo de integração nacional fortaleceu os núcleos mercantis de Anápolis e Goiânia em função da expansão do centro dinâmico da economia nacional e da ampliação da fronteira agrícola de São Paulo. Nesta integração, o centro-sul de Goiás - antiga "área vazia" e relativamente próxima a São Paulo - foi engajado ao processo pela frente avançada do dinamismo paulista solidificando-se de forma complementar ao mesmo.

Em termos espaciais, os efeitos dinâmicos da integração estiveram localizados no centro-sul do território goiano. A característica sócio-econômica mais significativa - nas décadas de 1940 e 1950 - foi a intensa concentração populacional, produtiva, comercial e urbana na zona Mato Grosso de Goiás (vide localização no mapa anterior). O movimento inicial de ocupação da área se dera a partir de Goiânia e Anápolis, tendo

⁶⁵ Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, p. 189, apud *Id. Ibid.*, p. 260.

⁶⁶ NUNES, H. P. *op. cit.*, p. 206.

avançado rumo ao médio norte em função da colonização federal em Ceres e da exploração de matas mais distanciadas. Desde os anos trinta o Mato Grosso de Goiás (MGG) constituiu disputado ponto de atração para os migrantes que buscavam o Planalto Central. A participação da população na zona, que era de 15,0% em relação ao total do estado em 1920, atingiu 36,0% em 1960, triplicando em termos absolutos nas duas últimas décadas mencionadas. Enquanto a população do estado cresceu menos de quatro vezes entre 1920 e 1960, no MGG a mesma multiplicou-se quase nove vezes (tabela 21).

TABELA 21
População da zona Mato Grosso de Goiás e do Estado em 1920, 1940, 1950, 1960

	1920	%	1940	%	1950	%	1960	%
Zona	78.836	15	200.157	24	400.751	33	698.674	36
Estado	511.919	100	826.414	100	1.214.921	100	1.913.289	100

Fonte: IBGE. Censos Demográficos. Cálculos baseados na evolução dos municípios da zona conforme especificação abaixo.

O intenso povoamento no centro-sul de Goiás resultou de dois tipos de ocupação: por um lado, de migrantes sem recursos que buscavam o projeto de colonização federal e, por outro, de imigrantes que, dispondo de algum recurso, procuravam acomodar-se na fronteira com o objetivo de obter ganhos na produção para o mercado. O atrativo maior, para os últimos, esteve no fato de que o preço das terras em Goiás ainda era relativamente baixo. Mesmo forasteiros com poucos recursos encontraram possibilidades de acomodação na fértil área do MGG: “com a venda de terras na região de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais, local de origem de migrantes, era possível comprar fazendas de até 5 vezes maiores na região de Diolândia no Mato Grosso de Goiás entre 1940 e 1950”.⁶⁷ Em consequência do alto índice de concentração de moradores no centro-sul e do incremento comercial, o número de municípios multiplicou-se substancialmente na zona. Em 1920 haviam somente 7 municípios na área do MGG; em 1950 surgiram mais dez emancipações e, em 1960 haviam se desdobrado em 44 municípios⁶⁸. Nenhuma outra parcela do território goiano

⁶⁷ Carlos Rodrigues Brandão, “Relações de produção e relações de parentesco em uma sociedade rural do Mato Grosso Goiano”, UFG. Inst. Ciências sociais, 1976, p. 39.

⁶⁸ Desdobramento de municípios na zona Mato Grosso de Goiás: 1920 (Anicuns, Anápolis, Campinas, Goiás, Trindade, Itaberaí e Jaraguá), 1940 (Anicuns, Anápolis, Goiânia, Goiás, Inhumas, Itaberaí e Jaraguá), 1950 (Anicuns, Anápolis, Firmimópolis, Goiânia, Goiás, Guapo, Hidrolândia, Iporá, Inhumas, Itaberaí, Itauçu, Jaraguá, Nerópolis, Petrolina, Trindade, Urutina e Nazário) e 1960 (Anicuns, Anápolis, Turvânia, Brasabranças, Damolândia, Firmimópolis, Goianópolis, Goiânia, Goianira, Goiás, Aruanã, Carmo do Rio Verde, Ceres, Corrego do Ouro, Diorama, Itapuranga, Mossamedes, Rubiataba, São Luís de Montes Belos, Itapirapuan, Fazenda Nova, Novo Brasil, Juçara, Inhumas, Caturai, Itaberaí, Itauçu, Araçu, Jaraguá, Goianesia, Rialma, São Francisco de Goiás, Itaguari, Rianópolis, Nazário, Nerópolis, Nova Veneza, Petrolina de Goiás, Brasília, Trindade, Urutina, Hidrolândia, Iporá e Guapo).

ostentou tamanho crescimento do número de municípios no período, embora o estado como um todo tenha se fragmentado passando de 77 municípios em 1950 para 179 em 1960.

O Mato Grosso de Goiás, desde o final da década de trinta, passou a concentrar grande parte da produção agrícola do estado. O arroz produzido na área participava com 24,0% (1939), 36,0% (1949) e 26,0% (1959) do total de Goiás. Os dados mostram que, na última década, a produção de arroz aparentemente sofreu, em sua participação relativa, substancial declínio, entretanto sua produção continuou a crescer de forma significativa em termos absolutos. O fenômeno apenas mostra que houve aumento de produção nas demais zonas do estado, o que de fato ocorreu principalmente na zona sudoeste. As produções de feijão, milho e café também cresceram no período. Em 1959, 34,0% do milho e 48,0% do feijão produzidos no estado eram originários da zona do MGG (tabela 22).

TABELA 22
Produção agrícola na zona Mato Grosso de Goiás, 1939, 1949, 1959

Produtos	Quantidade (t) e (%) em relação ao Estado					
	1939	(%)	1949	(%)	1959	(%)
Arroz	14.521	24	91.233	36	131.701	26
Milho	42.226	28	75.217	32	113.584	34
Feijão	3.338	27	13.428	34	38.043	48
Café	2.778	50	8.352	62	48.144	68

Fonte: Censos Agrícolas, 1940, 1950, 1960 - IBGE.

O cultivo de café obteve relativo incremento de produção em Goiás em função da imigração de italianos e paulistas - principalmente para Anápolis - atraídos pela facilidade de transporte graças à estrada de ferro. A maior parte da produção cafeeira de todo o estado em 1960 originou-se do MGG (68,0%).

A área cultivada na região do MGG aumentou a partir de 1940 alcançando índices superiores ao do próprio estado de Goiás. Nas décadas de 1950 e 1960, a zona sediava quase um terço de todas as terras goianas utilizadas em cultivo; enquanto a área de lavouras no estado como um todo cresceu oito vezes no período de 1920 a 1960, no MGG multiplicou-se dezesseis vezes. O efetivo bovino do MGG também cresceu a índices mais acelerados que os do estado e, em 1960, a zona deteve 20,0% de todas as reses do território. O contingente bovino do estado, de 1920 a 1960, quase dobrou, ao passo que no MGG mais que triplicou. A zona do MGG apresentou maior intensividade na criação bovina exibindo a média de 2 ha por cabeça enquanto no estado como um todo a média era de 5 ha por cabeça. No MGG solidificou-se, a partir

da década de 1940, um sistema mais especializado de criação bovina, valendo-se de pastagens artificiais e terras de melhor qualidade, permitindo a criação de gado em invernadas de engorda.

As alterações na estrutura produtiva em Goiás esbarraram em alguns entraves, ou seja, a integração de Goiás aconteceu dentro dos limites da época: em todo o período, o crescimento da produção agrícola deu-se mais em função da incorporação de novas terras do que por maior rendimento físico. O contingente de produtores operava nos moldes tradicionais, sem evolução técnica palpável, utilizando de mão de obra familiar e aumentando a produção em decorrência da incorporação de novas terras. Para o pequeno produtor, quando se dava o esgotamento do solo a solução era emigrar para áreas mais distantes onde houvesse disponibilidade de terras ou, em último caso, voltar a empregar-se em fazendas como agregado ou meeiro. Em situação extrema, os pequenos produtores retrocediam a uma agricultura de subsistência.

O incremento na produção de arroz em Goiás deu-se em função da incorporação de novas terras durante todo o processo de integração. Aumentava-se a área no intuito de obter maior e melhor produção. O salto do crescimento da produção aconteceu a partir de 1940 coincidindo com a expansão do mercado interno goiano em consequência da urbanização do estado e da imigração. Enquanto a produção cresceu cerca de doze vezes, a área incorporada quase decuplicou entre 1930 e 1960 (tabela 23).

TABELA 23
Goiás: Produção de arroz 1930-1961

Ano	Produção (ton)	Área (ha)	Ano	Produção (ton)	Área (ha)
1930*	56.889	-	1946	231.416	110595
1931	81.449	45650	1947	192.042	102597
1932	49.200	36440	1948	160.155	108164
1933	87.480	65390	1949	205.740	113581
1934	89.982	65790	1950	317.116	152577
1935	90.720	59680	1951	312.990	151318
1936	88.790	68100	1952	265.123	161317
1937	90.003	75000	1953	277.334	178578
1938	89.982	75000	1954	273.811	190755
1939	89.400	75000	1955	424.011	257011
1940	159.753	95087	1956	371.407	284315
1941	150.000	94850	1957	541.940	271210
1942	216.145	93035	1958	412.286	287553
1943	132.114	86180	1959	474.129	319296
1944	183.606	94576	1960	724.497	420041
1945	225.403	115635	1961	762.380	476777

Fonte: IBGE, Anuários Estatísticos do Brasil. *A produção de 1930 corresponde a média 1926-1930.

Face à exaustão de terras e à ocupação de novas áreas a produção de arroz do sudeste do estado - de exploração mais antiga - foi diminuindo e a zona entrou em decadência, tornando-se o MGG o centro produtor mais proeminente da região. Este movimento de ocupação extensiva de terras na agricultura goiana confirmou o diagnóstico de CONCEIÇÃO TAVARES ao referendar que, “o crescimento da agricultura entre 1950 e 1960 deveu-se menos ao aumento dos rendimentos médios dos cultivos do que à incorporação de novas áreas. Essa ampliação da margem extensiva de cultivo, realizado sob o impulso da expansão do mercado urbano, foi levada a cabo basicamente com as mesmas funções de produção, isto é, sem uma absorção de progresso tecnológico similar à do setor secundário”.⁶⁹ Afirmação semelhante foi feita posteriormente por DINIZ constatando que, no período de 1950 a 1960, o crescimento das áreas de lavoura no país foi ampliado de 19 para 29 milhões de hectares, com média de crescimento anual em torno de 4,3%. Por sua vez, “o produto agropecuário cresceu em torno de 5,0% ao ano, indicando que, em termos globais, o crescimento da agricultura brasileira se deu fundamentalmente em função do aumento da área cultivada, e não de produtividade”.⁷⁰

Nesta unificação do mercado brasileiro, a produção goiana tendeu a ocupar maiores espaços no mercado interno do país com destaque na produção de arroz. Do total da produção agrícola nacional, em 1955, 11,34% do arroz, 7,14% do feijão e 3,37% do milho eram oriundos do estado de Goiás. Contudo, a maior parte da produção agrícola de Goiás se destinava ao suprimento do próprio mercado regional.

A produção goiana de arroz se deu, na sua maior parte, com utilização mínima de tecnologia e não foi sem razão que tornou-se o produto agrícola de mais fácil exploração: “plantado em qualquer terreno, principalmente em gleba recém-desmatada, não exigindo adubações, nem cuidados excessivos, o arroz, por ter um ciclo produtivo de pequena duração, não exige grande inversão de capital e, assim tem um rápido retorno dos gastos perdidos com a lavoura”.⁷¹ O volume mais substancial do produto originou-se da zona do MGG onde se encontrava o maior número de pequenas propriedades. Esta produção do arroz - gerida em grande parte a nível da economia familiar - enfrentou problemas de financiamento e armazenamento e esteve fortemente

⁶⁹ TAVARES, M. da C., *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*, Ed. Zahar, 13a. ed., Rio de Janeiro, 1983., p. 104.

⁷⁰ DINIZ, C.C., op. cit., p. 76.

⁷¹ CAMPOS, F.L., *Questão agrária...* op. cit., p. 16.

subordinada ao capital mercantil, sendo drenada para estocagem e negociação nos centros urbanos comerciais.

A agricultura caracterizou-se pela utilização da prática tradicional com reduzida utilização de maquinário ou técnicas mais avançadas de cultivo. O setor valia-se da queimada para preparação do solo e dos mutirões de vizinhança nos momentos de maior urgência. A partir de 1950 - emobra timidamente - iniciou-se um processo de mecanização na agricultura goiana. Todavia, o fenômeno não foi generalizado em todo o território goiano e sim concentrado na área centro-sul em propriedades de tamanho médio que, arcando com algumas possibilidades de financiamento e de intermediários cerealistas optaram pela utilização de algum maquinário. O processo de mecanização da agricultura em Goiás será analisado mais detidamente na próxima seção.

A atividade agrícola, mesmo com o acelerado processo de incorporação de novas terras, não implicou no abandono e tampouco enfraquecimento da tradicional criação de gado em Goiás. As terras foram utilizadas nas duas modalidades de produção: quando o solo enfraquecia em função da lavoura, passava a ser utilizado na criação de gado. A pecuária constituiu atividade mais segura em função da baixa capitalização, do parco emprego de mão de obra e principalmente da possibilidade de venda do produto a qualquer momento do ciclo produtivo. Além disto, as características do solo goiano favoreceram a pecuária extensiva: "grande parte das pastagens do cerrado goiano é de fraco valor alimentar, não comportando grandes rebanhos. Atendem em média uma rês por três hectares."⁷²

Na maior parte do território o gado continuava a ser criado extensivamente em campos abertos - valendo-se de pastos naturais - sendo exportado através das tradicionais "estradas boiadeiras" em direção aos invernistas triangulinos e paulistas que intermediavam a venda para Barretos, Itaquere e Araraquara. O mencionado "ciclo do gado" - no qual Goiás constituía parte da primeira fase - ainda vigorava. A pecuária goiana continuava subsidiária da mineira e da paulista (mapa 09). O *Observador Econômico e Financeiro*, em extensa matéria, denunciou "a verdade sobre a carne" na década de 1940 mapeando o escoamento do gado de Goiás para o Triângulo Mineiro, Barretos e Araraquara. "Numa região pobre de ferrovias, é a *quatro* que se faz o escoamento".⁷³ De acordo com o periódico, a crise enfrentada pela pecuária nacional na década deveu-se, em grande medida, a uma complexa intermediação do comércio de

⁷² GOMES, H., *Geografia Sócio-Econômica de Goiás*, Goiânia, Ed. Brasil Central, 1969., p. 69.

⁷³ ALEGRE, D.F. "A verdade sobre a carne" in *O Observador Econômico e Financeiro*, CXXIII, Rio de Janeiro, 1948., p. 36.

ROTEIRO DA COMERCIALIZAÇÃO DE GADO



bovinos que compreendia o criador, o recriador, os invernistas, os proprietários de frigoríficos, os marchantes (que se colocavam entre os invernistas e os açougueiros) e os charqueadores. Como solução, “se impõe a instalação de frigoríficos mais próximos das zonas de invernagem no Brasil Central... de modo a evitar-se ou diminuir consideravelmente o longo, penoso e dispendioso transporte do gado em pé”.⁷⁴ Os pecuaristas goianos dependiam do intermediário (“boiadeiro”) para venda de seus rebanhos por desconhecimento do mercado. “Se tarda muito ou não vem o boiadeiro, afirma um documento, e os rebanhos não atravessam as fronteiras rumo aos matadouros, cai o desânimo à solta, o arroxo financeiro em ação furioso. Desaparecimento quase completo do dinheiro”. E a situação não era facilmente rompida: “alguns criadores resolveram exportar por conta própria suas boiadas para o mercado de Minas; destes, um ou dois alcançaram bons negócios, outros, porém, registraram prejuízos, forçados como foram, a fazer vendas à prazo”.⁷⁵

No final da década de 1950 o governo estadual promoveu campanha no sentido de impedir a saída de gado vivo de Goiás priorizando a comercialização da carne industrializada. Como inexistiam unidades de transformação suficientes - apenas algumas charqueadas - a medida entrou em vigor somente quase uma década depois face ao apoio do governo federal no financiamento de indústrias de abate bovino.

O rebanho goiano aumentou substancialmente, ocupando no final da década de 1950 a quinta posição no quadro nacional, sendo ultrapassado apenas por Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. De 2.975.305 cabeças em 1940, a região atingiu 6.674.000 no final de 1950, de acordo com estimativas oficiais (tabela 24). Com relação à população do estado, em 1920 haviam 5,5 cabeças de bovinos por habitante, 3,6 em 1940, 2,7 em 1950 e 2,5 em 1960 respectivamente.

TABELA 24
Goiás: População bovina (anos pesquisados)

Anos	Número de cabeças	Anos	Número de cabeças
1912	1.872.500	1950	4.562.100
1916	1.934.830	1952	4.883.500
1920	3.020.769	1957	6.305.000
1935	4.000.000	1958	6.674.000
1939	3.083.400	1959	6.756.000
1940	2.975.305	1958	6.674.000

Fonte: IBGE. Anuários Estatísticos do Brasil (censos e estimativas).

⁷⁴ Id. Ibid., p. 63.

⁷⁵ Pesquisa de CAMPOS, F. I. *Questão Agrária...*, op. cit., p. 11.

O desenvolvimento da pecuária goiana exigia reestruturação. O abate nas charqueadas locais era bastante baixo com relação ao plantel e a comercialização de gado vivo. “Em 1956, apenas 4,0% do gado de corte produzido foi abatido em Goiás”.⁷⁶ O Governo Vargas projetou a implantação de um “Grande Frigorífico Nacional do Brasil Central” cuja sede seria em Goiânia. Com a queda do governo em 1945, a proposta não se concretizou⁷⁷ e a estrutura da pecuária goiana prosseguiu nos moldes tradicionais.

No quadro da integração nacional, agricultura e pecuária foram incrementadas em Goiás tornando-se atividades básicas e características da região. Por outro lado, esta modificação na estrutura produtiva - incremento no cultivo de arroz, utilização de maquinário e criação mais intensiva de gado - acarretou alterações na estrutura agrária em parcelas do território. No centro-sul irrompeu um processo de retalhamento de propriedades, sendo que o maior número de pequenos estabelecimentos esteve localizado no MGG. A estrutura agrária do estado sofreu modificação no período de 1940 a 1960: para o estado como um todo houve acréscimo de 35.662 pequenas propriedades (0-100 ha) e de 11.137 estabelecimentos médios (100-1.000 ha) na década de 1950 (tabela 25).

TABELA 25
Goiás: Repartição de terras em 1940, 1950 e 1960 (estabelecimentos)

Classe de áreas	1940	%	1950	%	1960	%
0-100	30.311	54	33.914	53	69.576	63
100-1.000	20.874	37	25.012	39	36.149	32
1.000-10.000	4.467	08	4.672	07	5.179	05
10.000 +	150	01	138	01	105	01
Total	55.908	100	63.736	100	111.015	100

Fonte: Censos Agropecuarios, 1950 e 1960

O número de estabelecimentos rurais sofreu expansão, duplicando nas duas décadas em estudo. O fenômeno se deu em função do povoamento, da abertura de estradas e do incremento na política de transportes. Nos dados percentuais acima a tendência foi de aumento no número de pequenas propriedades e diminuição no contingente de médias e grandes. Em termos de área dos estabelecimentos, por sua vez, a tendência se repetiu, evidenciando significativo processo de repartição de terras. Neste caso, porém, foram as médias propriedades (100 a 1.000 ha) que aumentaram

⁷⁶ CAPES. “Estudos de Desenvolvimento Regional”, p. 107, apud BORGES, B.N., *Goiás: Modernização e Crise*, op. cit., p. 229.

⁷⁷ Id. *Ibid.*, p. 229.

relativamente suas áreas, o que sugere um processo de penetração de capitais na agricultura (tabela 26).

TABELA 26
Goiás: Repartição de terras em 1940, 1950 e 1960 (área)

Classe de áreas	1940	%	1950	%	1960	%
0-100	786.083	04	1.232.479	05	2.397.177	08
100-1.000	6.326.387	32	9.120.250	37	12.008.648	41
1.000-10.000	9.806.905	50	11.303.569	46	12.095.785	42
10.000 +	2.684.146	14	2.931.817	12	2.375.704	08
Total	19.603.521	100	24.588.115	100	28.877.314	100

Fonte: Censos Agropecuários - IBGE

Houve acentuada concentração na área dos estabelecimentos de 1.000-10.000 ha na década de 1940 - devido ao surto especulativo das terras que começaram a ser valorizadas em função da marcha de interiorização - e relativa queda na década de 1950. A área ocupada pelas pequenas propriedades (0-100 ha) duplicou em termos percentuais de 1940 a 1960, enquanto a área ocupada pelos grandes estabelecimentos (10.000 +) sofreu relativo decréscimo. A construção de Goiânia, a colonização federal, o prolongamento dos trilhos até Anápolis e a abertura de estradas foram circunstâncias que incentivaram a repartição de terras. A estrutura agrária do estado, como um todo, evidenciou tendência à diminuição das médias e grandes propriedades e aumento das pequenas. Contudo, em função de grandes extensões de terras devolutas, o aumento no número de estabelecimentos deu-se mais pela ocupação de novas áreas do que pelo fracionamento dos grandes.

Não obstante, o parcelamento de terras não se deu na mesma intensidade no âmbito geral de Goiás. A concentração de pequenas propriedades foi maior no sul que no norte. Na intenção de averiguar o fenômeno, TOSCANO⁷⁸ efetuou cálculos acerca das estruturas agrárias, evidenciando diferentes tendências no movimento de concentração fundiária nas partes meridional e setentrional. O número de propriedades rurais foi maior no sul que no norte, assim como também a área ocupada, indicando maior aglomeração meridional.⁷⁹ A região norte - predominantemente pastoril - evidenciou média de propriedade superior à do sul, área onde se ensaiava um sistema agropecuário mais equilibrado (tabela 27). A percentagem de estabelecimentos de 0-

⁷⁸ TOSCANO, G., *Desenvolvimento Econômico e Urbanização em Goiás*, Diss. de Mestrado, UNB, Brasília, 1973 (mimeo).

⁷⁹ A autora utilizou esta divisão do estado levando em consideração que cerca de 50,0% do território goiano encontra-se acima do paralelo 15°.

100 ha esteve maior no sul do que no norte. Também algumas grandes propriedades (1.000-10.000) em 1950 localizavam-se no sul e, na década de 1950, o quadro se alterou com leve aumento no número de grandes propriedades na região setentrional. O norte de Goiás ainda estava em fase de ocupação, tanto que existiram dois processos simultâneos em ação: “um no norte de ocupação de área devoluta, outro no sul de redivisão de terras”.⁸⁰

TABELA 27
Estrutura Fundiária em Goiás, acima e abaixo do paralelo 15°: 1950 e 1960

Classe (ha)	Acima		Abaixo		Estado	
	No. Estab.	Área	No. Estab.	Área	No. Estab.	Área
0-100	10.859	403.157	23.055	829.322	33.914	1.232.479
100-500	6.958	2.099.893	13.141	3.160.551	20.099	5.260.444
500-1.000	2.159	1.864.688	2.754	1.995.118	4.913	3.859.806
1.000-10.000	1.865	4.275.216	2.807	7.028.353	4.672	11.303.569
10.000 +	16	189.933	122	2.741.884	138	2.931.817
Total	21.857	8.832.887	41.879	15.755.228	63.736	24.588.115

1960

Classe (ha)	Acima		Abaixo		Estado	
	No. Estab.	Área	No. Estab.	Área	No. Estab.	Área
0-100	26.018	894.962	43.562	1.502.215	69.580	2.397.177
100-500	12.187	3.158.332	17.632	4.101.267	29.819	7.259.599
500-1.000	3.088	2.421.079	3.244	2.327.970	6.332	4.749.049
1.000-10.000	2.324	5.133.074	2.855	6.962.711	5.179	12.095.785
10.000 +	30	988.976	75	1.386.728	105	2.375.704
Total	43.617	12.596.423	67.368	16.280.891	111.015	28.877.314

Fonte: Censos Agrícolas 1960 - ps. 90-104 e 1950 - ps. 36-43. Cálculos baseados na divisão de TOSCANO, G., op. cit., p. 30.

Tomando-se o paralelo 15° como ponto de referência, observa-se dois tipos de estrutura agrária em Goiás: no norte, grandes propriedades voltadas para a criação de gado, ainda circundadas de pequenas propriedades ocupadas por posseiros que cultivavam a própria subsistência e, no sul a existência da pequena e da média propriedades convivendo com grandes fazendas voltadas quase exclusivamente para a bovinocultura. Não obstante, o predomínio geral continuava a ser do latifúndio como unidade básica, expressão característica da estrutura brasileira. Em termos de preços de terras, houve discrepância no âmbito interno de Goiás. “Rio Verde e Jataí (sudoeste) ocupam os primeiros lugares, seja pelo valor de seus rebanhos, seja pela valorização de suas terras; já os municípios de Pedro Afonso e Santa Maria (norte), embora possuam

⁸⁰ Id. Ibid..., p. 33.

os maiores rebanhos do Estado, têm estabelecimentos com baixo valor, tanto pelo pouco valor de seus rebanhos, como pela desvalorização de suas terras”.⁸¹

No processo de integração nacional, por sua vez, o setor industrial, embora fosse incipiente em Goiás, evoluiu na transformação de produtos alimentícios (tabela 28). Os estabelecimentos industriais existentes estiveram diretamente relacionados com o setor agropecuário (laticínios e beneficiamento de grãos) além de pequenas indústrias voltadas para atividades tipicamente urbanas (fábricas de doce, panificadoras, olarias, cerâmicas). As 1.596 principais indústrias do estado, ao empregar 7.035 pessoas em 1960, evidenciaram uma média de 4,4 pessoas por estabelecimento, o que sugere uma modalidade de transformação de caráter ainda “artesanal”.⁸²

TABELA 28
Goiás: Indústria de Transformação 1940-1960

Setor Industrial	1940		1950		1960	
	Estab.	Pessoal	Estab.	Pessoal	Estab.	Pessoal
Minerais não metálicos	45	326	105	622	368	1.564
Metalúrgica	2	-	4	20	25	200
Material de Transporte	-	-	3	16	18	101
Madeira	30	179	66	203	176	810
Mobiliário	-	-	25	98	115	408
Couro e Similares	22	142	37	115	53	166
Têxtil	3	-	2	15	3	55
Vestuário, Calçado, etc	15	202	42	262	112	528
Produtos Alimentícios	134	823	283	1.205	660	2.681
Bebidas	4	10	22	160	23	135
Totais	370	2.180	623	2.866	1.596	7.035

Fonte: IBGE, Censos 1940, 1950 e 1960.

Evidentemente, por motivos suficientemente esclarecidos na literatura econômica brasileira, não se poderia esperar uma industrialização grandiosa em Goiás, ainda mais tendo em vista o caráter de sua integração nacional. A indústria têxtil, a metalurgia e o vestuário não se desenvolveram na região que especializou-se na transformação de produtos primários principalmente alimentares. A participação relativa do secundário na renda interna estadual foi de 5,6% em 1960. Pequena parcela da população economicamente ativa empregava-se na indústria enquanto a maioria absoluta estava voltada para o setor primário. A concentração industrial esteve localizada em Goiânia e Anápolis, os dois centros responsáveis pela dinâmica da

⁸¹ CAMPOS, F. I. *Questão Agrária...*, op. cit., p. 18.

⁸² O IBGE, nos dados censitários, registrou atividades artesanais e algumas de serviços como estabelecimentos industriais. A propósito, Singer frisou que “numa situação em que grande parte das atividades secundárias e terciárias são desenvolvidas por métodos artesanais, a distinção entre indústria de transformação e serviços de reparação e conservação não tem muito significado”. SINGER, P., *Força de trabalho e emprego no Brasil*, Caderno CEBRAP, 1971., p. 47.

economia regional, onde predominavam as indústrias alimentares responsáveis por cerca de 80,0% da produção industrial do estado.

Com a concentração industrial em São Paulo, a economia do país foi afetada e o reflexo nas demais áreas se deu pela reformulação das relações inter-regionais. Tais relações - entre as regiões periféricas e o centro dinâmico - favoreceram o surgimento de atividades locais concentradas em núcleos urbanos. O ritmo de urbanização em Goiás coincidiu com a expansão do capitalismo industrial brasileiro e guardou estreita relação com o processo nacional. A população goiana paulatinamente passou a encontrar condições de emprego e sobrevivência no seio dos centros urbanos comerciais.

As atividades econômicas em Goiás estiveram apoiadas na expansão do setor terciário (transporte e comércio) voltadas para exportação dos produtos regionais e distribuição de produtos manufaturados. Com efeito, Goiânia e Anápolis ostentaram significativo incremento nas suas taxas de urbanização, principalmente a partir de 1950. No final da década, a população urbana de Anápolis representou 75,0% do total do município e a de Goiânia alcançou 87,0% do contingente de habitantes municipais (tabela 29).

TABELA 29
População de Goiânia e Anápolis em 1940, 1950 e 1960 - %

Municípios	1940			1950			1960		
	Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano	Total	Rural	Urbano
Goiânia	100	61	39	100	24	76	100	13	87
Anápolis	100	73	27	100	56	44	100	25	75

Fonte: Censos Demográficos de 1940 e 1950 e Revista Brasileira dos Municípios, IBGE, n. 55-56, ano IV, jul-dez, 1961, p. 195-6.

A urbanização de Goiânia e Anápolis expandiu a relevância regional do setor terciário. Em Goiânia, o terciário acolheu 25,0% (1940), 56,0% (1950) e 70,0% (1960) da população economicamente ativa e em Anápolis 17,0% (1940), 26,0% (1950) e 54,0% (1960). Em 1940 a população ativa de Goiânia se distribuía em 61,0% para as atividades agropecuárias e extrativas, 14,0% nas atividades industriais e 25,0% pelas demais atividades urbanas; em 1950 a população ativa das atividades primárias caiu para 28,0%, as secundárias passaram para 16,0% e as terciárias para 56,0%; em 1960 o primário abrigava 12,0%, o secundário, 18,0% e as demais atividades 70,0%.⁸³

⁸³ Dados retirados em tabelas de AVELINO DE ARAÚJO, E., op. cit., ps. 264-265.

Goiânia passou a liderar o processo de urbanização no estado; o processo em Anápolis foi similar embora com menor nível de urbanização.

No período, a população nos centros urbanos de Goiás - como um todo - cresceu a um ritmo mais intenso que o do próprio país; sua taxa geométrica de crescimento nas décadas de 1940 e 1950 superou largamente a média nacional e na década seguinte o hiato se aprofundou: o índice de urbanização regional foi bastante significativo e superior ao nacional em ambas as décadas. Os números refletem a “invasão” urbana de Goiânia e Anápolis que se consolidaram enquanto vigorosos centros mercantis no planalto central, influenciando na taxa geométrica de crescimento da população urbana do estado como um todo (tabela 30).

TABELA 30
Goiás: Taxa geométrica de crescimento da população: 1940-1960

Estado País	1940-1950			1950-1960		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Goiás	3,99	5,72	3,60	4,62	8,73	3,22
Brasil	2,39	3,91	1,60	2,99	5,15	1,55

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1986. Dados compilados in *Que Brasil é este?*, IUPERJ, Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro, p. 16. NB: Para o cálculo das taxas, em 1940 e 1950, foi utilizada a população presente; em 1960 foi utilizada a população residente.

Os aglomerados urbanos em Goiás, de antigas “bocas do sertão”, passaram a caracterizar-se como centros mercantis em vista das transformações econômicas em curso no estado. No período de 1940 a 1960, “as maiores taxas de crescimento da população urbana deram-se exatamente nas regiões onde se processavam as maiores transformações em termos de desenvolvimento econômico: São Paulo (4,8 anual), Paraná (7,6), Centro-Oeste (7,0) enquanto as demais regiões, em conjunto, cresceram à taxa de 4,3%”.⁸⁴ Todavia, grande parcela do incremento populacional e das imigrações para Goiás dirigiram-se para o meio rural, embora o processo de urbanização angariasse significativo peso na composição demográfica do estado (tabela 31). Entre 1940 e 1960, “a exuberante fronteira do Paraná e a do Centro-Oeste, juntas, absorveram 50% do aumento do emprego no setor primário nacional”.⁸⁵ As regiões de maior “engate” com São Paulo - pelos estímulos dinâmicos recebidos - tenderam a um desenvolvimento econômico mais acelerado.

⁸⁴ CANO, W. *Questão regional e urbanização no desenvolvimento econômico brasileiro pós-1930*. Anais ABEP, v. 2, Olinda, 1988, p. 80 (mimeo).

⁸⁵ Id. *Ibid.*, p. 75.

TABELA 31

Goiás: Distribuição da População Urbana e Rural, 1940, 1950, 1960 (%)

População	1940	1950	1960
Urbana	17,3	20,3	30,2
Rural	82,7	79,7	69,8
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censos Demográficos, IBGE.

A tendência no período foi de aceleração do processo de urbanização, expressa pelo aumento quantitativo de núcleos urbanos e pelo incremento da população urbana alojada em sedes distritais e municipais.⁸⁶ O fenômeno foi relativamente tênue nas áreas do norte e vigoroso nas proximidades do eixo Goiânia-Anápolis onde algumas cidades apresentaram consideráveis taxas de crescimento no período 1950-1960. O movimento de urbanização esteve condicionado, por um lado, pela política de transportes efetivada pelo governo federal (caso típico do norte goiano) e, por outro, pela dinâmica econômica do país no processo de integração nacional do comércio de mercadorias (caso do sul goiano). Algumas cidades do médio-norte do estado, como Porangatu e Uruaçu, ostentaram significativo crescimento. Entretanto, no centro-sul concentrou-se maior aglomeração urbana, com destaque para Ceres que obteve alto crescimento relativo em função da instalação da colônia agrícola nacional, assim como Quirinópolis, Jataí e Itumbiara na zona sudoeste do estado (tabela 32).

TABELA 32

Goiás: Crescimento das principais cidades de 1950 a 1960

Cidades	Crescimento absoluto	Relativo (%)
Acima do paralelo 15		
Pedro Afonso	1.492	89
Porangatu	1.947	207
Porto Nacional	2.037	70
Uruaçu	2.830	181
Abaixo do paralelo 15		
Anápolis	30.497	166
Ceres	4.892	244
Formosa	5.818	160
Goiânia	92.706	232
Goianésia	2.444	224
Inhumas	5.044	155
Iporá	2.489	153
Itumbiara	8.911	242
Jataí	9.858	237
Mineiros	2.723	114
Morrinhos	5.183	110
Quirinópolis	2.384	279
Rio Verde	5.873	109
Santa Helena	2.432	148

Fonte: Censos Demográficos -IBGE, Dados baseados na divisão de Toscano, G., op. cit. ps. 120-121

⁸⁶ O critério do IBGE para caracterização urbana, aqui utilizado, foi de sede administrativa. Outros critérios existem (quantitativos e qualitativos) cuja discussão foge ao alcance deste trabalho.

O adensamento da urbanização em Goiás deu-se na região centro-sul em função do dinamismo econômico irradiado pelo ambiente mercantil de Anápolis e Goiânia. No final da década de 1950, a construção de Brasília começou a alterar o quadro urbano regional. De início, a idéia de construção de Brasília constituiu um “pesadelo” para as autoridades goianas que viam ameaçadas as atividades econômicas de Goiânia e Anápolis. “Torna-se obrigatória a defesa de Goiânia, Anápolis e demais cidades do Estado, a fim de que não se verifique o deslocamento de sua população para zonas que surgirão com a nova Capital”.⁸⁷ Os efeitos, entretanto, foram contrários: novas terras foram ocupadas e o ritmo de imigração para o território acelerado. Logo no princípio, nas áreas de abrangência da nova capital federal, foi vertiginoso o surgimento de “cidades provisórias” no caminho para Anápolis. Desde 1958 explodiam demograficamente “cidades satélites” porque a “ocupação clandestina de terras na área da futura Capital era reprimida de forma enérgica pela Guarda Rural”.⁸⁸ Quando foi inaugurada, Brasília contava com numerosos núcleos circunvizinhos de cidades - em território goiano - que surgiram e/ou se fortaleceram com sua implantação.

A composição da renda interna, em decorrência do processo de urbanização, foi se alterando em Goiás. Antes, a principal atividade e fonte de renda - até a década de 1930 - havia sido a renda gerada pela pecuária extensiva. No período de 1930 a 1960, à medida em que se urbanizava, a participação da agropecuária tendeu a diminuir na composição do produto interno. O setor de serviços no período demonstrou notável expansão na composição da renda interna estadual (tabela 33).

TABELA 33
Goiás: Composição da renda interna (%)

Ano	Agricultura	Indústria	Serviços						
			Total	Comércio	Inst. Fin.	Transportes	Governo	Aluguéis	Outros
1939	70,4	5,8	23,8	7,6	0,7	2,1	3,7	2,0	7,7
1949	51,0	9,2	39,8	9,5	2,7	4,7	4,7	3,9	14,3
1959	49,5	7,3	43,2	14,4	2,1	4,1	3,8	7,8	11,0

Fonte: Centro de Contas Nacionais e Centro de Estudos Fiscais - DSC/IBRE/FGV in *Conjuntura Econômica*, n. 06, vol. 24 de 1970.

À medida em que o estado se urbanizou o terciário - ligado à mercantilização de produtos agropecuários destinados aos centros mais dinâmicos do país e de produtos industrializados no território - obteve incremento eminentemente na área de comércio e

⁸⁷ Citação governamental in CAMPOS, F.L., *Questão Agrária...*, op. cit., p. 27.

⁸⁸ VASCONCELOS, A., *As cidades satélites de Brasília*, Brasília, Gráfica do Senado Federal, 1988, p. 23.

de transportes. Os Aluguéis e Outros (serviços pessoais) tenderam ao crescimento na medida em que a urbanização foi se consolidando.

Em suma, nas décadas de 1940 e 1950 fatores de âmbito nacional e regional colaboraram para que elementos de transformação germinassem nas estruturas do estado. Entre os mais importantes, a integração do mercado nacional, a urbanização e a decorrente formação de centros comerciais na região. Embora o Plano de Metas não tenha contemplado a agricultura de forma efetiva na sua programação, a expansão rodoviária permitiu e acelerou a efetiva integração de Goiás à dinâmica do mercado interno brasileiro, assim como possibilitou a montagem de um sistema comercial vigoroso no eixo Anápolis-Goiânia.

A consolidação de núcleos urbano-comerciais no centro-sul de Goiás e a "opção rodoviária" engendrada pelo governo federal foram responsáveis por modificações na ordem sócio-econômica regional. O eixo comercial Goiânia-Anápolis reteve parcela de excedentes no interior do território e quebrou a enorme influência mercantil do Triângulo Mineiro no estado. Por seu lado, a infra-estrutura de transportes dotada pelo governo federal aprofundou o intercâmbio de Goiás com São Paulo no bojo do processo de integração do comércio nacional de mercadorias. As importações e exportações goianas retiveram grande peso na formação do produto interno regional e na acelerada urbanização. Por último, a implantação de Brasília, aprofundou as modificações sócio-econômicas no território. O Distrito Federal foi delimitado em área praticamente desabitada que - a partir de 1958 - recebeu um fluxo significativo de imigrações e um ritmo acelerado de construções; as rodovias que demandavam a capital federal atravessaram necessariamente o território goiano, proporcionando o surgimento e consolidação de centros urbanos em suas margens. Em pouco tempo Brasília tornou-se um aglomerado urbano e demográfico sem precedentes no planalto central - com gente de todas as camadas sociais - alterando o quadro sócio-econômico regional, eminentemente a partir de 1960.

As modificações se deram diferenciadamente no espaço goiano. As zonas do centro-sul e sudoeste e mesmo o médio-norte tiveram expansão. O sudeste, apesar de ser uma das frações que primeiro se articulou ao processo dinâmico da economia paulista, entrou em decadência em termos de urbanização e agricultura a partir de 1940. "As técnicas predatórias de cultivo da terra levaram logo ao esgotamento do solo nas áreas pioneiras na produção agrícola comercial, provocando o abandono progressivo da

zona da Estrada de Ferro para ocupação de outras áreas virgens”.⁸⁹ A questão merece estudo específico mas algumas hipóteses podem ser aventadas. A zona do sudeste, que pioneiramente usufruía da proximidade com o Triângulo Mineiro e logo a seguir serviu de percurso para a estrada de ferro em Goiás, arruinou-se em função da crise do transporte ferroviário, do esgotamento natural dos solos em função do cultivo extensivo e pelo fato de não manter formas superiores de produção capitalista, ou seja, não engendrar nítida divisão social do trabalho na área. Em consequência os aglomerados urbanos do sudeste entraram em desaceleração: municípios outrora relativamente populosos e promissores como Catalão, Pires do Rio e Ipameri estagnaram nas décadas de 1940 e 1950. As áreas de lavoura da zona sudeste sofreram redução e a pecuária extensiva fortaleceu-se nas adjacências; CAMPOS referiu-se ao fenômeno como “pecuarização da lavoura”.⁹⁰ Tudo indica que a fração sudeste do estado, apesar de mais próxima a São Paulo, foi “esvaziada” em função de diversas circunstâncias: o prolongamento da ferrovia até Anápolis consolidou naquele terminal a possibilidade de exploração de um território extremamente fértil e não explorado; a edificação de Goiânia atraiu investimentos para a região circunvizinha; Goiânia e Anápolis formaram um conglomerado econômico com amplas oportunidades de negócios em decorrência das articulações com São Paulo - via rodovia - e com o norte do estado. Quando Brasília foi construída seu mercado consumidor foi suprido por São Paulo (diretamente) e pela intermediação do eixo Goiânia-Anápolis. Nestas circunstâncias, não só o sudeste goiano mas também alguns municípios do Triângulo Mineiro, outrora promissores - como Araguari - entraram em estagnação.

Enfim, o período de 1930 a 1960 esteve caracterizado por modificações relevantes na ordem estrutural de Goiás. A construção de Goiânia e a localização estratégica de Anápolis incentivaram a exploração e a ocupação do centro-sul; a imigração cerrada no pós-guerra avançou sobre parte do médio norte e a abertura da Belém-Brasília rearticulou o quadro dos centros urbanos do norte facilitando sua integração aos centros comerciais goianos; a construção de Brasília acarretou abertura de estradas e novas frentes de imigração para o planalto central facilitando a efetiva integração de Goiás ao comércio nacional.

⁸⁹ BORGES, B. G. *Goiás: 'Modernização' e Crise*, op. cit., p. 196.

⁹⁰ Fenômeno cíclico que se caracteriza pela alternância entre a criação de gado e a plantação de lavoura periodicamente realizada pelos proprietários rurais. Ver CAMPOS, F. I., *Questão Agrária...*, op. cit., p. 25.

III - A Nova Configuração Regional (1960-1995)

A indústria brasileira, na vanguarda da acumulação nacional de capitais, havia se fortalecido no período de 1933 a 1955 e contornara crescentes desafios impulsionados pela dinâmica de “substituição de importações”.¹ O auge do processo se deu com a implantação da indústria pesada no país particularmente no período de 1956 a 1961. A partir de então, a economia brasileira esbarrou em obstáculos estruturais.

À medida em que a economia brasileira ingressava nos anos 1960 uma série de problemas reclamava soluções de base principalmente no setor público tendo em vista a crescente importância do Estado como produtor. Em função da maior complexidade da economia, reformas tributária, administrativa, infra-estrutural e financeira constituíam prementes necessidades. O aumento da capacidade produtiva industrial carecia de mecanismos de financiamento a longo prazo e da gestão de políticas de planejamento direcionadas para o setor. Além disto, reformas de cunho social (agrária e urbana) estiveram no âmago das discussões e o processo desaguou no embate político entre progressistas e conservadores culminando no golpe de 1964.

No contexto dessa nova “ordem”, depois de empreendidas modificações no sistema financeiro e no planejamento econômico, parte do recém implantado parque industrial brasileiro encontrou novas modalidades de acumulação orientando-se para o setor agropecuário exigindo maior industrialização no campo brasileiro.

A produção nacional de fertilizantes e defensivos químicos somente poderia se dar após a constituição de uma indústria petroquímica, assim como a produção de tratores e implementos depois de construído um adequado parque de produtos metálicos. Com efeito, no início dos anos 1960, momento que correspondeu ao término da fase de industrialização pesada, começaram a ser instaladas fábricas de insumos agrícolas e o país ingressou na produção de equipamentos, material de transportes, elétricos, fertilizantes químicos, rações e medicamentos veterinários. Dada a constituição dos ramos industriais de base, a agricultura fortaleceu seu papel de mercado consumidor para os meios de produção e o Estado, buscando garantir ampliação acelerada do mercado, implementou um conjunto de políticas incentivando a aquisição dos produtos industriais e promovendo incorporação de modernas tecnologias no campo.

O processo de industrialização pesada gerou implicações regionais: favoreceu a integração nacional de capitais e exigiu do Estado firme determinação na eliminação de

¹ A discussão clássica a respeito é de TAVARES, M. da C., op. cit., ps. 30-124.

barreiras e obstáculos à acumulação em âmbito nacional. CANO evidenciou que, “o amplo programa de inversões privadas e públicas que se realiza entre 1956 e 1961, quando se implanta a indústria pesada e a de bens de consumo durável no país, modificaria o padrão de dominação do mercado nacional”.² De um lado, o fenômeno fortaleceu a concentração industrial em São Paulo e promoveu maior complementaridade entre as diversas regiões; de outro, o fato de parte do excedente gerado no centro paulista ter sido aplicado fora do pólo industrial, promoveu uma “forma mais avançada de dominação do mercado nacional: aquela que se manifesta via acumulação de capital”.³ Apesar de, no período 1962-1967, o processo de acumulação de capitais haver se expandido à escala nacional, não obstante, a dinâmica de acumulação continuou em São Paulo onde predominantemente foi instalado o parque das indústrias pesadas e onde foram definidas estratégias de inversões para outras regiões do país.

As formas do capital nacional passaram a conectar-se intimamente: o capital industrial, ao expandir-se rumo às demais regiões, conviveu “pacificamente” com o “velho” capital mercantil que não ostentou porte quantitativo e tampouco contou com articulações financeiras regionais suficientes para transformar-se em capital industrial, ou mesmo participar do processo mais avançado de industrialização. Neste ponto residiu a questão básica do atraso econômico das regiões em relação a São Paulo porque, apesar da integração, na maior parte da periferia nacional o capital mercantil continuou a comandar a maior parcela do processo de acumulação. “O domínio do capital mercantil manteve-se sobre a maior parte da agricultura regional capturando-lhe grande parte do excedente: no financiamento, comercialização e distribuição dos produtos tradicionais, tanto os destinados ao mercado interno quanto os destinados à exportações”.⁴

No processo de modernização da agricultura, por sua vez, o setor industrial colocou à disposição da agropecuária insumos modernos - compatíveis com a intensificação produtiva - abrindo mercado para seus produtos. A agricultura brasileira, nas décadas de 1960 a 1980, incorporou mudanças a nível administrativo-organizacional e técnico ao processo de produção.

² CANO, W., *Desequilíbrios...*, op. cit., p. 252.

³ Id., *Ibid.*, p. 252.

⁴ Id., *Ibid.*, p. 258.

A industrialização da agricultura com apoio do Estado decorreu de um processo de acumulação capitalista - a nível mundial - propulsionado a partir da segunda metade do século. Na década de 1950 o movimento expandiu-se pelo mundo inteiro e ostentou “força irrefreável” na remoção de obstáculos, substituindo “velhas forças” produtivas da agricultura por “novas forças” produtivas do tipo industrial.⁵ As atividades do campo passaram a ser balizadas por caracteres inerentes a um processo industrial de produção, ou seja, espírito de inovação, cálculo econômico, divisão tecnológica do trabalho, elevado capital técnico por trabalhador, produção em massa e alta produtividade do trabalho. Não foi propriamente a agricultura que se industrializou, mas a indústria que industrializou a agricultura. “Isso quer dizer que a industrialização passa da fase dirigida e, mais do que isso, que a direção do processo, nessa outra fase, vem da indústria ou, melhor dizendo, da grande indústria”.⁶ Com a implantação de parque industrial, especializado na produção de equipamentos e insumos agrícolas, a grande indústria passou a dominar o mercado de produtos agrícolas. Nesta reunificação indústria-agricultura, “a grande indústria capitalista passa agora a dominar. A agricultura deve obedecer às suas ordens, adaptar-se às suas exigências. A direção da evolução industrial serve de regra à evolução agrícola”.⁷

GUIMARÃES evidenciou o papel do Estado e das empresas multinacionais no processo. Quanto ao primeiro, reiterou que a intervenção estatal na agricultura tornou-se imperativa em termos mundiais: “em todos os países, quer os de economias de mercado, quer nos de economia planificada, a agricultura é, hoje, uma atividade controlada, subsidiada e programada pelo Estado”.⁸ Quanto ao segundo, um dos traços fundamentais do fenómeno de industrialização da agricultura foi a participação de empresas multinacionais no processo, tanto no controle da tecnologia quanto no engendramento de um ‘modelo’ de crescimento para países subdesenvolvidos. Ressaltou ainda que o papel desempenhado pelas multinacionais teve caráter perverso: as corporações, detentoras de largas faixas do mercado e de avançadas tecnologias, jogaram todo o peso de sua influência usando de poderosos meios contra quaisquer reformas na estrutura agrária. Os latifúndios ‘modernizaram-se’, consumindo equipamentos e insumos das multinacionais, mas parte substancial das velhas estruturas

⁵ GUIMARÃES, A.P., *A crise agrária*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979., ps. 81-86.

⁶ Id. Ibid., p. 91.

⁷ Karl Káutsky, “A questão agrária”, Ed. Flama, São Paulo, p. 272, apud Id. Ibid., p. 94.

⁸ Id. Ibid., p. 88.

continuou intocada. A ‘modernização’ não foi além da absorção de mudanças de caráter tecnológico e organizacional.

A nova dinâmica de industrialização da agricultura ampliou o papel dos empreendimentos agroindustriais. Com a instalação de fábricas de tratores, máquinas, implementos agrícolas mais avançados, fertilizantes e produtos químicos, as indústrias supridoras e as indústrias processadoras passaram a controlar, pelos dois lados, a atividade agropecuária. O conjunto industrial, um a montante e outro a jusante da produção agrícola, engendraram, juntamente com a agricultura, um verdadeiro “complexo”. Na década de 1970, os “complexos agroindustriais” plantaram raízes em diversas regiões do país promovendo radicais alterações na base técnica e econômica da agricultura.⁹

O capital industrial, em sua nova forma de expansão, foi seletivo: promoveu o enriquecimento dos maiores produtores - tecnificados - ao mesmo tempo em que condenou ao empobrecimento produtores tradicionais. Em outras palavras, foi um processo que alterou a própria estrutura de classes no interior da agricultura nacional. Neste aspecto, os trabalhos de GRAZIANO DA SILVA tornaram-se clássicos e fundamentais; nos estudos do autor, as relações de trabalho decorrentes do progresso técnico ocuparam lugar central como elemento de análise. Até então, no âmbito agrícola brasileiro, as relações de trabalho guardavam proximidade com a terra, servindo, pelo menos em parte, para garantia da reprodução familiar do trabalhador. Com a maior proletarização da força de trabalho no campo a mão de obra rural passou a ser absorvida sazonalmente na agricultura inaugurando perversa forma de “trabalho temporário”. O caráter desigual do capitalismo no campo decorreu em grande medida de uma “insuficiência” e “fraqueza” da modernização da agricultura que articulou formas de trabalho plenamente constituídas com situações de “semi-escavidão” e com a presença de mão de obra “volante”. O assalariado temporário, além de ser um produto do desenvolvimento das forças capitalistas na agricultura, constitui, ao mesmo tempo, resultado da insuficiência e da fraqueza desse desenvolvimento: “da insuficiência do capital em submeter as forças da natureza, do ponto de vista técnico; da fraqueza de generalizar essa subordinação, não apenas do ponto de vista formal, mas sobretudo de

⁹ A temática foi tratada por MULLER, G., *O complexo agroindustrial brasileiro*, Núcleo de Pesquisas Publicações, n. 13, 1981.

uma maneira real e ampla, revolucionando a produção agrícola em todas as suas fases".¹⁰

A utilização de mão de obra volante na agricultura foi crescente no bojo do processo de modernização da agricultura engendrando um novo tipo de camponês. Para GRAZIANO DA SILVA a pequena produção familiar, dado o processo de modernização, assumiu três formas clássicas: primeiro, subordinou-se aos ditames do capital comercial, subjugando-se ao controle do financiamento por parte de comerciantes que cobravam juros maiores que os da rede bancária; segundo, a pequena produção familiar apareceu subordinada ao complexo agroindustrial, recebendo assistência técnica e financiamento de insumos, tornando-se dependente tecnologicamente e sujeita aos mercados monopsônicos do complexo; numa terceira situação, a pequena produção familiar encontrou-se subordinada ao grande proprietário da terra transferindo excedentes na forma de renda da terra.¹¹ Em vista deste quadro, a pequena produção familiar esteve subordinada ao movimento geral da valorização capitalista e a figura do camponês, como trabalhador para o capital, metamorfoseou-se em um "novo camponês".

Neste processo de industrialização da agricultura houve um movimento de reconcentração fundiária no interior do país e a atuação estatal foi eficaz no atendimento de necessidades dos capitais da grande empresa monopolista; as políticas do crédito rural beneficiaram as ditas culturas modernas de grande base tecnológica - modificando para cima a margem de rentabilidade desses produtos - e suprimindo interesses dos grandes proprietários rurais.

Goiás constituía frente avançada da agricultura mercantil de São Paulo. Em tal condição, necessariamente seria afetada pelo novo processo de transformação no campo, assim como também outras regiões como Paraná e Santa Catarina. Verificar a implementação e os resultados do fenômeno no estado de Goiás constitui um dos objetivos desta parte do trabalho; ao lado disto, será feita uma averiguação do novo quadro regional em termos de população, estrutura industrial, renda e urbanização.

¹⁰ GRAZIANO DA SILVA, J., *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura*, São Paulo, Hucitec, 1981, p. 118.

¹¹ GRAZIANO DA SILVA, J., *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*, Rio de Janeiro, ZAHAR, 1981, p. 129.

1. Planificação e modernização agrícola

Goiás, com densidade demográfica reduzida e exploração incipiente de suas potencialidades constituía, no início dos anos 1960, região de “fronteira”: nas estimativas do IBGE apenas 44,0% de sua área estava explorada pela agropecuária e a expansão agrícola havia se dado de forma extensiva, valendo-se primordialmente dos fatores terra e trabalho com reduzida utilização de capital.

Em função de sua extensão territorial - “espinha dorsal” do país - Goiás esteve diferenciadamente contemplado nos programas governamentais. A parte norte foi incluída no contexto da “Amazônia Legal”¹² tendo sido objeto de planejamento específico através de programas do governo federal implementados a partir da década de 1960. O centro-sul esteve incluso na agenda especial para as terras de cerrado através da Comissão de Desenvolvimento do Centro-Oeste posteriormente transformada em Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO). Em 1965 foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) que incorporou parte da área abrangida pela SUDECO. Tais programas federais contribuíram para maior produção agrícola e efetivaram um padrão de “colonização” na fronteira altamente intensivo em capital; a região foi incorporada ao novo modelo produtivo agrícola em desenvolvimento no país que se caracterizou pela utilização de alta tecnologia e pela criação de “poucas oportunidades de emprego rural permanente”.¹³

No bojo da “Operação Amazônia” - lançada pelo presidente Castelo Branco - a SUDAM funcionou como órgão de fomento para a Amazônia Legal. Foi promulgada uma série de leis que, no conjunto, engendrava uma ousada “política de desenvolvimento” para a área. A primeira atividade do órgão foi a elaboração de um plano quinquenal para a “região” dando prioridade à agropecuária, à indústria e à infraestrutura, especialmente ao setor de transportes “para o qual foi destinado cerca de 40% dos recursos públicos a serem aplicados na região durante o período do plano”.¹⁴ Nos estudos da SUDAM foram identificados os principais “pólos” e “faixas” de

¹² Em 1953, no bojo da elaboração do “Plano de Valorização Econômica da Amazônia”, delimitou-se a AMAZÔNIA LEGAL que consistiu na Região Censitária Norte mais a parte de Goiás acima do Paralelo 13, de Mato Grosso, acima do Paralelo 16, e do Maranhão ao Oeste do Meridiano 44.

¹³ GOODMAN, D., “Expansão da Fronteira e Colonização Rural: recente política de desenvolvimento no Centro-Oeste” in *Dimensões do Desenvolvimento Brasileiro*, Rio de Janeiro, Campus, 1978., p. 322.

¹⁴ PIMES, *Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro*, Sudene, Recife, 1984., p. 392.

crescimento potencial da Amazônia Legal. Entre os “corredores de desenvolvimento” em Goiás - ligando dois ou mais pólos - esteve a faixa Belém-Tocantinópolis-Miracema, corredor definido anteriormente pela estrada Belém-Brasília. Os investimentos na abrangência desta rodovia evidenciaram o estilo das políticas “desenvolvimentistas” federais: na região norte de Goiás despontou a presença de grandes fazendas na abrangência da Belém-Brasília com decisiva participação do governo nos projetos agropecuários. Os objetivos da SUDAM foram claros no sentido de favorecer a grande propriedade; para se ter uma idéia do impacto sobre a estrutura agrária “até 1985, foram aprovados 626 projetos, 215 no Estado do Mato Grosso e 53 em Goiás, cujo tamanho médio das propriedades era de cerca de 21 mil hectares, em alguns casos ultrapassando o exorbitante tamanho de 100 mil hectares”.¹⁵

O norte de Goiás esteve também contemplado no PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste). Os recursos do programa destinados ao estado foram utilizados para implantação e melhoria de estradas, entre elas a pavimentação da rodovia Belém-Brasília. O PROTERRA previa o assentamento de pequenos produtores; entretanto, a maior parcela de verbas foi destinada a médios e grandes e a distribuição de terras para os pequenos foi desprezível. O programa beneficiou áreas do Centro-Oeste pertencentes à Amazônia Legal fornecendo recursos a projetos de colonização: entre 1967 e 1986 foram implantados 108 projetos em 2,9 milhões de hectares com capacidade de assentamento de 24 mil famílias. No entanto, “longe de produzirem riqueza e empregos ao grande contingente de médios agricultores, tornaram-se, antes de tudo, instrumentos de concentração fundiária e de renda, de agravamento de problemas ecológicos”.¹⁶

A intervenção federal na Amazônia Legal, no período anterior ao II PND, conscientizou o governo do potencial “regional” e de sua importância para o crescimento econômico do país dentro de um modelo excludente. A ação estatal ensejou oportunidades para acelerar o processo de acumulação e concentração capitalista por parte de empresários nacionais e estrangeiros e esta intervenção governamental na Amazônia Legal negligenciou “pequenos agricultores, geralmente posseiros e trabalhadores rurais sem terra, facilitando a exploração de sua força de trabalho, remunerada ou não, pelos grandes fazendeiros e empresários ‘induzidos’ a

¹⁵ SUDAM/PNUD, 1989, citado em Galindo, O. e Monteiro dos Santos, V., “Centro-Oeste: Evolução Recente da Economia Regional”, in NETO, L.G. et alii, org. Alfonso, R. de B. A., *Desigualdades Regionais e Desenvolvimento*, Col. Federalismo No Brasil, São Paulo, FUNDAP/UNESP, 1994., p. 160.

¹⁶ Id. Ibid., p. 162.

investir na região”.¹⁷ A tendência foi o desenvolvimento de um modelo empresarial de exploração agropecuária com novas formas de uso do solo, de relações de trabalho e atrofiamiento da atividade rural de subsistência. Nos projetos, parte dos recursos da SUDAM foram destinados ao setor industrial: entre as maiores empresas de transformação contempladas pelo programa de incentivos estavam dois frigoríficos implantados no norte de Goiás, além de projetos de mineração, usina de álcool e laticínios.¹⁸

Com a construção de obras públicas no planalto central articulou-se esforços para desenvolvimento da região, sendo criada, em 1967, a SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste). A partir de então a área centro-sul de Goiás esteve, pela primeira vez, contemplada nos programas associados ao I PND, basicamente PROTERRA e PRODOESTE. Este último foi criado para consolidar infra-estrutura e apoiar atividades produtivas rurais em áreas não incluídas na abrangência da Amazônia Legal; tornou-se particularmente importante pois implantou a estrada Jataí-Rondonópolis - sentido leste-noroeste - proporcionando maior integração entre o estado de Mato Grosso e o sudoeste goiano. O PROTERRA, por sua vez, financiou a pavimentação da rodovia Belém-Brasília conforme mencionado.

Antes do II PND, com exceção da implantação dos grandes projetos agropecuários no norte de Goiás via incentivos da SUDAM, a intervenção federal no estado ficou restrita à implantação de infra-estrutura - especialmente rodovias - visando facilitar e apoiar a ocupação produtiva da região. Nos quadros do II PND o caráter da intervenção governamental foi diferenciado e o território esteve segmentado espacialmente em três programas especiais de intervenção regional: POLAMAZÔNIA, POLOCENTRO e REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA.

As metas prioritárias do POLAMAZÔNIA foram estipuladas no sentido da ocupação econômica do solo da Amazônia Legal, buscando seu aproveitamento maximizado e implementando “mecanismos geradores de emprego e criação de instrumentos sociais capazes de elevar o padrão de vida e o bem estar das comunidades envolvidas”.¹⁹ Não obstante, os recursos alocados pelo programa esgotaram-se sem

¹⁷ PIMES, op. cit., p. 408.

¹⁸ As principais indústrias incentivadas pela SUDAM no norte de Goiás foram: Frigorífico Araguaína, Tocantina Óleo Babaçu, Frigorífico Araguaçu, Laticínios Araguaia, Destilaria Tocantins, Mineradora Roncador e Cia Brasileira Agropecuária. Ver a propósito COSTA, C., *A Economia Contemporânea de Goiás*, Goiânia, Gráfica O Popular, 1987., p. 94.

¹⁹ Metas da SUDAM apud PIMES, op. cit., p. 481.

investimentos de monta no setor social. No âmbito espacial, mais de um terço do total de recursos foi alocado para os “pólos” Carajás e Tapajós; em termos setoriais, as modalidades que usufruíram de melhor participação foram aquelas orientadas para suprimento de necessidades de infra-estrutura, ou seja, pavimentação de rodovias e implantação de estradas vicinais. A ênfase pronunciada em infra-estrutura favoreceu algumas categorias de beneficiários e induziu a expansão de frentes capitalistas que passaram a aniquilar formas anteriores de ocupação produtiva na ampla região. Nas áreas do POLAMAZÔNIA tornaram-se agudos os conflitos em decorrência da implantação da malha rodoviária sem “maiores estudos de conotação social”. A dotação da infra-estrutura rodoviária, amparada por intermediações fiscais e financeiras do Estado, estimulou a abertura de frentes especulativas e as rodovias na Amazônia Legal tornaram-se “vasos comunicantes indutores de conflitos e de tensões sociais”.²⁰

O POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) foi bastante explícito em seus objetivos e teve como orientação única a modernização das atividades agropecuárias no Centro-Oeste e oeste de Minas Gerais. Distinguiu-se dos demais pela sua natureza tipicamente setorial: não visou extrapolar metas marcadamente de timbre econômico e estruturou-se em algumas atividades básicas, especificamente na dotação de infra-estrutura, pesquisa agropecuária e concessão de linhas de financiamento rural.

Em matéria de infra-estrutura, as ações desenvolvidas pelo POLOCENTRO estiveram concentradas nos setores de armazenagem, estradas e energia. No caso da primeira, a capacidade de armazenamento obtida com recursos do programa não atingiu sequer um terço do orçamento previsto quando de sua elaboração e a abertura/pavimentação de estradas quase somente a metade do previamente estipulado. No setor de energia, porém, as metas executadas conseguiram avançar além das estimativas iniciais.

O sistema de pesquisa montado pelo POLOCENTRO, sob coordenação da EMBRAPA, alcançou bons níveis de desempenho. Foram implantados - em toda a área de abrangência do programa - centros, unidades de pesquisa e campos experimentais. O esforço concentrou-se no aprimoramento da tecnologia de cultivos e na pecuária de corte em áreas de cerrado. O resultado, visto através dos níveis de produtividade alcançados nos projetos controlados pela EMBRAPA, mostrou-se relevante. Paralelo

²⁰ Id. Ibid., p. 482

aos trabalhos de pesquisa foram montadas unidades especializadas de assistência técnica - gerenciadas por empresas privadas - sob a coordenação da EMBRATER. Um arsenal de assistência técnica foi espalhado pela “região dos cerrados” com técnicos de nível superior voltados para crescimento e expansão das atividades agropecuárias.²¹ Nestas unidades, parte substancial dos trabalhos foi desenvolvida na elaboração de projetos para obtenção de crédito rural em função da grande demanda de linhas de financiamentos por parte dos empresários rurais.

O crédito rural foi o segmento básico do POLOCENTRO e fortaleceu de maneira acelerada o processo de capitalização no campo. Para concessão deste financiamento exigiu-se “adequado” padrão tecnológico, elevada densidade de capital, motomecanização, além de farta aquisição de fertilizantes e outros insumos. A diversidade das linhas de crédito, bem como as taxas de juros subsidiadas, estimularam grande número de interessados a instalar-se nos cerrados. Os recursos governamentais facilitaram a geração de “empresas-fazendas” porque a infra-estrutura básica (estradas, energia, armazéns) esteve assegurada a curto e médio prazos; o apoio técnico - via assistência - que facilitou o processo de transferência tecnológica esteve disponível e as condições financeiras para formação e geração do capital estiveram dadas pelos mecanismos institucionais.

Os recursos do governo federal destinados a custeio, comercialização e investimentos na agropecuária foram volumosos principalmente entre 1975 e 1983, sofrendo decréscimo gradativo a partir de então (tabela 34). No início da década de 1990, o crédito rural sofreu - a preços constantes de 1991 - violenta contração atingindo níveis próximos aos da década de 1970.²² Durante todo o processo houve criteriosa seletividade na concessão dos financiamentos.

TABELA 34
Brasil: Índices de evolução do crédito rural*

Ano	Índice	Ano	Índice	Ano	Índice	Ano	Índice
1969	100	1975	435	1981	418	1987	313
1970	119	1976	445	1982	405	1988	220
1971	138	1977	397	1983	305	1989	201
1972	170	1978	404	1984	186	1990	115
1973	241	1979	504	1985	266	1991	118
1974	298	1980	482	1986	397		

Fonte: Anuários Estatísticos do Crédito Rural, BACEN. *Cálculos baseados a preços constantes de 1991.

²¹ Em Goiás, o sistema EMATER passou a contar com 112 escritórios regionais espalhados por 192 municípios dos 223 existentes no estado em 1980, de acordo com dados do PRODIAT - “Análise da Assistência Técnica e Extensão Rural em Goiás”, Goiânia, 1981.

²² Em 1979 o crédito rural atingiu seu volume máximo de recursos - a preços constantes de 1991 - atingindo a cifra de C\$12.545.944.760.094 de acordo com os Anuários Estatísticos do Crédito Rural, BACEN.

O crédito, devido à exigência de padrão operacional e tecnológico, não contemplou significativamente pequenos produtores. Os projetos de viabilidade econômica e financeira, o volume de recursos necessários, as garantias demandadas, a formação de estoques de capital e os padrões técnicos requeridos não estavam ao alcance do pequeno agricultor; deste modo, o crédito rural esteve concentrado no âmbito da grande propriedade. Em termos quantitativos - a partir de 1974 - o aumento da oferta de financiamento para os cerrados foi intenso. O produto bruto da agricultura no Centro-Oeste em 1975 chegou a ser inferior ao volume do crédito rural concedido. A agropecuária do cerrado tornou-se moderna e produtiva graças à geração e difusão de novas técnicas e o programa aprovou para a região, entre 1975 e 1982, grande número de projetos obtendo créditos no valor de aproximadamente US\$ 467 milhões. A participação do crédito no produto bruto da agricultura do Centro-Oeste ostentou curva fortemente ascendente: em 1969 era de 23,4% e em 1976 já atingia 94,7%. O estímulo financeiro estatal ao setor agropecuário equiparou-se à produção bruta do setor na abrangência de Goiás e Mato Grosso.²³

O POLOCENTRO inseriu-se dentro desta perspectiva econômica calcada sobretudo no enfoque da seletividade. Ao alterar a estrutura de exploração agrícola fomentou níveis de concentração da propriedade fundiária ampliando e gerando seqüelas sociais negativas. Não fosse o peso da intervenção estatal dificilmente se projetaria com tamanha rapidez o processo capitalista de ocupação da fronteira. Neste sentido, o Estado brasileiro caracterizou-se como o principal veículo de generalização das relações capitalistas no campo. No caso dos cerrados, a opção pela escala empresarial foi explícita e determinante; como enfatizou o Ministro Reis Velloso, “o cerrado não gosta da agricultura tradicional e sim de agricultura empresarial, com inteligência. Gosta de fertilizantes, de tecnologia avançada e de mecanização. É uma oportunidade que temos de modificar a estrutura da exploração agrícola no Brasil”.²⁴

O Programa de DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA, por sua vez, foi elaborado em decorrência de preocupações com o “desenvolvimento equilibrado” na abrangência da capital federal. O cerne da propositura esteve no equacionamento da urbanização de Brasília e no interesse de dinamizar as zonas circunvizinhas notadamente na parte centro-sul de Goiás. O

²³ Em 1975 o valor do crédito rural concedido ao Centro-Oeste foi de Cr\$9.097.889 e o valor bruto da produção agrícola na região foi de Cr\$8.965.000. Em 1976 foi de Cr\$15.127.069 e Cr\$15.962.480 respectivamente. Dados colhidos in PIMES, op. cit., p. 516.

²⁴ Citado por Id. Ibid., p. 498.

pressuposto era de que a problemática urbana de Brasília ultrapassava o seu contexto geográfico, devendo ser “fortalecidos” os núcleos urbanos periféricos para minimizar migrações dirigidas à capital. A pauta esteve concentrada em objetivos como, minimização dos fluxos migratórios através de abertura de oportunidades de empregos na região geoeconômica de Brasília, fortalecimento dos núcleos urbanos adjacentes, preservação do caráter político-administrativo da capital e fornecimento de estímulos às atividades produtivas, industriais e agropecuárias nas adjacências. Para tanto, cinco zonas foram definidas como núcleos fundamentais para investimentos: o Eixo Ceres-Anápolis, a Área de Influência das BRs-040 e 050, o Vale do Paranã, as Áreas de Mineração e os Chapadões de Paracatu. A influência de Brasília, desta forma, passou a acarretar investimentos governamentais para larga área circunvizinha da capital federal pertencente ao estado de Goiás (mapa 10). O Eixo Ceres-Anápolis foi contemplado com 32% dos investimentos do programa aplicados principalmente em desenvolvimento industrial e rural; a Área de Influência das Brs-040 e 050 angariou 14% dos recursos, sendo que a maior parte foi aplicada em transportes, saneamento e melhorias urbanas; a Área de Mineração logrou obter cerca de 10% dos recursos concentrando-os em transporte e energia, e o Vale do Paranã obteve 16% dos investimentos aplicados principalmente em energia e transportes. No todo, embora mais de 15,0% dos recursos do programa tenham sido aplicados em educação e saúde, a prioridade esteve centrada nas áreas de transporte, energia e desenvolvimento rural.²⁵

Na região circunvizinha da capital federal o saneamento e a melhoria urbana, os transportes, a energia e o desenvolvimento industrial foram setores que detiveram maiores parcelas dos recursos do programa de DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA. No tocante ao desenvolvimento rural, a sua pauta esteve voltada para a busca de maior produtividade agrícola mas não priorizou o enfoque “empresa-rural” - ao contrário do POLOCENTRO - permitindo a multiplicação de diversos assentamentos na sua abrangência. No concernente ao desenvolvimento industrial o programa concentrou-se fundamentalmente na implantação do Distrito Agroindustrial de Anápolis. Este, situado no eixo Ceres-Anápolis, tornou-se o mais importante da região geoeconômica de Brasília.

Enfim, a atuação do Estado, quer pelos investimentos em infra-estrutura econômica quer via estímulos fiscais e financeiros, foi decisiva para a ocupação de

²⁵ Id. Ibid., p. 545.

**MAPA
10**

REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA



LEGENDA



ESCALA LOCAL

ESCALA DE TRANSIÇÃO

ESCALA REGIONAL



ÁREA DE INFLUÊNCIA DAS BRS 040 E 050



CHAPADÕES DO PARACATU



VALE DO PARANÁ



ÁREA DE MIGRAÇÃO

EIXO CÉRES ANÁPOLIS

áreas no planalto central do país principalmente a partir de 1970. As despesas do setor público na região Centro-Oeste cresceram a uma taxa anual de 22,2% - período de 1970 a 1985 - quando a média nacional foi de 12,9% ao ano, evidentemente em grande parte face ao peso do Distrito Federal no dispêndio público.²⁶

Em decorrência deste “modelo de desenvolvimento” brasileiro e dos programas mencionados o estado de Goiás sofreu consideráveis transformações na sua estrutura sócio-produtiva: a técnica de produção foi alterada pelos segmentos industriais a montante (indústrias vendedoras de máquinas e insumos) e a jusante (indústrias transformadoras da matéria prima agropecuária) e a redução do tempo de trabalho necessário/período de produção modificou as relações sócio-econômicas regionais eminentemente no centro-sul do estado.

O mecanismo que efetivou incremento de aplicação de capital na agropecuária foi o crédito rural. Essa modalidade de subsídio ao campo decorreu sobretudo do apelo de representantes do setor industrial que buscavam realizar a produção de máquinas e demais insumos necessitando, portanto, de uma sólida demanda por parte de empresários e fazendeiros rurais. O financiamento estatal intensificou a mecanização no campo e incrementou a indústria de máquinas para o setor rural.

Em Goiás, o comportamento do crédito rural apresentou tendência crescente a partir de 1970 tanto no número de contratos como no valor dos financiamentos (tabela 35).

TABELA 35
Goiás: Participação percentual no crédito rural

Ano	N. Contratos	Valor	Ano	N. Contratos	Valor	Ano	N. Contratos	Valor
1970	3,8	3,8	1979	4,1	5,1	1991*	3,1	8,8
1971	3,2	4,3	1985	2,9	7,2	1992*	5,1	8,1
1972	3,6	4,6	1986	3,5	7,6	1993*	3,8	7,6
1974	4,1	5,0	1988	4,5	9,6	1994*	6,5	10,5
1977	3,6	4,4	1989	4,9	16,8	1995*	4,2	8,8
1978	3,8	4,5	1990*	2,4	6,8			

Fonte: Anuários Estatísticos do Crédito Rural. BACEN. * Inclusive Tocantins

Em termos de valor, o crédito rural em Goiás/Tocantins realizou em torno de 7,0% entre 1970 e 1995 do total concedido às unidades da federação. Os recursos utilizados para custeio e comercialização da pecuária foram expressivos no estado imprimindo dinamismo ao setor - como será adiante demonstrado - assim como também o valor dos investimentos na agricultura foi considerável a partir de 1970.

²⁶ NETO, L.G., et alii, op. cit., p. 168-169.

De maneira similar ao processo nacional, parte relevante do número de propostas foi apresentada por pequenos produtores, porém, algumas condições impostas para obtenção de financiamento favoreceram reivindicações apresentadas por grandes produtores. Em primeiro lugar, pelo fato da propriedade da terra - e o valor dela em si mesma - ser condição necessária para acesso às linhas do crédito subsidiado; nestes termos, a própria exigência burocrática do empréstimo induziu a concentração fundiária. Em segundo lugar, os bancos tenderam a selecionar clientes em função do nível de risco, das garantias apresentadas e da situação de liquidez dos mesmos e, na busca de minimização da taxa de risco dos empréstimos a tendência natural foi a concentração do crédito em mãos de maiores produtores. A concessão do crédito esteve atada à aquisição de máquinas e implementos agrícolas, aparelhamento que exigiu do propositante condições para produção em alta escala. Por fim, a busca de otimização nas operações financeiras - baixos custos de transação - tendeu a selecionar maiores tomadores de empréstimos, aplicando soma maior de recursos em número menor de clientes, evitando pulverização do financiamento entre a massa maior de pretendentes. Neste esquema, apesar de parte do número de contratos ter sido obtida por pequenos produtores, a soma dos recursos concedidos aos mesmos foi relativamente pequena. O fato não constitui novidade, pois existe consenso com respeito à elevada concentração dos recursos do crédito estatal nas mãos de grandes produtores.²⁷

Existem dificuldades de se caracterizar o “pequeno” e o “grande produtor” rural mesmo porque os critérios de classificação se alteram em função do ambiente regional, do caráter e da organização produtiva. No sentido aqui proposto o grande produtor foi aquele detentor de condições necessárias para exploração intensiva em maior escala, não somente em vista do tamanho de sua propriedade mas na sua predisposição e capacidade de incorporar técnicas e capitais no empreendimento. No caso específico de Goiás a concentração de recursos financeiros nas mãos de produtores mais “tecnificáveis” foi patente; conforme referendou pesquisa do IBGE, na área sudoeste do estado os produtores de feijão responsáveis por estabelecimentos de até 200 ha - o que representava 72,0% do número de produtores - obtiveram 16,0% do crédito, enquanto os produtores de soja - responsáveis por estabelecimentos acima de 200 ha - detiveram 84,0% do total de crédito rural concedido.²⁸

²⁷ No setor agrícola, os grandes produtores angariaram 53,53% do valor do crédito rural concedido em 1976 no Brasil e, no setor pecuário, 46,91% do mesmo. Esta temática foi tratada por GUEDES PINTO, L. C., *Notas sobre Política Agrícola e Crédito Rural*, Campinas, São Paulo, 1980.

²⁸ Mesquita *et alii* (coord.), “Modernização no sudoeste de Goiás”, Fundação IBGE, Rio de Janeiro, 1982.

Apesar do substancial volume de crédito concedido à agropecuária goiana o setor exerceu papel decrescente na composição da renda estadual como se verá adiante. O fenômeno desnudou o fato de que o produtor contemplado com o crédito rural, em última instância, funcionou como “agente transferidor” de empréstimos dos bancos para as indústrias tanto a montante quanto a jusante do setor agropecuário: “sempre que se lançam novos programas com créditos especiais, há especulação por parte das indústrias. Caso típico é o PROFIR que, após o lançamento pelo Governo Federal, motivou aumento de 900,0% no custo dos equipamentos de irrigação”.²⁹

O financiamento rural foi poderoso instrumento de “modernização” da agricultura ao possibilitar incorporação de maquinário e insumos ao processo produtivo. As modificações técnicas na exploração agropecuária em Goiás, em função do crédito rural, foram intensas na década de 1970. Tal processo pode ser apreendido em função do aumento acelerado do número de tratores na região. O comportamento desta variável é significativo porque a máquina viabiliza a utilização de implementos (arados, semeadeiras, pulverizadores) bem como o consumo sistematizado e rotineiro de outros insumos agrícolas.

O número de tratores aumentou consideravelmente em Goiás a partir de 1970 passando de 5.692 unidades para 33.548 em 1985. Em consequência houve notável queda na relação entre a área ocupada com lavoura e o número de tratores utilizados, no número de estabelecimentos por trator e na relação do pessoal ocupado por trator (tabela 36).

TABELA 36
Goiás: Utilização de tratores 1950 - 1985

Anos	Número	Ha Lavoura/ Trator	Estabelecimento/ Trator	Pessoal Ocupado/ Trator
1950	89	5.224	716	3.363
1960	1.349	733	82	370
1970	5.692	287	25	96
1975	13.634	188	11	50
1980	26.875	199	6	29
1985	33.548	168	4	18

Fonte: Cálculos efetuados sobre dados do IBGE. Censos Agropecuários

A relação área/máquina e estabelecimento/máquina foi alterada em função da alta velocidade de difusão do maquinário; o fenômeno aconteceu tanto em novos espaços que foram incorporados como em antigos que foram reestruturados. As áreas planas de cerrado favoreceram o emprego de equipamentos mecânicos em função de suas características físicas e, paralelamente, o solo ácido e com deficiência em

²⁹ PRODIAT, 1981, p. 21., apud BENVINDO, F.M., op. cit., p. 76.

nutrientes facilitou larga utilização de produtos químicos para a produção regional. A maioria dos tratores esteve lotada nas maiores propriedades. Sua distribuição pelo tamanho dos estabelecimentos evidenciou que a quase totalidade dos tratores estava, em 1985, nas propriedades de 100 ha a 1000 hectares (54,0%) e nas de 1000 ha a 10000 hectares (30,0%).

Este processo de modernização agropecuária se deu de maneira diferenciada no âmbito intra-regional e a utilização de tratores esteve concentrada territorialmente na parte meridional de Goiás. O uso de tratores no sul e no norte do estado foi contrastante se se toma como base o paralelo 13 como marco divisório. Em 1980, menos de 10,0% do número de tratores estava no norte de Goiás, território que compreendia 45,0% da superfície total do estado (tabela 37).

TABELA 37
Goiás: Utilização de tratores segundo macro regiões 1970 - 1985

Norte/Sul	Número de tratores				Participação (%)			
	1970	1975	1980	1985	1970	1975	1980	1985
Norte de Goiás	48	531	2.625	5.925	0,9	3,9	9,8	17,7
Sul de Goiás	5.644	13.103	24.250	27.623	99,1	96,1	90,2	82,3

Fonte: IBGE, Censos Agropecuarios.

Com relação aos gêneros produtivos, o processo de industrialização da agricultura em Goiás esteve também concentrado principalmente no cultivo de soja, milho e cana. As culturas que tradicionalmente haviam sustentado a integração de Goiás no mercado nacional (arroz e feijão principalmente) tenderam à relativa diminuição nas últimas décadas. A tendência foi o cultivo de produtos com melhores perspectivas de exportação e mecanização (tabela 38). “Se apenas a produção dos ‘exportáveis’ permite, pelos seus preços relativos, que os retornos do capital paguem a renda fundiária compatível, essa produção tornar-se-á prioritária do ponto de vista capitalista. Isto ocorre mesmo que se elevem as carências nutricionais das populações mais pobres”.³⁰

³⁰ DELGADO, G.C. op. cit., p. 226.

TABELA 38
Goiás: Área colhida e produção das principais culturas (1000 ha e 1000 ton.)

Ano	ARROZ		FEIJÃO		CANA		MILHO		SOJA	
	(ha)	(ton.)	(ha)	(ton.)	(ha)	(ton.)	(ha)	(ton.)	(ha)	(ton.)
1960	420,0	724,4	78,8	76,9	34,5	1.473,3	192,4	321,7	0	0
1969	930,6	915,0	157,4	96,0	31,9	1.341,2	379,2	561,3	1,5	1,8
1975	947,9	869,2	223,0	112,5	15,3	614,0	640,0	1.228,8	55,6	73,3
1980	1.186,7	1.455,4	160,5	72,2	20,6	1.218,3	803,2	1.751,5	246,6	455,7
1985	1.071,5	1.358,4	180,9	51,5	103,1	7.024,1	926,1	2.464,4	621,8	1.127,5
1988	1.099,0	1.551,4	210,0	57,1	96,6	6.556,0	1.112,4	2.993,0	773,5	1.497,9
1989	836,9	1.293,6	137,0	72,1	100,1	6.914,4	1.145,4	3.693,6	1.048,3	2.156,3
1991*	333,0	524,5	179,0	121,5	111,8	7.136,1	884,6	2.886,0	800,9	1.661,2
1992*	617,1	953,4	155,1	114,1	102,0	7.316,1	812,5	2.868,4	826,7	1.808,9
1993*	470,6	689,9	153,9	130,9	100,5	7.205,7	805,6	2.679,6	998,8	2.030,7
1994*	466,2	823,7	160,5	147,7	109,2	8.044,5	978,7	3.261,0	1.141,6	2.369,5

Fonte: Anuários Estatísticos. IBGE. *Inclusive Tocantins

Tanto em termos de área plantada como de produção o desempenho da cana, do milho e da soja foi notável em Goiás. A cultura do feijão manteve o costumeiro nível de produção evidenciando quase que apenas alterações naturais nas últimas décadas. O arroz, que teve crescimento sustentado até 1988, apresentou decréscimo na área colhida e no volume de produção nos anos seguintes mas evidenciou sustentação apesar das “novas” culturas. Em São Paulo o arroz e o feijão perderam terreno mas em Goiás a cultura destes gêneros, mal ou bem, ainda relativamente se sustentou. O destaque para a produção de arroz e feijão esteve com o Rio Grande do Sul: em 1980 este estado foi responsável por 23,5% da produção nacional de arroz subindo em 1994 para 40,3%; no mesmo período, produziu 34,0% e 37,5% da de feijão respectivamente. São Paulo teve diminuída sua produção de feijão: de 14,4% (1980) passou para 12,3% (1994). Por sua vez, a região Centro-Oeste diminuiu sua produção de arroz passando de 32,7% em 1980 para 14,3% em 1994.³¹

Com relação à composição produtiva, houve mudanças na estrutura agrícola de Goiás. Em 1960 a produção de arroz correspondeu a 50,4% do valor de produção agrícola total do estado; a de feijão a 12,1%, a de milho a 13,0% e a de cana a 4,3%. Na década de 1990 a situação diversificou-se em função do incremento de novas culturas (alho, tomate, mandioca e laranja) e do peso considerável de alguns produtos; em 1993 a produção de arroz correspondeu a apenas 3,7% do valor da produção agrícola estadual, a do feijão 6,1%, a de milho atingiu 25,5%, a de cana 12,3% e a de soja 16,0%.

³¹ CANO, W., *Concentração e Desconcentração Econômica Regional no Brasil: 1970-1995*, texto UNICAMP, 1995 (mimeo).

O plantio do milho sempre foi tradicional no estado pois o cereal participa do sistema de renovação de pastos e constitui cultura de unidade familiar. Sua expansão no período deveu-se aos estímulos decorrentes do valor comercial do produto e de sua utilização na transformação industrial alimentar. O milho plantado nos anos 1960 provinha de uma “velha” estrutura agrícola, pois os ganhos de produtividade, a partir de 1985, revelam nova estruturação no cultivo do cereal.

O plantio de soja em Goiás, de um lado, esteve associado à mobilidade espacial de imigrantes do sul do país, “empurrados” da origem - pela concentração de terras - rumo às regiões de fronteira; de outro, pelo avanço técnico nas pesquisas de plantio no cerrado e pelo crédito concedido pelo governo federal. Boa parte dos imigrantes sulistas encontraram oportunidades de assentamento em Goiás em virtude de encontrarem “acesso à terra facilitado por um preço mais baixo, ou até mesmo pela não obrigatoriedade da compra da mesma para nela produzir, permitindo-se reservar o capital para investimentos em tecnologia e insumos dentro de um sistema moderno de arrendamento”.³²

A cana de açúcar na metade da década de 1980 passou a ter um incremento de produção mais acelerado em função dos investimentos em destilarias. No estado de Goiás, em 1984 existiam 17 destilarias iniciando a produção (duas no norte e quinze no sul do estado). A produção de cana no estado, em 1986, ultrapassou em tonelagem toda a produção de arroz, soja, milho e feijão conjuntamente.³³

A evolução da produção de álcool em Goiás teve crescimento acelerado a partir de 1982 ostentando comportamento evolutivo similar ao do setor no país (tabela 39). Não obstante, a sua participação - na década considerada - manteve-se no nível médio de produção inferior a 3,0% do total de álcool combustível produzido nacionalmente.

TABELA 39
Índice da produção de álcool anidro e hidratado

Unidade	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1990	1991
Brasil	100	139	177	217	288	295	314	322	318
Goiás	100	143	196	246	329	317	292	293	312
(%) Goiás/Brasil	2,5	2,6	2,8	2,9	2,9	2,8	2,4	2,3	2,5

Fonte: Anuários Estatísticos do Brasil. IBGE. NB. Cálculos efetuados sobre a produção em metros cúbicos do produto.

³² Uma abordagem do avanço de agricultores sulinos para as regiões de fronteira está em AMORIM, W.M., *O amarelo da soja invade o cerrado*, Diss. Mestrado, Goiânia, UFG, 1996, cap. II. (mimeo).

³³ A produção de cana, em 1986, foi de 6.910.000 toneladas, a de arroz 1.358.522, soja 1.128.428, feijão 51.561 e milho 2.463.940. Dados da implantação de destilarias no estado in *Anuário Estatístico de Goiás*, Dep. Estatística e Informação, Goiânia, SEPLAN/GO, 1986., ps. 455 e 456.

Concomitante ao incremento da produção de cana para destilarias de álcool, a agroindústria de transformação alimentar aprofundou a inserção de Goiás no cenário econômico nacional. A reestruturação técnico-produtiva no estado caracterizou-se pelo emprego de maquinaria e de insumos industriais acelerando o processo de modernização agrícola regional. Os atores do fenômeno foram empresas de capital nacional e empresas internacionais que se instalaram na região. Em 1985 haviam 2 empresas internacionais na agroindústria de Goiás e 6 de capital nacional. Em 1991 haviam 8 internacionais e 13 nacionais operando principalmente nos ramos de comércio e transformação de alimentos.³⁴ O destaque esteve com as empresas nacionais do “complexo grãos-carne” que ampliaram sua participação no estado de 1985 a 1991 em termos de geração de ICMS representando 84,57% do total gerado pelas empresas agroindustriais no território.³⁵ Entre as mais importantes empresas regionais surgiram a Arisco e a Só-Frangos Alimentos em Goiás. A primeira, que na sua origem produzia apenas alho e sal, diversificou suas atividades pelos setores de conservas, massa de tomate, temperos e processamento de vegetais e esteve voltada para o mercado nacional: a segunda, expandindo-se aceleradamente, atendeu prioritariamente o mercado regional. Na última década estas empresas buscaram ultrapassar os limites do mercado local assemelhando-se a suas concorrentes em escala nacional.

As empresas internacionais localizaram-se também em setores importantes da agroindústria goiana, notadamente na industrialização de carne bovina para exportação, aproveitando-se da proximidade de matéria-prima e dos incentivos oferecidos pelo governo estadual à sua instalação.³⁶ As cooperativas goianas, por sua vez, ampliaram bastante sua participação no período de 1985 a 1991 operando no ramo de laticínios, na produção de óleo bruto e refinado para o mercado regional e Nordeste do país.

O peso do setor industrial de produtos alimentares na economia goiana será abordado na próxima seção. Cabe prosseguir no exame do processo de modernização da agricultura em Goiás em suas repercussões no setor pecuário, na forma de apropriação da terra e nas modificações das relações de trabalho.

³⁴ A pesquisa é de CASTRO, A.C. e FONSECA, M.G., *A dinâmica agroindustrial do Centro-Oeste*, IPEA, Brasília, 1995.

³⁵ Id. *Ibid.*, p. 58.

³⁶ Id. *Ibid.*, p. 61.

As transformações na agricultura, além de acentuada modernização no processo produtivo, expandiram o espaço ocupado no campo dados os incentivos fiscais e financeiros disponíveis. Houve expansão nas áreas de lavouras temporárias e pastos artificiais - nas décadas de 1970 e 1980 - de forma "tão intensa" a ponto de no Centro-Oeste "o aumento absoluto das superfícies, com esses usos de terra, terem constituído respectivamente, 30,9% e 50,5% do crescimento ocorrido em escala nacional".³⁷ As lavouras temporárias estiveram inseridas neste processo de agroindustrialização nacional e os pastos plantados, por sua vez, resguardaram a característica goiana tradicional de criação bovina. A evolução das pastagens artificiais já era nítida no estado em 1985, assim como o alargamento da área de lavouras temporárias (tabela 40).

TABELA 40
Goiás: Evolução das áreas de pastagem e lavoura (% sobre área total)

Ano	Pastagem		Lavoura	
	natural	artificial	permanente	temporária
1960	55,5	10,7	0,4	3,0
1975	50,3	17,2	0,2	5,8
1980	43,0	22,6	0,3	6,5
1985	32,0	38,0	0,2	9,6

Fonte: Censos Agropecuários. IBGE.

As antigas áreas de pastagens naturais foram sendo melhoradas a partir dos anos 1960 e esta intensificação na criação bovina repercutiu no aumento do plantel no estado. O efetivo bovino cresceu a um ritmo superior ao nacional atingindo, em 1993, 15,2% do rebanho brasileiro (tabela 41).

TABELA 41
Efetivo bovino (1000 cabeças)

Unidade	1960	1970	1980	1985	1991*	1993*
Goiás	6.987	9.848	12.884	16.454	23.014	23.718
Brasil	79.078	97.864	102.531	118.971	152.135	155.134
(%) Goiás/Brasil	8,7	10,0	12,5	13,8	15,1	15,2

Fonte: Censos Agropecuários e Anuários Estatísticos do Brasil. IBGE. * Inclusive Tocantins.

A expansão dos pastos plantados e o crescimento do efetivo bovino permitiu a multiplicação de frigoríficos no território. Goiás (inclusive Tocantins) passou a contar com 10 frigoríficos no centro-sul, 3 no médio norte, 2 no extremo norte, 6 no sudoeste, 1 no sudeste e 1 no entorno do Distrito Federal. Ainda assim, estas unidades industriais

³⁷ IBGE. *Geografia do Brasil*, Região Centro-Oeste. Vol. 1, Rio de Janeiro, 1989., p. 150.

ostentam capacidade máxima de abate inferior a 70,0% da oferta regional. De acordo com o Sindicato dos Frigoríficos de Goiás, parte substancial do abate (mais de 30,0%) continua sendo empreendida por estados vizinhos, matadouros locais ou clandestinamente.³⁸

Ressalte-se que a bovinocultura de corte brasileira tem passado por um processo de modernização que não pode ser tomado como universal ou homogêneo devido a particularidades regionais. No caso do Centro-Oeste, por exemplo, “os melhoramentos na capacidade de suporte das pastagens são absolutamente diferentes em termos de requisito de investimento e manejo fito e zootécnico”.³⁹ Tudo indica que o antigo sistema de criação bovina esteve amenizado na região, tomou forma diferenciada mas reteve certo alento: “as diferentes possibilidades de mercado fazem com que os engordadores de bovinos próximos aos maiores centros urbanos do país adquiram seus animais magros nas regiões periféricas onde predomina a etapa da cria”.⁴⁰ O assunto merece pesquisa específica para o caso de Goiás onde, apesar da implantação dos frigoríficos, sobrevivem atividades tradicionais de cria e recria com utilização puramente extensiva da terra. A criação mais intensiva de gado no Centro-Oeste localizou-se principalmente no Mato Grosso do Sul e no sudoeste goiano, áreas mais próximas de São Paulo, na certa incentivadas à maior criação bovina em função do alargamento da área de produção de cana no interior paulista.

As transformações técnico-produtivas trouxeram também consequências para a estrutura agrária; Goiás, ao receber fluxos de empresários procedentes do Sul e Sudeste do país, reforçou o processo de “privatização” de suas terras e a partir dos anos 1970 surgiu tendência de maior concentração fundiária no estado. A redução do número e da área dos estabelecimentos pequenos foi patente: nas décadas de 1950 e 1960 as propriedades de até 50 ha haviam aumentado sua participação tanto em número como em área ocupada; a partir de 1970, entretanto, os estabelecimentos de até 50 ha diminuíram em ambas modalidades assim como aumentou o número de propriedades de 100 ha a 1.000 ha e a área ocupada por classes de 2.000 ha a mais de 20.000 ha ostentou considerável expansão.⁴¹

³⁸ Entre os maiores frigoríficos de Goiás destacam-se o FRIBOI, o GOIASCARNE e o PLANALTO no centro-sul, o FRINORTE no médio-norte e o MARGEN no sudoeste.

³⁹ Discussão sobre a bovinocultura de corte em seis regiões do país encontra-se no recente trabalho de MIELITZ NETO, C.G.A., *Modernização e diferenciação na bovinocultura de corte brasileira*, Tese de Doutorado, IE/UNICAMP, Campinas, 1994 (mimeo). Citação colhida p. 207.

⁴⁰ Id. *Ibid.*, p. 207.

⁴¹ Análise a respeito encontra-se em BENVINDO, F.M., op. cit., ps. 120-130.

O motivo propulsor para a rápida apropriação da fronteira goiana foi o surto de valorização das terras. Mesmo áreas mais remotas do território constituíram atração para investimentos (especulativos ou não) ligados à expansão capitalista no campo. Conforme referendou o IBGE, “aos baixos preços da terra vigentes em 1980 na maior parte do estado do Mato Grosso e no centro-norte de Goiás estaria vinculada a possibilidade de um ritmo mais acelerado de incorporação de novas áreas à produção por parte tanto de empresários ou grupos econômicos do Sul e Sudeste quanto de fazendeiros da região que expandem suas atividades adquirindo terras nas áreas mais distantes, a preços muito inferiores àqueles das áreas de procedência.”⁴²

Em decorrência houve valorização e acelerada especulação de terras no território goiano: a antiga região de fronteira foi se tornando saturada impedindo novas ocupações ou assentamentos. Embora Goiás abrigasse grande parcela das terras ociosas do país o processo de modernização regional intensificou a apropriação fundiária. Em outros termos, não houve “generalização” espacial da modernização produtiva e sim “aliança” entre o “elemento conservador agrário, expresso pela grande propriedade e pelo capital comercial”⁴³ e representantes das agroindústrias. Deste modo, os programas governamentais e as inovações tecnológicas no campo rearticularam o espaço rural em Goiás intensificando o ritmo de concentração da propriedade e provocando “fechamento horizontal” da fronteira.

Especialmente ainda, a grande incidência de modernização agrícola no território esteve na porção meridional do estado, próxima aos grandes centros de consumo onde, mesmo áreas consideradas “inadequadas” transformaram-se em superfícies de lavouras e pastos artificiais com emprego de farta tecnologia rural. Nas últimas décadas estas áreas de mais elevado nível de modernização expandiram-se no sentido norte originando grandes projetos de cultivo irrigado no médio-norte do estado.

Em suma, o processo de modernização da agricultura em Goiás foi parcial ou, visto de outra forma, seletivo. Concentrou-se em alguns produtos selecionados de exportação em detrimento de culturas domésticas voltadas para o mercado interno; encontrou nos maiores produtores o mercado de crédito substancial dedicando poucos volumes financeiros para os pequenos produtores e, em termos espaciais o movimento

⁴² IBGE, *Geografia do Brasil*, op. cit., p. 168.

⁴³ Abordagem do capital financeiro na agricultura e suas implicações no desenvolvimento rural está em DELGADO, G. C., op. cit., referência colhida p. 57.

esteve concentrado regionalmente no centro-sul, área mais próxima de São Paulo, contemplada no programa de desenvolvimento dos cerrados.

As alterações na ordem econômica recente de Goiás foram notáveis. Em função dos programas governamentais implementados, as relações técnicas de produção no campo transformaram-se repercutindo na vida sócio-econômica regional. Em termos econômicos, as “velhas forças” produtivas da agricultura foram substituídas por “novas forças” do tipo industrial; o espírito de inovação, o cálculo econômico, a divisão tecnológica do trabalho, o elevado capital técnico por trabalhador, a produção em massa e a alta produtividade caracterizaram grande parcela das atividades produtivas no estado. Repetindo, o processo de modernização no campo em Goiás foi parcial: contemplou com maiores recursos o financiamento a grandes produtores, concentrou-se no cultivo de produtos com maiores possibilidades de mecanização e exploração em alta escala, bem como esteve limitado espacialmente, na quase totalidade, na zona centro-sul do território.

No bojo deste movimento de modernização agrícola - em função das alterações técnicas de produção - ocorreram modificações nas relações de trabalho com a maior proletarização do trabalhador rural em Goiás. As estatísticas agropecuárias registraram diminuição na taxa de crescimento do emprego rural - ratificando tendência anterior - nas regiões onde o progresso técnico na agricultura foi mais intenso, notadamente nas regiões Centro-Oeste e Sul do país.⁴⁴ As inovações tecnológicas - na busca de acelerar a rotação do capital - reduzem o tempo de produção e o tempo de trabalho necessário à produção modificando padrões de cultivo agrícola. As inovações mecânicas “afetam o tempo de trabalho e, em consequência, o tipo, a intensidade, a jornada de trabalho e sua demanda, o ciclo de produção e as condições de produtividade”; as inovações físico-químicas “atuam sobre as condições naturais do solo, com consequência sobre a produtividade da terra e poupança do fator trabalho”.⁴⁵ A mecanização e a incorporação massiva de insumos alteram a base de cultivo e as técnicas modernas tendem a liberar força de trabalho no campo.

O esforço de fazendeiros - apoiando-se na poupança de força de trabalho e na incorporação de tecnologia objetivando a diminuição do tempo de produção necessário ao desenvolvimento agrícola - caracterizou o processo de proletarização rural. Este

⁴⁴ Discussão específica a respeito está em NEVES FILHO, A., *A liberação do trabalho no campo - uma contribuição ao debate sobre o progresso técnico na industrialização da agricultura brasileira*, Diss. Mestrado, São Paulo, PUC, 1989., p. 13 (mimeo).

⁴⁵ Id. Ibid., ps. 82-83.

processo para GRAZIANO DA SILVA desnudou o caráter “insuficiente” da industrialização no campo; de um lado, o avanço do capital articulou formas de trabalho “plenamente constituídas” com situações de “semi-escravidão”, contando ainda com a presença de pequenos produtores que se assalariaram temporariamente. De outro, a modernização da agricultura ostentou um caráter “insuficiente” porque “além do assalariado temporário ser um produto do desenvolvimento das forças capitalistas na agricultura ‘enquanto embrião da formação do proletariado rural’ ele é, ao mesmo tempo, resultado da insuficiência e da fraqueza desse desenvolvimento: da insuficiência do capital em submeter as forças da natureza, do ponto de vista técnico; da fraqueza de generalizar essa subordinação, não apenas do ponto de vista formal, mas sobretudo de uma maneira real e ampla, revolucionando a produção agrícola em todas as suas fases”.⁴⁶

A sazonalidade no emprego da mão de obra no campo - forma de trabalho temporário - e o aumento do capital fixo nas atividades rurais repercutiram na diminuição do trabalho vivo transferindo para o sistema de máquinas (trabalho morto) algumas importantes tarefas antes desempenhadas pelos trabalhadores. A agricultura praticada no âmbito dos complexos agroindustriais e nos conglomerados de capitais disseminou um padrão tecnológico poupador de trabalho vivo impondo, em consequência, necessidade de investimento em equipamentos e insumos modernos, onde o valor do capital fixo superou o valor do capital variável.⁴⁷ Neste sentido, o valor do salário teve seu peso diminuído nos custos diretos de produção, evidenciando maior importância do progresso técnico em relação ao custo da mão de obra.

No bojo da industrialização agrícola a demanda por mão de obra foi suprida predominantemente pela oferta de três categorias: “mão de obra familiar” oferecida por pequenos proprietários e posseiros, “mão de obra volante” destituída de propriedade ou posse fundiária e um novo tipo de “mão de obra qualificada” voltada para o manejo das incorporações tecnológicas. Os pequenos produtores estiveram inviabilizados de ingresso e competitividade no esquema da moderna agricultura; os grandes produtores operaram com padrão técnico desenvolvido e atuaram em sistema de oligopólio perseguindo “escala ótima” de produção. Assim, posseiros e minifundistas passaram a oferecer sazonalmente sua força de trabalho aos grandes empreendimentos rurais. Não obstante, esta oferta de mão de obra familiar foi superada quantitativamente pela mão

⁴⁶ GRAZIANO DA SILVA, J., *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*, op. cit., p. 118.

⁴⁷ NEVES FILHO, A., op. cit., p. 92.

de obra volante (trabalhador ocupado temporariamente em função de demandas sazonais) que atuou na condição de desemprego disfarçado ou subemprego. O trabalhador volante apareceu nas tarefas de regime por empreitada, eventuais ou cíclicas, sujeitando-se a um contínuo deslocamento. Sua utilização beneficiou o empregador pois, o Estatuto do Trabalhador Rural (1963) “não considerou a relação de trabalho em regime de empreitada (eventual, temporário, volante) como uma relação de emprego, isentando dos encargos sociais o empregador”.⁴⁸ Além disto, o sistema de “tarefa” propiciou - dada a queda no poder aquisitivo salarial - o engajamento da mulher e de filhos do volante reduzindo custos de recrutamento para o empregador. Ao lado destas categorias, o processo de industrialização rural deu lugar a um novo tipo de mão de obra no campo: assalariados fixos tornaram-se imprescindíveis para utilização de máquinas e implementos agrícolas na limpeza de terrenos, correção e preparo de solos, aplicação de adubações químicas e transportes. Tratou-se de um pequeno número de trabalhadores rurais que sustentaram - na condição de “ferramentas” - o processo produtivo modernizado.

A proletarização da força de trabalho agrícola em Goiás intensificou-se e o assalariamento temporário adquiriu fundamental importância. O desenvolvimento das relações capitalistas teve o “trabalho volante” - modalidade de trabalho assalariado por tarefa - como elemento para sua reprodução ampliada.⁴⁹ Em pesquisa de campo realizada na zona sudoeste de Goiás apurou-se que 67,77% dos volantes não tinha sequer carteira profissional - em 1977 - quando 91,92% dos assalariados agrícolas encontrava-se nessa categoria.⁵⁰

A origem do trabalhador temporário esteve estreitamente relacionada com a posse e a propriedade minifundiária. A relação hectare/homem em Goiás sofreu queda na década de 1970 em estabelecimentos de pequena dimensão: nos estabelecimentos com menos de 10 ha caiu de 2,35 para 1,70; nos estabelecimentos de 10 ha a 20 ha decresceu de 5,11 para 4,29 na década. “Certamente a concentração de mão de obra rural foi ainda maior do que sugere os coeficientes, se se levar em conta que grande parte dos estabelecimentos com área inferior a 20 ha não passa de ‘chácaras de fim-de-semana’, modalidade que se expandiu enormemente na década, não tendo, portanto, um

⁴⁸ BENVINDO, F. M., op. cit., p. 100.

⁴⁹ A determinação entre “salário por tempo” e “salário por tarefa” não altera a natureza da relação de assalariamento. Ver discussão, a propósito, em GONZALES, E. e BASTOS, M.J., “O trabalho volante na agricultura brasileira”, in *Capital e Trabalho no Campo*, São Paulo, Hucitec., 1979., p. 31.

⁵⁰ Pesquisa da FETAEG. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás.

sentido efetivo de exploração econômica".⁵¹ O pessoal ocupado na área dos estabelecimentos de até 10 ha - área que se manteve constante na década - aumentou 37,50% e nos de 10 ha a 20 ha - apesar de redução em 10,30% na área - a mão de obra ocupada cresceu 6,85% de 1970 a 1980. O fenômeno aponta que os minifúndios tornaram-se "celeiros" de mão de obra colaborando para vertiginosa expansão de trabalhadores temporários em Goiás face ao processo de modernização na agricultura.

Todavia, a quantificação dos trabalhadores temporários na agricultura constitui tarefa difícil. De um lado, o IBGE não apreende o total de volantes com exatidão pois parcela do contingente, apesar de trabalhar no campo, reside na cidade; por outro, as formas de recrutamento são variadas - grande parte efetuada por terceiros - e o produtor não dimensiona, com segurança, o número de trabalhadores necessários nas diferentes fases do ano agrícola; por último, o calendário do setor tem meses de pique e meses de retração na absorção de mão de obra, dificultando pesquisas censitárias. Ainda assim, dados cadastrais do INCRA permitem avaliar que o número de assalariados temporários, já em 1972, era bastante expressivo em Goiás, representando 75,0% dos trabalhadores rurais do estado.⁵² As mesmas estatísticas apontam para o decréscimo dos assalariados permanentes e o crescimento médio anual - de 1967 a 1972 - de 24,8% dos assalariados temporários em Goiás. A mobilidade dos volantes e o crescimento da categoria no estado ficou evidenciada em pesquisa da FETAEG: 68,6% não trabalhava há mais de um ano para o mesmo patrão; por outro lado, 46,0% do contingente tinha menos de quatro anos como volante e somente 28,6% estava na categoria há mais de seis anos.⁵³ Ainda, 33,33% recebia normalmente dinheiro no final do dia e 65,80% no final da semana consubstanciando relações puramente monetárias e impessoais entre produtor e volantes.

A maior concentração de trabalhadores volantes, na década de 1980, encontrava-se na zona sudoeste do estado, voltada para o plantio/corte da cana e a colheita do algodão. Grande parte dos volantes era oriunda de outros estados notadamente da Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Norte e que regularmente retornavam ao estado de origem no término da safra.⁵⁴ Os grandes produtores possuíam alojamentos que

⁵¹ BENVINDO, F.M., op. cit., p. 92.

⁵² Porcentagem correspondente a 557.037 volantes. Cálculos sobre informações do INCRA apud Id. Ibid., p. 94.

⁵³ FETAEG. *O Bóia-Fria no Estado de Goiás*, Goiânia, Ed. Roriz., 1977. A pesquisa foi realizada nos municípios de maior concentração de trabalhadores volantes em Goiás.

⁵⁴ A pesquisa é de VAZ, E., *A modernização da agricultura e as relações de trabalho no Sudoeste Goiano: a situação do trabalhador volante no corte da cana (1964-1989)*, Diss. Mestrado, Goiânia, EFG, 1992.

abrigavam os volantes temporariamente. “Na estressafrá, um quarto destes trabalhadores ficarão desempregados e outra mesma quantidade se dedicará ao subemprego na zona urbana”.⁵⁵ A outra metade se volta para “trabalhos rápidos e esporádicos” sujeita a instabilidade destas atividades de caráter eminentemente temporário e incerto.

Ao lado desta categoria, a figura tradicional do agregado, embora cada vez mais rara, ainda continuou presente na atividade pecuária. Concomitante ao processo de expansão das relações capitalistas na agropecuária o agregado operou em regime de condição ou parceria, principalmente nas áreas setentrionais do estado. A parceria para preparação da terra continuou economicamente viável para o produtor no momento de formação da fazenda: “além de preparar pastagens, vigia a propriedade, produz cereais para o consumo da fazenda, presta trabalho gratuito e pode, quando necessário, trabalhar como assalariado por tarefa”.⁵⁶ A atuação do agregado manteve-se principalmente na formação de pastos, na condição de parceiro - trabalhador autônomo - porém, fornecendo trabalho excedente. Não obstante, mesmo na atividade pecuária a duração do agregado na fazenda foi tornando-se efêmera, pois, logo o pasto estivesse formado, o mesmo era “expulso” da propriedade ou enviado para locais cada vez mais afastados. “O agregado em geral forma a fazenda, assim como o pedreiro da construção civil participa da construção de um prédio sem chegar a morar nele”.⁵⁷

A modificação nas relações de trabalho provocou nítida diferenciação social no campo, mesclando elementos da organização anterior com elementos da ordem moderna. O processo, em que relações trabalhistas foram sofrendo significativas alterações, consolidou-se nos anos 1970 e 1980 em Goiás. Os antigos cultivadores de “terras de cultura” - meeiros e posseiros - foram transformados em diaristas em grandes empreendimentos de “terras de cerrado”. O principal elemento de tensão e ruptura foi a alteração da condição de acesso à terra. O agregado, de produtor de alimentos tornara-se meeiro do proprietário - notadamente a partir de 1940 - ainda com acesso a terras boas e com relativa autonomia. Todavia, “a partir de 1970 seus privilégios se extinguem. Permanecem ainda com o direito de acesso à terra, só que, agora, as de pior qualidade. Igualmente não desfrutam mais de autonomia nem dos instrumentos de trabalho - oferecidos pelo proprietário - transformando-se crescentemente em

⁵⁵ Id. Ibid., p. 126.

⁵⁶ BENVINDO, F.M., op. cit., p. 98.

⁵⁷ ZERO, B. B., *Acumulação de Capital na Pecuária de Corte no Médio Araguaia*, Diss. Mestrado, Brasília, UNB, 1982., p. 50 (mimeo).

assalariado”.⁵⁸ De forma similar, o retireiro - agora assalariado - não dispôs de mais tempo ou condições oferecidas pelo fazendeiro para exploração de sua própria roça ou para criação de animais nos moldes anteriores. Enfim, a fazenda que constituía um universo de gado, mantimentos e lealdade reestruturou-se numa organização de classes, rompendo tradicionais relações de parceria; agregados e retireiros perderam autonomia no processo produtivo não dispondo mais de instrumentos de trabalho tampouco de acesso a terras apropriadas ao cultivo facilitado. Algumas categorias sociais tenderam ao desaparecimento (agregados, meeiros), outras foram “reinventadas” com a proletarianização (vaqueiros, retireiros) e novas surgiram no bojo do processo (tratoristas, diaristas, bóias frias). Ressalte-se que este processo ainda se encontra em desenvolvimento. De um lado, as relações capitalistas no campo caracterizam-se por avanços e recuos, integrando e excluindo categorias produtivas e formas de organização da produção; de outro, o processo ostenta certa “debilidade” nas transformações manifestando incapacidade de separar definitivamente os trabalhadores dos meios de produção e de revolucionar por completo a organização produtiva.⁵⁹

As décadas recentes acarretaram profundas transformações para Goiás e a expansão capitalista não se deu uniformemente e sim de modo desigual dependendo do agente produtor. O capital produtivo manifestou-se em “pacífica” convivência com os capitais comercial e usurário. Deste modo, “apenas numa minoria dos casos - identificáveis em certos produtos e em determinadas regiões - é possível constatar a presença de formas capitalistas clássicas no processo produtivo; isto é, de grandes empresas agrícolas operando à base de trabalho assalariado sobre uma base técnica avançada, e nas quais a extração do trabalho excedente se revela como extração de mais valia diretamente do processo produtivo”.⁶⁰

A modernização capitalista atingiu diferentemente os diversos segmentos de fazendeiros. Alguns, ao disporem de sólido patrimônio, reciclaram-se parcialmente mas não modificaram - a não ser ligeiramente - a maneira de lidar com a terra e os negócios, persistindo como produtores, negociantes, administradores, e trabalhadores rurais na propriedade. Para estes, a fazenda constituía “um negócio da família com exploração e contabilidade conjuntas. Tanto quanto os demais, são avessos ao risco, ao crédito, aos técnicos, ao associativismo e têm na propriedade territorial a forma por excelência de

⁵⁸ SANTOS, M.V.M., op. cit., ps. 154-155.

⁵⁹ Discussão clássica a respeito da debilidade das transformações no campo está em GRAZIANO DA SILVA, J., *A modernização dolorosa*, op. cit. (nota 11).

⁶⁰ GRAZIANO DA SILVA, J., *A modernização dolorosa*, op. cit., p. 128.

capital. Em suma, continuam 'tradicionais', mas de um 'tradicionalismo dinâmico'".⁶¹ Apesar de parecer irracionais e avessos a relações capitalistas, estes fazendeiros sempre conservaram estreitas ligações com o mercado.

Outros fazendeiros, com menores recursos, estiveram ameaçados com o desenvolvimento capitalista e tiveram sua condição de sobrevivência mais dificultada. Embora ostentassem sólida estrutura, baseada no trabalho familiar, no distanciamento do crédito, no apego à propriedade e na produção de parcela considerável de seu próprio consumo, estes fazendeiros foram "obrigados a viver no estreito limite entre a modernização parcial, a proletarização ou o trabalho duro, sem retornos compensatórios".⁶² Apesar das tentativas de modernizar algumas tarefas e processos produtivos não ficaram imunes a trabalhos temporários fora de sua propriedade. Com o avanço da modernização "a propriedade de 100 ha ou 200 ha não funciona como garantia absoluta de isenção de trabalhar para outros".⁶³ As velhas práticas agrícolas foram perdendo a importância e o significado tradicional - com a expansão das relações capitalistas - em função de baixa produtividade e débil competitividade. Evidente que a produção de subsistência permaneceu enquanto possibilidade para os pequenos fazendeiros; entretanto, a reprodução autônoma do mesmo - na função de agente produtivo - passou a exigir cada vez mais esforço produtivo. No caso de Goiás, grande parte dos fazendeiros encontrava-se em condições similares em 1985. De um lado, 60,0% dos estabelecimentos tinha o produtor diretamente na fazenda, à frente dos negócios e o número de propriedades gerenciadas por administradores era bastante pequeno. De outro, 45,0% dos estabelecimentos mediam, de acordo com o censo agropecuário, de 10 ha a 100 ha e 13,5% de 100 ha a 200 ha, compreendendo, no todo, 18,0% da área do estado. Neste sentido, a expansão capitalista no campo encontrou considerável número de pequenos e médios produtores na região, embora, em termos de área, as grandes propriedades continuassem abrangendo mais de dois terços do território recenseado em Goiás.

Em síntese, as inovações técnicas e o emprego de capital intensivo alteraram bruscamente as relações de trabalho em Goiás. No bojo das mudanças, a demanda por mão de obra no campo foi suprida predominantemente por volantes, pequenos produtores e empregados semi-qualificados. A proletarização tendeu à eliminação de

⁶¹ A discussão a respeito é de RIBEIRO, A. E. M., op. cit., p. 212 (grifos do autor).

⁶² Id. Ibid., p. 213.

⁶³ Id. Ibid., p. 213. A pesquisa do autor foi feita junto a fazendeiros em região do cerrado mineiro.

agregados e meeiros, reformulou as condições empregatícias de vaqueiros e retireiros e proporcionou o surgimento de novas categorias como tratoristas, bóias frias e diaristas. A partir da década de 1970 o mundo do trabalho no campo entrou em processo de rearticulação. O aprofundamento da diferenciação de classes, os novos moldes de acesso à terra, a deterioração de laços tradicionais de convivência e a proeminência de relações monetárias imprimiram nova face na organização sócio-econômica regional. O processo se deu de forma heterogênea em função dos diversos agentes produtores: as empresas agrícolas e agroindustriais constituíram relações de produção avançadas e puramente capitalistas enquanto os produtores menores tiveram que moldar-se à nova ordem dentro de limitadas possibilidades. As décadas de 1970 e 1980 constituíram o ápice desta transformação em Goiás e, ao mesmo tempo, período de transição para a nova ordem.

No processo de expansão capitalista, também os valores e a mentalidade foram se alterando profundamente no mundo rural. O tradicional convívio deu lugar a relações impessoais, contratuais e monetárias; as tradições culturais foram sendo abandonadas transformando-se em manifestações folclóricas urbanas; o “trabalhador rural vai ‘morrendo’ conforme o depoimento poético de um deles, ‘como uma planta que se ranca do chão’”.⁶⁴ As pessoas descaracterizam-se como pessoas do campo e o lugar rural descaracteriza-se como antigo e tradicional espaço sertanejo.

⁶⁴ Depoimento em pesquisa de VAZ, E., op. cit., p. 161.

2. Estrutura produtiva e urbanização

As transformações sócio-econômicas ocorridas em Goiás devem ser entendidas no contexto espacial do Centro-Oeste brasileiro, região que articulou-se, na condição de “fronteira do capital”, ao espaço hegemônico do capitalismo nacional tendo São Paulo como pólo dinâmico. Os estados do Centro-Oeste caracterizaram-se pelo fornecimento de produtos agropastoris, de modo especial cereais e carnes, para abastecimento da indústria de produtos alimentares e de núcleos urbanos de grande parte do país; ao mesmo tempo produzindo para exportação e contribuindo para melhoria no balanço de pagamentos. Por outro lado, na nova etapa da marcha para o oeste - a partir de 1970 - a região contribuiu para amenizar tensões demográficas oriundas de outros espaços brasileiros servindo de acomodação para seguidos fluxos migratórios além de via de penetração para ocupação do Norte brasileiro (tabela 42).

TABELA 42
Fluxos migratórios acumulados no Centro-Oeste

Fluxos	Até 1950	Até 1970	Até 1980	Até 1991	Até 1995
Entradas	344.281	1.221.133	1.723.510	2.359.384	2.653.938
Saídas	58.133	236.764	539.138	767.727	744.242

Fonte: CANO, W., *Desequilíbrios Regionais...*, op. cit., ate 1970 e CANO, W., *Concentração e Desconcentração...*, op. cit., ps. 44 e 45.
NB. Inclusive Tocantins.

No período 1980-1991 a média anual dos fluxos de saída do Centro-Oeste sofreu significativa redução; entre 1991-1995 se reduziu ainda mais indicando continuidade no potencial receptor na região. A maior desconcentração produtiva (em virtude da agroindústria) e o acelerado surto de urbanização “beneficiaram” a região em termos demográficos, tanto que as entradas acumuladas entre 1980 e 1995 “somaram 931 mil pessoas só ficando abaixo de São Paulo (1,9 milhões) e do NO (1 milhão)”.⁶⁵

Em termos de produção agrícola a Região Centro Oeste cresceu à frente da produção nacional na década de 1980, principalmente com referência ao milho e soja. Considerando que “a taxa geométrica de crescimento da produção de milho no país foi, em média, de 2,7% ao ano, entre 1980 e 1989, a taxa média de crescimento do produto na região Centro-Oeste foi de 9,41% ao ano no mesmo período”.⁶⁶ Também o

⁶⁵ CANO, W., *Concentração e Desconcentração...*, op. cit., p. 32.

⁶⁶ CASTRO, A.C.e FONSECA, M.G., op. cit., p. 03.

crescimento da soja foi mais expressivo na região que no conjunto do país ostentando ganhos de produtividade superiores; da mesma forma o milho do Centro-Oeste superou a média brasileira em termos de rendimento.

No setor industrial, o Centro-Oeste tornou-se palco de empresas líderes do “complexo agroindustrial” que ocuparam posições estratégicas na região. Para CASTRO e FONSECA o recente processo de ocupação econômica do Centro-Oeste teve três fases: a primeira consistiu no esforço de adaptação de espécies de soja no cerrado na década de 1970 em Goiás; na segunda ocorreu a expansão do plantio da soja e do milho para áreas mais distantes do Mato Grosso e cerrado baiano; na terceira - a partir de 1985 - a característica foi o deslocamento de grandes conglomerados industriais que transferiram fábricas de beneficiamento de grãos e abate de animais para o Centro-Oeste. Desde então, a consolidação de um “complexo grãos-carne” reorientou a produção agropecuária centro-oestina. Segundo as pesquisadoras, o deslocamento da produção de grãos para a região antecedeu ao da agroindústria; todavia, “o intenso ritmo de crescimento (da produção agropecuária), a partir de 1985, ocorreu de forma quase simultânea ao aumento da capacidade de implantação de infraestrutura agroindustrial.”⁶⁷

Assim, o processo de modernização em Goiás antecedeu aos demais estados do Centro-Oeste; neste contexto, o PIB goiano demonstrou ter peso considerável na região, tanto na agropecuária como no setor industrial e de serviços (tabela 43).

TABELA 43
PIB percentual por setor de atividade de Goiás, Centro-Oeste, Brasil

Unidade	Agropecuária			Indústria			Serviços		
	1970	1985	1995	1970	1985	1995	1970	1985	1995
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Centro Oeste	7,0	7,4	7,1	0,9	2,8	3,6	4,3	4,4	4,8
Goiás	3,9	3,5	3,2	0,4	1,2	1,8	1,6	2,2	2,3
(%) Goiás/CO	55,7	47,2	45,0	44,4	42,8	50,0	37,2	50,0	47,9
G0 + TO/CO	55,7	56,7	57,7	44,4	42,8	50,0	37,2	53,4	50,0

Fonte: Contas Nacionais FGV e dados do IPFA. NB. Sem o DF em todo o período.

O percentual goiano de participação nos serviços mostra que a urbanização se deu de maneira mais densa no estado, assim como também o papel de sua agropecuária e indústria foi significativo nesta última década. Observe-se que, com o Tocantins a

⁶⁷ Id. Ibid., p. 02.

agropecuária se sustenta com relação ao Centro-Oeste, a indústria não mostra alteração e o setor de serviços apresenta algum acréscimo em função da urbanização ao longo da Belém-Brasília..

A implantação da agroindústria em Goiás se deu em momento anterior com relação ao Centro-Oeste “quando os incentivos estaduais e a localização da capital federal constituíam fatores de atratividade de grande importância”.⁶⁸ No Mato Grosso, a agroindustrialização foi mais recente e liderada por empresas nacionais. Como novidade no setor - após a divisão federativa - despontou o Mato Grosso do Sul que tem demonstrado crescimento econômico acelerado nos últimos anos; este novo estado tem usufruído de melhor localização geográfica pela proximidade com os mercados de São Paulo, Paraná e Triângulo Mineiro. Além disto, o Mato Grosso do Sul comporta um dos maiores rebanhos bovinos de corte no país.

A evolução do Produto Interno Bruto regional evidencia o crescimento econômico dos estados do Centro-Oeste com destaque para Goiás e Mato Grosso do Sul (tabela 44).

TABELA 44
Participação percentual do PIB de GO, TO, MT, MS, DF, CO no total do Brasil

Unidade	1970	1975	1980	1985	1990	1995
Brasil	100	100	100	100	100	100
Centro Oeste	3,6	4,0	4,8	5,3	6,6	6,9
Goiás	1,6	1,5	1,7	1,9	2,2	2,2
Mato Grosso	1,1	0,8	1,1	0,8	1,1	1,0
Mato Grosso Sul	0,0	0,4	0,6	1,0	1,2	1,3
Distrito Federal	0,9	1,3	1,4	1,6	2,2	2,3
Tocantins	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2	0,2

Fonte: Contas Nacionais, FGV e dados do IPEA 1985-1995. NB. Tocantins passou a pertencer à Região Norte do país.

Deste modo, a região Centro-Oeste tem comprovado real crescimento econômico nas últimas décadas e Goiás, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul foram as unidades federativas que angariaram melhor participação relativa no processo.

Resta averiguar mais detidamente o quadro de Goiás em particular, dado que o estado sofreu considerável reestruturação no seu quadro demográfico, ritmo de urbanização, estrutura industrial, renda e emprego a partir de 1960 e a abordagem destas transformações constitui o eixo central desta etapa final do trabalho.

A principal característica no quadro demográfico recente de Goiás foi o rápido crescimento de sua população urbana e a progressiva redução do seu contingente rural.

⁶⁸ Id. Ibid., p. 09.

O fenômeno esteve condicionado pelos investimentos governamentais, principalmente a construção de Brasília que atraiu maciça imigração tanto para o Distrito Federal como para seu entorno. Até 1960, o território de Goiás constituía importante fração geopolítica no projeto da interiorização; a implantação e melhoria das rodovias no planalto central facilitou na região a produção de alimentos e, pela sua localização geográfica, exerceu importante papel como via de conquista da Amazônia. A partir da década de 1970 a região aprofundou sua condição de “periferia imediata” do núcleo dinâmico nacional servindo de base para integração do Norte do país. Em função do crescimento de Brasília, da expansão dos troncos rodoviários e do apoio governamental à modernização agrícola dos cerrados, a região - como um todo - teve seu número de habitantes multiplicado nas últimas décadas (tabela 45).

TABELA 45
População de Goiás, Distrito Federal e Tocantins

Unidade	1960	1970	1980	1991
Goiás	1.954.862	2.997.570	3.859.602	4.018.903
Distrito Federal	141.742	546.015	1.176.935	1.601.094
Tocantins				919.863

Fonte: Censos Demográficos. IBGE. NB. A população de Goiás até 1980 inclui o Tocantins.

O “antigo” território de Goiás descaracterizou-se politicamente sofrendo modificações com a implantação do Distrito Federal e, a partir de 1989, com sua divisão - na altura do paralelo 13 - em duas unidades federativas. Com o desmembramento a evolução da população de Goiás, Distrito Federal e Tocantins mostrou claramente que a maior densidade demográfica em 1991 esteve localizada no centro-sul da região.

Conforme visto anteriormente, nas décadas de 1940 e 1950 Goiás registrara altos índices de crescimento demográfico tanto urbano quanto rural. A partir de 1960, entretanto, a composição se modificou: embora a expansão tenha sido considerável em termos absolutos a relação urbano/rural foi se alterando com nítida redução da última. O divisor de águas aconteceu na década de 1970, momento em que as áreas urbanas do estado alcançaram supremacia quantitativa sobre a zona rural. Esta diminuição dos residentes no campo e aumento da população urbana constituiu traço fundamental na recente evolução demográfica goiana; em se tratando de um estado voltado para a agropecuária, a urbanização aconteceu a níveis superiores à média nacional (tabela 46). A urbanização em São Paulo, por exemplo, foi decorrente de seu movimento de

industrialização e em Goiás a mesma adveio sobretudo em decorrência do processo de modernização no campo.

TABELA 46
Taxa média geométrica anual da população residente

Unidade	1960/1970			1970/1980			1980/1991		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Goiás	4,38	7,96	2,43	2,76	6,86	1,53	2,33	4,01	(-) 2,45
Brasil	2,89	5,22	0,57	2,48	4,44	0,62	1,93	2,97	(-) 0,67

Fonte: Censos Demográficos IBGE. NB. Inclusive Tocantins.

O êxodo rural em Goiás foi espantoso na década de 1980, mesmo com relação ao fenômeno a nível nacional e a sua urbanização, embora em ritmo mais acelerado, refletiu tendência constatada no país. A redistribuição urbano/rural foi mais intensa no estado em função da adoção de formas capitalistas de produção na agricultura, da valorização das terras, da apropriação fundiária especulativa e ainda tendo em vista a legislação que delegou direitos trabalhistas aos antigos colonos levando fazendeiros a preferir “expulsá-los” do que obedecer às normas legais.⁶⁹ A área norte (Tocantins) manteve certa estabilização da população rural no período evidenciando maior aglomeração urbana somente em núcleos distribuídos ao longo da Belém-Brasília. No território de Goiás a relação população urbana/população total atingiu 80,8% em 1991 enquanto que no Tocantins foi de 57,6%. Apesar do seu alto ritmo de urbanização, a participação goiana no total da população urbana brasileira continuou a níveis moderados; apenas no seu contingente rural sofreu diminuição mais intensa com relação ao fenômeno no Brasil (tabela 47).

TABELA 47
Participação percentual da população goiana no contingente nacional

Unidade	1960		1970		1980		1991	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Brasil	100	100	100	100	100	100	100	100
Goiás	1,84	3,45	2,38	4,14	2,99	3,78	2,93	2,15

Fonte: Censos Demográficos IBGE. NB. Inclusive Tocantins.

A concentração urbana mais relevante em Goiás esteve localizada em três espaços geográficos do centro-sul: no âmbito da zona do Mato Grosso Goiano (Goiânia e Anápolis), no entorno do Distrito Federal (Luziânia e Formosa) e na área sudoeste (Rio Verde, Itumbiara e Jataí).

⁶⁹ Lei Fernando Ferrari (1962).

Desde sua implantação, o Distrito Federal promoveu crescimento e surgimento de novos núcleos populacionais no seu entorno provocando maior adensamento urbano na área limítrofe de Goiás. Brasília havia sido planejada para acomodar 500.000 habitantes mas em 1991 já sustentava o triplo do previsto levando em conta as cidades-satélites do Distrito Federal. No território goiano, os efeitos da explosão da capital federal foi considerável principalmente em Luziânia (“cidade-dormitório”) e Formosa. A expansão de Brasília foi rápida e suplantou o próprio crescimento de Goiânia que foi tido como vertiginoso no período (tabela 48).

TABELA 48
Evolução da população de Goiânia e Brasília

Unidade	1960	1970	1980	1991
Goiânia	151.013	380.773	717.526	922.222
Brasília	139.796	537.492	1.176.935	1.601.094

Fonte: Censos Demográficos IBGE.

As duas capitais haviam sido criadas primordialmente para exercer o papel de “cidades administrativas”. Todavia, a explosão urbana de ambas originou a necessidade de diversificação das atividades econômicas para acomodação e sustento da crescente população. O Censo de 1991 mostrou que o alargamento urbano de ambas extrapolou o planejamento original: enquanto Brasília espalhou-se por cidades-satélites, Goiânia expandiu seu espaço incorporando municípios vizinhos como Aparecida e Trindade; em 1991 o primeiro atingiu 178.483 habitantes e o segundo 54.072, estando ambos inseridos no âmbito urbano da “Grande Goiânia”. No todo, a microrregião de Goiânia abrigava 1.270.245 moradores, em 1991, constituindo respeitável adensamento no interior do planalto central brasileiro. Em área próxima - distanciado apenas 50 km - a cidade de Anápolis alcançou 239.378 habitantes na sua abrangência municipal. Na área sudoeste do estado esteve concentrado o terceiro conglomerado urbano representado pelas cidades de Rio Verde, Itumbiara e Jataí; aquela zona, além de desfrutar de posição privilegiada de proximidade com o Triângulo Mineiro e sediar algumas destilarias, empresas agroindustriais e frigoríficos, conectou-se com a BR-364 (que se estende até a fronteira com o Peru) e com a BR-060 que se encaminha de Goiânia no sentido meridional atingindo Campo Grande e Coxim no Mato Grosso do Sul.

Deste modo, os principais adensamentos urbanos estiveram localizados respectivamente em três áreas do centro-sul goiano: na zona Mato Grosso de Goiás, no entorno de Brasília e na zona sudoeste do estado.

No Tocantins, que teve quadro urbano diverso, o destaque esteve com Araguaína que alcançou - em termos de microrregião - 187.084 moradores em 1991. Situada no eixo da Belém-Brasília a cidade localizou-se exatamente no limite entre as áreas de cerrado - a leste da rodovia - e as matas de transição para a floresta amazônica que se estendem até as margens do rio Araguaia. O núcleo urbano de Araguaína historicamente surgiu no papel de pequeno entreposto comercial entre o sul do Maranhão e Belém do Pará. Com a abertura da Belém-Brasília, Araguaína valeu-se da rodovia para interligar-se com o centro-sul goiano e, sob a nova influência comercial principalmente de Anápolis inaugurou área própria de mercantilização na região setentrional, quebrou a hegemonia de Belém no extremo norte e passou a ter mais força no comércio do sul do Pará e Maranhão. A cidade recebeu seguidas correntes migratórias na década de 1980 em função da abertura de novas terras para empreendimentos agropecuários e pelo fato de servir de núcleo de compra e venda de terras naquela fração setentrional; tais negociações e os variados serviços comerciais foram decisivos para o adensamento urbano de Araguaína e abrangência. A recente construção de Palmas objetivou canalizar diversas modalidades de investimento para a nova capital tocantinense, mas Araguaína conservou sua condição de importante entreposto comercial no extremo norte daquele estado.

Em síntese, o crescimento demográfico recente em Goiás caracterizou-se por um processo de intensa urbanização e ostentou acelerada redução do contingente rural. Os maiores adensamentos estiveram no centro-sul do estado em função principalmente das influências de Goiânia-Anápolis, no entorno do Distrito Federal e, em menor monta, na zona do sudoeste goiano. Evidentemente esta explosão urbana exigiu diversificação das atividades econômicas para acomodação e sustento dos fluxos migratórios.

O grau de urbanização refletiu na composição de renda interna do estado de Goiás. A agricultura perdeu peso a partir de 1960 e o setor industrial e o de serviços aumentaram sua participação relativa (tabela 49).

TABELA 49
Goiás: Composição percentual da renda interna

Ano	Agricultura	Indústria	Serviços						
			Total	Comércio	Inst. Financeiras	Transportes	Governo	Aluguéis	Outros
1959	49,5	7,3	43,2	14,4	2,1	4,1	3,8	7,8	11,0
1970	28,0	9,0	63,0	17,5	7,7	5,3	8,6	11,2	12,6
1980	27,9	21,7	50,3	13,4	6,0	4,8	5,8	7,8	12,5
1985	20,2	26,0	53,8	11,6	13,2	3,7	5,5	3,6	16,2
1990	16,0	29,2	54,8	8,5	6,6	4,7	12,4	6,5	16,1
1995	16,2	25,4	58,4	6,9	7,0	4,6	9,2	9,3	21,4

Fonte: Centro de Contas Nacionais/Centro de Estudos Fiscais DCS/IBRE/FGV e dados do IPEA. NB.Exclusive Tocantins a partir de 1985.

O quadro reflete, em linhas gerais, o processo de urbanização no estado assim como o papel desempenhado pela indústria, agricultura e serviços na estrutura da renda interna. Alguns tópicos merecem considerações específicas: na década de 1970 a Indústria dá um salto na sua participação minimizando a fatia do setor de Serviços na composição da renda refletindo o início da proliferação das agroindústrias no território goiano.⁷⁰ Por sua vez, a participação das Instituições Financeiras mostrou movimento atípico em 1985 espelhando o processo inflacionário do período. Todavia, a participação do Governo em 1990 - que cresceu abruptamente - merece pesquisa particular levando em conta algumas peculiaridades regionais e nacionais, por exemplo, a Constituição 1988 que delegou maiores recursos aos estados e municípios e principalmente ao processo de transferência de órgãos públicos para o recém criado estado do Tocantins que se deu vagarosamente depois de acirradas discussões que fogem ao escopo deste trabalho.

O ponto de ruptura de um Goiás “velho” para um Goiás “moderno” deu-se na década de 1970 quando a indústria auferiu frações significativas da renda interna e o setor de serviços sustentou sua participação em função da acelerada urbanização regional. Tal fato pode ser também comprovado através da estrutura de ocupação e emprego da população ao longo destas últimas décadas. Em 1970, 60,4% da PEA em Goiás ainda estava voltada para a agricultura (pecuária, silvicultura, extração vegetal, caça e pesca); nas atividades industriais (transformação e construção) estava o

⁷⁰ Em 1991, na pesquisa de CASTRO, A.C. e FONSECA, M.G., as principais agroindústrias de capital internacional em Goiás eram: Cargill Agrícola S/A, S/A Frigorífico Anglo, Nestlé Industrial e Comercial Ltda., Indústria Gessy Lever, Polenghi Ind. Bras. Prod. Alim., Pionner Sementes Ltda, Parmalat Ind. e Com. Ltda e Refinadora de Óleos Brasil S/A. De capital nacional eram: Ceval Alimentos S/A, SPAM S/A, Cutrale Quintela Com. e Exp. Ltda, Comércio e Ind. de Carnes Floresta, Olma S/A Óleos Vegetais, Frigorífico Quirinópolis Ltda, Sementes Agrocere S/A, Granol Ind. Com. Exp. Ltda, Companhia Comove de Óleos Vegetais, Caramuru Óleos Vegetais, Caramuru Alimentos de Milho S/A e Frigorífico Kaiowa. As empresas regionais eram: Arisco Produtos Alimentícios, Frigorífico Planalto Ltda, Moinho Goiás S/A, Cia Goiana de Laticínios, Planalto S/A Ind. de Alimentos e Maeda S/A Ind. e Comércio.

correspondente a 8,9% e nos serviços 11,5% da PEA. Em 1980, apenas 39,2% da população economicamente ativa estava no setor agrícola, 16,5% no industrial e 18,6% na prestação de serviços; a partir de então, a estrutura de ocupação foi se alterando gradualmente - na década - em detrimento do setor agrícola e em favor do setor industrial e de serviços (tabela 50).

TABELA 50
Goiás: Ocupação da PEA segundo contribuição para a previdência

Ramo de atividade	1981	%	1983	%	1985	%	1988	%	1990	%
Agrícola	509.387	34,8	496.064	31,4	508.535	29,5	533.265	26,8	540.681	25,4
Indústria	237.481	16,2	276.499	17,9	307.058	17,8	361.285	18,3	367.134	17,4
Com. Mercadorias	159.367	10,9	182.064	10,5	193.124	11,2	251.657	12,6	285.219	13,4
Serviços	300.689	20,5	339.819	21,6	377.485	21,9	448.498	22,5	487.508	22,9
Transp. Comun.	52.120	3,6	54.255	3,4	60.430	3,5	70.473	3,5	75.561	3,5
Social	106.460	7,5	131.422	8,5	146.971	8,5	186.618	9,5	205.656	9,7
Adm. Pública	56.236	3,8	61.008	3,9	76.995	4,6	88.201	4,4	115.694	5,4
Outras atividades	40.407	2,7	43.900	2,8	53.339	3,0	48.686	2,4	48.157	2,3
TOTAL	1.461.466	100	1.585.031	100	1.722.910	100	1.988.683	100	2.125.610	100

Fonte: IBGE, PNADs. NB. Indústria inclui transformação, construção e outras atividades industriais. NB. Inclusive Tocantins.

As atividades agrícolas, conforme visto, têm perdido peso na composição da renda interna em Goiás. Da mesma forma, as pessoas ocupadas no setor têm diminuído em termos relativos; mesmo assim, um quarto da PEA goiana/tocantinense continuava voltada para atividades primárias em 1990. No setor de serviços, as pessoas ocupadas aumentaram significativamente a partir da década de 1980 - devido ao ritmo de urbanização - enquanto a indústria manteve-se, com alterações menores, no nível habitual de emprego alcançado.

As transformações radicais pelas quais passou a agricultura goiana, resultantes do processo de modernização produtiva regional, fizeram com que a produção agrícola exercesse papel preponderante na geração de excedentes destinados a mercados locais, nacionais e externos. Os centros de distribuição e negociação dos produtos agropecuários localizaram-se na rede urbana; foram implantadas agroindústrias de transformação alimentar notadamente na periferia dos centros maiores e evidentemente uma nova composição na estrutura produtiva foi se consolidando na região.

O setor industrial em Goiás foi modesto principalmente com relação ao Sudeste do país. A partir da década de 1950, conforme visto, Goiânia e Anápolis despontaram no beneficiamento de cereais e, no setor comercial, distribuindo produtos manufaturados, liderando ambas atividades no âmbito estadual.

A indústria extrativa mineral representou participação em torno de 12,0% do Valor da Transformação Industrial de 1960 a 1985. O destaque ficou por conta do níquel e do nióbio. Em anos recentes, a produção de níquel em Goiás chegou a

representar cerca de 80,0% do montante nacional e a de nióbio em torno de 45,0% do mesmo, embora o volume extraído desses minérios seja modesto no país.⁷¹

Com a industrialização da agricultura e a expansão da fronteira agrícola aprofundou-se a especialização de Goiás na transformação de produtos alimentares. No quadro de sua estrutura produtiva o ramo de Produtos Alimentares foi responsável pela maior parcela no Valor da Transformação Industrial, sendo acompanhado - em segundo lugar - pela transformação de Minerais Não-Metálicos (tabela 51).

TABELA 51
Goiás: Evolução percentual da estrutura produtiva da indústria de transformação

Gênero	1960	1970	1975	1980	1985
Minerais Não-Metálicos	22,7	17,8	21,8	26,9	19,8
Metalurgia	2,1	2,8	3,0	5,2	10,8
Mat. Elétrico e Comunicações	0,0	0,8	0,9	2,2	1,8
Material de Transporte	0,7	0,7	1,5	1,6	1,5
Madeira	16,6	4,5	4,8	4,0	1,4
Mobiliário	2,1	2,2	1,7	1,6	1,2
Papel e Papelão	-	0,0	0,8	0,8	0,4
Borracha	3,4	1,1	0,7	0,7	0,6
Couros e Peles	0,8	0,7	0,8	0,4	0,8
Química	3,3	1,6	3,9	1,6	10,9
Produtos Farmacêuticos	0,0	0,3	0,7	0,9	(x)
Produtos de Perfumaria	0,3	0,3	0,0	0,0	0,1
Prod. Materias Plásticas	-	0,0	0,4	0,7	0,5
Têxtil	0,0	0,0	3,0	3,5	2,9
Vestuario e Calçados	3,3	2,6	1,6	2,6	3,0
Produtos Alimentares	39,6	57,4	41,4	37,8	37,2
Bebidas	3,4	2,5	6,0	2,9	3,3
Fumo	-	-	-	-	(x)
Editorial e Gráfica	1,4	3,1	4,3	3,8	1,8
Mecânica	0,0	1,6	2,6	2,8	1,7
Diversas	0,3	0,0	0,1	0,0	0,3

Fonte: Censos Industriais IBGE. NB. Cálculos sobre Valor da Transformação Industrial. (-) dados inexistentes (x) dados sigilosos (0,0) dados inexpressivos.

A indústria de produtos alimentares consolidou sua maior participação na estrutura produtiva goiana e até mesmo diante da região Centro-Oeste do país. Goiás reteve geração de considerável valor na transformação industrial representando 56,2% da indústria alimentar no Centro-Oeste brasileiro em 1985.

Evidente que o Censo Industrial de 1985 deve ser tomado apenas como etapa uma vez que a realidade econômica de Goiás encontrava-se em franca transformação. Porém, na ausência de novas bases estatísticas, algumas considerações podem ser feitas com respeito à evolução da estrutura industrial goiana no período. Em primeiro lugar, a transformação de Minerais Não-Metálicos manteve sua participação quase inalterada no período assegurando lugar privilegiado na estrutura industrial; neste caso, o destaque esteve com a fabricação de telhas, cimento, tijolos, lajotas e lapidação de pedras semi-preciosas. Em segundo lugar, observe-se que a Química ostentou brusca

⁷¹ De acordo com Anuários Estatísticos do Brasil, em 1990 Goiás produziu 41,9% do nióbio e 82,7% do níquel no país; em 1991, 46,9% do nióbio e 86,5% do níquel e, em 1992, 48,6% do nióbio e 86,3% do níquel.

elevação participativa no censo de 1985 evidenciando o peso significativo das destilarias de álcool implantadas em Goiás; ainda, no setor, o peso da fabricação de asfalto e óleos vegetais foi significativo. O setor madeireiro teve notável queda em função da devastação e exaustão de matas no território. O ramo metalúrgico, por sua vez, merece pesquisa específica para averiguação do salto de crescimento em 1985; como o Censo Industrial de 1985 não “abriu” o leque especificado na produção dos segmentos, o aumento considerável da Metalúrgica não pôde ser averiguado na sua concreta particularidade; em todo caso, em 1980 observou-se que a serralheria, fabricação de estruturas metálicas e laminados teve nítido crescimento com relação a 1975. De qualquer maneira, foi patente a concentração do estado de Goiás no ramo de Produtos Alimentares, somente acompanhada por algumas alterações nos segmentos voltados para a produção de Minerais Não-Metálicos, Química e Metalúrgica. No todo, em 1985, estes segmentos foram responsáveis pela maior parcela do Valor de sua Transformação Industrial.

Importa fundamentalmente que, a ampliação do leque de empresas industriais ligadas ao ramo de produtos alimentares aumentou o emprego no setor. Na década de 1980, dentro da produção alimentar de Goiás, as atividades de Beneficiamento de Cereais e Produtos Afins foram responsáveis por metade dos empregos do segmento; as atividades de Abate de Animais em matadouros, charqueadas e frigoríficos asseguraram 20,0% do emprego e as de Resfriamento do Leite e Fabricação de Laticínios ocupou também 20,0% da mão de obra. Pesquisa mais recente apontou que, do valor do ICMS gerado em 1991 na agroindústria de Goiás 22,9% adveio dos frigoríficos, 22,5% dos laticínios e 26,8% dos derivados de soja confirmando priorização nestas atividades agroindustriais.⁷²

Em termos de participação relativa na indústria nacional de produtos alimentares, o ramo em Goiás demonstrou expansão na década de 1980 (tabela 52).

TABELA 52
Goiás: Participação percentual na indústria nacional de produtos alimentares

Ano	1959	1970	1975	1980	1985
% Goiás/Brasil	1,40	1,73	1,95	2,26	2,27

Fonte: Censos Industriais, IBGE.

⁷² Pesquisa de CASTRO, A.C., e FONSECA, M.G., op. cit., p. 206.

No aspecto da concentração econômica espacial Goiânia-Anápolis continuou preponderante em atividades agroindustriais; historicamente este eixo tem sediado as atividades econômicas de maior vulto no estado. Até 1950 Anápolis desempenhara papel hegemônico - em virtude do transporte ferroviário - no beneficiamento e comércio de cereais; a partir de então Goiânia despontou valendo-se do transporte rodoviário e consolidou forte intercâmbio de mercadorias diretamente com o Sudeste do país. Com o adensamento de sua urbanização, a partir dos anos 1960, Goiânia passou gradualmente a sediar composição industrial mais diversificada apesar de reter maior peso na transformação alimentar. Com a criação do DAIA (Distrito Agroindustrial de Anápolis) a situação tendeu a ser alterada; o Distrito contava em 1985 com 22 estabelecimentos de transformação para diversos gêneros industriais sediando empresas de fertilizantes, sulfatos, cervejas, cerâmicas e de lapidação de pedras. No Valor da Transformação Industrial de Goiás, na década de 1980, 19,6% do total gerado adveio de Anápolis e 26,9% de Goiânia; na composição interna das duas cidades Anápolis reteve 35,2% de seu VTI na transformação de produtos alimentares e 34,7% na de minerais não metálicos, enquanto Goiânia gerou 34,1% e 15,7% respectivamente. As duas gerando, sem dúvida, a maioria absoluta da produção industrial na região.

Apesar da importância de Anápolis em alguns setores, o papel de Goiânia foi de longe o mais preponderante: a capital do estado tornou-se o centro de maior hierarquia a nível regional. Pesquisa do IBGE na década de 1980 já apontava sua larga influência que se estendia pelo leste de Mato Grosso e pelo planalto ocidental da Bahia.⁷³ No estado, a capital goiana manteve “influência urbana por cerca de 920.940 km²” em área possuidora de uma população que ultrapassava a três milhões de habitantes. Nesta ampla superfície Goiânia destacou-se tanto em termos comerciais de varejo comum como na oferta de serviços médico-hospitalares e educacionais. De acordo com a pesquisa, estiveram sob influência específica de Goiânia os municípios estaduais circunvizinhos, além de alguns do Mato Grosso, Bahia e Tocantins.

Na mesma enquête Brasília também figurou como mantenedora de ampla área de influência extra-regional alcançando Barreiras (BA), Unai (MG), Paracatu (MG) e João Pinheiro (MG). Não poderia ser diferente pois Brasília é uma cidade de projeção nacional e mesmo internacional; o fato de ser o centro do poder de decisão do país a

⁷³ Pesquisa do IBGE publicada em *Geografia do Brasil*, Vol. I, Região Centro-Oeste., op. cit., p. 213.

coloca em posição ímpar no quadro regional. A cidade é possuidora de uma fisionomia diferenciada dos demais centros urbanos do Centro-Oeste, com um setor de serviços sofisticado (hotéis, restaurantes, *shoppings*) equiparável qualitativamente ao de São Paulo. Evidente que o Plano Piloto é o que apresenta estrutura mais organizada centralizando atividades terciárias mais nobres, além do que esta área é de maior dimensão espacial e ao mesmo tempo de menor densidade demográfica. Entretanto, a Grande Brasília é formada por oito cidades-satélites: Guará, Núcleo Bandeirante, Gama, Taguatinga, Ceilândia, Brasília, Sobradinho e Planaltina.

Ao lado do desempenho terciário, o Distrito Federal tornou-se um espaço diversificado de atividades produtivas industriais e agropecuárias embora regionalmente modestas. A composição de sua renda interna, em 1995, mostrou que apenas 0,5% foi gerado pela agropecuária, 6,6% pelas atividades industriais e 92,9% pelo setor de serviços, comprovando o papel fundamental deste último no seu produto interno bruto. Com tais características, Brasília encontra-se quase que desvinculada do ambiente do Centro-Oeste brasileiro mas representou, de fato, mercado substancial para a região goiana: em 1991, como rendimento médio, o empregado do Distrito Federal auferia 6,77 salários mínimos enquanto o de Goiás 3,03, o de São Paulo 5,25 e o do Centro-Oeste como um todo 3,72. Sem dúvida, o eixo Goiânia-Anápolis deve grande parte de seu crescimento e sustentação econômica à proximidade com a capital federal.

Em síntese, Goiás esteve integrado ao espaço mais amplo de transformações ocorridas na “fronteira” do Centro-Oeste brasileiro. O estado ganhou dianteira no processo e ocupou posição de destaque com relação ao PIB da Região. A partir de 1970 foi *locus* de intensa urbanização influenciada principalmente pelo Distrito Federal e pela consolidação econômica do eixo Goiânia-Anápolis. Na composição de sua renda interna o setor agroindustrial reteve parcela considerável voltando-se primordialmente para a transformação de alimentos e o setor agropecuário perdeu participação relativa em decorrência da multiplicação das atividades terciárias. Com estes caracteres, Goiás consolidou seu perfil na divisão inter-regional do trabalho.

Conclusões

O intuito fundamental do trabalho foi examinar a conformação estrutural de Goiás em sua dinâmica sócio-econômica. Calçado em parâmetros como tempo, espaço e quadro institucional averiguou-se que o longo processo esteve atado a algumas condicionantes básicas: à influência irradiada pelo centro dinâmico paulista, às políticas governamentais e a particularidades inerentes à sua própria organização sócio-econômica. Todavia, ao longo do texto restaram lacunas, questionamentos e hipóteses que exigem pesquisas específicas e estudos que serão retomados através do centro de pesquisas do Departamento de Economia da UCG.

Não obstante, o resultado das reflexões mais gerais pode ser alinhado no terreno de conclusões. Na primeira parte do trabalho constatou-se que a economia aurífera em Goiás, no século XVIII, apresentou especificidades: devido ao povoamento heterogêneo, dispersão das jazidas e maior distanciamento dos centros litorâneos as atividades mercantis foram tênues no território e o minerador esteve voltado, desde os primórdios, para exploração da agropecuária como modalidade de sustentação. Apesar da quebra de rendimento das minas de ouro, a população foi aumentando em Goiás e o fluxo migratório ao longo do século XIX engendrou certa reacomodação na agropecuária regional propiciando a consolidação da fazenda de gado enquanto unidade básica de ocupação. A fazenda goiana diferenciou-se na sua organização sócio-produtiva pois a agricultura de subsistência esteve fortemente vinculada à pecuária extensiva na região.

No final do século XIX a expansão da cafeicultura paulista irradiou germes de transformação no Triângulo Mineiro e no sul de Goiás; os trilhos da Mogiana proporcionaram estreitamento da articulação inter-regional com São Paulo convertendo o Triângulo em relevante entreposto mercantil. A estrada de ferro no território goiano incrementou certa urbanização e influenciou a produção agrícola comercial embora não dissolvesse as antigas relações de trabalho e convivência no campo.

Até o início dos anos trinta Goiás continuou a ostentar um ritmo de tempo próprio e particular na dinâmica do desenvolvimento econômico brasileiro mantendo-se apoiado na sua peculiar organização rural. A região esteve espacialmente em terceiro plano com relação ao dinamismo irradiado pela cafeicultura paulista: atrás do Triângulo Mineiro - grande produtor agropecuário - e da própria região paulista, diversificada na sua produção e com notável exploração agropecuária.

Neste primeiro momento, a vida sócio-econômica regional esteve voltada para a pecuária extensiva-agricultura de subsistência no seio dos “velhos currais”. Agricultura e pecuária no interior da fazenda goiana não constituíram segmentos produtivos passíveis de ser analisados ou vistos separadamente. A organização rural, que surgiu e se consolidou em Goiás no século XIX, baseou-se em um único processo de trabalho: pecuária extensiva-agricultura de subsistência. A preocupação dominante era a criação de gado - regularmente vendido a invernistas de outros estados - e a agricultura, de forma subsidiária, esteve voltada principalmente para o auto-consumo embora com parcelas de excedente colocados em mercados próximos ou locais. As fazendas eram habitadas pelos proprietários e por grande número de famílias agregadas que constituíam parte essencial do estabelecimento. No mundo rural de Goiás as pessoas “moravam onde queriam” e, às vezes, nem se sabia quem era o dono da terra. Nesta unidade básica - fazenda de gado - o fazendeiro juntamente com aqueles que cultivavam a terra criaram formas recíprocas de intercâmbio e convivência.

Na segunda parte do trabalho evidenciou-se que Goiás foi aprofundando sua articulação com São Paulo. A crise de 1929 afetou temporariamente a economia goiana e a Revolução de 1930 viabilizou a construção de uma nova capital favorecendo notável fluxo de investimentos para o centro-sul do estado. No contexto da marcha para o oeste a imigração para Goiás foi relevante, demonstrou diferenças com relação ao mesmo fenômeno no Paraná e o projeto da colonização federal no interior deixou marcas na estrutura local. O aparato do governo foi eficiente na dotação de infra-estruturas e a implantação de Brasília constituiu o ápice do processo.

Na integração do mercado nacional, comandada por São Paulo, Goiás encontrou novas condições de articulação com a emergência de centros urbanos comerciais no eixo Goiânia-Anápolis que minimizaram a tradicional influência do Triângulo Mineiro no estado. Assim, o período de 1930 a 1960 esteve caracterizado por modificações relevantes na ordem estrutural de Goiás. A edificação de Goiânia e a localização estratégica de Anápolis intensificaram a exploração e a ocupação do centro-sul; a imigração no pós-guerra avançou sobre parte do médio norte e a abertura da Belém-Brasília rearticulou o quadro dos núcleos urbanos no norte facilitando sua integração aos centros comerciais goianos; a construção da capital federal acarretou a abertura de estradas e novas frentes de imigração para o planalto central facilitando a efetiva integração da região ao comércio nacional.

Neste período, com a chegada da ferrovia, abertura de estradas, construção de Goiânia e acirramento das imigrações apareceram significativas modificações na ordem sócio-econômica regional. No movimento de integração do mercado nacional os hábitos foram transformados e a produção agrícola canalizada diretamente para os mercados via intermediários. O fenômeno teve origem com as levas de imigrantes que adquiriram glebas no centro-sul do estado e o uso da terra em Goiás sofreu redefinição: o antigo sistema de agregamento no cultivo foi se modificando e a lida com a terra - notadamente no centro-sul do estado - começou a ser balizada em função de relações impessoais de mercado.

Na terceira parte do trabalho averiguou-se que o aparato institucional do governo, ao promover industrialização da agricultura, transformou a estrutura sócio-econômica regional. A modernização em Goiás foi de caráter parcial concentrando-se em poucos produtos, em selecionados produtores e esteve geograficamente localizada no centro-sul do estado. O êxodo rural foi notável e, em decorrência, houve acelerado incremento populacional em áreas urbanas; o “esvaziamento” do campo, a dissolução da fazenda tradicional e a concomitante especulação de terras provocou o “fechamento” da fronteira.

Goiás passou a contar com algumas grandes cidades e o seu tempo de transformação entrou em sincronia com o processo nacional. As alterações recentes na ordem econômica do estado foram notáveis; condicionadas pelos programas governamentais implementados, as “velhas forças” produtivas da agricultura foram sendo substituídas por “novas forças” do tipo industrial; o espírito de inovação, o elevado capital técnico por trabalhador, a produção em massa e a alta produtividade passaram a caracterizar grande parte das atividades produtivas na região. Goiás especializou sua atividade industrial na transformação de alguns alimentos e foi palco de acelerada urbanização no período.

Neste último momento abordado, a penetração de maquinário e demais investimentos tecnológicos no campo transformaram o ambiente sócio-econômico regional. Os fazendeiros em geral não necessitam e não desejam mais tanta gente trabalhando nas fazendas. Neste contexto, o fluxo migratório rural-urbano foi notável; as famílias deixaram as fazendas mas permaneceram - em cidades próximas - na condição de trabalhadores rurais temporários; o número de agregados de fazendas foi reduzido drasticamente assim como o de lavradores sem terra que cultivavam em pequenas glebas alheias; antigos meeiros viraram diaristas, da mesma forma que

reduzido drasticamente assim como o de lavradores sem terra que cultivavam em pequenas glebas alheias; antigos meeiros viraram diaristas, da mesma forma que pequenos proprietários passaram a fornecer trabalho acessório em propriedades alheias tornando-se sazonalmente assalariados. A exploração agrícola moderna exigiu certo montante de capitais para o cultivo e, mesmo com relação ao gado, a sua criação intensiva somente tornou-se economicamente viável para quem obtivesse recursos: a maioria dos rebanhos passaram a ser criados em cercados e os vaqueiros a receber pagamento em dinheiro. As relações de trabalho no campo tornaram-se monetizadas e contratuais.

Algumas questões importantes como o comércio regional recente - impulsionado pelos "corredores de exportação" - assim como a "guerra fiscal" entre unidades federativas não foram abordadas por se tratar de assuntos que merecem estudos específicos e acurados. Trata-se de problemáticas que influenciaram o papel de Goiás na divisão inter-regional do trabalho. No entanto, por ora, esta tentativa de aproximação da formação econômica de Goiás objetivou desvendar melhor o passado regional para que, enquanto ponto de partida para outros estudos, possamos, pouco a pouco, dele nos libertarmos. A apreensão correta de um novo caminho só pode ser feita depois de conhecida a estrada anteriormente trilhada.

Referências Bibliográficas

- ALENCAR, M.A.G., *Estrutura fundiária em Goiás*, Série Teses Universitárias, n. 2, Goiânia, Ed. UCG, 1993
- AMERICANO DO BRASIL, A., *Pela História de Goiás*, Col. Doc. Goianos, n. 6., Goiânia, Ed. UFG, 1980
- AMORIM, W.M., *O amarelo da soja invade o cerrado*, Diss. Mestrado, Goiânia, UFG, 1996
- ANTONIL, A.J., *Cultura e Opulência do Brasil*, Col. Estudos Brasileiros, Salvador, Liv. Progresso, 1955
- AVELINO DE ARAÚJO, E., *Fronteira Agrícola e Formação de Centros comerciais Urbanos em Goiás (1930-1955)*, Diss. Mestrado, Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFGM, 1980
- BAIOCHI, M., *Negros de Cedro - estudo antropológico de um bairro rural de negros em Goiás*, Col. Ensaios, n. 97., São Paulo, Ed. Ática, 1983
- BARAT, J., *A evolução dos transportes no Brasil*, Rio de Janeiro, IPES/IBGE, 1978
- BERTRAN, P., *Formação Econômica de Goiás*, Goiânia, Oriente, 1978
- _____, *Uma Introdução à História Econômica do Centro Oeste do Brasil*, Brasília, Cedeplan/UCG, 1988
- _____, *História da Terra e do Homem no Planalto Central*, Brasília, Solo Editores, 1994
- BENVINDO, F.M., *Acumulação Capitalista e Urbanização em Goiás*, Diss. Mestrado, UNB, Brasília, 1984
- BORGES, B.G., *O despertar dos dormentes - estudo sobre a Estrada de Ferro de Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1909-1922*, Goiânia, CEGRAF/UFG, 1990
- _____, *Goiás: 'Modernização' e Crise (1920-1960)*, Tese Doutorado, São Paulo, USP, 1994

BRANDÃO, C.A., *Triângulo: Capital Comercial, Geopolítica e Agroindústria*, Diss. Mestrado, Belo Horizonte, UFMG, 1989

BRANDÃO, C.R., *Peões, Pretos e Congos: trabalho e identidade étnica em Goiás*, Brasília, Ed. UNB., 1977

BRANDÃO, C.R. e RAMALHO, J.R., *Campesinato Goiano*, Col. Doc. Goianos, n. 16, Goiânia, Ed. UFG, 1986

BRAUDEL, F., *A dinâmica do capitalismo*, 2a. ed., Lisboa, Editorial Teorema, 1986

BUARQUE DE HOLANDA, S., *Raízes do Brasil*, 13a. ed., Rio de Janeiro, José olympio, 1979

CAMPOS, F.I., *Coronelismo em Goiás*, Goiânia, UFG, 1983

_____, *Questão Agrária: bases sociais da política goiana (1930-1964)*, Tese Doutorado, São Paulo, USP, 1985

CANO, W., *Raízes da concentração industrial em São Paulo*, 3a. ed., Série Estudos Históricos, n. 17, São Paulo, Hucitec, 1990.

_____, *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil (1930-1970)*, Campinas, Global Editora, 1985.

_____, *Economia do ouro em Minas Gerais (sec. XVIII)* publicada in Contexto n.3., São Paulo, 1977

_____, *Economia Escravista em Minas Gerais*, Campinas, Cadernos IFCH -UNICAMP, n. 10, 1983

_____, *Questão regional e urbanização no desenvolvimento econômico brasileiro pós-1930.*, Anais ABEP, v. 2, Olinda, 1988

CANDIDO, A.O., *Os parceiros do rio bonito*, 5a. ed., São Paulo, Duas Cidades, 1979

CAPISTRANO DE ABREU, J., *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, Rio de Janeiro, Sociedade "Capistrano de Abreu", 1960

CARDOSO DE MELLO, J.M., *O capitalismo tardio*, São Paulo, Brasiliense, 1982

- CASTRO, A. C. e FONSECA, M. de G.D., *A dinâmica agroindustrial do Centro-Oeste*, Série IPEA, n. 148, Brasília, IPEA, 1995
- CHAUL, N.N.F., *A Construção de Goiânia e a Transferência da Capital*, Goiânia, CEGRAF/UFG, 1988
- CORREIA DE ANDRADE, M., *A Terra e o Homem no Nordeste*, 2a. ed., São Paulo, Ed. Brasiliense, 1964
- COSTA, C., *A Economia Contemporânea de Goiás*, Goiânia, Gráfica O Popular, 1987
- DAYRELL, E.G., *Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de colonização na expansão para o oeste.*, Diss. Mestrado, Goiânia, UFG, 1974
- DELGADO, G., *Capital Financeiro e Desenvolvimento Recente da Agricultura no Brasil*, Tese de Doutorado, Campinas, IE-UNICAMP, 1984
- DINIZ, C.C., *Capitalismo, Recursos Naturais e Espaço.*, Tese de Doutorado, IE/UNICAMP, Campinas, 1987
- FAISSOL, S., *O Mato Grosso de Goiás*, Rio de Janeiro, IBGE, 1952.
- FERREIRA DE SALLES, G.V., *Economia e Escravidão em Goiás Colonial*, Col. Teses Univ., n. 28, Goiânia, Ed. UFG, 1983
- FETAEG, *O Bóia-Fria no Estado de Goiás*, Goiânia, Ed. Roriz., 1977.
- FRANCISCO DE CAMARGO, J., *Êxodo Rural no Brasil*, Col. Temas Brasileiros, Rio de Janeiro, Ed. Conquista, 1960
- FRANCO, M.S. de C., *Homens livres na ordem escravocrata*, 3a. ed., São Paulo, Ed. Kairós, 1983
- FREYRE, G., *Ordem e Progresso*, 2 vols., Rio de Janeiro, José Olympio, 1959
- FUNES, E. A., *Goiás: 1800-1850 - um período de transição da mineração à agropecuária.*, Diss. de Mestrado, Niterói, UFF, 1983
- FURTADO, C., *Formação Econômica do Brasil*, 22a. ed., São Paulo, 1987

GOMES, H., *Geografia Sócio-Econômica de Goiás*, Goiânia, Ed. Brasil Central, 1969

GRAHAM e BUARQUE DE HOLLANDA FILHO, S., *Migration, Regional And Urban Growth And Development In Brazil: A Selective Analysis of the Historical Record: 1872-1970.*, São Paulo, IPE, USP, 1971

GRAZIANO DA SILVA, J., *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura*, São Paulo, Hucitec, 1981

_____, *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.*, Rio de Janeiro, ZAHAR, 1981

GRAZIANO NETO, F., "Introdução à questão agrária no Brasil", UNESP, São Paulo, Dep. Economia Rural, 1982.

GUEDES PINTO, L.C., *Notas sobre Política Agrícola e Crédito Rural*, Campinas, São Paulo, 1980.

GUIMARÃES, A. P., *A crise agrária*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979

GUIMARÃES, E.N., *Infra-estrutura Pública e Movimento de Capitais: a inserção do Triângulo Mineiro na divisão inter-regional do trabalho*, Diss. de Mestrado, Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1990

HIRSCHMAN, A.O., *As paixões e os interesses*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979

LACERDA, R., *A independência em Goiás*, Goiânia, Gráfica do Livro Goiano, 1970

LEAL, O., *Viagem às Terras Goyanas.*, Col. Doc. Goianos, n. 4., Goiânia, Ed. UFG, 1980

LEMOS BRITO, J.G., *Pontos de partida para a História Econômica do Brasil*, 3a. ed., Col. Brasileira, vol. 155, São Paulo, 1980

LEVI-STRAUSS, C., *Tristes Trópicos*, São Paulo, Edições 70, 1986

LOVE, J. *A Locomotiva - São Paulo na Federação Brasileira (1889-1937)*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982

LUCIA DA SILVA, A., *A Revolução de 30 em Goiás*, Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 1982

- LUNA, F.V. e NERO DA COSTA, I., *Minas Colonial: Economia e Sociedade*, São Paulo, FIPE/Pioneira, 1982
- MAGALINSKI, J., *Deslocados de guerra em Goiás: imigrantes poloneses em Itaberaí*, Col. Doc. Goianos, n. 8, Goiânia, Ed. UFG, 1986
- MIELITZ NETO, C.G.A., *Modernização e diferenciação na bovinocultura de corte brasileira*, Tese Doutorado, IE/UNICAMP, Campinas, 1994
- MULLER, G., *O complexo agroindustrial brasileiro*, Núcleo de Pesquisas Publicações, n. 13, 1981
- NATAL, J. L. A., *Transporte, ocupação do espaço e desenvolvimento capitalista no Brasil*, Tese Doutorado, Campinas, IE-UNICAMP, 1991
- NEIVA, I.C., *O outro lado da colônia: contradições e forma de resistência popular na Colônia Agrícola de Goiás*, Diss. Mestrado, Brasília, UNB, 1984
- NEVES FILHO, A., *A liberação do trabalho no campo - uma contribuição ao debate sobre o progresso técnico na industrialização da agricultura brasileira*, Diss. Mestrado, São Paulo, PUC, 1989
- NIVALDO DOS SANTOS, *Desenvolvimento capitalista e modificações nas relações de trabalho no campo em Goiás (1970-1985)*, Diss. Mestrado, Goiânia, UFG, 1992
- NOGUEIRA DA COSTA, F., *Bancos em Minas Gerais (1889-1964)*, Diss. de Mestrado, IFCH/UNICAMP, 1978
- NORBERTO DE SOUZA E SILVA, J., *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje*, São Paulo, IPE, 1986
- NOVAIS, F.A., *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*, 5a. ed., São Paulo, Hucitec, 1989.
- NUNES, H. P., *A era rodoviária em Goiás: impactos na estrutura rural e urbana (1930-1961)*, Diss. Mestrado, Goiânia, UFG, 1984
- PALACIN, L., *O século do ouro em Goiás*, Goiânia, Oriente/INL, 1979

- _____. *Fundação de Goiânia e Desenvolvimento de Goiás*, Goiânia, Oriente, 1976
- _____. *Subversão e Corrupção: um estudo da administração pombalina em Goiás*, Goiânia, Ed. UFG, 1983
- _____. *O coronelismo no extremo norte de Goiás*, São Paulo, Ed. Loyola, 1990
- PALACIN, L. e MORAES, M.A., *História de Goiás*, 6a. ed., Goiânia, Ed. UCG, 1994
- POHL, J. E., *Viagem no Interior do Brasil*, Rio de Janeiro, INL, 1951
- PRADO JÚNIOR, C., *Formação do Brasil Contemporâneo*, 8a. ed., São Paulo, Brasiliense, 1965
- _____. *História Econômica do Brasil*, 32a. ed., São Paulo, Brasiliense, 1985
- REIS, A. C. F., *Épocas e visões regionais do Brasil*, Manaus, Ed. Governo do Amazonas, Série Alberto Torres, n. VI, 1966
- RIBEIRO, A. E. M., *Os fazendeiros da cultura - estudo sobre a fazenda tradicional e a modernização agrícola na região mineira dos cerrados*, Diss. de Mestrado, Campinas, IFCH/UNICAMP, 1986
- ROSA, M. L. A., *Dos Bulhões aos Caiados*. Goiânia, UCG, 1984
- SAINT HILAIRE, A., *Viagem à Província de Goiás*, São Paulo, Edit. USP, 1975
- SANTOS, M. V. M., *O tempo da transformação: a fazenda tradicional do centro-oeste*, Diss. de Mestrado, Brasília, UNB, 1981
- SANTOS, R. M., *O rascunho da nação: formação, auge e ruptura da economia colonial*. Tese de Doutorado, Campinas, IE-UNICAMP, 1985
- SIMONSEN, R. C., *História Econômica do Brasil (1500-1820)*, 4a. ed., São Paulo, Cia Ed. Nacional, 1973
- SINGER, P., *Força de trabalho e emprego no Brasil*. Caderno CEBRAP, 1971
- SLENES, R. W., *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX*, Campinas, Cadernos IFCH, n. 17, UNICAMP, 1985

TAVARES, M. da C., *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*, Ed. Zahar, 13a. ed., Rio de Janeiro, 1983

TEIXEIRA, J.A., *Folclore Goiano.*, São Paulo, Ed. Nacional, 1979

TEIXEIRA, P.L., *Memórias*, 2a. ed., Goiânia, Cultura Goiana, 1973

TOSCANO, G., *Desenvolvimento Econômico e Urbanização em Goiás*, Diss. de Mestrado, UNB, Brasília, 1973

VASCONCELOS, A., *As cidades satélites de Brasília*, Brasília, Gráfica do Senado Federal, 1988

VAZ, E., *A modernização da agricultura e as relações de trabalho no Sudoeste Goiano: a situação do trabalhador no corte da cana (1964-1989)*, Diss. Mestrado, Goiânia, UFG, 1992.

VELHO, O.G., *Frentes de expansão e estrutura agrária*, Rio de Janeiro, Zahar, 1972

ZEMELLA, M.P., *O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no Século XVIII*, São Paulo, Ed. USP, 1951

ZERO, B. B., *Acumulação de Capital na Pecúria de Corte no Médio Araguaia*, Diss. Mestrado, Brasília, UNB, 1982

Demais referências

Annuaire Estatistique du Brésil (1908-1912), Vol. I

Anuário Estatístico de Goiás, Dep. Estatística e Informação, Goiânia, SEPLAN/GO, 1986

Alegre, D.F., "A verdade sobre a carne" in *O Observador Econômico e Financeiro*, CXXIII, Rio de Janeiro, 1948

Brito Broca, "Visão de Goiânia" in *Cultura Política*, Ano II, n. 20, Rio de Janeiro, Outubro de 1942

Carmo Bernardes, "A maior catástrofe ecológica de Goiás", in jornal *Diário da Manhã*, Goiânia, 1 de julho de 1983.

Centro Industrial do Brasil, "O Brasil: Suas Riquezas Naturais. Suas Indústrias", Vol. II, Indústria Agrícola, Rio de Janeiro, Ed. M. Orosco, 1908

- Cano, W., "Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras (1850-1930)", in *Economia Brasileira na Primeira República*, São Paulo, Estudos Econômicos, vol. 15, n. 2, Publicações FIPE, 1985
- Cano, W., "Concentração e Desconcentração Econômica Regional no Brasil: 1970-1995" Texto UNICAMP, Campinas, 1995, (mimeo).
- Délio Moreira de Araújo, "Mais Planos que Realizações: a Estrada de Ferro no Estado de Goiás", in *Estudos Goianienses*, Ano II, n. 2, Goiânia, UCG, 1974., ps. 85-98.
- Departamento Estadual de Estatística e Cartório de registros Gerais de Imóveis de Goiás, citado no *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, 6(72), agosto de 1940
- Diretoria do Serviço Geográfico, "A influência do ciclo do ouro na cartografia colonial" in *Estudos das Cartas Históricas da Mapoteca da DSG*, EME, Rio de Janeiro, 1959
- Ferlini, V.L.A., "Estrutura Agrária e Relações de Poder em Sociedades Escravistas: perspectivas de pesquisas de critérios de organização empresarial e de mentalidade econômicas no período colonial", in *Revista Brasileira de História*, n. 22, São Paulo, Marco Zero, 1991
- Gilka V.F. de Salles, "O trabalho escravista na última fase do cativeiro em Goiás e os lances finais de sua abolição", in *Estudos*, Revista da UCG, v. 15, n. 1/2, Goiânia, Ed. UCG, 1988
- Gonzales, E. e Bastos, M.J., "O trabalho volante na agricultura brasileira", in *Capital e Trabalho no Campo*, São Paulo, Hucitec, 1979., p. 31.
- Goodman, D., "Expansão da Fronteira e Colonização Rural: recente política de desenvolvimento no Centro-Oeste" in *Dimensões do Desenvolvimento Brasileiro*, Rio de Janeiro, Campus, 1978
- IBGE, *Goiânia*, Rio de Janeiro, 1942
- IBGE, *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, 1957
- IBGE, Censos demográficos, agropecuários, industriais e de serviços
- IBGE, "Geografia do Brasil. Vol. I. Região Centro-Oeste", Rio de Janeiro, 1989.
- Leo Waibel, "Uma viagem de reconhecimento ao sul de Goiás", in *Revista Brasileira de Geografia*, Ano IX, n. 03, Rio de Janeiro, 1947
- Luna, F.V. e Cano, W., "A reprodução natural de escravos em Minas Gerais (século XIX) - uma hipótese" in *Economia Escravista em Minas Gerais*, Campinas, Cadernos IFCH - UNICAMP, n. 10, 1983

- Noé Freire Sandes e José Eustáquio Ribeiro, "O estrangeiro", in *Cadernos de Pesquisa do ICHL*, n. 03, Goiânia, Ed. UFG, 1991
- Luis Palacin, "Linhas Estruturais da História de Goiás no século XX" in *Estudos Goianienses (I)*, Goiânia, Revista da UCG, Ano II, n. 2, 1974
- Luis Palacin, "Linhas Estruturais da História de Goiás (II)", in *Estudos Goianienses*, Ano II, n. 3., 1974
- Péricles M. Carvalho, "A concretização da Marcha para o Oeste", in *Cultura Política*, Rio de Janeiro, Ano I. n.08, outubro de 1941
- PIMES, "Desigualdades Regionais no Desenvolvimento Brasileiro" Sudene, Recife, 1984. Vols. 03 e 04.
- Sinopse do Diagnóstico sócio-econômico do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba*, Uberlândia, UFU, 1985
- SUDAM/PNUD, 1989, citado em Galindo, O. e Monteiro dos Santos, V., "Centro-Oeste: Evolução Recente da Economia Regional", in NETO, L.G. et alii, org. Affonso, R. de B. A., *Desigualdades Regionais e Desenvolvimento*, Col. Federalismo No Brasil, São Paulo, FUNDAP/UNESP, 1994
- PRODIAT - "Análise da Assistência Técnica e Extensão Rural em Goiás". Goiânia, 1981.
- FCMBB/CONTAG (convênio), *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*, Botucatu, UNESP, 1977